

Artur Bispo dos Santos Neto

**CAPITAL E TRABALHO NA
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO
BRASIL**



© do autor

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Diagramação: Luciano Accioly Lemos Moreira e Fábio Cristovam Batista Paiva

Revisão: Andréa Pereira Moraes

Arte da capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Revisão da capa: Maria Cristina Soares Paniago

Revisão de português: Sidney Wanderley

Foto capa: CPT

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

Bibliotecária Responsável: Fernanda Lins

S237c Santos Neto, Artur Bispo dos.

Capital e trabalho na formação econômica do Brasil/Artur Bispo dos Santos Neto. – São Paulo : Instituto Lukács, 2015.

288 p.

Bibliografia: p. 275-281.

ISBN: 978-85-65999-28-1.

1. Economia brasileira. 2. Capital mercantil - industrial. 3. Trabalho. 4. Desemprego. I. Título.

CDU: 330.342.14

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - Sem-Derivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia (parcial ou total), distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao autor; 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1a edição: Instituto Lukács, 2015

INSTITUTO LUKÁCS

www.institutolukacs.com.br
institutolukacs@yahoo.com.br

Artur Bispo dos Santos Neto

**CAPITAL E TRABALHO NA
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO
BRASIL**

1ª edição
Instituto Lukács
São Paulo, 2015



*Mutato nomine de te fabula narratur!*¹

E desta vez o ideal empalideceu em face da realidade.
(MARX, 1985a, p. 220).

¹[Sobre um outro nome, aqui é narrado de ti] (HORÁCIO apud MARX, 1985a, p. 213).



SUMÁRIO

Apresentação.....	11
Introdução.....	19
Capítulo I - Capital Mercantil e Colonização do Brasil.....	31
1.1 Capital Mercantil e Mercado Mundial.....	34
1.2 Monarquia Mercantilista e Colonização	56
Capítulo II - Capital Mercantil e Força de Trabalho Escrava.....	69
2.1 Trabalho Escravo versus Trabalho Assalariado no Principal Centro Econômico Europeu.....	69
2.2 A Necessidade da Força de Trabalho Escrava na Colonização do Brasil	77
2.3 A Subordinação da Economia Portuguesa à Economia Inglesa	94
Capítulo III - A Personificação do Capital no Brasil Colônia.....	101
3.1 O Mercador como Agente Financeiro do Complexo Açucareiro	102
3.2 O Senhor de Escravos Como Personificação Do Capital	112
Capítulo IV - Crise do Sistema Fundado na Exploração do Trabalho Escravo	137
4.1 A Crise do Capital Mercantil	138
4.2 A Revolução Industrial Inglesa e a Dependência Econômica do Brasil.....	145

Capítulo V - A Transição para o Trabalho Assalariado	157
5.1 O Capitalismo na Época do Segundo Império	159
5.2 A Força do Trabalho Imigrante e o Exército Industrial de Reserva no Brasil	176
5.3 Os Limites do Campesinato e da Pequena Propriedade	193
Capítulo VI - O Capital Industrial no Brasil	199
6.1 A Gênese do Proletariado Brasileiro e as Primeiras Colisões Operárias.....	207
6.2 O Desenvolvimento do Capitalismo Brasileiro.....	218
6.3 O Golpe Militar-empresarial de 1964 e a Subordinação do Proletariado.....	243
Capítulo VII - O Capital e seu Inexorável Exército Industrial de Reserva.....	265
Conclusão	277
Referências Bibliográficas	283





APRESENTAÇÃO

Outra vez Artur Bispo nos brinda com mais uma importante ferramenta de formação teórica e reflexão crítica da realidade. Desta feita, neste novo título de sua lavra, publicado pelo Instituto Lukács, *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*, o autor mirou a sua reflexão radical e sua investigação teórica para o processo de formação econômico-social do Brasil com o objetivo de compreender a complexa gestação do capital e da força de trabalho assalariada no Brasil. Com esse intuito Bispo analisa o processo ontogenético de constituição da formação social brasileira nos marcos da afirmação do modo de produção do capital enquanto sistema unitário, totalitário e regulador do metabolismo orgânico sociedade/natureza.

O grande mérito deste livro, e o que, por consequência, o destaca de muitas tentativas teóricas realizadas nessa seara, é o fato de o autor realizar uma análise da constituição histórica do Brasil tendo como fundamento, a nosso ver, uma correta apreensão da categoria da totalidade, do caráter histórico de todo ser e da relação dialética existente entre universalidade, particularidade e singularidade. Distanciando-se de uma compreensão logicista dessa relação dialeticamente estruturada, Bispo não se utiliza de modelos interpretativos e esquemáticos, muito dos quais tão caros, inclusive no campo da esquerda brasileira, no qual enveredou, por várias décadas, o Partido Comunista Brasileiro (sob a orientação stalinista do VI Congresso

da Internacional Comunista de 1928², que institui a concepção etapista da revolução proletária, cabendo ao Brasil, enquanto país dependente e com traços pré-capitalistas típicos do modo de produção feudal e asiático, o desenvolvimento da revolução democrático-burguesa de caráter nacional e anti-imperialista como preparação para a fase socialista), Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, para ficarmos somente em alguns exemplos discutidos pelo autor.

Todavia, a negação de esquemas de interpretação na investigação da formação socioeconômica do Brasil não implica a ausência de uma fundamentação teórica rigorosa, fundada na objetividade da realidade e na prioridade analítica do ser-precisamente-assim existente.

Desse modo, o autor se fundamenta privilegiadamente em Marx, Lukács e Mészáros para compreender a articulação existente entre o ir-sendo da totalidade capitalista e as diversas formas particulares assumidas por ela ou, dito de outro modo, como das diversas particularidades capitalistas se configura uma síntese social enquanto totalidade capitalista articulada. Os pressupostos ontológicos apreendidos por Marx e demonstrados em sua análise do capital, a partir dos quais Mészáros realiza sua crítica impiedosa do sistema do capital, tornam-se, por essa via, imprescindíveis para a correta compreensão da gênese e natureza da constituição do Brasil e de como se configuram nele o capital e a força de trabalho assalariada. Dessa forma, a relação dialética, já mencionada, entre universalidade, particularidade e singularidade, bem como a compreensão da historicidade do ser, inclusive da própria essência, fundamentada nesses clássicos, permitem que Bispo nos traga à baila o *locus* devido, no qual *efetivamente* se encontra a explicação para o caráter do desenvolvimento ontogenético da sociedade brasileira.

Nesse quadrante, a distinção, reconhecida por Marx e analisada profundamente por Mészáros, entre capital e capitalismo e a natureza expansiva e tendencialmente totalizante do primeiro é fundamental para explicar a relação de desigualdade e combinação que emerge da multiplicidade de formas particulares de desenvolvimento do capital na direção da conformação de seu sistema.

O fato de que os processos parciais, notadamente as diversas particularidades capitalistas, possuam graus diferenciados de desenvolvimento e que, em alguns casos, apareçam em contradição com a tendência universal de realização da totalidade capitalista, não nega, como é possível se depreender a partir de uma análise logicizan-

² Ver CLAUDIN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 94-98.

te, a universalidade. Não há, do ponto de vista da dialética inscrita na realidade objetiva, nenhuma contradição no fato de que possam subsistir em dado momento histórico formações sociais particulares que apresentem essa aparente contradição. A totalidade é síntese dos atos singulares, porém é a primeira que detém a prioridade ontológica sobre as particularidades. Todavia, as determinações legais das tendências da totalidade realizam-se de modo contraditório e desigual e através de uma plêiade de mediações. Desse modo, a relação entre a universalidade capitalista e suas particularidades não é mecanicamente estruturada.

A forma e o modo pelo qual as determinações das leis gerais e tendenciais da totalidade do ser social influenciam cada complexo, cada particularidade, dependem de um conjunto de relações e inter-relações, no qual as peculiaridades, o nível de desenvolvimento etc. desses próprios complexos e particularidades possuem um papel não desprezível na sua conformação, como afirma Lukács:

A peculiaridade constatada por nós, de que cada complexo necessariamente só é capaz de reagir do modo que lhe é próprio aos impulsos que o movimento geral do ser social aciona na economia, já aponta para a necessária particularidade dessas reações. Daí podem nascer formas próprias do desenvolvimento desigual, por exemplo: no decurso do surgimento do capitalismo, o direito romano foi acolhido por alguns Estados e por outros não. Porém, o caráter desigual pode ser ainda mais profundo.³

Marx salienta como essa desigualdade pode se explicitar historicamente:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “Estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. “O Estado atual” é uma ficção.

No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais⁴.

Partindo dessa compreensão ontológica do ser e das suas inter-relações, Bispo apreende o ser-precisamente-assim do setor da rea-

³ LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 272.

⁴ MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 42.

lidade que toma para si neste livro enquanto objeto de pesquisa; neste sentido, não perde de vista o fato do ser-precisamente-assim ser resultado da inter-relação dos diversos complexos, legalidades, causalidades etc. que o configuram. Desse modo, a investigação que o autor faz acerca de seu objeto não obnubila a prioridade que possui o ser-precisamente-assim sobre o seu reflexo.

Em outras palavras, o autor nos mostra como o desenvolvimento das colônias, especialmente da América portuguesa, insere-se no cenário histórico de ascensão do regime do capital enquanto modo de produção global e como o lugar sócio-historicamente ocupado pelo Brasil na totalidade capitalista é determinado pelo seu caráter de formação dependente e subordinada no interior das divisões nacionais do sistema do capital.

Em função disso, todo e qualquer anacronismo aparentemente existente entre a organização socioeconômica interna do Brasil pré-republicano, marcado fortemente pela força de trabalho escravista, e a fase madura do desdobramento da essência do sistema do capital, vale dizer, da reprodução ampliada do capital como valor que valoriza a si próprio, é aqui esmiuçadamente rejeitado. As determinações colocadas pela totalidade social, na fase em que o mercado mundial e a sociabilização do ser social começa a conectar os diversos indivíduos e as diferentes regiões geográficas do globo sob um imperativo da reprodução do capital, isto é, na etapa mercantilista, são o chão histórico no qual o processo histórico que vai do Brasil colonial à crise que culmina na sua “independência” é explicado. Isto porque, no momento em que o capitalismo ainda está dando seus passos intermediários rumo à acumulação necessária para a instauração da sua fase industrial, nesta etapa de seu desenvolvimento rumo ao seu modo de produção, o capital pode e precisa “recorrer aos distintos modos de organização da produção até estabelecer as bases para andar sobre suas próprias pernas.”⁵

Essa inter-relação da universalidade do sistema do capital com a particularidade da formação social brasileira, que se processa mediante uma infinidade de conexões, é sempre observada na análise que Bispo faz em busca da especificidade da conformação do capital e da força de trabalho assalariada no Brasil.

Para além do debate acerca da natureza do modo de produção do Brasil colonial e pré-republicano, o autor se filia à corrente historiográfica iniciada com a análise materialista de Caio Prado Júnior e que se estendeu às pesquisas desenvolvidas por Fernando Novais,

⁵ BISPO, Artur. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács. p. 24.

Chasin e Mazzeo, em que a busca da especificidade da formação brasileira, pautada pela prioridade do ser-precisamente-assim, tem foro privilegiado. Dessa forma, o autor recorre a uma extensa bibliografia para demonstrar a íntima ligação entre o capitalismo na sua fase mercantilista e a conformação sócio-histórica do Brasil. Como o autor deixa claro,

A colonização não foi a única forma da acumulação de capitais, mas somente uma das formas de aceleração do processo de apropriação de excedente. Esta era uma questão decisiva que se colocava para o desenvolvimento das relações capitalistas, pois o capital mercantilista tinha pressa em se converter em capital industrial⁶.

Nesse contexto, a exploração da colônia brasileira, desde as primeiras formas de extração de riqueza extrativistas até a montagem de todo sistema de produção, essencialmente monocultor e voltado à exportação, estrutura-se na direção de atender às necessidades da reprodução da totalidade capitalista neste contexto histórico, como esclarece Prado Júnior:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e na colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina⁷.

O imperativo da acumulação do capital na sua fase mercantilista decide o destino destas terras. A lógica e a necessidade do capital de assegurar de forma rápida a sua reprodução em bases ainda não puramente capitalistas vão definindo, em face da particularidade do Brasil, a forma e o modelo de exploração que aqui é estruturado. As especificidades causais da particularidade brasileira, tais como escassez de mão de obra (nesse caso, também, inclusive, da metrópole portuguesa), ausência de produtos extrativistas ou beneficiados de alto valor comercial (o que não ocorreu nas Índias e em parte da América espanhola), vasta dimensão territorial etc., são contornadas no interesse da rápida dinamização da acumulação capitalista global.

⁶ *Op. cit.* p. 62.

⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 68.

Portanto, as razões para a implantação da monocultura agroexportadora da cana-de-açúcar, para a adoção da força de trabalho escrava hegemonicamente negra, para a estruturação do sistema de exclusivismo metropolitano nas relações comerciais etc. são, neste livro, encontradas na forma específica pela qual as necessidades imperiosas do capital se estruturam objetivamente na formação social brasileira.

Como demonstra o autor, o caráter subordinado e dependente que configura o Brasil no período colonial não é rompido nos períodos históricos posteriores. Essa essência histórico-genética continua a marcar a formação social brasileira até hoje e, em decorrência, impõe o subdesenvolvimento forçado ao qual o Brasil é economicamente submetido. O fim da fase mercantilista não altera a subordinação do Brasil no interior da totalidade capitalista, mas apenas a recoloca sobre novas bases. A passagem do capitalismo para a sua fase industrial impõe profundas modificações na estrutura interna do país, alterando pouco a pouco as bases da força de trabalho, que paulatinamente vai deixando de ser escrava. Além disso, as modificações processadas no capitalismo a partir dos séculos XVIII e XIX, reconfiguram a associação, sempre dependente, do capital nacional com o capital transnacional, possibilitando o surgimento de um mercado interno expressivo, que, por sua vez, proporciona uma maior dinamização da economia nacional.

O autor nos mostra, a partir desse cenário, como são historicamente gestadas e como se desenvolvem a indústria e a força de trabalho assalariada (imperiosamente necessárias à reprodução do capital em moldes capitalistas) nas terras nacionais. Em ambos os casos, essas transformações são orientadas para as necessidades da reprodução da totalidade capitalista e do desenvolvimento interno dos países capitalistas centrais. Por isso a chegada do Brasil à fase industrial não elimina a sua dependência e a sua posição como elo periférico da cadeia capitalista, mas tão somente a reconfigura de acordo com as novas determinações. Como ressalta Chasin:

Enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hipertardio, é caudatário das economias centrais⁸.

⁸ CHASIN, *O integralismo de Plínio Salgado: formas de regressividade no capitalismo*

Bispo, portanto, ao analisar o capital e a força de trabalho na formação econômica do Brasil, desvela os desdobramentos, as mediações e as formas históricas, contraditórias, por certo, nas quais as determinações essenciais do capital se fazem valer na particularidade brasileira, mostrando-nos como essa essência é historicamente atualizada em função das imperiosas necessidades do capital que se impõem do centro para a periferia.

Talvanes Eugênio Maceno

Agosto de 2015



INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste livro é investigar a anatomia da força de trabalho subordinada ao capital no desenvolvimento histórico da economia brasileira, desde a colonização aos tempos modernos. É que o desenvolvimento do sistema do capital pressupõe tanto o revolucionamento das forças produtivas quanto o aprimoramento das formas de controle da produção do tempo de trabalho excedente. Nos primórdios da colonização portuguesa do Brasil, observa-se que tanto a força de trabalho como o capital assumem roupagens distintas daquela que vai permear a forma clássica de desenvolvimento do capital. No entanto, apenas é possível entender as metamorfoses da força de trabalho e do capital no território brasileiro considerando sua relação dialética com o mercado mundial e o desenvolvimento do capital em escala internacional.

O capital emerge no cenário brasileiro como inteiramente responsável pela destruição das relações comunais subsistentes e pela institucionalização tanto das relações de produção assentadas na exploração do trabalho escravo quanto nas relações fundamentadas no trabalho assalariado. Nota-se que a metamorfose do capital, quer internamente, quer externamente, representa o aprimoramento de seu processo de reprodução mediante a subordinação da força de trabalho aos seus imperativos de controle. O comando do capital sobre o trabalho é *conditio sine qua non* para seu pleno desenvolvimento, e na economia brasileira isso não poderia ser diferente, apesar da distinta roupagem assumida em relação ao desenvolvimento do

capitalismo europeu.

Ao contrário do que afirmavam os teóricos da economia política e os apologistas do capitalismo, Marx procurou sempre salientar o caráter histórico do capital e do capitalismo, recusando radicalmente qualquer possibilidade de conferir uma imutabilidade ou eternidade ao modo de produção capitalista. Deve-se lembrar que o objeto de estudo de Karl Marx é preferencialmente o capital e não exclusivamente a sociedade capitalista. Deixemos que o próprio Mészáros (2006, p. 721) esclareça isso:

Em várias ocasiões, argumentei, mas não realcei suficientemente, que o objeto da crítica de Marx não era o capitalismo, mas o capital. Ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da produção capitalista, mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à 'produção do capital' [...] Ele tratou com sarcasmo todos aqueles que queriam 'reformar' o sistema existente de distribuição, enquanto mantinham fetichisticamente intacto o modo de produção do capital.

A crítica marxiana a Proudhon e seus seguidores tinha como fundamentação a impossibilidade de reformar o capital e a necessidade imperativa de colocar-se na perspectiva de superação radical do referido sistema. As medidas reparadoras para reformá-lo, como o banco do povo e a moeda-trabalho, não passavam de atividades inócuas no âmbito da circulação, que deixavam intacto todo o processo sociometabólico de produção e reprodução⁹. O mesmo pode ser

⁹ Marx considera não ser possível supor que o bônus-trabalho, enquanto substituto da forma dinheiro-moeda ou dinheiro-papel, seja capaz de alterar a lógica da produção de mercadorias, porque seu campo de atuação limita-se ao processo de circulação de mercadorias, preservando o aspecto efetivo do processo que conduz à produção de mercadorias. O bônus-trabalho, enquanto regulador do sistema de troca, reproduz de maneira limitada o processo concernente à forma dinheiro no modo de produção capitalista. Por isso, é necessário esclarecer minimamente os limites da convertibilidade do bônus-horário ou a produtividade por hora, como sugere Proudhon. O fato de elevar o tempo de trabalho à condição de instrumento de mediação da troca não altera em nada a forma como a mercadoria é constituída. O bônus-horário não passa duma contraimagem da forma valor, pois a lei do valor como fundamento da troca e suas consequências permanecem intocáveis. A moeda-trabalho ou o bônus-horário não passam então de expressões econômicas vazias, pois desconsideram a natureza fundamental do sistema do capital. Não é o anseio utópico de abolir mediante decreto as categorias nodais do modo de produção capitalista, como a forma dinheiro, mercadoria e valor de troca, que conduzirá a um novo modo de produção. Não é um decreto ou mandato jurídico que subverterá a lógica do modo de produção de mercadorias. É necessário que

dito quanto às críticas dirigidas aos socialistas utópicos e aos representantes da social-democracia alemã.

Em sua obra exemplar *Para além do capital*, Mészáros chama atenção de seus leitores, em distintos momentos, para o aspecto decisivo que compreende a investigação científica marxiana; nesta, a questão central transcendia a crítica do modo de produção capitalista, para manifestar-se como uma crítica contundente ao edifício sociometabólico do sistema do capital. Assinala Mészáros (2006, p. 1064):

1. Marx chamou seu trabalho ‘CAPITAL’, e não ‘Capitalismo’, na verdade por uma boa razão, como veremos num instante. Similarmente, ele definiu o objeto do volume primeiro como ‘der Produktionsprozess des Kapitals’, isto é, ‘O processo de produção do capital’, e não como processo da ‘Capitalist Production’ (‘da produção capitalista’) – como foi erroneamente traduzido para o inglês, sob a supervisão de Engels –, o que é um assunto radicalmente diferente.

É preciso atentar para a diferenciação existente entre capital e capitalismo, entre processo de produção e reprodução do capital, entre processo de produção e reprodução capitalista. Embora sejam categorias econômicas articuladas, o “capital” constitui-se como categoria mais abrangente que o “capitalismo”. É que o capital tanto precede o capitalismo quanto transcende o capitalismo, pois existiu tanto nas sociedades precedentes como continuou a existir nas experiências pós-capitalistas¹⁰. E tanto a história antiga e feudal revela

se diga que todas as especulações de Proudhon e seus seguidores servem somente para reduzir “o socialismo a uma cândida incompreensão da necessária relação existente entre a mercadoria e o dinheiro” (MARX, 1982, p. 181). E mediante essa cândida incompreensão do processo de constituição do modo de produção capitalista, o Sr. Proudhon tenta afirmar como superada a necessidade histórica da revolução política e social.

¹⁰ As revoluções sucedidas na primeira metade do século XX na União Soviética e na China inscrevem-se como experiências pós-capitalistas, pois a expropriação dos expropriadores não implicou a superação das relações de produção assentadas sobre o controle e a exploração da força de trabalho. Embora o proletariado tenha se constituído como o sujeito do processo revolucionário na Rússia, a revolução no elo mais fraco da corrente não podia ser bem-sucedida num contexto de baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e sem que a revolução eclodisse nas economias capitalistas mais desenvolvidas. O isolamento e o baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas obrigam o Estado a comparecer como força constitutiva da nova personificação do capital, em que a burocracia faz com o proletariado e os camponeses o que eles jamais fariam consigo mesmos: a superexploração de sua força de trabalho. Cumpre notar que embora a produção não estivesse direcionada à produção de valor de troca no âmbito interno, ela acabava tendo valor de troca no âmbito externo e fazendo com que o mercado

a presença do capital, quanto a história das revoluções do século XX atestam a pertinente compreensão marxiana da natureza do capital. Ressalta-se, portanto, seu caráter de universalidade e abrangência.

Desse modo, o capital pode permanecer existindo em formas distintas da produção capitalista. Esse foi um dos grandes problemas das revoluções do século XX, pois se imaginava que bastava eliminar o capitalista e suas relações para se passar ao socialismo, ou seja, a uma forma superior de organização da produção e do trabalho; entretanto, a expropriação dos expropriadores nas sociedades russa e chinesa não implicou o fim da exploração do homem pelo homem e a emergência de uma sociedade sem classes.

A penosa luta dos trabalhadores do campo e da cidade para superar o reino da expropriação de excedentes foi inócua, pois uma nova personificação do capital veio ao mundo na forma da burocracia. Esta agia em nome da universalidade (abstrata e não concreta), de maneira distinta da burguesia, porém cumprindo os mesmos desígnios. Assim, assistiu-se na história da ex-União Soviética e da China movimento semelhante ao que perpassou a pré-história do capitalismo: um tempo selvagem de acumulação primitiva de capital, em que a força de trabalho foi novamente superexplorada para erguer as bases fundamentais do desenvolvimento industrial nesses dois países. A barbárie dos primórdios do capital veio à cena de uma maneira distinta e mais sofisticada, e a subjetividade operária e camponesa não deixou de estar amoldada aos seus propósitos, para, posteriormente, alcançar o estágio de indiferença e revolta perante o estado de coisas que se instituiu (MÉSZÁROS, 2006).

O esgotamento das experiências pós-capitalistas no final do século XX serve como testemunho da capacidade de reciclagem e sobrevivência do poder do capital e denota a necessidade de uma ofensiva que tenha como premissa o imperativo de ir para além do capital. Por sua vez, a existência dessas experiências convalida ainda mais as investigações científicas da natureza do capital operadas por Marx e Mézáros, porquanto atestam que o capital precede o capitalismo e que ele pode continuar existindo após o colapso do modo de produção capitalista. Isso tem profundas implicações no processo de entendimento do desenvolvimento da economia brasileira, haja vista que a sua forma de manifestação obedeceu a um movimento eminentemente distinto do modelo adotado pelas economias mais

internacional se constituísse como a quintessência de todo o processo produtivo. Neste, a prioridade de desenvolver a indústria de base e a indústria pesada acabou tornando a produção para atender às demandas imediatas das massas em algo secundário (Cf. MÉSZÁROS, 2006).

adiantadas da Europa. No entanto, não se pode esquecer que ele é sempre um desenvolvimento desigual e combinado.

Indubitavelmente, o capital é um processo sociometabólico que se manifesta de forma mais sofisticada e desenvolvida no modo de produção capitalista; entretanto, ele tem corolários complexos que transcendem o capitalismo. É fundamental atentar para o fato de que o capital pressupõe distintas mediações e passa por diferentes metamorfoses. Mészáros (2006, p. 1.064) chama atenção para o caráter multifacetado do capital:

‘2. Capital’ é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital ‘monetário’, ‘mercantil’ etc. – vários séculos antes de a formação social do CAPITALISMO enquanto tal emergir e se consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra, até que finalmente o CAPITAL INDUSTRIAL se torne a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente defina a fase clássica da formação capitalista.

Observa-se que antes de o capital manifestar-se em sua forma mais desenvolvida como capital industrial, ele se configura como capital monetário e capital mercantil. Isso é essencial para o entendimento da natureza processual do capital e da peculiaridade do desenvolvimento das relações que precedem o capitalismo. O capital é uma totalidade dinâmica e contraditória, marcada por complexos emaranhados, e a sua natureza somente se revela no quadro histórico posterior à Revolução Industrial. O processo de produção de mercadorias marca a existência do capital; no entanto, ele precede à produção de mercadorias que intrinsecamente medeia e pauta a produção genuinamente capitalista. Isso não implica que a produção de mercadoria inexistisse na antiguidade da mesma forma que o capital. Mais uma vez recorremos ao próprio Mészáros (2006, p. 1.064) para esclarecer essa questão:

3. O mesmo é verdadeiro para ‘a produção de mercadorias’, que não pode ser identificada como a produção capitalista de mercadorias. A primeira precede à última, novamente de muitos séculos, querendo, assim, uma definição precisa das especificidades históricas do modo capitalista de produção de mercadorias, como insiste Marx, ‘produção de mercadorias, necessariamente, transforma-se em produção capitalista, num momento dado’.

A dificuldade de elucidar a peculiaridade da economia brasileira subsiste na desconsideração dos aspectos acima mencionados, pois geralmente se imagina o capitalismo como uma unidade carente de contradições. Desconsidera-se, então, a relação dialética (diferenciação e identidade) existente entre o capitalismo mais desenvolvido e o capitalismo em sua etapa originária, enquanto capital mercantil e comercial, bem como sua estreita conexão com o processo de colonização da América. Escreve Mészáros (2006, p. 710): “A forma pela qual o capital realmente atinge sua forma plenamente desenvolvida é um processo histórico muito longo e complicado”.

A abordagem mecanicista desconsidera o movimento processual da realidade e toma a história segundo os pressupostos positivistas, em que o quadro nacional deve se adequar aos modelos instituídos. Assim, o desenvolvimento da economia brasileira é submetido aos pressupostos lógicos e à camisa de força dos modos de produção instituídos; não sendo a organização de nossa produção genuinamente capitalista, deveria taxativamente emergir como feudal ou escravista. A leitura mecanicista é incapaz de observar o movimento processual da realidade e, conseqüentemente, o dinamismo interno que medeia a forma de transição do capital mercantil ao capital industrial no âmbito nacional. E ao desconsiderar a peculiaridade processual e dinâmica do capital, acaba por desconsiderar, também, o caráter histórico do capitalismo. É fundamental entender que a produção de mercadorias não somente perpassa o modo de produção capitalista maduro, mas precede à produção genuinamente capitalista da mesma maneira que o capital precede ao capitalismo.

As considerações desenvolvidas por István Mészáros apreendem o núcleo fundamental tanto das economias capitalistas quanto das economias pré-capitalistas e pós-capitalistas. Esse autor não se cansa de chamar atenção para o fato que o capital se constitui como uma entidade dinâmica e factível de adaptações, podendo recorrer aos distintos modos de organização da produção até estabelecer as bases para andar sobre suas próprias pernas. No entanto, é preciso destacar que seu processo de constituição é resultante do jogo de forças que emanam da forma como os homens organizam suas relações produtivas. Isso implica dizer que não existe caminho previamente definido ou itinerário previamente estabelecido. O caminho é produto do jogo de força em disputa, e não de uma astúcia da razão soberana que orienta a história mundial. Isso significa que não subsiste nenhuma força transcendente a mover o curso da história ou qualquer pressuposto teleológico que dirige o movimento ascendente de dominação do capital sobre a humanidade. O capital é uma entidade social dotada de capacidade de se metamorfosear, na

perspectiva de garantir seu processo de reprodução metabólica, mas isso brota das contradições efetivas que emergem do próprio modo como os homens organizam sua existência material.

O vínculo de dependência e subordinação da economia brasileira aos propósitos da empresa colonizadora foi objeto de investigação e estudo de distintos pesquisadores brasileiros. Este livro tem como objetivo suscitar essas questões, explorando o papel primordial exercido pelo capital mercantil e industrial no processo de subordinação do trabalho aos seus propósitos de controle e comando. Para isso, parte-se da necessidade de preservar a fidelidade aos clássicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, pois o legado marxiano oferece elementos suficientes para se entender o processo de gestação e desenvolvimento da economia brasileira na perspectiva que interessa ao trabalho e não ao capital.

É preciso observar que a economia brasileira não pode ser desvelada desconsiderando-se sua especificidade no contexto da periferia do capitalismo e sua participação na totalidade socioeconômica do sistema do capital. A perspectiva marxiana revela-se essencial para uma correta compreensão dos nexos e das conexões efetivas que marcam o desenvolvimento de nossa economia, em que a forma de organização da vida material está completamente subordinada aos interesses do capital em escala mundial. É relevante entender a história econômica do Brasil como um movimento processual marcado pela permanente interferência do capital transnacional, cujos elementos de ruptura desse processo inexistiram. A burguesia brasileira nunca foi capaz de fazer qualquer movimento na perspectiva de romper os laços que gestaram sua dependência, porque nunca existiu a quebra do “pacto” estabelecido entre a burguesia internacional e as classes dominantes nacionais. O caráter servil da burguesia brasileira denota a impossibilidade de afirmar seu caráter revolucionário ao longo de todo o seu desenvolvimento socioeconômico.

Ao invés de partirmos de fórmulas prontas e de receitas previamente estabelecidas pelas perspectivas deterministas e mecanicistas da esquerda ou da direita, preferimos apanhar a realidade em suas contradições, para apontar aquilo que subsiste de específico no desenvolvimento do capital no Brasil. Essa compreensão não pode desconsiderar o papel imprescindível que ocupa a totalidade social, em que o trabalho, como valor de uso, constitui a categoria fundante do mundo dos homens. Nesse aspecto, dispensamos aquelas concepções que consideram a totalidade como um sistema fechado e acabado, como faz W. F. Hegel, pois não se trata de apreender a realidade como um concreto que emana do pensamento, ou do conceito enquanto mera especulação do intelecto, mas de apreender

a rica multiplicidade da realidade. Assim, o processo de abstração deve apreender o concreto como uma totalidade constituída ontológica e historicamente.

Considerando que as sociedades de classe estão fundadas na apropriação de mais-trabalho e que capital é acumulação de mais-valia, nossa análise tem como propósito apontar como o capital comercial e industrial se apropriam dos excedentes produzidos pelo trabalho escravo e pelo trabalho assalariado no Brasil; além disso, intenta ressaltar as formas intermediárias que subsistem entre essas duas formas de configuração do trabalho, atentando devidamente para a peculiaridade que caracteriza cada uma das formas de subordinação da força de trabalho ao capital. É na época histórica do capital mercantil, que perpassa e sustenta o processo de colonização, que a produção brasileira se configura como uma produção voltada exclusivamente a atender às determinações do mercado mundial, como uma produção regulada pelo valor de troca. Isso implica reconhecer que existe um processo de apropriação do tempo de trabalho em que este transcende os modos que mediavam à produção fundada exclusivamente pela perspectiva de valor de uso. Embora o processo de apropriação do tempo de trabalho não se inscreva na forma do trabalho assalariado, enquanto forma clássica de constituição expressa na forma capitalista, subsiste um processo de produção regulada para a produção do valor. Daí ser possível assinalar a presença da produção de mais-valia absoluta, apesar de o trabalho se configurar como trabalho escravo, e não como trabalho assalariado.

A unidade entre as distintas maneiras de apropriação de tempo de trabalho excedente não significa desconsiderar suas diferenciações; afinal, o grande mérito da obra de Marx consiste em revelar a diferença que subsiste por trás da aparente identidade que perpassa a realidade. É preciso, sempre, superar suas camadas epiteliais, pois elas obliteram aquilo que subsiste de essencial. Tentando ir além do reino da aparência, este trabalho busca transcender o reino do debate estéril acerca da natureza da formação socioeconômica brasileira, em que simplesmente se acentuam posições favoráveis ou contrárias ao debate feudalismo *versus* capitalismo; ou então, enreda-se nas mecânicas afirmações sobre os quatro modos de produção (comunal, escravista, feudal e capitalista) que perpassaram a história da humanidade, esquecendo o modo de produção asiático.

A categoria da totalidade permite compreender a articulação existente entre o desenvolvimento da economia brasileira e o desenvolvimento da economia internacional, a relação intrínseca existente entre a economia colonial e a da metrópole; em outras palavras, como a economia colonial se constitui como entidade pro-

fundamente subordinada aos imperativos de comando da economia central. Observar-se-á como a hegemonia do capital holandês será paulatinamente superada pelo capital inglês, e como ambos desempenham papel relevante no processo de apropriação da riqueza produzida pelo trabalho escravo e pelo trabalho assalariado. Inexiste a possibilidade de separar a articulação existente entre o capitalismo mais desenvolvido da Europa e capitalismo colonial (dependente e subserviente), pois eles são os dois lados da mesma moeda. O caráter desigual do desenvolvimento não deve de maneira alguma obliterar sua conexão dialética, em que atraso e avanço são aspectos que se entrelaçam perfeitamente aos interesses hegemônicos que matizam o desenvolvimento da metrópole e subordinam a colônia aos seus pressupostos.

Nesse aspecto, é fundamental entender a realidade como uma totalidade repleta de contradições, em que a unidade existente entre as partes não ocorre de uma maneira harmoniosa, senão marcada por tensões e diferenças. É primordial compreender como no interior dessas tensões imperam relações capitalistas e relações não genuinamente capitalistas, e como as relações não capitalistas (trabalho escravo) servem de base ao seu processo de gestação e desenvolvimento. O capital recorre às formas anacrônicas e anômalas de ser do capital, em sua forma pura, até que os elementos para a sua existência estejam dados. Isso requer entender a realidade nacional e internacional como uma tessitura dinâmica e multifacetada, ou seja, como um emaranhado formado por tentáculos heterogêneos.

A economia brasileira é um emaranhado complexo, e por isso difícil de ser elucidado, pois seu desenvolvimento não seguiu o modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, Holanda e França; por sua vez, está plenamente conectado a ele. Apesar da presença das formas anômalas de ser do capital, em sua forma pura, nosso capitalismo foi gestado para atender aos receituários que interessam ao desenvolvimento do capitalismo clássico. Ele está completamente subordinado ao capital mais desenvolvido. Negar essa articulação é recusar a possibilidade de uma efetiva compreensão da realidade nacional.

O modo de produção capitalista não vem ao mundo pronto e acabado; o seu processo de formação pressupõe a existência de uma expressiva força de trabalho disponível na sociedade. Essa condição ideal precisa ser forjada no Brasil e somente poderá emergir após o estabelecimento das bases para seu pleno desenvolvimento na metrópole. A subordinação dos interesses da colônia aos interesses da metrópole impedia que o capitalismo pudesse ser gestado no Brasil de uma forma autônoma e independente. Por sua vez, a crise do sis-

tema colonial não implica o esgotamento da necessidade de o capital submeter as velhas regiões colonizadas aos seus preceitos; implica, sim, a necessidade de superação das relações de produção em que predominava a anomalia do trabalho escravo, haja vista que este impossibilitava o livre desenvolvimento das forças produtivas e a participação do trabalhador no consumo das mercadorias produzidas.

A crise do sistema colonial português é expressão da necessidade de superação das relações mercantis que lhe serviam de sustentação. O fencimento do sistema colonial resulta do próprio desenvolvimento do capital. As relações anacrônicas de apropriação de mais-trabalho precisam ser superadas pelas relações que constituem o trabalho assalariado, em que as antigas colônias deixam de ser administradas segundo os preceitos da política mercantilista para serem administradas segundo os imperativos do capital industrial e financeiro.

O caráter anômalo do capitalismo brasileiro é produto do capitalismo mais desenvolvido e será rompido na etapa histórica em que se consegue superar a estrutura manufatureira mercantil e adentrar na sua fase plenamente industrial. As relações mercantilistas cumpriram papel primordial na transição do feudalismo para o capitalismo; nesta, a Revolução Industrial representa o advento de uma nova constelação para o capital e para a escravidão assalariada. Assim, a crise do sistema colonial é produto da superação do capitalismo mercantilista pelo capitalismo industrial. No entanto, não se pode esquecer que as relações mercantis plasmaram a transição do feudalismo ao capitalismo industrial.

O subdesenvolvimento da economia brasileira não será superado com o colapso da dominação portuguesa, pois ela permaneceu amoldada aos preceitos da metrópole. Por isso, a superação da dominação lusitana será seguida por uma dominação mais sofisticada, que impõe a necessidade de ampliação do mercado interno para os produtos manufaturados da metrópole, mediante a adoção da forma de trabalho assalariada. Nesse processo impõe-se a necessidade de se plasmar as condições adequadas para o desenvolvimento do capital industrial e financeiro, em que o desenvolvimento do capitalismo pressupõe uma acumulação interna de capitais, mesmo que esteja associado aos capitais estrangeiros. Por sua vez, a escravidão assalariada pressupõe a existência do inexorável exército industrial de reserva. Observar-se-á que somente com o desenvolvimento da Revolução Industrial efetivam-se as condições para que o trabalho assalariado possa se irradiar por diferentes partes do mundo, permitindo que o capital exerça ubiquamente seu controle sobre a força de trabalho. A ampliação do capital e a consolidação do mercado

mundial pressupõem a instituição do trabalho assalariado; para isso tornava-se imprescindível a existência de força de trabalho excedente em todas as regiões do planeta, inclusive no Brasil.

O capital, pela mediação da apropriação do trabalho excedente, gestou os elementos fundamentais para sua plena universalização. O povoamento das colônias mediante a formação de um exército industrial de reserva permitiu o controle absoluto do capital sobre o trabalho. Este foi forjado para servir aos interesses de reprodução do capital em escala abrangente e universal. E foi por interesses exclusivamente econômicos que se superou o trabalho escravo, e não por questões éticas ou morais. Ele não foi extinto por seu caráter desumano, mas porque representava um entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e ao valor de troca. No decorrer deste livro, analisaremos o processo de transição do capital mercantilista para o capital industrial no Brasil e a forma como se operou a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no âmbito da economia nacional, mediante a constituição de seu inexorável exército industrial de reserva.

Este trabalho brotou da necessidade de compreender a peculiaridade do desenvolvimento econômico brasileiro e sua inexorável articulação com o mercado mundial ao longo do exercício da atividade docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, particularmente no Grupo de Pesquisa em Reprodução Social.

Agradeço ao professor Talvanes Eugenio Maceno pelas observações feitas na perspectiva de melhoria do presente texto e pelos empréstimos de títulos importantes sobre a realidade brasileira, bem como ao poeta e escritor Sidney Wanderley, pela revisão e correção deste texto. Agradeço à professora Maria Augusta e ao professor Ivo Tonet pelo incentivo ao desenvolvimento dos estudos que culminou neste livro. E aos participantes do Grupo de Pesquisa de Filosofia da Práxis, nas pessoas de Henrique, Geovane, Jonathan, Layana, Virgínio, Jânio de Freitas, Felipe e Fernando, pelas excelentes reflexões realizadas sobre o Brasil.

Dedico este livro aos trabalhadores do campo e da cidade, de uma maneira especial aos trabalhadores assentados na região de Fleixeiras e São Luís do Quitunde (Alagoas), bem como aos camaradas do Espaço Socialista e do Instituto Lukács. Dedico ainda esta obra aos meus alunos da UFAL e aos meus filhos (Artur Dimitri Bispo Lima, Mateus Bispo Lima, Pedro Bispo Santos e Virgínia Santos Silva), na expectativa de que os tempos futuros sejam de emancipação do trabalho e de plena extinção do sistema do capital.



CAPÍTULO I

CAPITAL MERCANTIL E COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Marx chama atenção para a natureza social do capital, de como ele vem ao mundo pela mediação da apropriação de mais-trabalho. A essência dessa entidade se chama acumulação de mais-valia e é o que faz o capitalista investir seu dinheiro na abertura de uma empresa, quando as relações capitalistas genuínas estão estabelecidas. O capitalista somente põe tempo de trabalho necessário onde existe a possibilidade de transformá-lo em tempo de trabalho excedente (MARX 1985a).

O caráter social do capital propriamente dito se configura, nos primórdios do capitalismo, na manufatura; no fato de que ele precisa aglomerar uma multidão de trabalhadores num mesmo lugar, sob a sua supervisão, superintendência e mediação. O capital manifesta-se claramente como uma força social ou como uma força-massa, e o trabalho na sociedade mais desenvolvida se configura claramente como força de trabalho assalariada. Nela, os produtores devem ser expropriados completamente dos meios de subsistência e dos meios de produção, constituindo-se em trabalhadores livres, leves e soltos como os pássaros. A única coisa que dispõem para vender é a sua

força de trabalho. Destituído dos meios de subsistência necessários à reprodução de sua existência, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho para não morrer de fome.

A destituição dos trabalhadores dos meios de produção e dos meios de subsistência é condição primordial para a emergência do modo de produção genuinamente capitalista. O trabalhador destituído dos meios de produção e subsistência é obrigado a vender a sua força de trabalho para garantir a reprodução de sua existência orgânica e social. O trabalhador livre, leve e solto é condição elementar para a emergência do trabalho assalariado e da forma genuinamente capitalista. De um lado, há o vendedor de sua força de trabalho, na figura do operário, e do outro, o comprador dessa força de trabalho, o capitalista.

A liberdade do capitalista e a liberdade do trabalhador assalariado são completamente distintas. O capitalista vai ao mercado para comprar meios de produção e força de trabalho; ao chegar ao mercado, ele pode escolher a força de trabalho que considera importante para o sucesso de seu empreendimento, enquanto o trabalhador torce para encontrar alguém disposto a comprar sua força de trabalho como uma mercadoria. No entanto, não existe garantia de que sempre haverá um comprador para sua mercadoria. Por sua vez, a força de trabalho é uma mercadoria muito distinta de qualquer outra mercadoria, pois é a única que o capitalista pode comprar por um valor e vender acima do valor antecipado.

É preciso considerar o modo como o capitalista conseguiu dinheiro para comprar força de trabalho e meios de produção. Marx não começa sua obra fundamental, *O capital*, tratando dessa questão, mas sim elucidando o segredo da forma mercadoria, enquanto expressão da forma de configuração da riqueza na sociedade burguesa. Para isso, toma como objeto de estudo a sociedade capitalista mais desenvolvida de sua época, a sociedade inglesa, e opera uma análise do desenvolvimento social que culmina na aparição da grande indústria capitalista. Considera suas distintas mediações e chama atenção especial para a articulação dialética que subsiste entre produção e circulação, haja vista que o capital é uma totalidade dinâmica.

O capital não é apenas processo de produção de valor, mas também processo de realização do valor. É preciso considerar o movimento dialético que perpassa a forma mercadoria, e como a mais-valia produzida precisa ser realizada; do contrário, o capital resta estagnado no âmbito da produção. Além disso, uma parte da mais-valia produzida e realizada precisa ser capitalizada, ou seja, uma parte dela deve retornar à produção e refazer seu circuito, pois se

toda ela for consumida pelo capitalista, o processo de reprodução do capital não se manifesta de maneira ampliada, mas de forma simples. O capital é essencialmente processo de reprodução ampliada, pois precisa crescer gradual e intensamente, pois capital é acumulação e expansão. Se isso não acontece, o sistema entra em crise.

Para os propósitos deste trabalho, é fundamental explicar como o capitalista conseguiu dinheiro suficiente para comprar força de trabalho. Os apologistas do sistema do capital tentam obliterar sua efetiva gênese quando afirmam que o capitalista conseguiu esse dinheiro devido à maximização e seus preceitos morais. Afirmam eles que uma classe específica de homens alcançou este estado privilegiado devido ao fato de no passado saberem agir de maneira parcimoniosa na administração de seus limitados recursos, não gastando seu dinheiro em coisas desnecessárias e inúteis. O dinheiro nas mãos dessa classe de homens avaros permitiu que se distanciassem da classe dos homens néscios e preguiçosos, que gastaram seus recursos em coisas improdutivas. O capitalista emergiu, então, numa classe formada por indivíduos astutos e inteligentes, trabalhadores e previdentes, que souberam administrar seus pequenos recursos com eficiência, e assim operam o circuito mágico de transformação de dinheiro em mais dinheiro (MARX, 1985b).

Os teóricos da economia política e do mercantilismo não se cansam de repetir que o capitalista comercial foi bem-sucedido graças a sua sagacidade e espírito criativo, pois souberam aplicar corretamente o seu dinheiro. Pela mediação de seu espírito comercial, conseguiram comprar barato e vender mais caro. O salto mortal de dinheiro em mais dinheiro, segundo os teóricos da econômica política, brotaria do espírito sagaz dos homens de negócios, e não do movimento produtivo; neste, o capitalista se apropria do tempo de trabalho excedente. Não se verifica o reconhecimento do processo de acumulação primitiva de capital, em que o capital vem ao mundo pela mediação do roubo e da pilhagem. Esses teóricos tentam ocultar a forma originária que consubstanciou a acumulação de capital, ou seja, como o capitalista conseguiu o capital necessário para poder comprar a força de trabalho assalariada na Europa. Desvelar o segredo desse processo é fundamental para se compreender o desenvolvimento da história econômica do Brasil, pois a economia nacional está diretamente relacionada aos propósitos da empresa colonizadora (portuguesa, holandesa, inglesa etc.).

1.1 Capital mercantil e mercado mundial

Há uma articulação inexorável entre a produção brasileira e os interesses dos capitalistas europeus. A acumulação da riqueza produzida no Brasil foi imprescindível para que o capitalista pudesse erguer tanto a manufatura como a indústria na metrópole. Para que o capital pudesse obter sua forma mais elevada como capital industrial, as relações mercantilistas se revelaram essenciais. Se a primeira manifestação do capital mercantil se revelou como roubo e pilhagem dos povos colonizados, esta forma precisou ser superada, mediante a interferência do capital mercantil no processo de organização da produção nas colônias.

Quando se estuda a economia brasileira, nota-se a presença dum grupo de teóricos que tentam qualificar a etapa colonial como semelhante ao modelo feudal-escravista, ou seja, busca-se encontrar no país a presença de um modo de produção feudal-escravista. Isso é justificado largamente pela ausência tanto de trabalhadores assalariados quanto de capitalistas; é que inexistiu na forma da produção colonial brasileira a presença das classes fundamentais que integram o modo de produção genuinamente capitalista¹¹, e na inexistência dessas classes essenciais afirma-se categoricamente o Brasil como um modo de produção feudal-escravista¹².

¹¹ Escreve Lessa (2014, p. 15): “Portanto, em países como o Brasil, na periferia do sistema do capital, durante a Acumulação Primitiva, o desenvolvimento das classes sociais não se dirigiu para a gênese e o desenvolvimento de uma burguesia e de um proletariado, mas para a constituição de uma oligarquia ligada à terra e de escravos, serviçais, trabalhadores rurais e artesãos que, mesmo quando assalariados, distantes estavam da constituição de classe dos trabalhadores dos países mais desenvolvidos”.

¹² Entre as concepções que serviram para obliterar uma efetiva compreensão da realidade brasileira encontra-se aquela que emanou do VI Congresso da Internacional Comunista. O Programa divulgado pela Internacional Comunista foi insistentemente utilizado pelo PCB na interpretação do quadro brasileiro e acabou servindo para configurar uma visão mecanicista, reducionista e etapista. O Programa afirma (apud PRADO JR., 1987, p. 65): “Países coloniais e semicolônias (China, Índia etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal ou o ‘modo asiático de produção’ tanto na vida econômica quanto na sua superestrutura política; países enfim onde as primeiras empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, as maiores propriedades, as maiores plantações etc., se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro,

Autores como Nelson Werneck Sodré (1990) e Alberto Passos Guimarães (1981) justificam suas posições apelando para a afirmação da inexistência de um capitalismo consolidado em Portugal. Perante o fato de o capitalismo ainda passar por um processo de gestação na metrópole, como se poderia considerar a economia brasileira efetivamente capitalista, haja vista que o capitalismo, na sua forma pura, inexistia no continente europeu? Esses intérpretes da história econômica nacional estabelecem uma cisão entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e o desenvolvimento da economia brasileira. Embora destaquem a relação existente entre a economia nacional e o mercado mundial, eles parecem incapazes de superar as camadas epiteliais do sistema do capital e apreender suas efetivas contradições.

Partimos então do denominador comum que perpassa as distintas análises da economia nacional em sua etapa colonial, em que a produção instaurada nas terras brasileiras atendia aos interesses do mercado mundial. A articulação inexorável da produção nacional com o mercado internacional indica que a caracterização da economia nacional como semelhante ao feudalismo é profundamente problemática. No feudalismo, o mercado não se constituía como o elemento regulador da produção, haja vista que o modo de produção feudal estava voltado à produção do valor de uso, e não ao valor de troca. No feudalismo, os produtores produziam para atender suas necessidades e às necessidades de seus senhores com produtos de subsistência, e não com mercadorias.

Evidentemente, não se pode desconsiderar que traços da economia de subsistência se fazem presentes na economia colonial, apresentando aspectos que se aproximam do feudalismo. Nota-se a presença de relações escravistas e feudais no processo de reprodução do capital na etapa colonizadora do país – pelo fato de que em nenhuma parte do mundo o capital se manifestava em sua forma genuína (relações de produção fundadas predominantemente no trabalho assalariado). Mas isso não autoriza a considerar as relações aqui instituídas como feudais ou escravistas, pois se manifestam na presença de elementos que transcendem as relações de produção que caracterizam a escravidão antiga e o feudalismo. A escravidão é moldada pelo capital comercial, ou seja, é escravidão comercial. É

pela independência nacional, doutro lado, têm aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da edificação socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária”.

preciso atentar para a diferenciação que subsiste por trás da aparente identidade.

Deve-se esclarecer que a empresa colonizadora portuguesa instaurou um sistema de produção no Brasil que não visava atender às necessidades fundamentais de seus produtores, mas às necessidades do mercado mundial. Como então qualificar a produção colonial como feudal, se essa produção estava organizada para contemplar os interesses do mercado mundial em seu processo de gestação? Querer qualificar essa forma de produção como distante da forma capitalista é desconsiderar a natureza processual do capital e do capitalismo, simplificando o processo produtivo e obliterando o caráter contraditório do capital e do modo de produção capitalista. De igual modo, não se deve considerar a economia colonial como claramente capitalista. Isso indica que se está diante de um quadro social complexo, povoado por intensas contradições. Essas contradições são típicas expressões de um período de transição em que as relações de produção capitalistas estão sendo gestadas no interior de uma sociedade perpassada pela presença de relações hegemonicamente mercantilistas.

É elementar considerar o caráter contraditório do capital e que ele não vem ao mundo de forma pronta e acabada. O capital não se constitui como uma relação natural e como eterna necessidade dos homens, pois a eterna necessidade dos homens, na relação metabólica com a natureza, chama-se trabalho, como mecanismo produtor de valor de uso. O capital assume roupagens das mais distintas ao longo da história da humanidade, emergindo como capital comercial, capital mercantil, capital industrial e capital financeiro. É importante observar que o capital é uma totalidade complexa, em que o todo é mais que a soma de suas partes. Essa relação social vai ampliando seus tentáculos por todos os poros da sociabilidade humana, até dominar integralmente a sociedade. Escreve Marx (2011, p. 60): “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina”. O capital moderno é completamente distinto do capital antigo e feudal. Nas sociedades precedentes, ele subsistia de maneira episódica, não se constituindo ainda como polo regente de todo o processo de produção. De acordo com Mazzeo (1997, p. 37):

O contexto do desenrolar do século XII, onde fervejam atividades mercantis e produtivas bastante diferenciadas das que encontramos nos séculos anteriores, inaugura o que Marx e Engels chamaram de avanço do capital sobre a economia natural, cujo primeiro passo se deu com a aparição dos comerciantes de posse de um capital móvel, isto é, um capital no sentido moderno do termo.

O capital é contradição em essência. É do movimento contraditório que o capital se constitui, adotando as faces mais distintas. Essa multiplicidade de faces torna difícil sua caracterização, pois geralmente os seguidores de Marx preferem falar desse ser somente em sua forma clássica, esquecendo que nem sempre o capital pode se revelar da maneira como se plasmou na Inglaterra. E mesmo aí ele foi gestado paulatinamente graças ao processo de acumulação primitiva de capital. Enquanto ser social, o capital é um processo que se ergue da expropriação do trabalho alheio. No entanto, é preciso atentar para o caráter complexo e contraditório desse ser social, ou seja, como as relações de produção capitalistas emanam de relações de produção não capitalistas e como o comércio ganha corolários específicos que acabam interferindo na produção.

O reconhecimento do caráter predominante da produção somente foi possível com o desenvolvimento da grande indústria capitalista. É importante lembrar que as categorias econômicas são determinações da existência, e não produtos do intelecto. A consciência somente consegue apropriar-se corretamente da realidade quando as condições estão amadurecidas para isso. Marx chamou atenção para o fato de a produção comparecer como predominante, mas não se deve desconsiderar a relação dialética existente entre produção e circulação, produção e consumo, pois a circulação também determina a produção e o consumo também determina a produção. Há um consumo produtivo ou um consumo na produção. Existe uma relação reflexiva entre as distintas categorias, de maneira que a produção determina a circulação e também por ela pode ser determinada. Nos primórdios do capitalismo, o comércio determinou a produção e forneceu as condições que levaram à superação do *Ancien Régime*.¹³

Aprender a natureza da produção no período colonial implica operar mediante um processo de abstração, em que a identidade não deve desconsiderar sua diferenciação, haja vista que subsiste uma relação dialética entre produção e circulação. A produção, enquanto momento predominante [*übergreifende Moment*], determina a distribuição e o consumo e, por sua vez, por elas é determinada. Subsiste, portanto, uma imbricação entre produção e distribuição.

¹³ Acerca da relação entre comércio e produção no processo de emergência do capitalismo na Europa, existe uma querela entre alguns historiadores (Paul M. Sweezy, Maurice Dobb, H. K. Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, Giuliano Conte etc.). Há aqueles que entendem que a produção cumpriu papel decisivo na passagem do feudalismo para o capitalismo; já outros consideram que o comércio exerceu papel central no processo de superação das relações feudais pelo capitalismo. (Cf. CONTE, 1976; SWEEZY, 1977).

Como aponta Marx (2011, p. 49):

Por essa razão, juros e lucro figuram também enquanto tais na produção, uma vez que são formas nas quais o capital aumenta, cresce, momentos, portanto, de sua própria produção. Juros e lucro, como formas de distribuição, subentendem o capital como agente da produção. São modos de distribuição que têm por pressuposto o capital como agente da produção. São, igualmente, modos de reprodução do capital.

Na relação reflexiva estabelecida entre produção e circulação, a primeira aparece como momento predominante. Isso, no entanto, não se constitui de uma maneira imediata e acabada, mas pressupõe um processo em que o capital participa primeiramente como capital comercial, e depois como capital produtivo e financeiro. Explica Marx (2011, p. 53):

P. ex., quando o mercado se expande, *i.e.*, a esfera da troca, a produção cresce em extensão e subdivide-se mais profundamente. Com mudança na distribuição, modifica-se a produção; p. ex., com a concentração do capital, com diferente distribuição da cidade e campo etc. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os três momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico.

O capital inglês, por ser mais desenvolvido, é a síntese de múltiplas determinações. Entender as múltiplas determinações do capital implica analisar pormenorizadamente cada momento dessa totalidade. Para isso, é necessário afastar-se do objeto em sua forma prosaica para alcançar seu núcleo racional e seu substrato essencial. Operar por um processo de abstração requer retroceder para avançar, a fim de apreender o objeto de uma maneira mais lúcida e segura. Para entender a realidade econômica brasileira é preciso retroceder historicamente, a fim de avançar cientificamente. Subsiste então uma unidade entre história e ciência, ciência econômica proletária e história. A perspectiva histórica em curso é aquela deixada pelos clássicos do materialismo dialético e do materialismo histórico. Todo processo de abstração implica captar o elemento comum a todo processo de produção. Desse modo, a produção em geral

é uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo múltiplamente articulado, cindido em diferentes determinações.

Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga (MARX, 2011, p. 41).

Apanhar a diferença naquilo que subsiste de comum é uma tarefa essencial para apreender a especificidade de cada forma de configuração e reconfiguração da produção, distribuição e consumo. O elemento comum entre todas as formas de organização da produção que fundamentam as sociedades de classe se revela na necessidade de acumulação do trabalho excedente, haja vista que o mais-trabalho é a quintessência dos modos de produção escravista, feudal, asiático e capitalista. Isso demonstra que inexiste sociabilidade humana de classe sem apropriação do trabalho alheio. A essência das sociedades de classe se denomina trabalho acumulado, decorrente da expropriação de trabalho excedente, pois sem apropriação de trabalho não seria possível que uma determinada classe social se afastasse das atividades diretamente produtivas e se dedicasse às atividades religiosas, políticas, militares, jurídicas, administrativas etc. Isso pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas e presume certo nível de desenvolvimento da relação do homem com a natureza. No entanto, não é a ferramenta e a técnica que determinam as relações de produção, mas o contrário. O tempo de trabalho excedente é o elemento basilar das sociedades de classes e do desenvolvimento das relações de produção ao longo da história da humanidade.

O capital possui algo em comum com as formas de organização da produção pretéritas, à medida que se constitui como trabalho passado objetivado, ou seja, como apropriação e acumulação de trabalho não pago. O capital é elemento impulsionador da produção tanto na metrópole quanto nas colônias; ele não emerge a partir de um desenvolvimento interno e espontâneo, mas instaura-se nas colônias como algo essencialmente imposto verticalmente. Isso requer reconhecer a peculiaridade do capital dos tempos hodiernos em relação ao capital dos tempos antigos, a peculiaridade das relações mercantis modernas perante as relações mercantis antigas. Apesar de ele não ser uma entidade eterna e imutável, pode-se constatar sua presença nos estágios precedentes das sociedades de classe. É preciso sempre destacar que o capital não surgiu como expressão inexorável de uma lei eterna da natureza ou desarticulado dos preceitos que regem a história dos homens. O capital é produto de uma relação eminentemente social, e não produto de um movimento natural; muito menos pode se afirmar que as sociedades pretéritas tenham existido em decorrência da gênese e do desenvolvimento do capitalismo. Conforme Marx (2011, p. 58, grifo nosso):

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. [...] Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, a dízima etc. quando se conhece a renda da terra. Porém, não se deve identificá-los. Como, ademais, *a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas.*

O capitalismo pode conter, em seu processo de gestação, inúmeras formas atrofiadas e caricaturadas do trabalho existentes nas sociedades pré-capitalistas; mas essas formas atrofiadas são portadoras duma essencialidade completamente distinta, porque sua razão de ser é determinada, em última instância, pelo capital e pelos interesses do mercado mundial. Não se pode esquecer que a sociedade burguesa surgiu dos escombros da sociedade feudal, mas isso não se deu imediata ou naturalmente, senão a partir de um movimento matizado por conflitos abertos ou velados.

Para despojar-se completamente dos vestígios feudais, a burguesia mercantilista teve de aprender a conviver hipocritamente com a aristocracia e o clero, bem como adular as classes dirigentes, enquanto preparava o terreno para varrê-las da cena histórica. Mesmo nas economias mais adiantadas da Europa, a burguesia precisou acumular forças para dominar completamente a sociedade constituída, e isso não se deu natural ou espontaneamente, mas mediante a intensificação da luta de classes. Todo esse processo foi gestado pelo capital mercantilista enquanto processo de acumulação primitiva de capital.

O mercantilismo foi a política econômica de uma era de acumulação primitiva, no momento histórico que precede às relações efetivamente capitalistas. Assim, pode-se notar a existência de duas etapas no processo de acumulação: uma de constituição e outra de realização ou de transferência de riqueza burguesa para investimento na indústria. A primeira é *condito sine qua non* para a segunda; nela expropriam-se os camponeses e, na segunda, se transforma a massa desses camponeses em trabalhadores assalariados. A primeira constituiu as bases para a segunda forma da acumulação; esta não mais se fundamenta no roubo e na pilhagem, senão no processo de acumulação de mais-valia. Nesse aspecto, temos duas formas de acumulação, uma primitiva e fundamental para que o capital industrial pudesse vir ao mundo, e a segunda como a forma de ser da produ-

ção capitalista enquanto reprodução ampliada, em que uma parte do tempo de trabalho excedente apropriado é destinada para dinamizar e ampliar a produção. A mais-valia apropriada deve converter-se em mais-valia capitalizada. No entanto, a primeira também acaba determinando a produção de uma forma *sui generis*, ou seja, à proporção em que a produção é determinada pelo comércio.

O capitalismo somente pode se constituir na medida em que subsiste, primeiro, oferta suficiente de força de trabalho, enquanto ponto de inflexão para que o capital possa subordinar completamente o trabalho aos seus propósitos; segundo, o aprimoramento dos meios de produção, quando a técnica e a ciência devem receber uma aplicabilidade prática no universo da produção; terceiro, a constituição do mercado mundial. Somente quando estes três elementos estão instituídos de maneira unitária em todo o mundo habitado é que o capital pode se converter em “sujeito” que tudo molda à sua imagem e semelhança. Ocorre então um círculo vicioso e uma relação reflexiva entre capital e trabalho assalariado, pois o capital precisa dessa forma de configuração do trabalho para poder subsistir; por sua vez, o trabalho assalariado pressupõe a existência do capital. O desenvolvimento da consciência de classe do proletariado pode servir de urdidura para a superação do capital e do modo de produção fundamentado na escravidão assalariada.

O capital comercial paulatinamente elaborou a completa sucumbência das relações feudais e a emergência do trabalho assalariado, mediante o processo de acumulação primitiva. O capital comercial exerceu função decisiva na perspectiva de erguer as bases para pleno desenvolvimento da indústria, mas isso não se configurou de uma maneira imediata e direta, porém de uma forma lenta e gradual. Escreve Marx (2011, p. 195):

O capital comercial é simplesmente capital circulante, e o capital circulante é a primeira forma do capital; forma na qual o capital ainda não deveio de forma alguma o fundamento da produção. Uma forma mais desenvolvida é o capital dinheiro e o juro do dinheiro, a usura, cuja aparição autônoma pertence igualmente a uma fase anterior.

Enquanto o capital não se apresenta ainda na forma de capital produtivo e industrial, ele se configura na forma de capital comercial e usurário. Essas formas de ser do capital precedem ao modo de ser genuinamente capitalista. Segundo Marx (2011, p. 60):

A pureza (determinabilidade abstrata) em que aparecem os povos co-

merciantes no mundo antigo – fenícios e cartagineses – é dada justamente pelo próprio predomínio dos povos agricultores. O capital, como capital comercial ou capital-dinheiro, aparece nessa abstração precisamente ali onde ele ainda não é o elemento dominante das sociedades. Os lombardos e os judeus ocupam a mesma posição em relação às sociedades medievais dedicadas à agricultura.

E Marx acrescenta (apud MÉSZÁROS, 2006, p. 712, nota 18):

[*os cartagineses*] tinham desenvolvido o capital sob a forma de capital comercial e, portanto, fizeram valores de troca enquanto tais no [objeto] direto da produção, ou onde, como os *romanos*, pela concentração da riqueza, particularmente da propriedade da terra, em poucas mãos, a produção era necessariamente dirigida não mais para o uso pelo próprio produtor, mas para o *valor de troca*, portanto possuía este aspecto da produção capitalista.

Os aspectos da produção capitalista (trabalho assalariado, valor de troca, dinheiro, moeda, ciência) revelam-se primeiro no exército romano; no entanto, ele não se constitui como complexo capaz de se irradiar completamente nos outros complexos sociais e alterar as relações de produção, pois esses aspectos emergem completamente articulados ao modo de produção escravista. No processo de dissolução das relações de produção feudal, o capital comercial recorre ao trabalho escravo nas colônias; não se trata de um simples retrocesso ao modo de produção antiga ou medieval, porque o elemento regulador da produção é o capital comercial, e o valor de troca rege o valor de uso. Escreve Marx (apud MÉSZÁROS, 2006, p. 712, nota 18, letras maiúsculas e itálicos do autor):

As duas formas nas quais o capital aparece como antes que ele tome o controle direto da produção – neste sentido, tornando-se capital produtivo – e portanto aparece como relação que domina a produção, são o *capital comercial* e o *capital usurário* (*capital voltado para o juro*). Por exemplo, na Índia o trabalho não está ainda formalmente subsumido ao capital. **ELE NÃO EMPREGA O RYOT** [camponês indiano – NT] **COMO TRABALHADOR**; não é um trabalhador assalariado mais que o usurário que emprega como capitalista industrial. [...] Nós encontramos a mesma relação entre, por exemplo, os patrícios e os plebeus em Roma, ou os camponeses possuidores de pequenas parcelas de terra e os usurários. [...] O que dissemos do capital usurário é verdadeiro para o *capital comercial*. Pode igualmente ser *uma forma transicional* para a subsunção do trabalho ao capital (inicialmente sua subsunção formal). Este é o caso também se o *mercador* enquanto tal exerce o papel **MANUFATUREIRO**. Ele adianta a matéria-prima. Ele aparece originalmente como *comprador* dos produtos das indústrias independentes.

A subordinação do valor de uso ao valor de troca se faz presente na forma do capital usurário e do capital comercial. No entanto, essas formas não podiam ainda se irradiar completamente nos modos de produção escravista e feudal, embora já existissem como formas secundárias em seu interior, pois o capital não possuía então o poder absoluto e a abrangência sobre o trabalho que vai pautar o capital industrial.

Os remanescentes feudais tentaram de todas as formas impedir a penetração do capital comercial em suas áreas de influência, e a burguesia mercantilista precisou sofisticar seus mecanismos de ataque ao poder feudal. Ela soube paulatinamente demonstrar como o poder do dinheiro podia se irradiar por todos os poros da sociedade e determinar seus preceitos morais, religiosos e políticos. Esclarecem Marx e Engels (2007, p. 42):

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. [...] Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio.

As formas socioeconômicas do mundo feudal e escravista permaneceram no interior do capital mercantilista porque as condições para o controle absoluto do capital sobre o trabalho não estavam ainda postas. Para se libertar desses vestígios não bastava apenas vontade política; fazia-se necessário desenvolver intensamente as relações de produção e as forças produtivas. Anota Williams (2012, p. 33): “Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha”. As formas atrofiadas e anacrônicas (como o trabalho escravo) somente foram solapadas depois que o capital fez uso dele; assim, o capital submete os modos pretéritos de organização da produção aos seus propósitos, apesar de esses modos de produção não estarem fundados intrinsecamente na produção de mercadorias nem na produção destinada à troca. Escreve Marx (2008, p. 787):

O capital produtor de juros ou, como podemos chamá-lo em sua forma antiga, o capital usurário, pertence, como o irmão gêmeo, o capital mercantil, às formas antediluvianas de capital que por longo tempo precedem ao modo capitalista de produção e se encontram nas mais diversas formações econômicas da sociedade.

O irmão gêmeo do capital usurário vai demarcando posição no interior do modo de produção feudal e revela-se como a forma precursora fundamental do caráter diluviano do capital. O capital comercial recorre ao capital usurário, ou seja, o comerciante toma dinheiro emprestado ao usurário para obter lucro nas transações que se estabelecem no ultramar; assim o dinheiro do entesourador se converte em capital nas mãos do habilidoso mercador capitalista.

O capital mercantil emana do interior das relações feudais e vai lentamente determinando as relações que permitem a emergência do caráter diluviano e destrutivo do capital perante os modos préteritos de produção. O capital mercantil revela-se como o ponto de partida das condições que vão subordinar toda a produção aos preceitos do mercado, não podendo haver um átomo da sociedade que não esteja subjugado aos seus propósitos de reprodução ampliada. Mas para alcançar o domínio absoluto sobre o trabalho e as relações sociais, o capital teve de se lançar numa guerra aberta contra as formas precedentes de organização da produção.

O mercado mundial constitui instrumento fundamental de intensificação das relações assentadas no processo de realização do valor e como mecanismo essencial da reprodução social do capital em escala planetária. Mas isso também não nasce pronto e acabado. O mercado demonstra a força incomensurável do complexo econômico sobre os outros complexos sociais à medida que passa a determinar o comportamento e a forma de ser dos indivíduos, tornando os hábitos e as necessidades, homogêneos e unívocos. O mercado unificou os povos distantes e superou o estranhamento do comportamento e dos hábitos alimentares dos indivíduos, já que toda a organização da vida material e espiritual passa a ser regida segundo os seus imperativos (MARX, 1993).

Enquanto entidade social, o mercado mundial pressupõe uma série de relações que ganham corolários (identidade e diversidade) distintos, ao tempo que se aprofunda seu nível de complexidade, pois as sociedades mais desenvolvidas baseiam-se em categorias mais complexas que as sociedades mais simples. Formado por uma série de complexos de complexos, que tem sua essência na expropriação da força de trabalho escrava (servil e camponesa), o capital comercial deixa paulatinamente de ser o elemento determinante da produção, para ser determinado por ela.

Como na sociedade feudal a produção estava pautada pelo controle do senhor feudal, enquanto proprietário dos meios de produção e dos meios de subsistência, a tarefa dos capitalistas comerciais, assentados em seus burgos, era cuidar tão somente do movimento

circulatório das mercadorias adquiridas no Oriente e comercializadas no Ocidente. Aí subsistia uma forma de constituição do capital que não era a mesma existente na periferia do sistema, haja vista que a produção estava ainda voltada diretamente à produção de valor de uso e não do valor de troca.

Nessa época, a burguesia julgava mais importante controlar o processo de circulação de mercadorias do que controlar diretamente o processo produtivo. É somente com o desenvolvimento da manufatura e a emergência da indústria que o capitalista passa a entender a gênese efetiva de seu lucro, ou seja, que este decorria do controle direto do trabalho e das relações de produção, e não do controle do sistema de troca de mercadorias. A ausência de controle do processo produtivo se reflete na teoria mercantilista, em que o comércio parece subsistir como entidade autônoma, e não como um setor dependente do setor produtivo. Isso resulta do fato de que o capital “não subordina diretamente a si o trabalho, e por isso não o confronta como capital industrial” (MARX, 2008b, p. 790).

Pelo fato de se configurar como a forma de expressão do capital num tempo de transição, o capital mercantil apresenta-se como um processo enredado em contradições, em que o movimento do ser e não-ser obsta por inteiro sua forma de configuração. Por isso no interior do capital mercantil coexistem formas avançadas e formas retrógradas, haja vista que o comerciante precisava se relacionar com aquelas classes dominantes que exerciam o controle do processo produtivo. Inicialmente, a mercadoria brotava de relações de produção distintas, e não das relações diretamente controladas pelo capital mercantil. A incapacidade de subordinar toda a força de trabalho aos seus imperativos e comandos fazia com que ele admitisse a recorrência aos diversos modos de organização da produção, até que paulatinamente fosse controlando a produção, de maneira que o comércio aparecesse como atividade primordial.

Observa-se que o capital não podia ainda manifestar-se em sua pureza como capital industrial, pois ele ainda era marcado pela presença de formas precedentes de organização da produção; no entanto, essas formas vão lentamente sendo superadas no modo clássico (Inglaterra, Holanda e França), de uma maneira mais lenta ainda no modelo tardio (Alemanha, Itália e Japão), e de uma forma extremamente lenta no modelo hipertardio (Brasil). Isso implica dizer que o capital mercantil consegue paulatinamente revolucionar os modos de produção existentes, submetendo-os gradualmente aos seus interesses. Desse modo, inicialmente, a acumulação se processa mediante formas não puramente capitalistas.

É evidente que o capital usurário e o capital mercantil não exercem os mesmos efeitos e as mesmas consequências em todos os lugares. Ele atuará como força revolucionária perante as forças precedentes de organização da produção, pois

destrói e dissolve as formas de propriedade que, pela solidez e pela constante reprodução uniforme, servem de base à organização política. Em formas asiáticas, a usura pode perdurar ao longo do tempo sem nada causar além da decadência econômica e da corrupção política. Só onde e quando existem as demais condições do modo capitalista de produção, a usura se revela um dos meios de constituir o modo de produção, arruinando o senhor feudal e os pequenos produtores e centralizando as condições de trabalho convertidas em capital (MARX, 2008a, p. 791).

Indubitavelmente, o modo de produção asiático demonstra maior capacidade de resistência aos imperativos do capital que o feudal e o comunal. Nessas sociedades, as condições para a inserção do capital mercantil na produção se fará de modo mais célere. Mas para isso será preciso estabelecer as bases ao seu pleno florescimento, e seu acerto de contas com o modo de produção asiático somente se dará no decorrer do século XIX.

Antes de superar os diversos modos de produção e explorar ubiquamente a força de trabalho assalariada, o capital careceu do estabelecimento das bases para a constituição de sua forma mais sofisticada de expropriação da força de trabalho. Para que o capital pudesse controlar o trabalho, os camponeses converteram-se em trabalhadores assalariados e as distintas formas de trabalho, compulsório também. Mas isso não se revela imediatamente através da gestação das relações efetivamente capitalistas de produção, como na indústria; no entanto, será fundamental para a realização da acumulação primitiva de capitais. O ser e o não-ser corta como uma diagonal a existência do capital, já que ele é contradição viva. O trabalho morto serve para dominar o trabalho vivo. Escreve Marx (2011, p. 324): “O capital, como pôr do trabalho excedente, é igualmente e no mesmo momento pôr e não pôr do trabalho necessário; o capital só é à medida que o trabalho é e ao mesmo tempo não é”.

Ao invés de se constituir mediante a afirmação da unidade em seu processo de apropriação de mais-valia, ele se manifesta como um movimento irregular, marcado por idas e voltas; somente no final do processo é que se reconhece sua verdadeira identidade. Assim, pode-se entender como o capital progride paulatinamente desde seu modesto comportamento inicial de subsunção da força de trabalho

compulsória até alcançar um nível de abrangência e ubiquidade em que o controle do trabalho se ramifica por toda a produção mundial. O controle do capital sobre a totalidade do trabalho progride de maneira irregular e desigual nas distintas regiões do planeta até encontrar sua expressão mais elevada na forma assalariada.

A passagem de um modo de produção para o outro pressupõe um processo de superação no qual o novo não surge imediatamente; a produção capitalista precisa de alguns séculos para dissipar completamente os vestígios do feudalismo. É necessário atentar para os elementos que unificam e diferenciam o modo de produção capitalista aos/dos modos de produção escravista e feudal, pois em cada um deles o trabalhador (escravo, servo e assalariado)

recebe uma certa quantidade de alimentos que lhe permite existir como escravo, servo e trabalhador assalariado. O conquistador, que vive do tributo, ou o funcionário, que vive do imposto, ou o proprietário fundiário, que vive da renda, ou o monge, que vive da esmola, ou o levita, que vive do dízimo, todos recebem uma cota da produção social determinada por leis diferentes das que determinam a cota dos escravos etc. (MARX, 2011, p. 43).

Algumas economias da Europa terão mais dificuldades de se desvencilhar de sua herança agrícola e de seu passado servil; já outras terão mais facilidade em desenvolver suas atividades comerciais e seu espaço urbano, bem como a manufatura e a indústria. É preciso observar o sentido do termo superação (*Aufhebung*), um movimento que implica saltar por cima, carregando consigo elementos do passado; no entanto, existem elementos do passado que continuam vivos no presente. O salto sobre o passado não descarta o passado, pois este não existiria sem aquele; o presente não existe sem o passado, mas entre passado e presente subsiste uma diferença monumental, pois este é um novo período histórico em que as relações socioeconômicas são completamente alteradas. A relação com o passado é uma relação dialética: a diferença não deve desconsiderar a identidade e a identidade não deve desconsiderar sua diferenciação.

O capital, dotado de poderes absolutos, tudo domina na sociedade capitalista; no entanto, ele foi gestado nas entranhas da sociedade feudal e da sociedade antiga, incorporando elementos do trabalho escravo e do trabalho servil para poder vir ao mundo. Foram necessários vários séculos para que a burguesia pudesse varrer completamente do mapa europeu os vestígios feudais. Como Marx esclarece (1985b, p. 285):

No período da infância da produção capitalista, as coisas se passaram, muitas vezes, como na infância do sistema de produção medieval, quando a questão de quem dos servos evadidos deveria ser mestre e quem deveria ser criado foi decidida, em grande parte, pela data mais recente ou mais antiga da fuga. Contudo, a marcha de lesma desse método não correspondia, de modo algum, às necessidades comerciais do novo mercado mundial, que fora criado pelas grandes descobertas dos fins do século XV. A Idade Média, porém, legou duas formas diferentes de capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes mesmo da era do modo de produção capitalista, contam como capital *quand même* – o capital usurário e o capital comercial.

Embora o capital comercial tenha emergido no interior da sociedade feudal, ele se constitui como uma excrescência para aquele modo de produção, não se configurando como a sua verdadeira essencialidade: o capital monetário formado pela usura e pelo comércio foi impedido pela constituição feudal de se converter em capital industrial (MARX, 2011). Para que o capital comercial pudesse se converter em industrial tornava-se imperativo quebrar as barreiras que impediam seu pleno desenvolvimento, fazendo-se imprescindível expropriar os camponeses de suas terras e converter os séquitos feudais em propriedade privada da burguesia, onde os camponeses, destituídos de seus meios de produção e subsistência, passaram à condição de trabalhadores assalariados. Para que a manufatura pudesse se desenvolver, a burguesia mercantil precisou construir seu próprio espaço geográfico longe do controle das corporações instituídas e da legislação feudal.

É somente no interior duma determinada processualidade social que o dinheiro pode se transformar em capital, pois o dinheiro entesourado nas mãos do usurário não se transforma em capital. Para se converter em capital o dinheiro precisa realizar um circuito, precisa sair de si mesmo e ser no outro, superando sua simples condição de mediador absoluto do intercâmbio das mercadorias para constituir a quintessência da produção de mercadorias. Escreve Marx (apud MESZÁROS, 2006, p. 711, nota 16): “Inicialmente o capital vem da circulação e, além disso, seu ponto de partida é o dinheiro”.

O movimento duplicado do dinheiro, expresso na fórmula D-M-D', revela o aspecto formal do capital mercantil, em que o dinheiro comparece tanto no começo quanto no final. Nos primórdios do capital, o caráter duplicado da circulação confere uma superavaliação ao aspecto comercial. Marx (apud MESZÁROS, 2006, p. 711, nota 16) assinala: “Capital comercial é apenas capital circulante, e capital circulante é a primeira forma de capital, na qual ele ainda

não se tornou de modo algum o fundamento da produção”. Nas sociedades voltadas à produção de subsistência, trocava-se apenas o excedente; nelas a troca se processava de uma maneira simples, e ao final da etapa nenhum *quantum* era agregado. A entrada em cena da figura do comerciante altera substancialmente isso, porque este procura extrair valor da relação de troca. O comerciante não troca mercadorias simplesmente para atender às necessidades sociais das comunidades ou dos indivíduos envolvidos, mas para retirar um *quantum* a mais pela mediação da troca. Esta passa a ser um instrumento de acumulação para uma classe que se acha, inicialmente, fora do processo produtivo. E o capital comercial transcende a circulação simples de mercadorias (M-D-M), porque sua atividade é centrada na perspectiva do lucro, ou seja, na apropriação duma parte do excedente produzido.

O capital mercantil caracteriza o modo de produção capitalista em seus primórdios, já que o processo de produção presume o processo de circulação; em outras palavras, o processo de produção do valor pressupõe o processo de realização do valor. A transformação do dinheiro em capital é uma processualidade histórica; o dinheiro somente não garante sua possibilidade de converter-se em capital, como também a forma dinheiro não revela o segredo de seu caráter abstrato. O caráter abstrato da forma dinheiro e do próprio capital emana da forma específica de trabalho que lhe dá sustentação. Pelo fato de o trabalho emergir como trabalho abstrato, a mercadoria e o dinheiro são também entidades abstratas. O caráter abstrato da forma dinheiro decorre do fato de a medida do valor de uma coisa ser determinada pelo *quantum* de trabalho nela depositada. É o tempo de trabalho socialmente necessário, dispensado para produzir uma mercadoria, que determina o seu valor (MARX, 1985a). No entanto, esse segredo somente pode ser revelado *post festum*, e não *a priori*.

A apropriação do trabalho não pago é a quintessência do sistema do capital. É por isso que o capital não pode abrir mão do controle absoluto do trabalho; o trabalho tem de ser trabalho alienado, e a relação que os homens estabelecem entre si, uma relação reificada. Este é um processo que começa a ser gestado na forma do capital comercial; no entanto, isso não se revelava de forma precisa e clara na época do capital mercantil. Por isso os teóricos do mercantilismo apresentam interpretações distorcidas da dinâmica socioeconômica.

O capital é uma totalidade dialética formada por produção, circulação e consumo. No entanto, antes de o capital mercantil (financeiro e bancário) tornar-se peça coadjuvante do processo de produção, ele exerceu papel primordial no processo de superação das relações pré-capitalistas. Como afirma Marx (2008a, p. 435): “Mas o capital

mercantil – e o comércio – é mais antigo que o modo capitalista de produção; é, na realidade, do ponto de vista histórico, o modo independente de existência mais antigo do capital”. Embora os distintos modos de produção que precedem o modo de produção capitalista não tenham como epicentro a produção de mercadorias ou o valor de troca, é possível sempre encontrar nos modos precedentes relações de troca do excedente produzido. Assinala Marx (2008a, p. 435):

Qualquer que seja o modo de produção donde saem os produtos que entram na circulação como mercadorias – seja a comuna primitiva, a produção escravista, a da pequena agricultura, a pequeno-burguesa ou capitalista –, não se altera o caráter deles como mercadorias, e como tais têm de passar pelo processo de troca e por todas as metamorfoses que ele implica.

Marx destaca que pouco importa o modo que medeia o processo de produção de mercadorias, ou seja, pouca importância exerce o fato de somente o excedente ser lançado no mercado ou se a totalidade da produção está destinada ao valor de uso. O que permite a existência do capital mercantil é o fato de os extremos existirem na forma do dinheiro (D-M-D’). Anota Marx (2008a, p. 435): “O capital mercantil apenas agencia o movimento desses extremos, as mercadorias que para ele são condições de sua existência”. E acrescenta (2008a, p. 436):

Qualquer que seja a organização social das esferas da produção donde saem as mercadorias trocadas por intermédio dos comerciantes, o patrimônio destes existe sempre como haveres em dinheiro, e seu dinheiro exerce sempre a função de capital. A forma desse capital é sempre D-M-D’; o ponto de partida é o dinheiro, a forma independente do valor-de-troca, e o objetivo autônomo é o aumento do valor-de-troca.

O capital mercantil subordina o valor de uso ao valor de troca, pois não se trata do comércio do excedente realizado entre os próprios produtores, mas de uma troca mediada por um agente externo que tem como propósito apropriar-se de mais trabalho, e não simplesmente operar o intercâmbio dos produtos que sobram da comunidade. O capital mercantil não estava interessado no simples intercâmbio de mercadorias expresso em M-D-M, haja vista que não se tratava de uma troca simples de mercadorias, em que ao final se obtinha uma soma igual a zero, mas de uma relação em que, ao final da transação, o novo valor deveria ser agregado ao existente.

Comprar para vender mais caro é a lei do comércio; portanto, o

capitalista mercantilista não compra para vender pelo mesmo valor.

O dinheiro que medeia a relação de troca não consiste num simples equivalente para facilitar o intercâmbio dos produtos, mas numa forma que permite a apropriação de excedentes pelo comerciante. Por isso os antigos consideravam a atividade comercial como impura ou deletéria aos interesses da sociedade; o comerciante (ju-deu) era geralmente considerado como um ladrão e, por isso, a usura foi combatida nas sociedades pretéritas.

O elemento que permite que coisas distintas possam ser trocadas é o tempo de trabalho socialmente necessário ao seu processo de produção. No entanto, na época do capital mercantil, as condições materiais para a elucidação da teoria do valor inexistiam; por isso, escreve Marx (2008a, p. 440): “Nos primórdios, o capital mercantil é movimento mediador entre extremos que não domina e pressupostos que não cria”. Somente com o desenvolvimento das relações efetivamente capitalistas é que a teoria do valor poderá ser elucidada¹⁴; para isso, deve superar as condições que gestam o trabalho compulsório e ativar os elementos que possibilitam o desenvolvimento das relações de produção assentadas no trabalho assalariado; o trabalhador deve aparecer como livre e todos os trabalhos devem assumir a forma de equivalentes, desaparecendo sua substância específica (valor de uso) e emergindo somente a sua substância gelatinosa, expressa na quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias.

Apesar de o capital mercantil parecer um autômato, e de a forma dinheiro se manifestar como se fosse *causa sui*¹⁵, a sua existência está completamente articulada à produção. O comerciante comparece

¹⁴ A humanidade precisou de alguns milênios para elucidar a teoria do valor. Escreve Marx (1985a, p. 11-12): “A forma do valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo. Mesmo assim, o espírito humano tem procurado fundamentá-la em vão há mais de 2.000 anos, enquanto, por outro lado, teve êxito, ao menos aproximado, a análise de formas muito mais complicadas e repletas de conteúdo”.

¹⁵ O termo *causa sui* remete ao princípio da autodeterminação, ou seja, ao ser que se constitui como causa fundante de si mesmo e que não carece de nenhum outro para poder subsistir. *Causa sui* quer dizer causa de si mesmo. No entanto, é preciso destacar que essa compreensão somente conseguiu se consolidar na modernidade, como explica Mora (1996, p. 92): “Originalmente, *causa sui* não se referia a Deus (Deus era, de preferência, *principium sui*). *Causa sui* podia aplicar-se ao homem livre, significando deste modo que ele se determinava a si mesmo, livremente. Dizia-se, porém, que nada é propriamente *causa sui*, pois todo ente é enquanto tem uma origem distinta de si mesmo, ou seja, enquanto é causado. [...] Pode-se dizer que em Descartes e Espinosa dá-se uma definição positiva de *causa sui*, diferentemente da definição escolástica medieval...”.

não somente como figura intermediária, mas como personagem que paulatinamente vai penetrando na produção até subordiná-la completamente. Assim, embora não se constitua como a razão de ser dos modos precedentes de organização da produção, o capital mercantil se configura como estrutura medular da gênese da sociedade capitalista.

O capital mercantil é a forma histórica de constituição do capital, quando ainda não está plenamente consolidado o processo de acumulação capitalista como acumulação de mais-valia e a base para a subordinação da força de trabalho e das relações de produção aos propósitos de reprodução ampliada que norteiam a produção capitalista. Para que isso aconteça é preciso que o capital mercantil espalhe seus tentáculos na sociedade, mediante a concentração monetária e a delimitação de uma produção exclusivamente destinada ao mercado. De acordo com Marx (2008, p. 437), “todo desenvolvimento do capital mercantil atua no sentido de orientar a produção cada vez mais para o valor-de-troca, de transformar os produtos cada vez mais em mercadorias”.

Nos modos de produção precedentes, o produto somente se converte em mercadoria quando é levado ao mercado, ou seja, ele não brota do próprio processo produtivo enquanto destinado à produção de mercadorias, pois a sua transformação depende ainda de fatores circunstanciais e casuais. Somente o excedente pode se converter em mercadoria, mas para isso necessita passar pela mediação do comerciante ou do portador da mercadoria como valor de troca. Escreve Marx (2008a, p. 438):

É o comércio que leva os produtos a se transformarem em mercadorias; não é a mercadoria produzida que, movimentando-se, forma o comércio. [...] É na circulação que o produto se torna valor-de-troca, mercadoria e dinheiro. O capital pode e tem de formar-se no processo de circulação, antes de apreender a dominar seus extremos, os diferentes ramos de produção, ligados pela circulação.

No capital mercantil dos modos de produção precedentes é possível encontrar um impasse entre produção e circulação, na perspectiva que interessa ao processo de reprodução do capital, porque nem a circulação consegue se apoderar completamente da produção, nem a produção logra subordinar totalmente a circulação aos seus propósitos. Assim, a produção não repousa completamente no comércio, nem a circulação inteiramente na produção. A relação entre circulação e comércio ainda é bastante conflitiva e constituída por elementos acidentais; paulatinamente o comércio vai adentrando na

produção e subjugando-a.

A gênese do capital mercantil serve de fundamento ao modo de produção capitalista, em que os lucros pareciam emergir exclusivamente das atividades comerciais. Smith expõe (2003, p. 505-506):

Os habitantes das cidades comerciais, ao importarem produtos manufaturados mais refinados e os caros artigos de luxo de países mais ricos, alimentaram a vaidade dos grandes proprietários, que avidamente os compravam com grandes quantidades de produto bruto de suas próprias terras. Por isso, naquela época o comércio de uma grande parte da Europa consistia basicamente no intercâmbio de sua própria produção bruta pela produção manufaturada de nações mais civilizadas.

O lucro do comerciante brota da relação de troca, porque o capital mercantilista recorre primeiramente ao roubo e à trapaça. A riqueza amontoada pelos comerciantes é geneticamente fruto da pilhagem da produção dos povos asiáticos e ameríndios. Escreve Marx (2008a, p. 441):

Aqueles modos de produção que possibilitam ao capital mercantil apropriar-se de parte preponderante do produto excedente: seja porque esse capital se interpõe entre comunidades com produção essencialmente orientada para o valor-de-uso e com organização econômica para a qual é de importância secundária a venda da parte do produto destinada à circulação em geral, portanto, a venda dos produtos pelo respectivo valor; ou seja porque, naqueles antigos modos de produção, os possuidores principais do produto excedente com os quais lida o comerciante, o proprietário de escravos, o senhor feudal, o Estado (por exemplo, o déspota oriental) representam a riqueza a fluir, exposta às armadilhas do comerciante, conforme já percebia acertadamente Adam Smith na passagem citada, relativa à época feudal.

O sistema do roubo e da pilhagem é o *leitmotiv* do capital mercantil em sua fase inicial, mas paulatinamente ele precisa amoldar e determinar a produção, controlando e organizando a produção como produção de mercadorias. Esclarece Marx (2008a, p. 441): “Nos primórdios da sociedade capitalista, o comércio domina a indústria; na sociedade moderna, dá-se o inverso”. O valor de troca começa a reger mais expressivamente o valor de uso, à proporção que o comércio passa a incidir sobre o processo de produção. O mercado ergue-se como *leitmotiv* da produção, e os meios de subsistência dos indivíduos passam a depender mais substancialmente do mercado que da própria produção de mercadorias. Com isso as velhas relações de produção e as antigas relações sociais são desagregadas, pois

O desenvolvimento do comércio mercantil leva a produção por toda a parte a orientar-se pelo valor-de-troca, aumenta o volume dela, diversifica-a e dá-lhe caráter internacional, e faz o dinheiro converter-se em dinheiro universal. O comércio por isso exerce sempre ação mais ou menos dissolvente sobre as organizações anteriores da produção, as quais em todas as suas diversas formas se guiam essencialmente pelo valor-de-uso. Até onde vai essa ação dissolvente depende da solidez e da estrutura interna do antigo modo de produção (MARX, 2008a, p. 442-443, grifo nosso).

A interferência do capital mercantil nos modos de produção pré-territos não se apresenta imediatamente como força motora capaz de dissolver as relações de produção e forjar um novo modo de organização da produção, diferentemente do capital mercantil no colapso do modo de produção feudal. O capital mercantil moderno consegue tanto dissolver as relações de produção feudal quanto as distintas organizações de produção que existiam espalhadas no planeta. Nesse contexto, os modos de organização da produção existentes na Ásia foram os que mais tenazmente resistiram aos imperativos do capital, quando comparados às organizações primitivas que moldavam a América. E resistiram porque estas formas milenares estavam fundadas na unidade entre agricultura e manufatura, em que a comunidade aldeia era autossuficiente e autônoma (MARX, 2011).

Enquanto no mundo antigo as transformações que se operaram na produção não emanaram do desenvolvimento das relações mercantis, no mundo moderno, elas resultaram em transformações substanciais na produção e “conduziram ao modo de produção capitalista” (MARX, 2008a, p. 443). Evidentemente que esse processo não seria bem-sucedido sem a colonização dos povos da África, América e Ásia. É digno de nota que quando a América foi colonizada pela burguesia europeia existiam barreiras enormes para que o capital se efetivasse plenamente tanto na colônia como na metrópole.

O objetivo da produção instituída no Brasil era assegurar os interesses do capital mercantil, em que ele desempenha função de pseudosujeito de todo o processo socioeconômico. Nos modos de produção precedentes, ele era mero elemento secundário que subsistia no escravismo e no feudalismo. É somente com o processo de acumulação primitiva de capital que o capital mercantil conseguirá assumir uma posição de grandeza que inexistia nas etapas precedentes da história da humanidade. Como explicita Marx (2008, p. 441, grifo nosso):

Os povos comerciantes da Antiguidade existiam como os deuses de Epicuro que habitavam nos intermúndios do universo, ou melhor, como os judeus que vivem nos poros na sociedade polonesa. As primeiras cidades e os primeiros povos mercantis independente e grandemente desenvolvidos exerciam comércio apoiado, como puro tráfico, na barbárie dos povos produtores, entre os quais desempenhavam o papel de intermediários.

A inexistência de unidade entre as condições de produção e as condições sociais necessárias à reprodução do mundo material acabou produzindo perturbações no sistema feudal e conduziu ao seu desmoronamento. No caso do desenvolvimento da economia brasileira, nota-se que os aspectos que matizavam o modo de produção feudal e escravista, como formas relacionadas à produção do valor de uso ou para atender às demandas de seus produtores, não passaram de peças coadjuvantes e auxiliares da promoção do desenvolvimento do capital mercantil no âmbito interno, que nunca conseguiu efetivamente se consolidar. Ao contrário das formas de organização da produção pretéritas, o capital comercial passa a adquirir uma relevância e um acento nunca visto nas sociedades passadas, com o processo de colonização, em que o comércio ousa determinar a produção, apesar de não pautar imediatamente as relações de produção como eminentemente capitalistas.

A expansão marítima foi uma das alternativas à crise do sistema feudal, haja vista que este se apresentava como incapaz de solucionar seus problemas internos e atender plenamente às demandas de abastecimento alimentício de sua população. Havia uma incapacidade de superar o reino da escassez e libertar a sociedade da possibilidade de crise de abastecimento. Nesse contexto, a empresa colonizadora emerge como a alternativa mais expressiva para a superação da crise socioeconômica do regime feudal. Ela cumpriu posição de principal agente incentivador e dinamizador da economia europeia, porquanto possibilitou um processo de acumulação de riqueza que inexistia no medievo. Escreve Marx (2008a, p. 443):

As descobertas geográficas, por certo, provocaram grandes revoluções no comércio e maior velocidade no desenvolvimento do capital mercantil, e essas transformações constituíram fator fundamental de aceleração da passagem do modo feudal para o capitalista. Mas justamente esse fato levou a concepções de todo errôneas. A expansão súbita do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a luta entre as nações europeias para se apoderarem dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuíram substancialmente para derrubar as barreiras feudais da produção.

A colonização foi um empreendimento organizado pelo capital mercantil, e não pela nobreza e pela aristocracia decadente. Aliado ao Estado absolutista, o capital comercial tornou-se a força modelar do empreendimento colonizador. E este alavancou a economia europeia, fazendo superar as barreiras naturais que impediam o desenvolvimento de suas forças produtivas. Destacam Marx e Engels (2007, p. 41):

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

Na fase intermediária, em que a expansão das relações mercantis serviu para promover a dissolução das relações feudais na Europa, observa-se que:

o capital comercial comandou as transformações econômicas, mas a burguesia mercantil encontrava obstáculos de toda ordem para manter o ritmo de expansão das atividades e ascensão social; daí, no plano econômico, a necessidade de apoios externos – as economias colônias – para fomentar a acumulação, e, no nível político, a centralização do poder para unificar o mercado nacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento (NOVAIS, 1985, p. 66-67).

O mercantilismo constitui uma etapa intermediária fundamental entre o processo de desagregação da economia feudal e o movimento de ascendência da economia efetivamente capitalista. Indubitavelmente, o capital mercantil configura-se como aquela forma medular do capital assentado na acumulação primitiva de capital. Nesse processo, o poder político absolutista assume posição privilegiada de agente impulsionador e de execução da política econômica mercantilista. Vejamos isso mais pormenorizadamente.

1.2 Monarquia mercantilista e colonização

O poder da monarquia serve para unificar os interesses da nascente burguesia e desempenha a função de agente catalisador e impulsionador do desenvolvimento do mercado mundial. Observa-se a existência de uma relação dialética entre os agentes econômicos e

os elementos extra econômicos. O complexo político constitui uma força auxiliar fundamental na perspectiva de afastar as barreiras naturais que impediam o livre curso dos interesses comerciais. No caso português, o pequeno Estado absolutista chegou a assumir posição empresarial, à proporção que incorporou função privilegiada de financiamento e desenvolvimento de suas potencialidades colonizadoras. A gênese do poder político centralizado será forjada na luta contra os muçulmanos, onde o peso da herança visigótica se fará presente (MAZZEO, 1997).

Portugal emerge na cena histórica numa época de decadência das relações genuinamente feudais e de florescimento de novas atividades econômicas. Ao lado das relações feudais, brotam relações não feudais, em que, ao lado do trabalho servil, coexistem práticas de trabalho tanto livres quanto escravas. E alguns desses homens livres paulatinamente ascendem à condição social mais elevada. Nesse contexto, nota-se a intensificação das atividades comerciais, como alude Mazzeo (1997, p. 41)

A partir da segunda metade do século XIII, vemos uma intensa e diversificada movimentação comercial, com Andaluzia e Castela, França, Inglaterra e Flandres. Como ressalta Faoro (1975:9), Portugal possuía uma sólida estrutura na produção de sal, azeite, vinhos, pescados, couro e cortiça, trocados por tecidos flamengos e italianos, pelo ferro de Biscaia, por madeiras das regiões do norte, por prata, açúcar etc. Além disso, internamente, via-se um fervilhante comércio vinculado à navegação.

As relações mercantilistas sofriam os entraves impostos pelas relações feudais de produção. O florescimento das relações mercantis encontrou amparo no poder centralizador da monarquia. Para aqueles que consideram a economia portuguesa como atrasada e tão somente feudal¹⁶, é importante lembrar que a base fundamental que

¹⁶ Alberto Passos Guimarães (1981, p. 23) afirma que a implantação do trabalho escravo nas colônias portuguesas implicou um movimento anacrônico: “Por conseguinte, o processo evolutivo em curso na sociedade lusa não veio continuar-se no Brasil colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo de centenas de anos em relação ao seu ponto de partida na metrópole. Para que assim acontecesse, a classe senhorial, despojada ali de recursos materiais, empenhou-se na tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado”. A incapacidade de observar a peculiaridade do capital comercial e sua complexidade impede o referido autor de elucidar corretamente a anatomia da economia nacional, perdendo-se na tentativa de encontrar os elementos que confirmem sua tese de um feudalismo nacional. Escreve Guimarães: “A despeito do importante papel desempenhado pelo capital

financiou a monarquia lusitana no lucrativo movimento comercial de encontrar novo caminho para as Índias e no processo de colonização das Américas era composta pela burguesia comercial. Como salienta Reparaz (apud GUIMARÃES, 1981, p. 42):

No final do século XIV, havia já em Portugal uma classe mercantil cosmopolita, rica e influente, com gastos e interesses opostos aos barões feudais. Embarcadores e comerciantes, unidos aos povos das cidades marítimas, fizeram a revolução de 1383 e 1385, recusando-se a reconhecer D. João de Castela, casado com a filha de D. Fernando, proclamando rei D. João de Avis, filho bastardo de D. Pedro.

No conflito entre mar e terra, venceu o mar; os interesses dos negociantes citadinos triunfaram sobre os interesses da nobreza agrária. A política oceânica passou a determinar a política agrária. De acordo com Mazzeo (1997, p. 43):

Em 1377, os armadores dos navios de mais de cem tonéis conseguem de D. Fernando a lei da Construção das Naus, conquistando isenções de dízimas das matérias-primas e de transportes. Essa lei isenta ainda os armadores de servir o rei militarmente, exceto em casos especiais. Nesse contexto, vemos a burguesia portuguesa dos principais conselhos (Alentejo, Ribatejo e Estremadura) impondo sua proposta econômica aos senhores feudais.

A partir desse episódio, plasma-se a Revolução de Avis, de 1383/1385, que leva ao trono o Mestre de Avis. É a burguesia mercantil portuguesa que “lançará, pioneiramente, as bases de um Estado mercantil, de tipo moderno, pressuposto objetivo para a posterior expansão colonial portuguesa (MAZZEO, 1997, p. 43)”.

O novo Estado erige-se claramente como uma estrutura subordinada aos interesses do capital mercantil em detrimento dos interes-

comercial na colonização de nosso país, ele não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa” (GUIMARÃES, 1981, p. 22). E como se não bastasse a tentativa de identificar o desenvolvimento da economia nacional com o desenvolvimento das formas de organização da produção pré-capitalistas que escreveram a história da Europa, Guimarães considera que o movimento da economia brasileira obedece a um movimento regressivo, em que o feudalismo nas relações interpessoais é seguido pelo escravismo na organização da produção.

ses feudais. Ainda segundo Mazzeo (1997, p. 44): “Entre os séculos XIV e XV, o Estado português ergue um arcabouço administrativo complexo, objetivando apoiar as atividades tanto de governo, propriamente dito, como as econômico-comerciais da burguesia mercantil, que não mais se limitará às pressões urbanas ou dos conselhos municipais”. Isso não implica que a nobreza tenha desaparecido do interior da sociedade portuguesa; ela passou a dividir o poder com a burguesia mercantilista.

Entre os elementos mercantilistas que serviram para dinamizar a economia lusitana revela-se a presença dos cristãos-novos ou judeus convertidos ao cristianismo. Este segmento mercantilista permitiu que a monarquia contasse entre as pioneiras no empreendimento das descobertas das Índias e no processo de colonização. Portugal fez avanços substanciais no decorrer do século XV, no sentido de alcançar uma rota para o Oriente. Escreve Smith (2003, p. 705):

Os grandes lucros dos venezianos excitavam a avidez dos portugueses. Durante o curso do século XV, estes se haviam empenhado em encontrar um caminho marítimo que os levasse aos países dos quais os mouros lhes traziam, através do deserto, marfim e ouro em pó. Descobriram as ilhas da Madeira, Canárias, Açores, de Cabo Verde, o litoral da Guiné, de Loango, Congo, Angola, Benguela e finalmente o cabo da Boa Esperança.

Evidentemente que a Coroa portuguesa exerceu papel pioneiro na formação de uma unidade nacional para captar capitais. Também ela padeceu de problemas substanciais para assegurar o pleno desenvolvimento de seus negócios mercantilistas nas colônias, pois teve de deslocar expressiva parte de sua estrutura administrativa para o ultramar. Ao tentar preservar seus interesses na costa africana e asiática, a Estado absolutista português se viu obrigado a recorrer ao capital de empresas estrangeiras, já que seu capital comercial era insuficiente para a envergadura do empreendimento assumido. A recorrência ao capital do norte da Europa fez com que o pequeno Estado empresarial efetuasse a comercialização de seus produtos com a mediação das feiras burguesas de Flandres, Antuérpia¹⁷ e

¹⁷ Segundo Novais (1985, p. 75): “Desde a Idade Média, essa região se vinha destacando como um dos mais atrativos centros de desenvolvimento da economia de mercado na Europa; Bruges, na baixa Idade Média, Antuérpia a partir do século XVI, eram centros de circulação econômico-financeira a rivalizar com as cidades italianas. A riqueza flamenga advinha, pois, de sua posição de entreposto, centro de transferência dos produtos e redistribuição das várias áreas econômicas europeias, em suma o carrying trade”. Segundo Leo Huberman (s/d, p. 104):

Amsterdã.

O relevante papel ocupado pela Antuérpia na comercialização das especiarias adquiridas pelos portugueses é destacado por Leo Huberman (s/d, p. 104): “Quando os venezianos perderam o monopólio do comércio das especiarias, perderam-no para os portugueses, e estes praticamente realizavam todos os seus negócios através de Antuérpia”. A importância comercial dessas cidades não tardou em transformá-las nos maiores centros do capital mercantil. E Antuérpia emerge na cena histórica como espaço privilegiado das casas bancárias e dos grandes banqueiros, e o intercâmbio de mercadorias é aprimorado mediante a constituição dum sistema de compensação.

Nota-se que o capitalismo, em seu processo de gestação, carece do braço do Estado para impulsionar o desenvolvimento do mercado mundial e romper as amarras impostas pela fragmentação do poder feudal. Através das grandes descobertas, “a expansão ultramarina permite romper os limites estreitos em que se movia a economia mercantil até o fim da Idade Média” (NOVAIS, 1985, p. 63). Além disso, o poder absolutista serviu para dirimir os conflitos que brotavam da crise do sistema feudal, como, por exemplo, as revoltas camponesas e as colisões organizadas pelo nascente operariado urbano. Segundo Novais (1985, p. 64): “Efetivamente, o estado centralizado, de um lado, promove a estabilidade da ordem social interna (num novo equilíbrio das forças sociais, agora subordinadas ao rei), e de outro estimula a expansão ultramarina, encaminhando a superação da crise nos vários setores”.

O referido complexo serviu para assegurar a unidade econômica ao capital comercial, uma vez que aglutinou em torno de si os recursos suscitados internamente e externamente. Não é um fenômeno qualquer e casual a presença das distintas casas reais no processo de formação das empresas comerciais, marcando o empreendimento das navegações intercontinentais. É somente nesse contexto que se entende como um Estado precocemente centralizado, como o português, desempenhou uma função decisiva na empreitada de apresentar uma saída para a crise em que enredava a economia feudal.

“Antuérpia era o centro de toda essa atividade financeira e comercial. Quando a corrente do comércio se deslocou do Mediterrâneo para o Atlântico, as outrora grandes cidades italianas entraram em declínio e Antuérpia tomou seu lugar. [...] Era realmente um centro livre, de comércio internacional – todos ali podiam comerciar e todos comercializavam. [...] O comércio de tecidos ingleses estava centralizado em Antuérpia, e Antuérpia era também o mercado mais importante das especiarias da Índia”.

O poder absolutista cumpriu papel destacado no processo de desenvolvimento do capital comercial, porquanto extinguiu as taxas internas que interceptavam o livre fluxo de mercadorias e conseguiu integrar o mercado nacional através de medidas protecionistas, com cobranças de tarifas dos produtos estrangeiros e a preocupação em assegurar uma balança comercial favorável. Nesse processo, ele desempenhou papel substancial na tentativa de resguardar a constituição de colônias como novos mercados auxiliares ao desenvolvimento de sua economia central.

O poder político centralizado exerceu tarefa modelar no processo de desintegração das relações econômicas feudais e na constituição das bases essenciais para o desenvolvimento do capitalismo. Evidentemente que isso não ocorreu de forma idêntica em todas as nações da Europa. Portugal, que teve papel pioneiro nessa atividade, vai perder posições significativas no decorrer do processo, até chegar ao estágio em que assiste à sucumbência do controle econômico e político de sua principal colônia no ultramar para outras potências econômicas. Mas isso somente não explica a independência do Brasil em relação a Portugal, pois a independência dos EUA não foi propiciada pela incapacidade da metrópole em acompanhar o desenvolvimento da colônia, mas da própria estrutura que fundamenta o sistema colonial com base na exploração do trabalho escravo. O fracasso de Portugal em assegurar seu controle sobre o Brasil se deve à falência do capital mercantil e à sua superação pelo capital industrial, pois as atividades econômicas sustentadas na exploração do trabalho escravo precisam ser superadas para que o capital possa exercer sua soberania em escala mundial. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Até que a burguesia pudesse modelar a sociedade segundo seus interesses e o capital se constituísse como quintessência da totalidade social, o Estado absolutista foi a mediação exemplar para disseminar seus imperativos jurídicos¹⁸ e econômicos no interior da sociedade instituída. Enquanto a burguesia preparava suas bases para assumir o controle político de toda a sociedade, ela recorreu ao ab-

¹⁸ Na obra de Shakespeare, O mercador de Veneza, a personagem que encarna a representação do capital mercantilista afirma a relevância do estatuto jurídico, nos seguintes termos: “SHYLOCK. – Quero que as condições de meu contrato sejam cumpridas; jurei que seriam executadas. [...] Quero que sejam cumpridas as condições do contrato, e não quero ouvir-te; logo, não me digas nada. Não farás de mim um desses pobres coitados de olhar contrito que sacodem a cabeça, se enternecem, suspiram e cedem às instâncias dos cristãos. Não me sigas. Não quero ouvir palavras, só quero que sejam cumpridas as condições do contrato” (SHAKESPEARE, 1995, p. 475).

solutismo; ao subordinar todos à vontade do rei, subordinava todos à vontade do capital comercial e aos valores mercantis. Para isso, o Estado português estabeleceu sua unidade de princípios pela mediação da constituição do exército nacional, do território nacional e dos postulados jurídicos que asseguravam o monopólio da casa real ou das empresas comerciais na exploração das colônias instituídas.

O poderio absolutista revelou-se um mecanismo basilar para que a burguesia pudesse destruir os entraves impostos pelas relações feudais e pelos embaraços do ultramar. Através dele, a burguesia estabeleceu as condições fundamentais para a aceleração e a intensificação da acumulação primitiva de capital, mediante a constituição duma estrutura política coesa e disciplinada. A política encetada na perspectiva da acumulação primitiva de capital envolveu completamente o referido complexo nas atividades mais distintas, tais como: a expropriação dos feudos e das terras dos camponeses para entregá-las gratuitamente à burguesia nascente; a formulação de leis sanguinárias visando assegurar a transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados; o conjunto de medidas permitindo a colonização dos povos (América, Ásia e África); a capitalização de riqueza para beneficiar o desenvolvimento do sistema bancário; o sistema protecionista que preservava e regulamentava a reserva de mercado para os produtos manufaturados e os interesses econômicos burgueses (MARX, 1985b). Isso emerge de uma maneira singular na forma mais desenvolvida do capitalismo europeu, ou seja, na economia inglesa. Em Portugal a sua burguesia não encontrará a mesma dinamicidade; no entanto, isso não a impede de se articular aos interesses das nações econômicas hegemônicas.

É preciso salientar que a colonização não foi a única forma da acumulação de capitais, mas somente uma das formas de aceleração do processo de apropriação de excedente. Esta era uma questão decisiva que se colocava para o desenvolvimento das relações capitalistas, pois o capital mercantilista tinha pressa em se converter em capital industrial. O complexo político coeso e disciplinado deveria aplainar o caminho para que o capital pudesse superar imediatamente sua infância e chegar à sua maturidade; era fundamental desenvolver as condições para que o capital comercial pudesse fazer seu trânsito imediato para o capital industrial.

A colonização mercantilista faz parte da infância do capitalismo. Nessa etapa, o Estado erigiu-se como força auxiliar fundamental para o desenvolvimento das condições capitalistas, despontando como mecanismo essencial de aceleração do processo, haja vista que sem ele o ritmo da acumulação de capital não seria o mesmo. Através da celeridade e do aparato coercitivo, o Estado absolutista

operacionalizou a pilhagem dos povos ultramarinos e se apropriou gratuitamente de riquezas colossais dos povos conquistados.

Assim como a riqueza da sociedade feudal foi transformada em propriedade privada da burguesia, a riqueza das sociedades comunais foi apropriada em todo o mundo. Os meios de produção e os meios de subsistência dos camponeses e aborígenes foram transformados em propriedade privada da burguesia mercantilista pela mediação dos complexos políticos e militares. Os produtos pilhados e saqueados em todo o mundo foram conduzidos para a Europa, sendo vendidos nas grandes feiras instituídas pela burguesia comercial sob o protetorado político do Estado mencionado. É sob o signo da pilhagem, do roubo e do saque que emerge o capital mercantil moderno e o mercado mundial. O direito moderno serve para assegurar a espoliação dos povos conquistados e a domesticação das consciências aos propósitos do capital mercantilista, enquanto prelúdio ao capital industrial.

O colonialismo revela o segredo da acumulação de capital, enquanto o mercantilismo explicita a nova especificidade do capital comercial, pois extrapola a mera esfera da comercialização dos produtos adquiridos num espaço e vendido em outro. Esclarece Novais (1985, p. 68):

Efetivamente, ao se transitar do comércio para a colonização, passava-se da comercialização de bens produzidos por sociedades já estabelecidas para a produção de mercadorias e a montagem de uma sociedade nova. Engajava-se, assim, a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, e sua integração nas linhas da economia europeia. A exploração ultrapassava dessa forma o âmbito da circulação de mercadorias, para promover a implantação de economias complementares extraeuropeias, isto é, atingia propriamente a órbita da produção. E não obstante tais diferenças fundamentais, e as dimensões novas que assumia a atividade colonizadora ao transcender a exploração do comércio ultramarino, a colonização guardou na sua essência o sentido de empreendimento comercial donde proveio; a não existência de produtos comercializáveis levou à sua produção, e disso resultou a ação colonizadora.

As relações capitalistas pressupõem as relações não claramente capitalistas na época do capital mercantil. Em seu processo de gestação, o dinheiro consegue ser transformado em capital de uma maneira não inteiramente capitalista. A passagem do dinheiro à condição efetiva de capital, como substância que molda tudo à sua imagem e semelhança, passa pela mediação da acumulação primitiva. As condições para a transformação do dinheiro em capital implicam a

superação dos aspectos exógenos e externos pelos elementos intrínsecos ao modo de ser do próprio capital industrial. A transformação do dinheiro em capital representa a constituição dos pressupostos imanentes ao desenvolvimento do capital. Deste modo, os elementos que compareciam como pressupostos originais da gênese do capital acabam desaparecendo, para que assim o capital possa brotar como *causa sui*.

A obliteração dos requisitos fundamentais à gênese do capital tem natureza semelhante ao processo que caracteriza a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo, em que o trabalho morto (capital) se levanta contra o trabalho vivo, ao fim do processo. Enquanto a burguesia ascendente não reúne as condições econômicas para se autorreproduzir de maneira pura como no capital industrial, o capital recorre aos elementos exógenos ao seu modo de ser específico. Escreve Novais (1985, p. 69):

Paralelamente, a pouco e pouco, o capital penetra na produção. Do artesanato para a manufatura – onde já estão dissociados o capital e o trabalho, e desta para o sistema fabril, desenrola-se o processo de formação do capitalismo, que encobre todo o período do fim da Idade Média até a Revolução Industrial, quando se completa.

Marx denomina “acumulação originária” ou “primitiva”, pois ela procede de fora do sistema regular, ou seja, emerge de um processo que não tem seu núcleo fundador no próprio movimento produtivo. O capital mercantil ou capital comercial foi o elemento que alavancou o processo de produção, que permitiu que o capitalista fosse ao mercado, posteriormente, comprar força de trabalho e meios de produção. Isso quer dizer que o capital que marca o momento inicial do processo de produção (D-M-D’) não emana dele mesmo, mas deriva de uma relação não genuinamente capitalista. No entanto, ele brotou de um processo de expropriação do trabalho excedente constituído pela mediação de modos distintos de produção, quando comparado ao modo de produção efetivamente capitalista. O roubo e a pilhagem parece ser uma atividade que brota de fora da produção e como uma qualidade específica da natureza do capital mercantil. Mas somente se rouba um povo que produz; jamais se rouba um povo que nada tem para oferecer em termos de produção.

O roubo e o saque dos povos colonizados é somente uma variante do processo de expropriação de trabalho nas sociedades asiáticas e da expropriação do trabalho compulsório nas colônias da América. No entanto, a empresa colonizadora precisa passar da etapa do

roubo e da pilhagem para a etapa da organização da produção como produção de mercadorias para atender às necessidades do mercado. Na etapa de acumulação primitiva do capital, o capital mercantil precisou intervir e regulamentar o processo de produção, devido à incapacidade de submeter completamente a força de trabalho aos seus preceitos, o que o obrigou a recorrer ao trabalho escravo nas colônias. Assim, a acumulação primitiva de capital é feita tanto pela pilhagem dos povos colonizados quanto pela subversão dos diferentes modos de produção existentes, enquanto valor de uso, para se apresentar como processo de produção de valor de troca. O capital mercantil passou a controlar a produção, ou seja, o comércio passou a dirigir e determinar a produção.

A colonização configura-se como um conjunto complexo e coeso; não é à toa que se denomina o processo de colonização de empresa colonizadora. Todas as suas atividades foram paulatinamente planejadas e organizadas; a unidade do poder econômico com o poder político absolutista assegurou o monopólio das atividades comerciais realizadas. A colonização foi o ingrediente essencial para que o mercado mundial pudesse se constituir. Sem o sistema colonial inexistiria mercado mundial, pois a metrópole inexistiria sem a colônia, da mesma maneira que inexistiria o senhor sem o escravo e o patrão sem o proletariado.

A expansão encetada pelas descobertas marítimas propicia a expansão do mercado e o eleva à condição de mercado mundial. A expansão marítima permite a ampliação do mercado e a acumulação de capital num nível nunca antes alcançado. Tudo isso se constitui de uma maneira complexa e paradoxal, em que a própria política mercantilista e o sistema colonial, fundamentados no trabalho escravo, convertem-se em obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Mas isso em nada se contrapõe ao capital; pelo contrário, somente atesta sua natureza contraditória – em que ora ele assume uma forma, ora precisa assumir outra. Uma vez estabelecidas as condições para o desenvolvimento do capital industrial, é preciso superar as relações econômicas que permanecem estacionadas nos limites do capital mercantil. Com isso, o capital mercantil deixa de ser o novo e passa a ser o velho. Ele é subvertido e vai assumir no interior da nova configuração do capital uma forma nova: a forma do capital financeiro e bancário.

O mercantilismo revela-se como a política econômica que viabiliza as grandes descobertas e a Revolução Industrial. Nesse tempo histórico, a colonização da América será fundamental para que o capital possa promover a sua transubstanciação de capital comercial em capital industrial. Tal metamorfose conta com o aparato das co-

lônias; sem elas, o capital não teria a celeridade e a facilidade de vir ao mundo como veio e, certamente, os entraves para o livre desenvolvimento do capital em escala mundial seriam maiores. O capital comercial constituiu-se como personagem central no advento do mercado mundial e no estabelecimento das condições de possibilidade para que o reino das mercadorias pudesse se constituir como cerne da produção capitalista. As colônias colaboraram de maneira decisiva na autossuficiência econômica das metrópoles, pois abriram as comportas para que o capital pudesse se configurar como *causa sui*.

Através do capital mercantil o capital industrial se instaurou, e ao fazer isso passou a subordinar o capital mercantil e comercial aos seus propósitos. O criador das bases para o desenvolvimento das relações essencialmente capitalistas deve assumir, doravante, uma posição coadjuvante em seu interior, estabelecendo formas derivadas ou secundárias no interior do processo de circulação de mercadorias, a serviço do movimento de reprodução do capital. As economias que permaneciam assentadas sobre a zona de influência do capital mercantil precisaram também fazer seu trânsito para a etapa do capital industrial e financeiro.

Ao longo deste capítulo destacamos a natureza do capital mercantil e sua distinção em relação ao capital industrial, fato primordial para entender o desenvolvimento da economia brasileira. Um dos problemas centrais para a ausência de uma efetiva compreensão da gênese e do desenvolvimento da economia brasileira emana do entendimento do capital como uma unidade indiferenciada, ao salientar as diferenças entre uma e outra forma de composição do capital. É preciso destacar que não se pretende desconsiderar a relação de continuidade e descontinuidade que subsiste entre o capital mercantil e o capital industrial, até porque o capital comercial continua presente no processo de constituição do capital industrial; mas cumpre entender a diferenciação do capital em seu estado nascente em relação ao capital em seu estado de maturidade.

Feito isso, passemos à análise da particularidade do caso brasileiro e de sua conexão imprescindível com o mercado mundial.





CAPÍTULO II

CAPITAL MERCANTIL E FORÇA DE TRABALHO ESCRAVA

O mercantilismo marca o período histórico de transição das relações de produção feudal para as relações genuinamente capitalistas. Nesta etapa, as condições materiais não estão ainda suficientemente amadurecidas para que as relações capitalistas possam plasmar a comunidade mundial como uma totalidade social eminentemente capitalista. Diante desta incapacidade, as relações são perpassadas pela presença de forças contrapostas, em que o novo ainda não é suficientemente forte para superar as velhas relações. Assim, coexistem e sobrevivem de maneiras concomitantes o trabalho escravo e servil, de um lado, e o trabalho assalariado, do outro. É basicamente isso que se observa nas economias mais desenvolvidas, enquanto nas economias coloniais prevalecem as relações de produção assentadas na escravidão comercial.

2.1 Trabalho escravo *versus* trabalho assalariado no principal centro econômico europeu

Na pré-história do capitalismo, a coerção estatal foi instrumento imprescindível para a subordinação da força de trabalho aos imperativos de comando do capital. Este se revela como elemento essencial ao processo de produção adotado nas colônias, em que o capital mercantilista precisava recorrer à forma de trabalho escravo. Observa-se que nem mesmo a economia mais desenvolvida do planeta deixou de adotar o trabalho escravo enquanto tentava estabelecer as condições adequadas ao processo de gestação das relações genuinamente capitalistas.

A Inglaterra adotou a prática da escravidão tanto externa quanto internamente no desenvolvimento produtivo e mercadológico, obtendo acentuados rendimentos com a prática do transporte de seres humanos como mercadorias vivas; foi, desse modo, elevada à potência de primeira grandeza no âmbito marítimo no decorrer do século XVIII.

A urgência de apropriar-se de trabalho excedente fez com que o capital recorresse à prática também da escravidão numa pequena parte sua população nativa mediante as leis sanguinárias forjadas pelo Estado. No ano de 1547, o rei Eduardo VI decretou que se alguém se recusasse a trabalhar deveria ser condenado à escravidão pelo denunciante e, ainda:

O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebida fraca e refugos de carne, conforme ache conveniente. Tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e de correntes. Se o escravo se ausentar por 14 dias será condenado à escravidão por toda a vida e deverá ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S; caso fuja pela terceira vez, será executado como traidor do Estado. O dono poderá vendê-lo, como qualquer outro bem móvel ou gado. Se os escravos tentarem alguma coisa contra os senhores, devem ser da mesma forma executados (MARX, 1985b, p. 275).

Acrescenta Marx (1985b, p. 275): “Todo dono pode colocar um anel de ferro no pescoço, nos braços ou nas pernas de seu escravo para reconhecê-lo mais facilmente e estar seguro dele. [...] Essa espécie de escravo de paróquia subsistiu até bem longe no século XIX, na Inglaterra, sob o nome de *roundsmen* (circulantes)”. Evidentemente, o trabalho escravo não se constituía como o substrato fundamental do novo modo de produção que estava sendo erguido; apesar disso, não se pode deixar de observar que ele serviu como mecanicismo coercitivo para moldar o trabalho assalariado aos preceitos fundamentais do capital.

E o mecanismo coercitivo foi tão expressivo na Inglaterra, no

decorrer do século XVIII, que acabou ganhando uma dimensão especial em algumas cidades inglesas, como salienta Marx (1985b, p. 291):

Liverpool teve grande crescimento com base no comércio de escravos. Ele constituiu seu método de acumulação primitiva. E até hoje a ‘honorabilidade’ liverpoolense continua sendo o Píndaro do comércio de escravos. ... Liverpool ocupava, em 1730, 15 navios no comércio de escravos; 1751: 53; 1760: 74; 1770; 96 e 1792: 132.

Liverpool entraria para a história do século XVIII como a maior cidade portuária europeia dedicada ao comércio de escravos africanos. Segundo Eric Williams (2012, p. 71)¹⁹: “Calcula-se que o tráfico escravo, em seu conjunto, tenha gerado só para Liverpool, nos anos 1780, um lucro líquido de 300 mil libras anuais”. A exploração do trabalho escravo e o genocídio de africanos faziam parte do senso comum da época: “Era comum dizer que várias ruas principais de Liverpool tinham sido traçadas pelas correntes dos escravos africanos, e que as paredes das casas haviam sido cimentadas pelo seu sangue” (WILLIAMS, 2012, p. 104). Evidentemente que o trabalho escravo não teria na Europa a mesma relevância que teria nas cidades portuárias do Brasil, como Rio de Janeiro e Salvador.

No entanto, Liverpool não foi a única que ascendeu economicamente sobre os escambros africanos; além dela, merecem destaque, pelo seu grau de relevância, cidades portuárias como Bristol e Glasgow. O intenso comércio de escravos conferiu a Bristol a condição de segunda maior cidade da Inglaterra. E a recorrência ao trabalho escravo permitiu a seguinte missiva de um comentarista da época:

Não existe um tijolo na cidade que não tenha sido cimentado com o sangue de um escravo. Mansões suntuosas, padrões de vida luxuosos, criadagens de libré foram frutos da riqueza construída com os gemidos e sofrimentos dos escravos comprados e vendidos pelos mercadores de Bristol. [...] Em sua simplicidade infantil, podiam não sentir a iniquidade daquele comércio, mas podiam perceber que era lucrativo

¹⁹ O trabalho de Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, é um estudo clássico sobre a relação existente entre capitalismo e escravidão. Destaca o papel expressivo desempenhado pelos africanos escravizados na América para o desenvolvimento industrial da Inglaterra. Acerca da natureza de seu livro, o próprio Williams (2012, p. 26) acentua: “É, estritamente, um estudo econômico do papel da escravidão negra e do tráfico negreiro como fornecedores do capital que financiou a Revolução Industrial na Inglaterra, e do papel do capitalismo maduro na destruição do sistema escravista”.

(WILLIAMS, 2012, p. 101-102).

A recorrência ao trabalho escravo na Inglaterra reside na infância do capitalismo; os métodos adotados pelo capital comercial não foram nada idílicos, mas profundamente selvagens. A escravidão era adotada tanto no desenvolvimento da manufatura da metrópole quanto da agricultura da colônia. A dedicação ao comércio de escravos obteve atenção dos mais elevados estratos da sociedade inglesa; engana-se quem imagina que ela fazia parte dos setores menos privilegiados da referida sociedade. Segundo Williams (2012, p. 85): “Os traficantes de escravos ocupavam altos cargos na Inglaterra”. O comércio de escravos ocupava posição destacada no périplo marítimo inglês.

A manufatura não deixou de recorrer também ao trabalho escravo na experiência clássica do capitalismo mundial, apesar de ele não se constituir como sua forma predominante, a exemplo do que ocorria nas colônias inglesas. Assim, aquilo que, posteriormente, parecerá anômalo ao capitalismo mais desenvolvido (industrial) fez parte do movimento de fundamentação do capital moderno, quer dizer, serviu de esteio ao estabelecimento das condições essenciais para a expropriação do trabalho assalariado. Escreve Williams (2012, p. 104): “Foi a acumulação de capital de Liverpool que permitiu o crescimento da população de Lancashire e incentivou as manufaturas de Manchester. Essa acumulação proveio do tráfico de escravos, cuja importância foi mais bem apreciada pelos contemporâneos do que pelos historiadores posteriores”.

O sucesso industrial de cidades como Manchester, Birmingham e Sheffield está associado ao nome das referidas cidades portuárias. É fundamental superar o entendimento de que subsiste contraposição entre trabalho assalariado e trabalho escravo moderno; ao invés de oposição, existe uma articulação dialética entre essas duas formas de constituição do trabalho nos primórdios do capital. Ambas, com suas largas diferenças, servem à máxima de constituição do capital como acumulação de mais-trabalho. Embora a implementação da forma assalariada implique a determinação civilizada das relações de produção genuinamente capitalistas quando comparada ao trabalho escravo, o elemento central que conduz o estabelecimento do trabalho assalariado não foi a preocupação com as questões humanitárias ou éticas, mas uma questão estritamente econômica: o capitalista preferiu o trabalho assalariado porque ele era mais lucrativo.

O fato de o trabalho assalariado ser uma forma mais sofisticada de apropriação de tempo de trabalho excedente não significa que ele não esteja também assentado na escravização de seres humanos.

Evidentemente que as algemas adotadas pelo capitalista são algemas muito mais sofisticadas, que somente o olho atento e o corpo amordaçado do operário conseguem desvelar. O fato de serem algemas de ouro não esconde que elas continuam sendo algemas. Assim, enquanto o capitalismo mais avançado do mundo adotava, de um lado, o trabalho assalariado como forma hegemônica da produção na metrópole, do outro, ele recorria ao trabalho escravo como única forma de subordinar (formalmente) o trabalho aos seus propósitos. Escreve Marx (1985a, p. 291): “De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo”.

A exploração do trabalho escravo cumpriu papel decisivo no processo de acumulação primitiva de capital e essa escravidão não se circunscreveu somente às regiões colonizadas, mas foi adotada também episodicamente no processo do desenvolvimento do capitalismo inglês. Isso denota que o trabalho escravo é uma anomalia necessária ao florescimento das relações genuinamente capitalistas e que ele somente será superado na metrópole no final do século XVIII, enquanto nas colônias precisará de mais tempo para ser eliminado. Antes disso, ele foi amplamente utilizado nas principais cidades portuárias da Inglaterra e constituiu-se como base fundamental do processo de desenvolvimento industrial.

A Inglaterra passou a combater a escravidão nas colônias quando as forças napoleônicas interceptaram sua hegemonia com o bloqueio continental. Lançada ao isolamento pela política imperialista dos exércitos franceses, restou ao império inglês apressar o desenvolvimento das colônias portuguesas e espanholas para possibilitar sua transformação em novos mercados consumidores. Para isso a forma de configuração do trabalho precisava ser reconfigurada. Sedenta de novos mercados para vender mercadoria resultante de sua Revolução Industrial, o império inglês passou a combater a escravidão e a impor o trabalho assalariado. Era necessário criar as condições para que o número de braços disponíveis no mercado colonial estivesse bem acima do necessário, uma vez que o capital somente pode controlar a força de trabalho quando existe um exército industrial de reserva.

O trabalho assalariado é o principal aliado no processo de reprodução do capital. Diferentemente do trabalho escravo, o trabalho assalariado supera a condição de antípoda ao modo de produção em curso e passa a ser seu instrumento de reprodução primordial. Escreve Marx (2011, p. 49): “Se o trabalho não fosse determinado como trabalho assalariado, o modo pelo qual participa dos produtos não apareceria como salário, como, por exemplo, na escravidão”. E

acrescenta (2011, p. 50): “Um indivíduo que participa da produção na forma de trabalho assalariado participa na forma do salário nos produtos, nos resultados da produção”.

A produção de mercadorias na colônia carecia de compradores na metrópole, e esses compradores somente poderiam permitir uma reprodução ampliada se existissem trabalhadores assalariados, ou seja, indivíduos dispostos a transformar seus salários em mercadorias. Pouco importava se elas serviam para atender às necessidades materiais e efetivas dos indivíduos; o açúcar, o aguardente, o tabaco e o café produzidos pela economia brasileira foram gestados para contemplar as necessidades de reprodução do capital. Esses gêneros não foram produzidos para atender às necessidades substanciais do processo de reprodução social do trabalhador assalariado, e muito menos do escravo ou do colono pobre; mas foram importantes para a reprodução do capital. Com a Revolução Industrial houve a necessidade de ampliação dos mercados consumidores das colônias, o que resultou numa produção voltada para as demandas internas. Em outras palavras, tornava-se imperativa a constituição de um mercado interno no Brasil, um mercado que extrapolasse o consumo da classe dirigente.

O desenvolvimento do capital é desigual e combinado. Ele não é o mesmo nas colônias e na metrópole. Até mesmo na Europa se observa que o desenvolvimento das relações não foi o mesmo, porém profundamente desigual. Enquanto a expropriação dos camponeses gerou a força de trabalho para o desenvolvimento da manufatura e da indústria inglesa, a expropriação dos camponeses de suas terras na Irlanda não resultou no desenvolvimento da burguesia nacional e na passagem imediata do camponês destituído de terras à condição de trabalhador assalariado; serviu tão somente para constituir o exército industrial de reserva. Como assinala Aricó (1982, p. 53):

Enquanto na metrópole o processo de proletarização desembocou na transformação do camponês em operário industrial, na Irlanda, em compensação, graças à especialização desigual derivada, não de condições “naturais imutáveis”, mas imposta pela dominação inglesa, não se constata um desenvolvimento industrial. O campesinato proletarizado pressiona, ao mesmo tempo, sobre o salário da cidade e do campo. E os resultados são uma crescente organização dos trabalhadores na Inglaterra em defesa de seus interesses. Na Irlanda, no entanto, o desemprego e a consequente queda do nível de vida provocam a desagregação social das camadas populares, a emigração e a miséria generalizada.

Ocorre uma subordinação dos interesses da economia irlandesa

aos interesses da economia inglesa, em que aquela resta tutelada a esta. O desenvolvimento inglês impõe o subdesenvolvimento irlandês. A acumulação de riqueza na Inglaterra pressupõe a acumulação de miséria na Irlanda. A constituição de trabalhadores assalariados, de um lado, exige a presença de trabalhadores desempregados, do outro. A contradição entre essas duas nações é expressão da natureza contraditória da própria acumulação de capital. Explica Marx (1985b, p. 210): “A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto”. Neste caso, observa-se a presença de um desenvolvimento combinado e profundamente desigual. O mesmo acontece na relação econômica estabelecida entre Portugal e Inglaterra, em que os distintos acordos afirmados serviram para obstar o desenvolvimento da manufatura portuguesa e aprofundaram os vínculos de sua subordinação.

O desenvolvimento econômico de um país se inscreve sob o influxo do subdesenvolvimento de outro país. O crescimento do capital pressupõe não apenas a constituição de um exército de trabalhadores destituídos dos meios de produção e dispostos a vender sua força de trabalho no mercado, mas presume ainda a existência de um contingente enorme de trabalhadores desempregados. A acumulação capitalista requer a existência de uma população trabalhadora adicional. A desapropriação dos camponeses na Irlanda serviu para formar o exército industrial de que a Inglaterra necessitava para exercer controle sobre sua classe operária.

Embora o trabalho assalariado se apresente como a forma predominante da reprodução do capital, isso não implica que o capital não possa fazer uso do trabalho escravo para forjar as condições adequadas ao seu processo de gestação. A inexistência de força de trabalho, acima do necessário para a reprodução da vida material, impôs a necessidade de o capital adotar o trabalho escravo nas colônias. E essa recorrência permitiu que o capital pudesse vir ao mundo de maneira nunca antes forjada, com milhões e milhões de seres humanos sacrificados no altar da nova divindade. Um continente inteiro foi transformado num palco de caça de seres humanos para servir aos propósitos do capital mercantil. A necessidade de força de trabalho na América transformou o continente africano num palco dantesco de horrores, em que milhões de seres humanos foram capturados, sequestrados e aprisionados aos grilhões mercantilistas.

Para o que o capital figurasse como entidade social dotada de vida própria era fundamental aprimorar o processo de expropriação do tempo de trabalho dos trabalhadores. A subsunção de milhões

de seres humanos aos seus desígnios serviu para animar a figura monstruosa e possibilitar seu aparecimento como *causa sui*, quando na verdade emergia do sangue e do sacrifício de suas vítimas. O problema é que quanto mais vida consumia, mas sua fome aumentava. A essência do monstro é transformar trabalho vivo em trabalho morto; sua substancialidade consiste em dispor o trabalho morto contra o trabalho vivo. Neste processo, desaparece a verdadeira causa da riqueza da sociedade e ele emerge como um autômato, ou seja, como um ser que parece ter vida própria e ser *causa sui*.

A Revolução Industrial inexistiria sem o capital mercantil, haja vista que foi das entranhas da exploração do trabalho escravo, orquestrada pelas companhias comerciais, que se gestaram as condições financeiras adequadas para que o dinheiro pudesse se converter em capital industrial. Escreve Marx (2011, p. 61): “Como outro exemplo da posição diferente que as mesmas categorias ocupam em diferentes estágios, uma das últimas formas da sociedade burguesa: as sociedades por ações. Mas aparecem também no início da sociedade burguesa, nas grandes e privilegiadas companhias comerciais detentoras de monopólio”. Nos primórdios do capitalismo, a supremacia comercial assegurava a supremacia manufatureira; apenas posteriormente é que a supremacia da indústria pôde assegurar a supremacia do comércio.

O trabalho assalariado emergiu como necessidade do capital, por motivos estritamente econômicos, pois ele se manifesta como bem mais produtivo que o trabalho escravo. A subsunção da consciência operária ao processo de produção é muito mais fortuita na forma do capitalismo clássico, porque o trabalhador assalariado geralmente considera a forma assalariada como uma forma equitativa, em que o salário recebido parece cobrir a totalidade de sua jornada de trabalho. Ao invés de reconhecer que não passa de mero instrumento nas mãos do capital, em que aquilo que recebe com mão uma devolve com a outra, o trabalhador assalariado sonha com as possibilidades de ascendência social. Essa ideologia resulta hegemônica no interior do operariado e dos trabalhadores assalariados, embora subsistam mecanismos de resistência contra o capital.

Na forma trabalho assalariado, o capital consegue cooptar a subjetividade do operário e transformá-lo num aliado de seus propósitos de crescimento e desenvolvimento. A astúcia das distintas personificações do capital submete a subjetividade operária aos propósitos de reprodução do capital em escala abrangente e universal, fazendo com que o trabalhador reste submetido aos imperativos do capital. No entanto, tudo isso se processa de modo que o trabalhador não pode reclamar nos fóruns instituídos da burguesia de que o

contrato estabelecido tenha sido quebrado em algum momento; isso porque, quando o operário vende sua força de trabalho, o capital passa a ser o senhor do tempo de trabalho operário, apesar de não ser senhor de sua vida, como na forma escrava.

O salto de tigre do capital sobre o trabalho faz do trabalho assalariado um instrumento imprescindível ao processo de reprodução do capital. É por isso que o capital prefere o trabalho assalariado ao trabalho escravo. Para que o trabalho assalariado possa ser adotado com sucesso é fundamental a existência do exército industrial de reserva. A presença de um numeroso contingente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho é *conditio sine qua non* para a emergência da forma clássica de constituição do modo de produção capitalista.

2.2 A necessidade da força de trabalho escrava na colonização do Brasil

É no contexto da constituição do mercado mundial que se coloca a necessidade de desvelar o segredo da economia brasileira. Em outras palavras, é importante compreender por que o trabalho assalariado subsistiu no interior da sociedade colonial de uma maneira episódica e secundária, e não como sua forma predominante. Em vez de implantar-se imediatamente no território nacional, a escravidão assalariada teve de ser precedida pela escravidão, ou seja, a violência velada do trabalho assalariado teve de ser precedida pela violência aberta e declarada do trabalho escravo. Não é à toa que a violência acaba se configurando como uma potência econômica fundamental ao processo de emergência e constituição do capitalismo (MARX, 1985b).

Diferentemente do escravismo antigo, que brotou espontaneamente da necessidade de apropriação de mais-trabalho, o colapso das relações comunais que subsistiam no território brasileiro foi resultado de uma intervenção direta e consciente dos colonizadores europeus. A constituição da constelação de preceitos disciplinadores da força de trabalho que se irradia na colônia é produto de um movimento delimitado pelos interesses do capitalista comercial ou dos homens de negócios da Europa.

A empresa colonizadora portuguesa foi previamente organizada para atender aos interesses da burguesia mercantilista europeia como etapa fundamental no processo daquilo que Marx denominou acumulação primitiva de capital. A recorrência à força de trabalho escrava na colônia, na mesma época histórica da emergência do

trabalho livre e assalariado na metrópole, configura-se como experiência fundamental ao desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas na metrópole.

O caráter atrofiado de nosso desenvolvimento revela a natureza contraditória e paradoxal do capital comercial, que ainda não possuía condições para exercer poderio sobre o processo de produção pela mediação de fatores essencialmente econômicos, como na época do capital industrial. A forma trabalho escravo era a única que permitia o desenvolvimento do capital nas regiões com reduzida disponibilidade de força de trabalho. Entender esse aspecto de nosso desenvolvimento é essencial para não sucumbir na leitura apresada e imaginar que se está longe do capital, deixando escapar que o escravismo moderno é expressão plena dos interesses do capital enquanto capital comercial.

Nesse contexto, a colônia devia emergir como intermédio do desenvolvimento econômico da metrópole, e sua organização interna e externa destinava-se a servir a esse propósito. Primeiro, era preciso abastecer a metrópole com acentuada quantidade de matéria-prima; para isso, toda a sua produção seria orientada na perspectiva de atender às carências do mercado externo; segundo, devia também servir como mercado de consumo dos produtos manufaturados fabricados na metrópole. A exclusividade da abertura de seu mercado para os produtos estrangeiros impediria que a produção manufatureira e industrial pudesse se desenvolver minimamente na colônia. Até a transferência da Corte portuguesa para o território brasileiro, o país viu-se proibido de desenvolver sua manufatura num outro setor que não fosse o relacionado ao sistema de *plantation*. Para o marquês de Pombal, “as colônias ultramarinas, havendo sido estabelecidas com o preciso objetivo da utilidade da metrópole a que eram pertencentes, daí se derivavam leis infalíveis e universalmente observadas na prática de todas as Nações...” (apud NOVAIS, 1985, p. 59, nota 6).

A história da colonização do mundo pelas potências europeias deu-se segundo o *desiderato* fundamental de que seu mercado devia ser tutelado pela metrópole. Esse *desiderato* impedia que as colônias pudessem lograr o mesmo efeito e acompanhar a dinamicidade econômica da metrópole (NOVAIS, 1985). O papel de subserviência da colônia impedia qualquer possibilidade de acompanhar o nível de desenvolvimento das grandes potências europeias. O caso dos EUA é *sui generis*: os doze estados escapam por conta da natureza de sua colonização, na medida em que se constituíram como espécies de colônias de povoamento, e não como colônias de exploração. No entanto, isso não altera em nada a forma como o trabalho escravo será utilizado no sistema *plantation*.

O caráter processual e contraditório do capital manifesta-se plenamente no desenvolvimento da economia brasileira. O não entendimento desses aspectos abre espaço para uma plêiade de interpretações acerca da natureza da manifestação do capitalismo no Brasil, em que se tenta denominá-la como uma experiência pré-capitalista e enquadrá-la no modo de produção feudal. Deve-se isso ao fato de a sociedade portuguesa ainda padecer da presença dos vestígios feudais e não ter completamente adentrado no modo de produção capitalista. Os estudiosos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil são unânimes em destacar o caráter híbrido de nossa formação econômica, mas esquecem de destacar que esse era um problema vivenciado em toda a Europa, pois as relações capitalistas não estavam ainda plenamente estabelecidas.

No entanto, os estudiosos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, particularmente aqueles que se colocam nos marcos do marxismo, ressaltam o vínculo orgânico do processo de produção que se instaurou no país com os propósitos do mercado mundial. A questão que se coloca é: não seria o capital o fio condutor da economia brasileira? Como o capital precede ao capitalismo, o capital mercantil pode recorrer aos distintos modos de organização da produção. A questão central que precisa ser investigada é: por que o capital recorre às formas anômalas de organização da produção genuinamente capitalista? Entender isso é imprescindível para desvelar a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro.

É importante observar que a empresa colonizadora portuguesa não conseguiu fomentar imediatamente as relações de produção capitalista no território brasileiro por questões estritamente objetivas e que transbordam a simples determinação subjetiva. O caráter hipertardiado do capitalismo brasileiro é expressão do estreito vínculo de dependência dos preceitos colonizadores orquestrados pela metrópole, e também devido ao baixo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas. Não foi pela ausência de interesses da nascente burguesia europeia que o trabalho assalariado não se efetivou, mas sim devido ao fato de não encontrar o elemento imprescindível para o desenvolvimento do capital, que era a presença de um contingente populacional disposto a vender sua força de trabalho.

É preciso lembrar que o capitalista somente pode transformar dinheiro em capital se ele encontrar no mercado tanto matéria-prima quanto força de trabalho disponível. E este era um dos entraves fundamentais para o desenvolvimento capital nos termos em que se operava na metrópole. Evidentemente que as dificuldades para a instauração do capital na África e na Ásia não serão as mesmas que se revelam na América, pois nestes continentes havia uma fortuita

presença da força de trabalho disponível; no entanto, as condições objetivas e subjetivas não são as mesmas. Neste aspecto, o capital precisará montar uma estrutura que ficará conhecida como sistema colonial, em que da África se extraiu a força de trabalho para o desenvolvimento da produção fundada no trabalho escravo em toda a América.

A acumulação primitiva de capital se realizou pela mediação do trabalho escravo; a própria força de trabalho servia aos propósitos mercantilistas, à proporção que era capturada na África e comercializada na América. A configuração da escravidão segundo os propósitos mercantilistas servia à acumulação primitiva de capital, e a força de trabalho comparecia como uma mercadoria. Ela passou a ser o *leitmotiv* de todo o processo de colonização, porque assegurava lucratividade aos comerciantes de escravos enquanto classe que expressa claramente os interesses da burguesia nascente.

O processo de recorrência ao trabalho escravo africano contou com variáveis diferenciadas nas regiões da América Latina que contavam com a presença de civilizações nativas mais desenvolvidas, como as civilizações inca, asteca e maia. Evidentemente, as regiões mais povoadas que o território brasileiro podiam oferecer força de trabalho com mais plasticidade de adaptação à produção para acumulação, devido à presença do Estado e suas classes sociais. No entanto, as condições para o desenvolvimento das forças produtivas, segundo os imperativos de comando do capital sobre o trabalho, também conduziram ao modelo escravista ao invés do trabalho assalariado; é que seu exército industrial de reserva ainda estava aquém do exigido para que o capital pudesse subordinar completamente o trabalho aos seus propósitos de reprodução ampliada.

A inexistência de homens destituídos dos meios de produção, como os indígenas, tornava-se um entrave efetivo ao desenvolvimento do capitalismo nos marcos da Europa, pois a terra não podia ser transformada imediatamente em propriedade privada. Na impossibilidade de relacionar-se com a força de trabalho de maneira amistosa ou pela mediação da coerção ideológica, o capital recorreu abertamente à violência declarada contra sua população nativa.

O fato de os habitantes naturais do território brasileiro estarem impossibilitados de fazer o trânsito do modo de produção comunal ao modo de produção centrada na terra como propriedade privada não implicou que não pudessem ser convertidos em valor de troca e juguete dos interesses da acumulação primitiva do capital. Assim, tivemos na América um caso *sui generis* de constituição do capital, em que a terra livre se tornou *conditio sine qua non* para o trabalho escravo.

A impossibilidade de a terra ser escrava do capital não impediu que o trabalhador fosse escravizado (MARTINS, 2013). E quando as condições amadureceram para que emergisse o trabalho assalariado, a terra teve de se transformar imediatamente em propriedade privada, assegurada pela Lei de Terras de 1850.

Deve-se lembrar que quando os colonizadores portugueses conquistaram o Brasil, seus habitantes naturais viviam ainda num estágio de desenvolvimento que poderia ser qualificado como semelhante às formas primitivas de organização da produção que precederam às sociedades de classe. Segundo Guimarães (1981, p. 7):

Conheciam a cerâmica e teciam suas redes. Praticavam uma agricultura rudimentar, nos períodos de sedentariedade que se alternavam com os de nomadismo, cultivando a mandioca e o milho. Desses dois gêneros obtinham uma série de produtos, particularmente a farinha, cuja preparação exigia certa experiência de trabalho mais elevado.

A escravidão inexistia no interior dessas comunidades ou povos seminômades, e as desigualdades sociais não se constituíam ainda como desigualdade de classe. Essas comunidades estavam organizadas em comunas coletivas, nas quais inexistia a propriedade privada dos bens produzidos e da terra, pois todas as coisas adquiridas (coleta e caça) ou plantadas tinham o caráter coletivo, e o excedente era partilhado por todos, indistintamente.

A primazia de converter tudo em mercadoria e a avidez por lucros imediatos marcou a história da colonização. A conquista da América foi perpassada, primeiramente, pela pilhagem e pelo roubo; mediante o poderio bélico, o capital mercantil demonstrou sua superioridade perante os aborígenes. Num segundo momento, o capital mercantil sentiu a necessidade de organizar a produção para atender aos seus propósitos de reprodução. É então que o comércio passa a controlar a produção tanto através da constituição de uma força de trabalho quanto pelo financiamento da produção realizada pelos latifundiários.

A recorrência ao trabalho escravo indígena não se configura como o mais adequado ao capital mercantil, pela dificuldade tanto de domesticar os indígenas quanto de controlar o mercado interno. Esse aspecto foi mais decisivo do que a tenaz resistência indígena ao trabalho compulsório. Mesmo assim, a primeira parte de constituição da colonização foi pautada pela recorrência de métodos cada vez mais repressivos, que culminou no genocídio de parte expressiva dos primeiros habitantes: simplesmente desapareceu do território

nacional no período da colonização a quase totalidade da população aborígine. O processo foi tão violento que os jesuítas, sinceros aliados da empresa colonizadora, viram-se obrigados a proteger a causa indígena. Essa defesa mais se assemelha a uma cena romanesca ou quixotesca na história da empresa colonizadora, pois esses religiosos não podiam minimizar os efeitos destrutivos da empresa colonizadora sobre os africanos escravizados²⁰; pelo contrário, eles foram relevantes aliados nesse empreendimento.

A recorrência à força de trabalho escrava em detrimento da força de trabalho assalariada é produto das determinações históricas e concretas, e não da simples intencionalidade de seus agentes sociais e das classes sociais em disputa. Não foi pela falta de vontade que não se implantou o trabalho assalariado, senão pela ausência do desenvolvimento das condições materiais específicas. Na inexistência das condições objetivas para se instaurar o trabalho assalariado nas colônias portuguesas, inglesas e espanholas, o trabalho escravo se tornou o *leitmotiv* da empresa colonizadora. Escreve Williams (2012, p. 31):

Existe aquela anedota famosa do grande capitalista inglês, o Sr. Peel, que pegou 50 mil libras, trezentos trabalhadores e lá se foi para a colônia do Swan River na Austrália. O Sr. Peel imaginava que os homens iriam trabalhar para ele, como acontecia na Inglaterra. Mas, chegando à Austrália, com terras abundantes – até demais –, seus peões preferiam trabalhar por conta própria, como pequenos sítiantes, em vez de ser assalariados do capitalista. A Austrália não era a Inglaterra, e não sobrou um criado sequer para arrumar a cama e trazer água para o proprietário.

No Brasil não seria diferente, pois os indígenas não estavam dispostos a abandonar sua vida livre, caracterizada por um contato saudável com a natureza, para adentrar no universo da escravidão. Isso mesmo pode ser dito do processo de transformação de seres humanos em escravos na África.

A modesta existência cultivada pelos aborígines foi relatada pelos colonizadores. “Colombo ficou deslumbrado, quando atingiu a ilha de San Salvador, pela colorida transparência do Caribe, a paisagem verde, a doçura e a limpeza do ar, os pássaros esplêndidos e os

²⁰ O cristianismo tanto justificou quanto fez uso do trabalho escravo. O padre Antonio Vieira, por exemplo, considerava “o tráfico um ‘grande milagre’ de Nossa Senhora do Rosário, pois retirados da África pagã, os negros teriam chances de salvação da alma no Brasil católico” (ALBUQUERQUE-FRAGA FILHO, 2006, p. 41).

mancebos ‘de boa estrutura, gente mui formosa’ e ‘bastante mansa’ que ali habitava” (GALEANO, 1983, p. 25). Mesmo Adam Smith, que não cultivava nenhuma admiração pelas sociedades primitivas, vê-se obrigado a reconhecer que: “A alimentação vegetal dos habitantes não era escassa, embora por outro lado não fosse muito abundante, haja vista sua falta de labor. Era constituída por milho, carás, batatas, bananas etc., plantas absolutamente desconhecidas na Europa e que desde então jamais foram muito apreciadas aqui...” (SMITH, 2003, p. 707).

O reino de riquezas naturais sem a mediação do trabalho era uma nulidade para os mercadores que estavam interessados tão só em acumular riqueza. Como o interesse da empresa colonizadora não se expressava nos termos do valor de uso, mas como valor de troca, as florestas virgens precisavam ser transformadas em valor de troca, bem como os animais selvagens. Desse modo, o pau-brasil se converteu numa mercadoria e os animais foram caçados muito mais pelo valor de sua pele do que para servir de alimento aos seres humanos.

A introdução da prática da escravização dos indígenas decorreu da necessidade de superar a condição da colônia nascente de mera produtora de elementos extrativistas e passar à condição de produtora agrícola, do tipo exportador. A passagem do sistema de espoliação da riqueza extrativa para a riqueza do sistema de plantação requeria a produção de excedentes de forma bem mais expressiva. Isso implicava que as relações amistosas estabelecidas com os indígenas tornavam-se inócuas, pois os aborígenes perderam o interesse pelas bugigangas estrangeiras e aquilo que eles realmente desejavam os colonizadores se recusavam a entregar; como assinala Marchant (1943, p. 96):

Essa ‘saciedade’, portanto, referia-se às bugigangas que não mais interessavam aos índios, agora desejosos de objetos de valor tais como instrumentos de trabalho, armas etc. Aos portugueses, porém, isso não convinha, porque o que estes queriam era obter gêneros ou mão-de-obra indígena a custos insignificantes.

Sedentos de mão de obra para atender às demandas necessárias ao processo de inserção do sistema de *plantation*, os indígenas aparecem como as primeiras vítimas da escravidão no denominado Novo Mundo, como reconhece o próprio Guimarães (1981, p. 11): “Não se tratava apenas de vir buscar e transportar para os mercados da Europa os frutos do continente descoberto e sim de fundar aqui

novas fontes de riqueza com a ocupação e exploração da terra, empresa a que se lançavam os mais audazes representantes da fidalguia lusa”. A passagem da economia brasileira da simples condição de “feitoria comercial” para colônia de exploração contou com a mediação da produção agrícola centrada na monocultura, no latifúndio e na constituição do trabalho escravo. Escreve Novais (1985, p. 108): “Produção para o mercado europeu à base do trabalho escravo, produção a um tempo mercantil e escravista, ela se processa em meio a condições de escassez de capital (ligado à exploração da Colônia pela Metrópole) e abundância do fator terra”.

A habilidade no processo de apreensão de homens como mercadorias, para utilizar na produção agrícola e na manufatura portuguesa, havia sido prática recorrente no século XIV na costa africana. Nesse aspecto, Portugal ocupa posição pioneira na constituição do sistema colonial. A utilização do trabalho escravo do africano não emergiu no contexto da colonização brasileira, pois já existia na metrópole e foi somente intensificada com a necessidade de enriquecimento da empresa colonizadora portuguesa. Como aponta Prado Jr. (2011, p. 27):

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isso porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do território se achava ainda, em meados do século XVI, inculta e abandonada; faltavam braços por toda a parte, e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou no XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros.

Isso denota o estreito vínculo existente entre a economia da metrópole e aquela que foi posta em curso na colônia; ao invés de contradição, constata-se um estreito vínculo entre expropriação de trabalho excedente propiciado pelo trabalho escravo e capital comercial, em que as relações feudais sofrem um processo de erosão e alteração substancial na metrópole. A presença de escravos africanos na metrópole conduz à suposição de que a expedição de Martin Afonso de Sousa (1531) já contava com a presença de um agrupamento de escravos africanos.

O pequeno Estado português desempenhou papel pioneiro na

iniciativa de colonizar a América, mas isso não poderia ser feito em sua plenitude, recorrendo à sangria da população metropolitana, como esclarece Prado Jr. (2011, p. 20): “Aliás, nenhum povo da Europa tinha condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no século XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes”. E ainda (PRADO JR., 2011, p. 126):

Não só Portugal não contava com população suficiente para abastecer sua colônia de mão de obra. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas do Norte, onde se tentaram a princípio outras formas de trabalho, aliás uma semiescravidão de trabalhadores brancos, os *indentured servants*, a substituição pelo negro não tardou muito.

A insuficiência de força de trabalho disponível na Europa impedia que a colonização pudesse se converter imediatamente numa coisa que não fosse o estabelecimento de “feitorias comerciais”²¹. Escreve Williams (2012, p. 33):

Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi necessária a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram aos aborígenes e depois à África.

Enquanto na Inglaterra o poder imperial servia de mediação ao processo de apropriação das terras dos camponeses e antigos senhores feudais, entregando-as à burguesia nascente, no Brasil inexistiam condições para submeter imediatamente a passagem das terras comunais dos índios ao modelo da propriedade privada. Acerca das limitações da Coroa portuguesa no processo de transformação imediata da terra em propriedade privada, em sua obra *Quatro séculos de latifúndio*, Guimarães oferece um mapa socioeconômico desse período histórico e, pela mediação de Cirne Lima (apud GUIMARÃES, 1981, p. 58), afirma:

²¹ O representante dos interesses agrários, François Quesnay, destaca que o despovoamento resultante da colonização propicia efeitos deletérios à metrópole, pois quanto mais uma nação é povoada, “tanto mais é rica; quanto mais é rica, mais é poderosa” (QUESNAY, 1983, p. 325).

Segundo a memória aludida, os resultados produzidos pela legislação das sesmarias foram os seguintes: 1º – Nossa população é quase nada, em comparação com a imensidão do terreno que ocupamos há três séculos. 2º – As terras estão quase todas repartidas e poucas há a distribuir que não estejam sujeitas a invasões dos índios.

A estratégia de recorrer aos braços dos homens cativos no continente africano decorreu tanto da resistência dos indígenas ao trabalho compulsório quanto da dificuldade do capital mercantil para controlar e dinamizar o mercado interno brasileiro. A escravidão transcontinental era muito mais proveitosa, porque este se achava completamente submetido ao controle dos mercadores e representava uma atividade essencialmente lucrativa para a burguesia nascente. A violência adotada na prática da escravidão denota que o capital mercantil vem ao mundo semeando barbárie contra as populações nativas. O genocídio foi o *leitmotiv* da empresa colonizadora nos distintos continentes. A violência realmente se revela como uma potência econômica.

Na institucionalização da escravidão na América, a escravidão brasileira é portadora de uma peculiaridade, pois fez desaparecer em alguns séculos quase toda a população indígena brasileira. As estimativas de genocídio cometido contra as populações nativas no Brasil inexoravelmente superam as taxas praticadas em outras partes do continente americano, e é preciso destacar que o genocídio espanhol das civilizações inca, asteca e maia foi acentuado²². Diferentemente da América espanhola, no território brasileiro desapareceram quase

²² O quadro de horror que marca o genocídio dos ameríndios é assim descrito por Suret-Canale (2005, p. 31): “Os colonos espanhóis, preocupados em fazer fortuna rapidamente, vivendo ‘nobrememente’ (sem trabalhar com as suas próprias mãos), submetem a população ameríndia a uma exploração forçada, recheada de tratamentos bárbaros (suplícios, mutilações), para fazer reinar o terror. A população das Antilhas, primeiras terras atingidas pelos conquistadores, que não consegue suportar a escravidão e os trabalhos, é dizimada pelos maus-tratos, que por vezes conduzem a suicídios coletivos e a doenças introduzidas pelos europeus, e para as quais não está imunizada. A população de Hispaniola (Haiti), estimada em meio milhão de habitantes em 1492, é reduzida a 30.000 em 1514 e praticamente aniquilada ao longo do século XVI. [...]. No continente, a população ameríndia não será aniquilada, mas será terrivelmente afetada: na Nova Espanha (México), a população, estimada em 25 milhões em 1520, é reduzida a 7 milhões em 1548 e a menos de um milhão e meio em 1595-1605, uma redução de 95% em três quartos de século. [...]. No total, a população da América espanhola, que era da ordem de 50 milhões no fim do século XV, passa a 9-10 milhões em 1570 e a 4-5 milhões em meados do século XVII. Será preciso esperar até o final do século XVII e pelo século XVIII para se chegar a um lento aumento demográfico”.

por completo os remanescentes indígenas nos tempos hodiernos²³. Nessas terras, a caça da força de trabalho produziu carnificinas monumentais, como, por exemplo, a praticada por Bento Maciel Parente na região maranhense, em 1619. Segundo “estimativa de São Estácio de Oliveira, passara de 500.000 o número de mortos e cativos” (GUIMARÃES, 1981, p. 15). Da mesma maneira que os africanos escravizados, os indígenas capturados e submetidos ao trabalho escravo nas plantações de cana-de-açúcar não cessavam de organizar revoltas; quando não conseguiam escapar das algemas, culminavam sendo abatidos “pelos castigos ou pelas doenças, morrendo às dezenas ou às centenas” (GUIMARÃES, 1981, p. 15).

A mortandade ganhou corolários de extermínio das espécies nativas e foi tão inescrupulosa que a própria autoridade política teve de interferir nas relações de produções, na perspectiva de preservar seus interesses econômicos. Aos tímidos apelos hipócritas da Coroa se acrescentam as missivas inócuas do Pe. Anchieta e do Pe. José de Nóbrega, o que em nada minimizou a marcha inexorável e triunfante da colonização, que ergueu sua história “deixando no rastro o sangue das populações nativas” (GUIMARÃES, 1981, p. 15). Como esconder que cada palmo de terra semeado no território brasileiro germinou sobre o húmus propiciado pelos corpos dos nativos assassinados?

O grau de dificuldade para submeter os aborígenes ao processo de produção que interessava à metrópole não foi o mesmo em todas as colônias. Naquelas de procedência espanhola, em que o genocídio e o extermínio de índios também foram acentuados, conseguiu-se transformar o nativo em força de trabalho escrava ou assalariada. Isso se deve em grande medida ao estágio de desenvolvimento de nossos primeiros habitantes naturais, pois se desconheciam a existência de relações de produção voltadas para a acumulação, como aponta Prado Jr. (2011, p. 127): “No Brasil ele é mais escasso e, sobretudo, despreparado para o sistema de trabalho organizado que exige a agricultura colonial”. Nas regiões da América em que a presença de nativos era mais expressiva e as relações de produção mais desenvolvidas, o indígena será transformado em escravo, mas isso não implica, *mutatis mutandis*, que hajam cessado a resistência e o massacre.

²³ Na época da chegada dos primeiros colonizadores, viviam no Brasil aproximadamente 6,8 milhões de indígenas, distribuídos em mais de mil povos distintos. No decorrer do século XX, o seu número era apenas de 1 milhão de indígenas, distribuídos em 80 povos diferentes. Na atualidade, são 387 povos, distribuídos em todo o território nacional.

No Brasil, o modo de produção estabelecido não resultou da preservação das relações de produção existentes, pois foi imposto pela coerção do colonizador, enquanto personificação do capital mercantil. O mercado foi o senhor soberano desse processo. Os interesses do capital e as leis da economia se acham acima de qualquer princípio axiológico ou preceito moral. Para alcançar o status fundamental à gênese das relações genuinamente capitalistas na metrópole, o capital precisava correr o mundo, espalhando o terror e disseminando a guerra. Assinala Marx (1985a, p. 287):

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As ‘sociedades *monopolia*’ (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. As manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. A Holanda, que primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial, atingira já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial.

O sistema colonial, tanto no sistema *plantation* como nas colônias de povoamento, plasma-se sobre uma base que extrapola o simples interesse em povoar uma região deserta, na perspectiva de propiciar seu desenvolvimento genuinamente humanitário. A conquista de novos territórios é acima de tudo a conquista de espaço para o capital mercantil se autorreproduzir. No entanto, a conquista de novas terras somente pode se converter em fonte de lucro se existir força de trabalho disponível para ser explorada pelo capital.

Colonizar não é uma atividade que se circunscreve simplesmente ao exercício de povoar uma região deserta ou densamente despovoadas, mas é, acima de tudo, abrir as portas para o desenvolvimento do capital mercantil. Este é o sujeito do processo colonizador. Nele o capital é o centro, e os homens são meros autômatos e objetos de seus propósitos. Colonizar também implica a necessidade de superar as barreiras naturais que impedem o livre desenvolvimento do mercado mundial e eliminar tudo aquilo que representa um entrave ao livre desenvolvimento do mundo das mercadorias.

Era imprescindível quebrar as barreiras naturais e sociais que representavam um entrave ao livre curso do mercado mundial. Havia inúmeros elementos que serviam de obstáculos ao livre desenvolvimento do capital, por isso foi necessário declarar guerra implacável a todas as formas de organização que estavam assentadas sobre as relações de produção comunais. A exploração colonial somente po-

deria se efetivar nos marcos do trabalho compulsório, pois os custos com o trabalho assalariado certamente impediriam o processo de acumulação nos termos da acumulação primitiva de capital. Por sua vez, é preciso salientar que inexistiam os elementos fundamentais para a apropriação do excedente produzido pelo trabalho na base do trabalho assalariado. As condições ideais ainda estavam distantes de se asseguradas, por isso não havia forma mais adequada para a sua implantação do que a recorrência ao trabalho escravo.

As barreiras naturais se colocavam como um limite ao pleno desenvolvimento daquelas condições que demarcam a infância do capitalismo. A superação das barreiras naturais tecida pelo desenvolvimento da indústria de mear e pelo desenvolvimento da técnica permitiu operar a descoberta de novas terras e com ela revolucionar o capital comercial; mas a natureza ainda impunha obstáculos enormes ao pleno desenvolvimento do capitalismo nas regiões colonizadas. Prado Jr. (2011, p. 24) chama atenção para as dificuldades impostas pela natureza:

São trópicos brutos indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta, para o que o colono europeu não estava preparado e não contava com nenhuma defesa. Aliás, a dificuldade do estabelecimento de europeus nestas terras americanas, entregues ainda ao livre jogo da natureza, é comum também à zona temperada.

O capital precisava enfrentar as adversidades naturais, e essa tarefa somente poderia ser realizada mediante o trabalho vivo. Apenas o trabalho poderia afastar as barreiras naturais existentes e transformar o nível da reprodução simples em reprodução ampliada; para isso era imprescindível transformar os aborígenes em força de trabalho escrava. Uma vez que o colono português não estava disposto a enfrentar as barreiras naturais recorrendo ao seu próprio trabalho, seu interesse restringia-se claramente a servir como intermédio no processo de superação das barreiras naturais, como esclarece Prado Jr. (2011, p. 26): “Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade, quando pode ser um dirigente, quando dispõe de cabedais e aptidões para isso; quando conta com outra gente que trabalhe para ele”. Por isso, não bastava a força de vontade para exercer o papel de sujeito no processo de subordinação do trabalho aos imperativos de comando do capital comercial; tinha de apresentar-se como indivíduo portador de expressivo capital comercial.

O fato de a Coroa portuguesa haver dividido o território nacional em 12 capitanias hereditárias e recorrer à cobrança de tributos,

não deve de maneira alguma obnubilar seu caráter mercantilista e capitalista, pois para operar todo o empreendimento, ela recorreu às distintas casas comerciais europeias. A tentativa do poder absolutista de assegurar o monopólio do comércio para a sua burguesia não entra em contradição com o espírito da época, já que a economia mercantilista entendia que a concorrência entre os mercadores servia para elevar o preço dos produtos no mercado externo. No entanto, esse pequeno Estado precisava diplomaticamente atrair capitais de outros portos para o bom estabelecimento de sua empresa colonizadora.

O caráter limitado da burguesia portuguesa obrigou seu Estado a manter uma relativa liberdade comercial com os mercadores flamengos e italianos. Tal incapacidade pode ser observada na fase inicial da colonização nacional, em que a costa brasileira servirá de alvo preferido dos corsários e dos piratas francêss, holandeses e ingleses. Apenas no final do século XVI, sob a égide do poder espanhol, é que se decretou “a exclusividade dos navios portugueses no comércio da florescente colônia” (NOVAIS, 1985, p. 79). Mas isso serviu somente para advertir essas nações para a necessidade de desenvolver também suas empresas coloniais.

A necessidade de interferência da monarquia portuguesa gerava problemas tanto para os negócios dos mercadores europeus, pois retirava de circulação recursos que deveriam capitalizar e revitalizar o sistema comercial, quanto para a burguesia nacional, que precisava duma ação mais ostensiva do Estado para assegurar o monopólio de suas atividades comerciais. A monarquia absolutista portuguesa tentou atrair capital de diferentes partes da Europa para a exploração do comércio de especiarias do Oriente e assegurar seus interesses no ultramar. No entanto, as interferências políticas da Espanha prejudicaram sua relação de parceria com os mercadores de procedência judaica, aclimatados em seu território. A perda da posição privilegiada de Portugal para a Holanda no comércio oriental e na pilhagem da África será sentida no decorrer do século XVI e servirá para fortalecer e intensificar suas relações econômicas com o Brasil.

A anexação da monarquia portuguesa aos interesses da monarquia espanhola acirrou o conflito bélico entre Espanha e Holanda, alterando de forma substancial a liberdade que os estrangeiros possuíam para comercializar o açúcar que era produzido no Brasil nos mercados de Flandres e Antuérpia. Essa alteração representou a integração da Coroa portuguesa à política encetada pela Espanha. A partir de 1605, a liberdade de trânsito para os mercadores estrangeiros estava completamente suspensa; todos “os estrangeiros no ultramar português deviam mudar-se para Portugal no prazo de

um ano, com penas severas de morte e confisco das propriedades para os transgressores” (NOVAIS, 1985, p. 81). Mas a aplicação da lei carecia da força das armas, e ela foi respondida com a ocupação francesa e holandesa do território brasileiro, até que as condições dos investidores financeiros internacionais fossem repostas.

Entre 1568 e 1648 a Holanda esteve envolvida numa guerra de libertação da dominação espanhola, representada pela casa de Castela. Segundo Suret-Canale (2005, p. 43):

Os centros financeiros são sucessivamente Gênova, que troca a prata do rei de Espanha pelas moedas de ouro necessárias ao pagamento dos seus mercenários, mas que acabará por ser vítima da bancarrota do Estado espanhol; em seguida, o comércio dos produtos coloniais e centralizado em Antuérpia, que é, até 1575, a primeira praça financeira da Europa; a insurreição dos holandeses contra o rei de Espanha irá arruiná-la, fazendo passar para Amsterdã o centro do grande comércio e das finanças; no século XVIII, esta função passa para Londres.

A passagem de Portugal ao controle espanhol em 1580 implicou a intensificação dessa luta, à medida que todo o território português passou à condição de inimigo dos interesses holandeses. O controle da monarquia portuguesa pela casa espanhola contribuiu para a Holanda apoderar-se, primeiramente, “de quase todas as possessões portuguesas no Extremo Oriente”, e depois, dos territórios ocupados por Portugal na África, passando finalmente a disputar o controle de diversas regiões na América. Entre 1630 e 1654, os holandeses ocuparam posição privilegiada em Pernambuco.

A restauração da autonomia portuguesa perante os espanhóis acontece somente em 1640, pela mediação do duque de Bragança. Este procurou restabelecer a aliança com os holandeses na luta contra os espanhóis. Os holandeses cessaram suas disputas bélicas em 1648, enquanto Portugal permaneceu envolvido no conflito com os espanhóis até 1668. Nesse contexto, os holandeses se aproveitaram da posição ambígua dos portugueses, pelo fato de que os espanhóis não reconheciam sua independência e consideravam as colônias portuguesas como sua propriedade. Isso permitia que os flamengos as atacassem e tirassem proveito econômico dessa situação.

A perda de parte expressiva da costa africana para os holandeses obrigou os portugueses a estabelecer um tratado comercial em 1648. Os termos para a aquisição de força de trabalho escravo naquela região passam pelas determinações da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais; assim, os portugueses estavam impedidos de adquirir escravos mediante o recurso da troca de produtos manufa-

turados advindos do mercado europeu, podendo fazê-lo somente mediante a troca por produtos oriundos das colônias (tabaco, aguardente e ouro) e o pagamento de taxa de 10% dos produtos comercializados. Enquanto isso, os comerciantes holandeses tinham total liberdade para comercializar nas colônias portuguesas instaladas em toda a África. Nesse contexto, a retomada do controle de Pernambuco custou caro aos negócios da burguesia mercantilista portuguesa na costa africana, pois as represálias contra os portugueses se intensificaram. Como acentua o relato de Gentil de la Barbinais apresentado por escrito em 1718:

Um navio português vindo de Angola trouxe a notícia de que os holandeses cometiam diversos atos de hostilidade contra os portugueses nos mares da Guiné. Os holandeses tinham feito, já havia alguns anos, um tratado com os portugueses pelo qual os primeiros concediam a estes o tráfico dos escravos em Angola e em outras feitorias da Costa da África, com a condição de que não levariam para aqueles países nenhuma manufatura, mas somente tabaco e ouro do Brasil, porque guardavam para si o comércio de tecidos e outras mercadorias parecidas; faziam os portugueses um comércio tão considerável e tão vantajoso, que os holandeses sentiram-se enciumados, e sob pretextos diversos foram em cima dos portugueses, atacaram seus navios e empenharam-se em arruinar seu comércio (apud VERGER, 2002, p. 56).

A presença de mercadores da Antuérpia e Amsterdã no território brasileiro nos séculos XVI e XVII denuncia a relevância que o complexo açucareiro possuía no mercado internacional. O método de administração e controle da força de trabalho adotada pela burguesia comercial holandesa no território nacional em nenhum momento se efetivou sob a insígnia do trabalho assalariado. Foi sob a presença do capital holandês na economia nacional que se inscreveu a mais notória revolta de escravos. A República dos Palmares atesta que os métodos dos colonizadores estavam em plena consonância com os interesses metabólicos de reprodução do capitalismo nascente. Escreve Marx (2008, p. 440):

De mais a mais, a economia colonial em geral (o chamado sistema colonial) e em particular a economia da antiga Companhia Holandesa das Índias Orientais ilustram de maneira contundente como o capital mercantil administra onde domina diretamente a produção.

A Holanda ocupou posição de proa no desenvolvimento do capital mercantil até a ascendência econômica da Inglaterra no século

XVIII. A relevância do capital comercial holandês no desenvolvimento do sistema de plantação no Brasil é explicitada por Sodré (1987, p. 85):

fica evidente na presença de capital comercial holandês no investimento inicial açucareiro, na presença de barcos holandeses no transporte do açúcar entre a Colônia e a Metrópole, no absoluto domínio da distribuição do açúcar ao mercado consumidor europeu, cuja ampliação fora um dos seus principais efeitos.

Assim que foi superado o período da preservação do mercado brasileiro para a União Ibérica, apesar de recorrer às fragatas inglesas para obter escravos, a Coroa portuguesa tratou de restaurar suas relações diplomáticas com Holanda e Inglaterra em novos termos. Isso revela o quadro geral da empresa colonizadora portuguesa do Brasil, em que se tentou conciliar o movimento de abertura com o fechamento de seus portos para outras nações. As épocas de concessões estrangeiras, como as afirmadas pelos acordos estabelecidos com Holanda (1641) e Inglaterra (1654, 1661), foram seguidas pela tentativa inócua de afirmação do exclusivismo português no comércio das mercadorias produzidas no Brasil. Observa-se que se tentou mesclar as épocas de acentuado desenvolvimento da colônia, pautadas pela tentativa de redução da presença estrangeira, com as épocas de crise econômica, marcadas pela tentativa de abertura para o investimento estrangeiro (NOVAIS, 1985). Nas etapas de crescimento buscou-se sempre reduzir os efeitos deletérios da presença estrangeira para os interesses econômicos portugueses.

Existia uma unidade de propósitos mercadológicos tanto entre a burguesia holandesa e a portuguesa quanto entre a burguesia portuguesa e a inglesa. Elas agiam sob o mesmo imperativo, pois nenhuma dessas burguesias podia abrir mão da superexploração do trabalho escravo. E a escravidão não era determinada pela tonalidade da pele, mas pela necessidade de reprodução do sistema em que o tempo constituía uma barreira que precisava ser rompida, porque o capital mercantil tinha pressa em converter dinheiro em mais dinheiro pela mediação da expropriação do trabalho escravo. A riqueza chegava às distintas burguesias pela mediação do Estado absolutista, que agia para quebrar os entraves econômicos e morais impostos pelos vestígios das relações pré-capitalistas. Nesse movimento, em que a religião ganha novos corolários, a moral do lucro e do sucesso imediato era a expressão máxima da realização das bênçãos celestiais. A empresa colonizadora contou com a presença, até mesmo, de companhias religiosas que exploravam o comércio

constelação de acordos diplomáticos, determinou a subordinação de Portugal e consortes aos interesses ingleses. O tratado de 1654 ampliou ainda mais as isenções dos comerciantes ingleses, sendo por isso denominado de “Magna Carta” dos ingleses em Portugal (NOVAIS, 1985). E o casamento de Carlos II com Catarina (filha de D. João IV) resultou na subordinação dos negócios portugueses aos propósitos ingleses.

A economia portuguesa sofrerá uma contração na segunda metade do século XVII e no decorrer do século XVIII. A ruptura definitiva da União Ibérica impôs uma situação nada confortável para a economia portuguesa, porque passou a orbitar na zona de influência das potências que dominavam o mundo. Para manter sua posição no sistema colonial não podia se desprender da tutela e do protetorado econômico e militar da Holanda e Inglaterra. Na luta pelo controle do mercado mundial, os ingleses apoiaram os portugueses contra os holandeses e contra os espanhóis.

Tanto os holandeses quanto os ingleses estavam ávidos da matéria-prima que os portugueses transportavam (ouro, tabaco e aguardente), e conscientes de que precisavam impedir o desenvolvimento da manufatura portuguesa. Nessa empreitada, os comerciantes ingleses se saíram melhor que os holandeses e os franceses, porque não apenas impediram os portugueses de comercializar produtos manufaturados na costa africana, como transformaram Portugal num mercado expressivo para a produção têxtil inglesa, como acen-tua Verger (2002, p. 58):

Naquele mesmo ano de 1703, Portugal firmava com a Inglaterra o Tratado de Methuen que, em Portugal, permitia a entrada com tarifas preferenciais das fazendas manufaturadas na Grã-Bretanha. Reciprocamente, os vinhos portugueses gozavam das mesmas vantagens na Inglaterra. Esse tratado devia deixar durante muito tempo Portugal sob a dependência econômica da Inglaterra, além de colocar um freio em seu desenvolvimento artesanal e industrial.

Os tratados de Methuen (homenagem ao célebre negociador bri-

centes a Sua Majestade ou em possessão de Sua Majestade, na Ásia, América e África, noutros navios senão nos que sem nenhuma fraude pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou gauleses, ou ainda a habitantes destes países, ilhas, plantações e territórios, e que são comandados por um capitão inglês e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses... Nenhum estrangeiro nascido fora da soberania de nosso Senhor o Rei, ou não naturalizado, poderá exercer o ofício de mercador ou corretor num dos lugares supracitados, sob pena de confisco de todos os seus bens e mercadorias...” (apud DEYON, 1985, p. 94).

tânico John Methuen) consolidam Portugal como uma espécie de satélite dos interesses britânicos no ultramar. Por seu intermédio, Portugal não apenas renovava os privilégios concedidos anteriormente como impedia o desenvolvimento de sua manufatura e de sua potencialidade industrial, porquanto abria tanto o mercado português à produção têxtil inglesa quanto todo o mercado ultramarino sob a égide portuguesa. Isso condenava Portugal a uma posição secundária no desenvolvimento da economia europeia, pois passava a ficar refém da produção manufatureira inglesa. Segundo Smith (2003, p. 506):

É preciso notar que nenhum grande país jamais subsistiu ou poderia subsistir sem que se produzissem nele alguns tipos de manufatura; e, quando se diz que determinado país não possui manufaturas, deve-se entender com isso que não possui as manufaturas mais refinadas e elaboradas, ou as que se destinam à venda em lugares distantes. Em todos os grandes países, tanto as roupas como o mobiliário da maioria da população são o produto de seu próprio trabalho.

Portugal não poderia ocupar papel de primeira grandeza no mercado mundial porque os acordos estabelecidos com a Inglaterra impediam o desenvolvimento de suas atividades manufatureiras. Observa-se que Portugal perdeu para a Inglaterra o aprimoramento do desenvolvimento da indústria naval; o exclusivismo inglês nesse campo se completará no decorrer do século XVIII, quando esta assume o posto de “rainha dos mares”. Até mesmo o beneficiamento da vinícola portuguesa não passava de uma farsa, pois “os capitais britânicos atingiam e dominavam também a produção vinícola” (MAZZEO, 1997, p. 98).

O acordo de Methuen representa uma expressiva derrocada do setor comercial português perante o setor agrário e evidenciou que a acumulação portuguesa estava sendo bem mais exitosa para os negócios da burguesia inglesa do que propriamente para a burguesia lusitana. Como não contava com uma dinâmica estrutura econômica e militar, Portugal precisava partilhar o excedente extraído da exploração do trabalho escravo no Brasil com este importante centro econômico.

A preservação da autonomia política de Portugal em relação à dinastia Habsburgo (Espanha) exigiu que este comerciasse apenas com os ingleses em suas colônias. A política protecionista inglesa serviu para desenvolver sua produção têxtil em face da concorrência estrangeira, proibindo a Portugal “a exportação de grande parte das matérias-primas e produtos semiacabados, indispensáveis à in-

dústria têxtil, tais como ovelhas, lã, fios e tecidos de lã penteada” (HUNT & SHERMAN, 1985, p. 38).

A hegemonia do capital inglês nos negócios de Portugal não será quebrada nem mesmo na era pombalina, como assinala Novais (1985, p. 30): “O mesmo Pombal, embora forcejando por reduzir as vantagens econômicas inglesas em Portugal, nunca perdeu de vista a necessidade incontornável de manter a proteção política da Inglaterra”. Isso implicava que a burguesia inglesa deveria assumir posição confortável na península portuguesa e contrapor-se aos interesses franceses e espanhóis. De acordo com Novais (1985, p. 31): “A margem de manobra dentro da qual se movia a diplomacia portuguesa era assaz estreita para que tais tentativas pudessem ser levadas adiante”. Não é à toa que as atividades manufatureiras também foram impedidas de se desenvolver no Brasil. Esse impedimento se exprime na interceptação do desenvolvimento científico e tecnológico e numa posição de dependência crescente neste complexo.

O século XVIII culmina com a disputa entre Inglaterra e França pela hegemonia da economia mundial; a Holanda acaba sendo rebaixada a uma posição de segunda grandeza, o que representa a superação do capital mercantil pelo capital industrial. Escreve Marx (2008, p. 444): “A história do declínio da Holanda como nação comercial dominante é a história da subordinação do capital mercantil ao capital industrial”.

Entre os elementos que eclipsaram a virtuosidade capitalista holandesa colocou-se, primeiro, o alto custo do trabalho propiciado pela “escassez de mão-de-obra” (DOBB, 1983, p. 139); segundo, o deslocamento de capital para outras praças, ou seja, seu desenvolvimento econômico foi adiado devido à “drenagem de capital para a finança internacional” (WILSON *apud* DOBB, 1983, p. 140). A crise econômica lusitana está relacionada, também, à incapacidade de sua burguesia efetuar o trânsito célere do capital mercantil para o capital industrial. O estacionamento de sua burguesia nos limites do capital mercantil a condenou a uma posição secundária no desenvolvimento do capitalismo mundial.

O único elemento que conseguiu representar algum entrave ao pleno desenvolvimento do expansionismo inglês no ultramar foi a Independência dos EUA, sobejamente apoiada pela França. No entanto, o desenvolvimento de suas forças produtivas internamente havia dinamizado a economia inglesa de tal maneira que ela mesma havia forjado os mecanismos socioeconômicos capazes de inscrever uma nova página na história do capital. O salto qualitativo que permitiu que a crise do sistema colonial não afetasse negativamente

seu dinamismo econômico foi a Revolução Industrial. A Inglaterra dispunha internamente, graças ao processo de acumulação primitiva de capitais, dos elementos que possibilitavam a transcendência dos problemas impostos pelo regime colonial assentado na superexploração do trabalho escravo. Desse modo, em vez de resultar num movimento negativo aos seus interesses no ultramar, a independência das colônias será considerada positivamente, especialmente daquelas que se processam sob a égide de outros impérios. A independência política das colônias espanholas e portuguesas será saudada pelos capitalistas ingleses como um pórtico grandioso para a expansão de suas atividades manufatureiras.

No contexto da Revolução Francesa, a subordinação portuguesa ao império inglês revela-se na abertura dos portos brasileiros às nações amigas e em todo o desenvolvimento assentado sobre a produção cafeeira, que funcionará como elemento de transição para o advento do capital industrial. A interferência do poderio inglês na economia brasileira se intensificará ainda mais no decorrer do século XIX. Escreve Novais (1985, p. 55): “a defasagem entre a posição política e econômica das metrópoles ibéricas no quadro do equilíbrio europeu e a extensão e importância comercial de seus domínios ultramarinos só se puderam manter até o fim do século XVIII graças à rivalidade entre as potências ascendentes, Inglaterra e França”. Mas a emancipação das colônias do jugo ibérico, incentivada pela Inglaterra, resulta na independência negociada do Brasil.

A crise do sistema colonial expressa a necessidade de superação das relações de produção e circulação fundamentadas no mercantilismo. A superação do capital mercantil é expressão da necessidade do aprimoramento do poder do capital sobre o trabalho; no entanto, ao invés da morte do capital mercantil, o que se observa é uma metamorfose em que o capital mercantil deixa de ser o polo regente da produção para emergir na circulação como expressão do desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas. A Revolução Industrial implica que o capital mercantil deveria aparecer como capital financeiro e bancário. A relevância da Inglaterra no tocante ao desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas atinge o auge no decorrer do século XIX. É nesse contexto que se deve entender o trânsito da economia colonial mercantilista para a etapa essencialmente capitalista, em que as relações fundadas sobre a exploração do trabalho escravo precisam ser superadas pelas relações fundadas na exploração do trabalho assalariado.





CAPÍTULO III

A PERSONIFICAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL COLÔNIA

O desenvolvimento do capital no território brasileiro passou pela mediação da empresa colonizadora. O movimento migratório perpassa tanto a força de trabalho quanto a personificação do capital, porquanto houve transplante de massas tanto do lado da força de trabalho escrava quanto da complexa rede comercial formada de imigrantes aventureiros e empresários ávidos de lucro. Um processo permeado por contradições, em que a personificação do capital se acha tanto na figura do comerciante quanto na figura do senhor de escravos. A instalação do complexo açucareiro e dos demais complexos econômicos em território brasileiro implicou a necessidade de o capital mercantil transcender à condição de componente exclusivamente relacionado ao movimento mercadológico que norteava suas relações no Oriente para dedicar-se, também, ao reino da produção. A transformação do Brasil numa colônia de exploração revela a relação existente entre circulação e produção; nesta, o capital mercantil emerge como elemento norteador da atividade produtiva.

3.1 O mercador como agente financeiro do complexo açucareiro

Entre as figuras que exercerão papel exemplar na empresa colonizadora, destaca-se o mercador como personalidade relacionada à produção açucareira nos primórdios da atividade econômica nacional. Ele se manifesta como figura fundamental da empresa colonizadora porque representa o elemento que dedica soma expressiva de capital ao sucesso da implantação do processo produtivo direcionado à exportação.

O desenvolvimento das navegações permitiu o comércio de longa distância e a superação das barreiras que interceptavam o livre intercâmbio de mercadorias. A empreitada expansionista das navegações, devido ao alto custo, não podia ser operada nos estreitos limites de recursos provenientes da Corte portuguesa; ela somente seria possível mediante o estabelecimento de afinidades eletivas entre a burguesia mercantilista e o poderio político absolutista. Foi graças à unidade estabelecida com a burguesia mercantil que o poder absolutista pôde erguer seu império transcontinental. Poderio obtido não pela quantidade de terras conquistadas, mas pela abertura e controle das rotas comerciais, dos entrepostos mercantis, dos portos e fortalezas instauradas nos continentes africano, asiático e americano. Império formado pelo controle e pelo desenvolvimento do comércio nos oceanos Atlântico e Índico.

Do século XVI ao século XVIII, o capital comercial português passou por um processo de ampliação expressivo, mediante a pilhagem das Índias e a formação das colônias na América. A empresa colonizadora em si mesma resultou numa atividade que dinamizava o capital mercantil português, pois cada expedição realizada presumia a construção e compra de navios, contratação de sua tripulação, aquisição de armas e alimentos. A fim de se instalar numa região, era preciso que o colonizador português tivesse condições para erguer fortalezas, adquirir munições e armas, investir na preparação de homens para a arte de guerrear etc.

A atividade colonizadora exigia uma constelação de recursos, e pouquíssimos eram aqueles que dispunham de capital suficiente para se lançar numa aventura arriscada e incerta; para isso era preciso que vários indivíduos portadores de reservas financeiras se unificassem num mesmo propósito. As companhias por ações e empresas mercantis surgiram para atender a esses anseios. Para mobilizar força de massa num mesmo local de trabalho, o engenho, era necessário que diferentes burgueses se juntassem do outro lado do Atlântico,

na forma de associações comerciais. Escreve Huberman (s/p. 100).

A sociedade por ações foi a resposta dada pelos mercadores do século XVI e XVII ao problema de como levantar os enormes capitais necessários a tão vastos empreendimentos como o comércio com a América, África e Ásia. A primeira sociedade por ações inglesa foi a dos Aventureiros Mercadores. Contava com 240 acionistas que entraram, cada um, com 25 libras – soma de certa importância na época. [...] Mesmo as expedições de corsários foram organizadas em bases de sociedade por ações. Em uma das expedições de Drake contra os espanhóis, a própria Rainha Elisabete possuía ações, em troca do empréstimo de alguns navios. O lucro, apenas dessa expedição, se elevaram a 4.700%, dos quais a boa Rainha Bess recebeu cerca de 250 libras como sua cota!

Deste modo, o capital comercial fez progresso nunca antes imaginado na história da humanidade, e as companhias por ações foram sua mola propulsora. O número dela precisava ser limitado pelos governos para preservar a exclusividade dos preços e dos mercados. “Havia sete companhias das ‘Índias Orientais’, sendo as mais famosas as britânica e holandesa; havia quatro companhias das ‘Índias Ocidentais’, organizadas na Holanda, França, Suécia e Dinamarca; companhias do ‘Levante’ e companhias ‘Africanas’ também eram populares” (HUBERMAN, s/d, p. 101). A fundação das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais (Holanda, Inglaterra e França) dirimiu a concorrência entre os mercadores flamengos na captura de mercadorias no exterior, assegurando os interesses lucrativos tanto dos governos quanto dos comerciantes envolvidos. Desse modo, mesmo a economia mais liberal da época, como a holandesa, não teve como escapar da necessidade do controle do mercado externo.

Essas companhias viabilizaram o trânsito do capital comercial de uma parte do planeta para outra, criando novas formas de intercâmbio de mercadorias. Os comerciantes inventaram o sistema de crédito para tornar desnecessária a transação em ouro; desse modo, tentavam escapar aos saques e assaltos dos piratas ou corsários do mar. As casas comerciais acordavam entre si e com os seus serviços instaurados nas colônias que um pedaço de papel valia tanto quanto a própria forma metálica do dinheiro. Desse modo, eliminava-se o próprio o dinheiro (ouro) das transações mediante a constituição de câmaras de compensação. Escreve Marx (2008b, p. 797):

Os bilhetes que o banco emitia eram, na realidade, meros recibos pelos metais preciosos depositados, amoedados, e só circulavam com o endosso do receptor. Na Holanda, com o comércio e a manufatura

desenvolveram-se o crédito comercial e o comércio de dinheiro, e o capital produtor de juros, em virtude do próprio desenvolvimento, subordinara-se ao capital industrial e comercial. É o que evidenciava a redução da taxa de juro.

O mercado mundial ganhou proporções substanciais no decorrer do século XVI, sendo os negócios paulatinamente transferidos das feiras instaladas nas cidades italianas para o norte da Europa, especialmente para Flandres, Antuérpia e Amsterdã. As relações comerciais estabelecidas entre Lisboa e Antuérpia merecem destaque, e a balança foi favorável aos negócios da burguesia portuguesa instituídos em Antuérpia, transformando, por exemplo, a família Mendes numa concorrente singular da família Fugger. Os cristãos-novos, de origem sefardita (espanhóis), tiveram papel destacado na ascensão de Amsterdã à condição de principal empório do capital mercantilista no decorrer do século XVII, após a conquista de Antuérpia pelos espanhóis²⁵.

Os reinos ibéricos (Espanha e Portugal) desempenharam funções protagonistas na difusão do mercado mundial e no processo de colonização dos povos da África, América e Ásia. Esses reinos expressam também a primeira forma de ser do capital, em que os interesses do capital mercantil ganharam proporcionalidade inusitada. Essas atividades foram garantidas pela constituição de redes transcontinentais de troca, surgindo então um complexo sistema ultramarino composto por uma exígua rede portuária na África, Ásia e América. Nesse movimento, os judeus convertidos ao cristianismo (cristãos-novos) e criptojudeus (aqueles que se convertiam ao cristianismo e preservavam sua fé na religião hebraica), desempenharam função primordial nos negócios portugueses.

Os cristãos-novos aparecem como figuras relevantes no desenvolvimento do comércio ultramarino graças ao controle exercido sobre o capital comercial acumulado no interior do regime feudal. A evolução e a intensificação das atividades mercantis ampliaram expressivamente os capitais investidos no decorrer do século XVI. Para isso foi fundamental a constituição de uma empresa complexa que contava com o apoio máximo do poder estatal.

Na terceira década do século XVI, a política de pilhagem e extrativismo do pau-brasil será substituída pelo povoamento da colônia

²⁵ Segundo Ricardo (2006, p. 40): “Em virtude dos conflitos militares em Flandres, e da reconquista espanhola em 1585, houve forte emigração de cabedais e comerciantes (e seus contatos) para Amsterdã, que se tornou a mais importante praça mercantil do continente”.

recém-conquistada. O baixo nível da sua intensidade populacional – que contava com menos de dois milhões de habitantes em sua metrópole – impedia promoção dum deslocamento à altura das exigências do imenso território brasileiro. Como a atenção dos principais agentes econômicos estava muito mais voltada para o lucro rápido e fácil com o comércio de especiarias do Oriente, a Coroa distribuiu o país em doze áreas contíguas, variando nas proporções de 30 a 100 léguas, as capitanias hereditárias. Explica Caio Prado Jr. (2012, p. 31):

São doze indivíduos de pequena expressão social e econômica. A maior parte deles fracassará na empresa e perderá nela todas as suas posses (alguns até a vida), sem ter conseguido estabelecer no Brasil nenhum núcleo fixo de povoamento. Apenas dois tiveram sucesso; e um desses foi grandemente auxiliado pelo Rei.

Merece destaque o fato de o alcaide-mor da Casa de Bragança, Martim Afonso, fundar o primeiro engenho de açúcar no Brasil, em 1533, com o apoio de banqueiros flamengos e alemães, como assinalamos acima. Eis aí patenteado o verdadeiro agente do processo de colonização portuguesa, em que o representante do Estado absolutista no Brasil somente concedia porções de terras aos homens dotados de capacidade financeira e capazes de transformar as terras recebidas em áreas cultivadas e produtivas. Destaca Guimarães (1981, p. 52):

Para os poderosos de então, tivessem o prestígio da nobreza ou do dinheiro, as concessões não encontrariam limites, além dos confinados pela força das armas nas lutas pela expropriação indígena. Os favores da Metrópole inclinavam-se aos pretendentes que dispusessem de recursos bastantes para iniciar numa parte apenas dos senhorios uma exploração qualquer, contanto que erigissem fortificações e defesas para manter os seus domínios através de regiões incommensuráveis.

Para desenvolver as capitanias esses donatários levantaram subsídios com os banqueiros e negociantes judeus (cristãos-novos) afortunados²⁶. As empresas colonizadoras eram casas comerciais que

²⁶ As instituições financeiras desempenharam papel de primeira grandeza no processo de acumulação primitiva de capital, mediante o financiamento não somente das atividades comerciais nas colônias, mas ao sistema de empréstimo desenvolvido no interior do próprio sistema feudal. Escreve Dobb (1983, p. 135): “Na Itália, já no início do século XIV, vemos bispos tomando emprestados, numa década, mais de 4 milhões de florins a cinco casas bancárias florentinas. No século XVI,

serviram como preâmbulo às grandes corporações de negócios, aos grandes aglomerados empresariais, aos trustes e às multinacionais. Pela mediação dessas empresas comerciais se regulamentou o sistema de empréstimos, os livros contábeis, o sistema de compensação bancária, a emissão de papel moedas etc. Para assegurar o espaço de ação dessas empresas e impedir a concorrência com grupos estrangeiros, os Estados nacionais e os reis absolutistas fizeram-se aliados e sócios delas.

No processo de desenvolvimento da colonização portuguesa do Brasil, os cristãos-novos (judeus) dedicaram-se aos aspectos mais lucrativos da empreitada colonizadora, exercendo as funções inerentes às transações financeiras e bancárias e financiando a atividade expansiva do comércio e da colonização mediante empréstimos e cobrança de juros. O papel do Estado absolutista português revela-se como completamente subordinado aos cristãos-novos. A fuga dessa classe usurária, com a Inquisição espanhola, implicará a subordinação da Coroa portuguesa aos mercadores alocados em outras praças da Europa. Escreve Ricardo (2006, p. 10):

A debilidade do tesouro real, pela necessidade sempre de financiamento para a capitalização dos negócios ultramarinos, colocou a Coroa à mercê dos grandes financistas internacionais que dominavam também o trato. Antuérpia se destacava como o grande centro de distribuição das mercadorias importadas por Portugal, além de centro financeiro, atraindo investidores e mercadores que lá se fixavam e estimulavam a dinâmica econômica no século XVI.

A diáspora propiciada pela perseguição orquestrada pelo Tribunal do Santo Ofício, por motivos efetivamente econômicos, conduziu os cristãos-novos e criptojudeus tanto às novas praças comerciais que se instituíram na Holanda quanto àquelas partes do mundo em que o desenvolvimento econômico se fazia promissor. Segundo Ricardo (2006, p. 12):

Fixaram-se no Brasil homens de grandes cabedais dos clãs mercantis de origem sefardita, organizados nas relações familiares. Os cristãos-novos se destacaram nessa empreitada além-mar como senhores de

os Fugger lucraram entre 175 mil e 525 mil ducados anuais por adiantarem dinheiro aos reis da Espanha e coletar suas rendas. A base das famosas fortunas dos Fuggers repousava na hipoteca de minas de prata e de propriedades imperiais, e seus concidadãos, os Welser, formaram suas fortunas pela especulação com minas de prata no Tirol, de cobre na Hungria e de mercúrio na Espanha” (DOBB, 1983, p. 135).

engenho e principalmente no controle do negócio do açúcar. Alternavam-se em posições estratégicas no Brasil, Portugal e África, bases do trato açucareiro e negreiro, mantendo grandes ligações com o Reino e Amsterdã. As redes transcontinentais não se detiveram apenas no comércio açucareiro, visto operarem em larga escala, fazendo negócios com os produtos de maior rentabilidade no período.

Com a intervenção da Coroa espanhola nos negócios portugueses, pela mediação do Santo Ofício, os comerciantes portugueses de procedência judaica²⁷ dispersaram-se pela Antuérpia, Florença e Veneza, “agindo conjuntamente com outros mercadores flamengos, ficando os mercadores lisboetas reduzidos a um papel menor nas transações mercantis de larga escala” (RICARDO, 2006, p. 19). O centro financeiro mais dinâmico da Europa do século XVII foi Amsterdã, onde os judeus desempenharam papel de primeira grandeza e para onde se dirigiam as mercadorias e as riquezas dos povos colonizados. As riquezas expropriadas pelos colonizadores portugueses, nos séculos XVI e XVII, acabavam sempre nas mãos dos mercadores judeus instalados no norte da Europa – primeiro Antuérpia e, depois, Amsterdã. A exploração do trabalho escravo teve como endereço os bolsos dos banqueiros holandeses e/ou judeus instalados na referidas cidades. E a acumulação expressiva de capitais pelos mercadores judeus permitiu a diversificação e a ampliação de seus negócios; “investindo na manufatura da seda e em refinarias de açúcar, adquiriram expressão política e tornaram-se homens de projeção social em Antuérpia e Amsterdã” (RICARDO, 2006, p. 20).

No entanto, os grandes financistas “preferiam financiar as armadas a se envolver diretamente nas expedições e no trato direto, por ser mais seguro o retorno de seus investimentos” (RICARDO, 2006, p. 35). O açúcar foi um dos vetores principais do crescimento do poder econômico da burguesia portuguesa alocada no norte da Europa no decorrer do século XVI. Já o desenvolvimento do complexo açucareiro no Brasil esteve completamente articulado aos capitais de procedência holandesa e italiana, em que os judeus se constituíam como os principais agentes financeiros; grande parte do açúcar brasileiro acabou por ser comercializado nas feiras da Antuérpia e Amsterdã.

Mas os cristãos-novos lisboetas não se limitaram às atividades do comércio ou à distribuição da produção agroexportadora, haja vista

²⁷ Ricardo (2006, p. 19) apresenta uma listagem com o nome de algumas famílias, tais como: “Anjos, Caldeira, Frias, Salazar, Gomes d’Elvas, Mendes, Rodrigues d’Évora e Veiga, Rodrigues Solis e os Ximenes de Aragão”.

que também se destacaram no âmbito da produção. Como assinala Ricardo (2006, p. 20):

Seus cabedais foram investidos inicialmente em engenhos, financiando plantações e construção de engenhos. Atuando diretamente na produção e distribuição desse produto para a Europa, detinham o monopólio de insumos essenciais para o desenvolvimento da lavoura açucareira, e seus saberes anteriores no fabrico e na exportação do açúcar os distinguiam entre os colonos.

A centralização política imposta pelo Estado absolutista constituiu-se como vetor fundamental para o desenvolvimento das potências econômicas da nascente burguesia mercantilista. A delimitação do espaço nacional rompeu com o poder dos senhores feudais e estabeleceu uma unidade de interesses que tem seu coroamento na consolidação das grandes empresas e companhias comerciais. As monarquias ibéricas acabaram se erguendo como empreendimentos financeiros bem-sucedidos graças ao controle exercido pela burguesia comercial sobre as atividades colonizadoras. E isso será reproduzido pelas outras nações no decorrer do século XVI.

No entanto, o endividamento do Estado português perante a burguesia mercantilista ampliava-se cada vez mais, pois os investimentos monárquicos estabeleciam prazos que impediam a célere rotatividade dos capitais investidos nas mercadorias produzidas ou capturadas. Para equilibrar suas finanças, o representante político contraía novos empréstimos com a burguesia mercantil internacional. Enquanto os grandes mercadores tinham seus lucros certos, o poder absolutista tinha de conviver permanentemente com os riscos dos empreendimentos marítimos, com a possibilidade de naufrágios, a intensa ação dos corsários etc. Diferentemente dos investimentos da Coroa portuguesa, os empréstimos bancários tinham prazos fixos e juros elevados. Escreve Ricardo (2006, p. 36):

a incapacidade monetária da Coroa obrigava-a a recorrer a novos empréstimos para quitar a dívida. Formou-se assim um ciclo vicioso financeiro que acarretou a desestabilização do erário real. Os juros a pagar muitas vezes igualavam-se às receitas obtidas com os lucros das especiarias. Em outras palavras, o câmbio consumia as receitas lusas advindas do comércio ultramarino.

Os altos custos da empresa ultramarina levaram a Corte, em 1570, a diminuir sua presença na Ásia, transferindo grande parte de sua atividade para as empresas particulares e intensificando sua

presença no Atlântico, ou seja, na costa africana e no Brasil. Isso foi propiciado pela queda dos preços das especiarias no Oriente e pelo resultante colapso do controle absoluto português do comércio de especiarias na Ásia. Essa condição será determinante para restringir a participação portuguesa ao controle do Brasil. A vacância no poder português, com a morte de D. Sebastião em 1578, culminou com a tomada do poder pelo rei da Espanha, Filipe de Habsburgo, que também reinava sobre o império Germânico e os Países-Baixos. A União Ibérica, período de união das coroas espanholas e portuguesas que se estendeu de 1580 a 1640, repercutiu negativamente nos negócios da burguesia mercantilista portuguesa de procedência judaica, impondo o fluxo migratório do conhecimento náutico para outras praças da Europa. Assinala Ricardo (2006, p. 39): “Os navegadores migravam para outras áreas europeias, a serviço de estrangeiros, carregando sua experiência e saberes. [...] Em 1595, Cornelis Houtman liderou uma frota ao Índico, baseando-se no conhecimento com os navegantes lusos”.

Com isso, o domínio português dos mares foi fortemente ameaçado, pois as economias do norte da Europa passaram a desfrutar de igualdade de condições para disputar o controle do comércio marítimo. O declínio da capacidade financeira da União Ibérica possibilitou uma rápida ascensão e domínio do comércio no Oriente pela Holanda e Inglaterra, fato confirmado pela constituição da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602). A referida empresa detinha o monopólio das atividades econômicas com plenos poderes militares para garantir seus interesses mercadológicos. A conquista de Málaca, em 1641, pelos holandeses representa o fim do domínio português no Oriente. A hegemonia lusitana dos mares foi profundamente afetada depois da subordinação dos interesses portugueses ao poderio espanhol, que tentou ampliar o poder da nobreza contra a burguesia mercantilista, recorrendo ao instrumento da perseguição religiosa aos judeus endinheirados. Nesse espectro, ergueu-se o Tribunal da Inquisição no território português e nas regiões colonizadas, como o Brasil, na perspectiva de expropriar os cristãos-novos.

Os comerciantes flamengos ocuparam papel de destaque na construção do complexo açucareiro brasileiro, tanto no Nordeste quanto no Sudeste. Os engenhos e as refinarias bem-sucedidas em São Vicente pertenciam aos elementos procedentes da Antuérpia, as famílias Schetz e Vleeminck. Os primeiros representavam “uma das principais casas comerciais de Antuérpia no século XVI, com interesse por toda a Europa” (Ibidem). No entanto, foi no Nordeste brasileiro que se ergueu o núcleo mais expressivo de engenhos

de procedência judaica mercantilista; seu número passou de 23 em 1570 para 230 em 1610. A bem-sucedida capitania de Pernambuco, pela mediação do donatário Duarte Coelho – homem de reconhecida habilidade mercantilista, com experiência militar acumulada no comércio oriental –, viabilizou seu complexo mediante empréstimos contraídos com o maior grupo financeiro do Norte da Europa, o grupo controlado pelo judeu Anton Fugger²⁸. Este enviou para o Brasil seus representantes (Cibaldo e Cristóvão Lyns) a fim de acompanharem de perto os seus investimentos. As atividades foram tão promissoras que os representantes do capital estrangeiro resolveram se fixar no país e abrir seus próprios negócios: Cibaldo manteve-se nas atividades comerciais agroexportadoras e Cristóvão Lyns enveredou nas atividades açucareiras, chegando a possuir sete engenhos em Porto Calvo (comarca de Pernambuco, hoje Alagoas). Segundo Ribemboim (apud RICARDO, 2006, p. 52): “Com o apoio dos Fugger, os colonos que vieram com Duarte Coelho iriam enriquecer rapidamente, implantando posteriormente aquela que seria a primeira aristocracia rural brasileira”.

Em Pernambuco, o capital advindo da Antuérpia se fez presente mediante uma dezena de capitalistas mercantilistas flamengos, entre os quais se destacam os nomes de Duarte Hoelscher e Gaspar de Mere. Além da participação dos grandes banqueiros do norte da Europa e da Itália, o desenvolvimento do complexo açucareiro contou com a decisiva participação de cristãos-novos (sefarditas), “investindo capitais diretamente na produção, financiando a construção de engenhos e a compra de mudas de cana. Além disso, dominavam a venda de insumos essenciais para a lavoura de açúcar e em segmentos vitais ao escoamento da produção” (RICARDO, 2006, p. 54). Citando Boyajian, Ricardo (2006, p. 57) destaca ainda:

²⁸ Escreve Leo Huberman (s/d, p. 103): “Pouca coisa de importância se passou no século XVI sem que a sombra dos Fuggers se projetasse, de uma forma ou de outra. Iniciaram seus negócios no século XV com um estabelecimento comercial de lã e especiarias. Mas foi como banqueiros que fizeram fortuna. Empréstavam capital a outros mercadores, a reis e príncipes e, em troca, recebiam proventos de minas, de especulações comerciais, de terras da coroa, de praticamente todo tipo de empreendimento que desse lucro. Quando os empréstimos não eram repostos, tornavam-se donos de propriedades, minas, terras – o que tivesse sido dado de garantia. Até o papa devia dinheiro aos Fuggers. Estes tinham ramificações e agentes em toda parte. O balancete dos Fuggers, em 1546, mostra débitos do imperador alemão, da cidade de Antuérpia, dos reis da Inglaterra e Portugal, e da Rainha da Holanda. A História que datasse esse período, não como o reinado do rei Fulano de Tal, mas como a Idade dos Fuggers, estaria muito mais próxima da verdade”.

a participação dos cristãos-novos na economia Atlântica foi muito maior do que se pensa, destacando-se no financiamento da empresa colonial. Famílias de comerciantes de Lisboa e Porto, detentoras de grandes cabedais, investiram no Brasil e no comércio do Atlântico. [...] Os cristãos-novos ligados às atividades de mercancia e relacionados aos grandes grupos mercantis lusos, em especial o Ximenes, os Rodrigues d'Évora e os Veiga, passaram a deslocar-se para os centros econômicos em ascensão, principalmente para o Nordeste açucareiro, com objetivos relacionados à produção, comercializando e distribuição do açúcar na Europa, tendo Antuérpia como centro vital dessas operações. Depois da queda da cidade ao domínio espanhol, em 1585, foi substituída por Amsterdã como centro principal de refino, distribuição para o continente, centro financeiro e mesmo como a grande fabricante de navios usados no transporte do açúcar, superando em qualidade e quantidade o volume de mercadorias entre Brasil e Europa transportadas pelos portugueses.

Os negócios dos homens dotados de capitais foram extremamente valiosos para o desenvolvimento do complexo açucareiro brasileiro. Observa Ricardo (2006, p. 55): “O crédito foi a base da economia açucareira. Os contratos de venda e arrendamento tinham prazos longos e, muitas vezes, empenhava-se a safra como garantia ao empréstimo”. Cristãos-novos, como João Nunes Correia, estavam envolvidos diretamente no complexo produtivo (dois engenhos na Paraíba) e no financiamento desse complexo. O capital emprestado aos senhores de engenho era fundamental para a aquisição da força de trabalho escrava africana e na compra do maquinário necessário, e ainda atraía a ciência dos técnicos especializados no cultivo de cana nas Canárias, Madeira, Galiza etc.

Além de João Nunes, outros cristãos-novos desempenharam funções produtivas e comerciais, tais como: André Lopes Ulhoa, Miguel Dias Santiago, Duarte Dias Henrique, Gaspar Fernandes Anjos, Ambrósio Dias Fernandes, Duarte Ximenes, Fernão Soares, Gaspar de Mendonça, Gabriel de Pina, Diogo Soares, Antonio Dias do Porto, Antonio da Rosa, André de Couto, Domingos da Costa Brandão, Filipe Dias do Vale, Filipe Dias Diniz da Paz etc. (RICARDO, 2006). Todos eles estavam plenamente inseridos no comércio de escravos da África para o Brasil. Estes mercadores não cultivavam nenhum apego ao universo açucareiro em si mesmo, e investiam nesse complexo tão somente pelo caráter acentuadamente lucrativo e pela possibilidade de ampliação do volume de seus capitais. Além do complexo açucareiro incentivavam outros complexos e transitavam facilmente de uma região para outra do globo.

A produção açucareira constituiu parte substancial do desenvolvimento do capital mercantil no território brasileiro. O exemplo do

papel desempenhado pelos cristãos-novos no desenvolvimento do complexo açucareiro desmente aquelas formulações que insistem em afirmar o caráter feudal da produção açucareira nacional. O mesmo pode ser dito em relação ao desenvolvimento do complexo minerador e da produção cafeeira brasileira. Essas produções não estavam desarticuladas dos interesses do capital mais desenvolvido da Europa; todas se propagaram como expressão medular dos interesses mercantilistas. O seu desenvolvimento estava completamente determinado pelos interesses das grandes casas financeiras instaladas na Europa. O seu processo acumulativo tinha como núcleo a apropriação do trabalho excedente resultante da exploração do escravo, apesar de o mercador entender que a atividade mais lucrativa se circunscreve ao mundo da circulação e não ao controle direto do processo de produção. No entanto, a produção estava completamente subordinada ao capital mercantil, por isso toda a produção constituía-se como produção de mercadorias.

3.2 O senhor de escravos como personificação do capital

Os analistas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil têm muita dificuldade de explicar o papel do senhor de escravos no interior da empresa colonizadora e geralmente o colocam como mero agente dos interesses econômicos pré-capitalistas (feudalismo e escravismo) ou tão somente do mercado internacional; desconsideram seu papel no processo de reprodução do capital mercantil. Em verdade, o senhor de escravos se constituiu como expressão máxima da personificação do capital mercantil nos trópicos, e o engenho se configura como uma unidade produtiva semelhante à manufatura. Acerca da peculiaridade do capital nos séculos XVI e XVII, Marx assinala (2008a, p. 444): “a extensão súbita do comércio e a criação de novo mercado mundial exerceram influência preponderante na decadência do antigo modo de produção e na ascensão do modo de produção capitalista”.

A diferença na forma de configuração do trabalho não pode obliterar o fato de que tanto num espaço geográfico quanto no outro, todo o processo passa pela mediação do capital comercial, como já assinalado. O caráter contraditório do capital é acentuado por Marx (2013, p. 423), nos seguintes termos:

Na definição do capital há dificuldades que não acontecem no dinheiro; o capital é essencialmente capitalista; mas, ao mesmo tempo, é também capital como elemento distinto da existência do capitalista ou da produção como um todo. Desse modo, descobriremos ainda que sob

capital é subsumida muita coisa que, segundo seu conceito, não parece pertencer a ele. O capital é emprestado, por exemplo. É acumulado etc.

Marx aqui destaca como o capital assume configuração capitalista a partir de relações não claramente capitalistas, em que o trabalho assalariado ainda não comparece como a forma fundamental de produção de mercadorias. O capital genuinamente capitalista ainda não caracteriza as relações de produção que norteiam a economia açucareira; no entanto, a sua fundamentação é inegavelmente o capital comercial. O capital acumulado pelos mercadores europeus é emprestado para ser ampliado mediante juros cobrados aos senhores de escravos brasileiros. Isso está em plena adequação aos propósitos do capital mercantil, como indica Marx (2008a, p. 788):

Em todas as estruturas sociais em que a escravatura serve de meio de enriquecimento (não a patriarcal, mas como a do outono das eras helênicas e romana), o dinheiro, sendo então meio de apropriar-se de trabalho alheio, com a compra de escravos, terras etc., pode, justamente por ter essa possibilidade de emprego, ser investido como capital, para render juros.

Nessa modalidade do capital, as sociedades por ações constituídas na Europa foram seus principais signatários. A formação dessas unidades financeiras desempenhou papel crucial na produção agroexportadora da principal colônia portuguesa. Acerca do papel dos empréstimos financeiros na etapa do capital mercantil, Luxemburg (1985, p. 288) assinala:

As funções do empréstimo na acumulação do capital são múltiplas: serve para a transformação (em capital) do dinheiro de camadas não capitalistas, de dinheiro em equivalente de mercadorias (economias da pequena classe média), ou do dinheiro em fundo de consumo dos dependentes da classe capitalista, bem como para a transformação do capital-dinheiro em capital produtivo.

Através do empréstimo contraído nas casas financeiras da Europa, os senhores de engenhos entravam no processo de valorização do capital; neste, o dinheiro revela-se como valor de uso para quem contrai e valor de troca para quem cede. O dinheiro, segundo Marx (2008, p. 459), “só é cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor-de-uso de produzir mais-valia”. No entanto, é preciso sempre lembrar que “não é na troca que

o capitalista produz mais-valia, e quando há troca, a mais-valia já está inserida nas mercadorias” (MARX, 2008a, p. 461). Os juros pagos pelos empréstimos contraídos no exterior constituíam-se como mecanismo de partilha do excedente propiciado pelo mais-trabalho apropriado pelo senhor de engenho e com o financista europeu.

Evidentemente que o processo de produção de mais-valia absoluta não se inscrevia na forma de trabalho assalariado, mas na forma da escravidão imposta pelo capital mercantil, ou seja, o escravo não dispunha do senhorio de sua própria força de trabalho. Não sendo senhor de si mesmo, o escravo não vendia sua força de trabalho e, assim, não participava do processo como um ser independente e autônomo, mas como um ser completamente coisificado. Era o mercador quem vendia a força de trabalho, e quem determinava o valor da força de trabalho era o mercado. O fato de a teoria do valor não poder ser elucidada porque os homens não compareciam como iguais e livres não implica dizer que seus pressupostos não estivessem sendo gestados. Eles estavam sendo estabelecidos pelo mercado, porquanto o valor de troca regia o valor de uso e o dinheiro antecipado na compra da força de trabalho do escravo era retirado no final do processo com certo acréscimo.

À medida que o senhor de engenho comprava a força de trabalho como uma mercadoria, ele fazia um adiantamento de capital que deveria ser extraído no processo produtivo. A jornada de trabalho escrava estava dividida em tempo de trabalho necessário ao processo de reprodução biológica da mão de obra escrava e em tempo de trabalho excedente. Isso já se consubstanciava como processo de produção de mais-valor, pois o valor adiantado retornava às mãos do mercador e do senhor de engenho como valor valorizado. O núcleo de toda a produção era a valorização do capital adiantado pelo mercador e aplicado na produção pelo senhor de engenho.

A astúcia e a sagacidade dos mercadores para apropriar-se de mais riqueza serviram como elemento fundamental ao desenvolvimento da produção agroexportadora. O senhor de engenho participava da maquinaria financeira de apropriação de trabalho excedente mediante a partilha do mais-trabalho produzido com os mercadores europeus, pois havia recorrido às Companhias comerciais instaladas no norte da Europa para implementar seus engenhos. No entanto, o retorno do capital às praças financiadoras da metrópole parecia emergir da mera convenção estabelecida entre os sujeitos contratantes e independentemente do processo produtivo centrado no trabalho escravo. Tudo transcorre “como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro” (MARX, 2008a, p. 465). O mais-valor produzido nas plantações de cana-de-açúcar na colônia

somente se realizava na metrópole, onde a mercadoria era vendida por um valor acima do valor previamente antecipado. Evidentemente que a dedicação de uma parte do capital à compra da força de trabalho impedia que o senhor de engenho pudesse aplicar todo o seu capital no próprio processo produtivo, como acontece na produção que utiliza o trabalho assalariado. A paralisação de parte do capital na compra de força de trabalho acaba por travar o processo de acumulação do senhor de engenho e impede o desenvolvimento célere do capitalismo na colônia.

É preciso abrir aqui um espaço para esclarece a presença da mais-valia absoluta na etapa colonial brasileira. As formas pré-capitalistas de subsunção formal do trabalho ao capital compõem como capital usurário e capital mercantil. O fato de a teoria do valor somente poder ser elucidada na sociedade capitalista, enquanto forma mais elevada de configuração social, não implica que o valor tenha existido somente na forma de configuração clássica do capitalismo. Assim como a anatomia do homem fornece a chave para a elucidação da anatomia do símio, o modo de produção capitalista fornece a chave para a elucidação dos modos de produção precedentes (MARX, 2011). O capital é contradição em essência. E como uma entidade essencialmente contraditória, ele aprendeu a conviver com formas de organização da produção atrofiadas e arcaicas até subordinar completamente o trabalho aos seus propósitos, ou seja, até que o trabalho pudesse se configurar claramente como trabalho assalariado. Escreve Mézáros (2006, p. 708):

Os exemplos de Marx para ilustrar as formas pré-capitalistas de subsunção formal do trabalho ao capital são o *capital usurário* e o *capital mercantil*. Em contraste, a especificidade histórica da forma de dominação capitalista plenamente desenvolvida é o que ele [Marx] denomina de '*subsunção real do trabalho ao capital*', caracterizada pela produção em larga escala envolvendo ciência e maquinaria e assegurando o predomínio da *mais-valia relativa*, em contraste com a prevalência da *mais-valia absoluta* sob as condições da subsunção formal ao trabalho.

O capital industrial se distingue do capital mercantil porque o primeiro sofisticou o processo de apropriação de mais-valia, operando uma mudança substancial do processo de produção em que o operário passa a ser completamente controlado e amoldado pelo capital; já o capital mercantil se apropria do mais-trabalho de uma maneira indireta. O capital subordina as formas pré-capitalistas aos seus propósitos de reprodução, e os pressupostos externos dados para a emergência do capital configuraram-se como seus pressupostos. As-

sim, aquilo “que não poderia surgir de sua ação como capital, agora aparece como resultado de sua própria realização, como realidade, como originado por ele, não como condição de sua emergência, mas como resultado de seu próprio ser” (MARX apud MESZÁROS, 2006, p. 711). Não há como negar que a forma de organização do trabalho que perpassa a colonização do Brasil serviu aos propósitos capitalistas e esteve articulada ao processo de reprodução do capital.

O fato de no processo de produção mediado pela existência do escravo, este não comparece como senhor de sua força de trabalho e o processo não emerge como perpassado pela pseudoliberalidade de vendedor de sua própria força de trabalho e comprador de seus meios de subsistência. O trabalho escravo é uma mercadoria. Aliás, foi a primeira forma de consubstanciação da relação de troca, exercendo papel singular na relação de troca das coisas entre si. O escravo desempenhou função primeira na gênese da forma mercadoria, à proporção que servia como mediação do processo de troca. Escreve Marx (1985a, p. 82):

Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque todos os seus haveres e bens têm forma móvel e, portanto, diretamente alienável, e porque seu modo de vida os põe em constante contato com comunidades estrangeiras, solicitando-os à troca de produtos. Os homens fizeram, frequentemente, do próprio homem, na figura do escravo, a matéria original de dinheiro, porém nunca as terras. Tal ideia somente poderia surgir numa sociedade burguesa já desenvolvida.

O trabalho do escravo é uma mercadoria em que o seu portador não controla o processo, mas é por ele controlado. Ele não vai sozinho ao mercado, mas é conduzido pela força ao mercado. A violência exerce seu papel econômico, na medida em que determina que uma fração expressiva de seres humanos seja transformada em coisas, ou seja, em produto dos interesses do capital comercial e mercantil. Nas sociedades de classes, a jornada de trabalho é perpassada pela relação intrínseca entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Na sociedade capitalista, o tempo de trabalho excedente configura-se como mais-valia, ou seja, como aquele momento triunfante da produção que faz sorrir o capitalista. Marx esclarece a mais-valia como:

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor.

Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-valia (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. *Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações socioeconômicas, por exemplo, a sociedade da escravidão da sociedade da do trabalho assalariado* (MARX, 1985a, p. 176-77, grifo nosso).

Todo o processo de constituição da sociedade de classes tem seu núcleo estruturante na capacidade de o ser humano produzir mais do que o necessário para a reprodução de sua existência individual. Escreve Marx (2008b, p. 1.041, grifo nosso):

Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, *se o dispêndio diário da força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades individuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia*. Produtividade do trabalho agrícola excedendo as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda sociedade e, sobretudo, da produção capitalista, que libera da produção dos meios imediatos de subsistência parte cada vez maior da sociedade, convertendo-a, conforme diz Stuart, em ‘braços livres’, tornando-a disponível para ser explorada noutros ramos.

A opulência ou riqueza dos senhores depende exclusivamente do nível de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, das condições de trabalho que constituem o excedente. Quando as condições de trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas são ineficazes, as classes dominantes não terão muito para se apropriar e terão de contentar-se com pouco, pois a possibilidade de expropriação “depende de condições naturais, subjetivas e objetivas” (2008, p. 1048). A perspectiva marxiana constitui-se pela afirmação categorial do papel decisivo que ocupa o mais-trabalho no processo de constituição da sociedade de classes, ou seja, como o tempo de trabalho excedente se constitui como quintessência da história das sociedades de classe. Escreve Lukács (2013, p. 268): “Marx sempre considera com razão as formas básicas dessa apropriação como a característica socioeconomicamente decisiva de uma época, como o traço determinante que diferencia as diferentes formações uma da outra”.

O capital é o coroamento de todo um processo latente que está

no fundamento das sociedades de classe precedentes. No entanto, embora não fosse ainda possível elucidar a teoria do valor, dadas as condições de desigualdade social, era possível observar que o tempo de trabalho socialmente necessário atuava como elemento regulador da produtividade. Ele assumia aspectos imediatos mais evidentes nas sociedades de classe precedentes do que na própria sociedade capitalista, pois nessa forma de organização da produção subsistem mecanismos sofisticados que obnubilam sua efetiva essencialidade e obliteram sua elucidação. Por isso é fundamental a constituição de uma ciência que se aproprie do mundo fenomênico e supere suas determinações imediatas. Diferentemente, por exemplo, da economia de uma família camponesa na época do feudalismo e da corveia medieval, pois esta se media “tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despense no serviço de seu senhor.” (MARX, 1985a, p. 74). No âmbito da família camponesa do *medievo*, o tempo de trabalho aparece como “determinação social dos próprios trabalhos” (LUKÁCS, 2013, p. 169).

O tempo de trabalho do camponês se dividia em tempo de trabalho necessário para a reprodução de sua existência e tempo de trabalho excedente para o seu senhor, que se manifesta na forma de corveia para o proprietário da terra. A corveia é a forma do trabalho que produz excedente numa época de escasso desenvolvimento das forças produtivas, quando comparada ao capitalismo. No entanto, o servo sabia perfeitamente que era expropriado em seu processo de trabalho quando pagava corveia para o senhor e para o representante do reino celestial. Escreve Marx: “A corveia mede-se tanto pelo tempo de trabalho quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força de pessoal de trabalho que ele despense no serviço do seu senhor. O dízimo, a ser pago ao cura, é mais claro que a bênção do cura” (1985, p. 74). A situação é completamente distinta do trabalhador assalariado, que se confronta com uma relação social extremamente mascarada e mistificada, porque participa do processo de produção como mero detentor de sua força de trabalho, destituído dos meios de produção e subsistência. Marx define a corveia como produção de mais-valia nos seguintes termos:

O ano agrícola na região da Valáquia, porém, por causa do péssimo clima, conta apenas 210 dias, dos quais 40 para os domingos e feriados e, em média, 30 dias de mau tempo; ao todo, 70 dias devem ser descontados. Restam 140 jornadas de trabalho. *A proporção entre a corveia e o trabalho necessário, 56/84 ou 66 2/3%, expressa uma taxa da mais-valia muito*

menor do que aquela que regula o trabalho do trabalhador agrícola ou industrial na Inglaterra (MARX, 1985a, p. 192, grifo nosso).

A relação intrínseca entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente se acha também no movimento produtivo assentado na exploração do trabalho escravo. O escravo adquirido, através da compra, significa tão somente adiantamento pelo pagamento de uma mais-valia; esta será apropriada posteriormente. Ou seja, o senhor paga pelo escravo um valor porque sabe que o trabalho é portador de uma capacidade latente de produzir mais que o necessário à reprodução biológica do ser humano escravizado. Evidentemente, existe certo risco nesse tipo de investimento, mas em vez de cuidar para que nada aconteça com a sua propriedade, o senhor é sempre impulsionado a explorar ao máximo a força de trabalho do escravo e a apressar o seu desgaste orgânico. Na ânsia de mais-trabalho, o senhor de escravos adquire força de trabalho da mesma maneira que adquire um burro de carga ou um cavalo. A preocupação com o capital investido na aquisição do escravo se revela no senhor de escravos de uma maneira nada humana, especialmente com o desenvolvimento do tráfico transcontinental de seres humanos. Escreve Cairnes (apud MARX, 1985a, p. 212, grifo nosso):

Considerações econômicas que poderiam oferecer uma espécie de segurança para o tratamento humano dos escravos, na medida em que identificam o interesse do senhor com a preservação dos escravos, transformam-se no seu inverso, após a introdução do tráfico negreiro, em razões para elevar a exploração do escravo ao máximo, pois logo que o lugar de um escravo passa a ser preenchido por suprimentos de reservas estrangeiras de negros, a duração de sua vida cede em importância à sua produtividade enquanto ela durar. É por isso uma máxima da economia escravagista, em países de importação de escravos, que a economia mais eficaz consiste em extrair do gado humano (*human chattle*) a maior massa possível de trabalho no menor tempo possível. Justamente nas culturas tropicais, onde os lucros anuais se igualam com frequência ao capital global das plantações, a vida dos negros é mais inescrupulosamente sacrificada. E a agricultura das Índias Ocidentais, há séculos berço de riquezas fabulosas, que tem devorado milhões de homens da raça africana. Atualmente é em Cuba, cujas rendas se contam por milhões e cujos plantadores são verdadeiros príncipes, onde vemos, além da alimentação mais grosseira e da faina mais esgotante e interminável, boa parte da classe escrava ser cada ano destruída diretamente pela tortura lenta do sobretrabalho e pela falta de sono e de descanso.

Na tentativa de esclarecer a citação acima, Marx (1985, p. 213, grifo nosso) assinala: “*Leia-se em vez de mercado de escravos, mercado de trabalho*, em vez de Kentucky e Virgínia, Irlanda e os distritos agrícolas da Inglaterra, Escócia e País de Gales, em vez de África, Alemanha!”. A necessidade de apropriação de tempo de trabalho excedente corta como uma diagonal o movimento da produção, seja ela assalariada ou escravista, em que a exploração capitalista é precedida pela superexploração do trabalho escravo nas colônias da América. O mercado mundial maximizou a fome do capital por mais-trabalho, e o tráfico de seres humanos se constituiu como preço modular do comércio intercontinental de mercadorias. O mercado de escravos na sociedade mercantil está profundamente articulado ao mercado de trabalho; o capital determina o movimento migratório dos seres humanos como mercadorias. O capital transformou os seres humanos do continente africano em carne humana no mercado transcontinental de forma nada distinta do comércio de charque, carne do sol e bacalhau. A carne humana foi comercializada no mercado aberto: primeiro como trabalho escravo; depois, como trabalho assalariado.

A sociedade capitalista aprimora o processo de apropriação de mais-trabalho. O processo de apropriação do mais-trabalho precisa transcender o servil e escravista para atuar de forma menos coercitiva, dotado de um sistema de regras capaz de subsumir a consciência operária aos seus propósitos, justificando e naturalizando o processo de apropriação do trabalho excedente. Assim, pode-se dizer que:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção, seja esse proprietário aristocrata ateniense, teocrata etrusco, civis romanus, barão normando, escravocrata americano, boiardo da Valáquia, landord moderno ou capitalista. É claro, entretanto, que se numa formação socioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção. O sobretrabalho mostra-se tenebrosamente na Antiguidade, por conseguinte, onde se trata de ganhar o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. O trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretrabalho. Basta ler Diodorus Siculus. Entretanto, estas constituem exceções no mundo antigo. Tão logo porém os povos, cuja produção se move ainda nas formas inferiores do trabalho escravo, corveia etc. etc., são arrastados a um mercado mundial, dominado pelo modo de produção capitalista, o qual desenvolve a venda de seus produtos no exterior como interesse

preponderante, os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. Por isso, o trabalho dos negros nos Estados sulistas da União Americana preservou um caráter moderadamente patriarcal, enquanto a produção destinava-se sobretudo ao autoconsumo direto. *Na medida, porém, em que a exportação de algodão tornou-se interesse vital daqueles Estados, o sobretrabalho dos negros, aqui e ali o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, tornou-se fator de um sistema calculado e calculista. Já não se tratava de obter deles quantidade de produtos úteis. Tratava-se, agora, da produção da própria mais-valia* (MARX, 1985a, p. 190-191, grifo nosso).

Na ânsia de apropriar-se por mais trabalho, o capital procura ampliar o tempo de trabalho para além do necessário ao processo de reprodução da força de trabalho. O capital, enquanto processo de acumulação de mais-valia, constitui-se como um ente faminto e disposto a devorar mais-trabalho. Por isso, o capital usurpa o tempo disponível do trabalhador que poderia ser utilizado para o seu desenvolvimento saudável e transforma o trabalhador num mero meio de produção, da mesma maneira que “a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa e óleo” (MARX, 1985a, p. 211). O capital pouco se importa com a qualidade de vida e as condições de existência da classe trabalhadora; o seu interesse está voltado exclusivamente à diminuição do tempo de trabalho necessário e à ampliação do tempo de trabalho excedente. No seu impulso de autovalorização, o capital precisa destruir e desgastar a força de trabalho, da mesma maneira que o uso excessivo da máquina conduz ao seu fenecimento. Escreve Marx (1985a, p. 212):

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, como o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho.

Essa foi a lógica de toda a produção escravista brasileira imposta pelo capital mercantil. O fato de a mais-valia absoluta somente se realizar na metrópole torna o senhor de escravos um eterno dependente do capitalista mercantil europeu. Não é à toa que essa atividade acabou sendo desenvolvida prioritariamente pelos elementos estrangeiros, enquanto a atividade de controle da produção na colônia ficara sob a responsabilidade do elemento nativo, o senhor de engenho. Como observa Novais (1985), a apropriação do trabalho excedente na produção do engenho se dá fora da colônia, mediante

os mecanismos do exclusivismo comercial metropolitano, restando ao senhor de engenho a remuneração necessária à sua vida faustosa (consumidora de manufaturados europeus) e à manutenção da empresa açucareira.

O movimento duplicado do dinheiro expresso na forma D-M-D' confere à mercadoria-dinheiro a aparência de elemento primordial, pois ele comparece tanto em seu ponto de partida quanto em seu ponto de chegada. E oblitera a transformação do dinheiro em meios de produção e força de trabalho escrava. Escreve Marx (2008a, p. 465): “Desaparece tudo o que se passa de permeio”. O simples movimento de empréstimo e pagamento do cedido oculta o lugar fundamental da produção do lucro das partes envolvidas, pois tudo parece emergir “de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e outra pessoa. Apenas vemos cessão e restituição”. É por isso que o comércio era considerado como a fonte de todos os lucros para o capital mercantil.

O juro cobrado é somente uma parte da mais-valia, pois se os juros representassem a totalidade do lucro obtido, o empresário perderia o interesse pela produção. Por sua vez, o senhor de engenho não podia abocanhar toda a riqueza produzida e nada deveria partilhar com o prestamista de dinheiro, pois nesse caso o dinheiro não se converteria em capital. Marx esclarece (2008, p. 469): “Se ficasse com o lucro todo, não pagaria pela cessão do valor do valor-de-uso, e o dinheiro adiantado que devolvesse ao prestamista seria apenas dinheiro, não capital”. O prestamista entrega seu dinheiro ao prestatário porque tem a pretensão de elevar o *quantum* adiantado, ou seja, ele é movido pela perspectiva de transformar dinheiro em capital e não apenas dinheiro em dinheiro. O dinheiro somente pode emergir como capital para as partes envolvidas (prestamista e prestatário) “em virtude da repartição do lucro” (MARX, 2008a, p. 470).

O dinheiro nas mãos do prestamista subsiste somente como capital em potência, ou seja, como possibilidade de ser, e para que possa fazer o salto à posição realmente de capital, precisa transcender sua condição e subsistir num outro, denominado processo de produção. E porque pode ser vendido como valor-de-uso ao senhor de engenho, o dinheiro serve ao processo de comando do trabalho alheio e se converte em capital. Enquanto o senhor de engenho está diretamente relacionado ao processo de controle do trabalho, o prestamista usurário é alguém distante do processo de produção e, por isso, aparentemente neutro.

A relação que fundamenta a existência do capitalista que vive de juros acaba por omitir o caráter precocemente capitalista tanto

do senhor de engenho quanto do prestamista mercantil. Por estar envolvido com o processo produtivo, o senhor de escravos aparece como explorador do trabalho alheio e o prestamista, por estar tão só dedicado à circulação, como alguém que vive a sugar a riqueza do latifundiário.

No entanto, nem sempre a vida do agiota ou do capitalista usurário foi tranquila. O desenvolvimento das relações intensificou a disputa entre os capitalistas envolvidos no processo de partilha do mais-trabalho. Por isso se desenvolveu uma campanha do capital produtivo contra a prática abusiva dos homens que viviam da cobrança de juros, até que esta atividade passou às mãos dos bancos instituídos²⁹. Escreve Marx (2008b, p. 513): “O capitalista ativo contrapõe-se ao mero proprietário do capital, o capitalista financeiro, e com o desenvolvimento do crédito o próprio capital-dinheiro assume caráter social, concentra-se em bancos que o emprestam, substituindo os proprietários imediatos dele”. A superação das relações mercantis implicará a superação do papel de primazia que possuía o capital usurário perante os latifundiários; esse processo se inscreveu no solo europeu mediante a ruína, imposta pelo capital usurário, aos ricos senhores de terra do medievo.

Por sua vez, os grandes prestamistas interferem na produção, ampliam as taxas de lucro e obrigam o senhor de escravos a intensificar o processo produtivo. Como um vampiro, o capitalista usurário vive de sugar o sangue dos trabalhadores, pois: “Esgota-o, debilita-o, e força a reprodução a efetuar-se em condições cada vez mais lastimáveis” (MARX, 2008a, p. 791). Os donos de escravos endividados precisam explorar mais os escravos para saldar suas dívidas. E quando não podem mais assumir as dívidas contraídas são substituídos pelos próprios capitalistas usurários. A usura dos capitalistas prestamistas acelera o desenvolvimento das condições propícias ao advento das relações efetivamente capitalistas.

O senhor de escravos estava plenamente conectado aos interesses dos mercadores e comerciantes europeus. As associações comerciais serviram de prelúdio à concentração de riqueza nas mãos do capitalista industrial e bancário no decorrer do século XIX. O colonizador português, metamorfoseado na figura do senhor de escravo, é a personificação mais horrenda da miséria humana e o escravo, a personalidade mais desfigurada na história da humanidade.

²⁹ A distinção entre o usurário que vive da cobrança de juros e o banqueiro é ressaltada por Newman (apud MARX, 2008a, p. 789): “o banqueiro é respeitado e o usurário é odiado e desprezado porque aquele empresta aos ricos, e este, aos pobres”.

A relação entre o senhor e o escravo revela quanto a espécie humana pode se rebaixar e quão torpes e vis foram as bases de sustentação do capitalismo e do sistema do capital. Assim, o escravismo moderno distingue-se do escravismo antigo, porque ele emerge da necessidade de expansão do capital mercantil.

A instalação do sistema de plantação de cana-de-açúcar nos lotes estabelecidos deveu-se não apenas ao seu crescente valor comercial na Europa e à experiência acumulada pelos próprios portugueses nessa atividade nas ilhas da Madeira e Cabo Verde; era também indispensável que se produzisse de uma maneira que propiciasse a acumulação primitiva de capital. Como elucida Novais (1985, p. 97): “Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial de comércio – o comércio colonial”. Por sua vez, a qualidade e a imensidade do território conquistado possibilitavam o pleno desenvolvimento de um tipo específico de cultivo agrícola que beneficiava a acumulação primitiva de capital. E ela comanda todo o processo de produção e distribuição. O objetivo central é a exploração da força de trabalho e da constituição dos elementos que permitam que o capital possa vir ao mundo como se fosse *causa sui*. O capital, enquanto força social, manifesta-se na produção que se inscreve no interior do sistema colonial, como precursor do sistema genuinamente capitalista. Segundo Prado Jr. (2012, p. 33, grifo nosso):

A cultura da cana somente se prestava, economicamente, à grande plantação. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa nesse meio tropical e virgem tão hostil ao homem) *tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores*; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Feito isso, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar só se tornavam rendosos quando realizados em grandes volumes. Nessas condições, o pequeno produtor não podia subsistir.

Williams (2012, p. 33) acrescenta:

Em certas circunstâncias, a escravidão apresenta vantagens evidentes. Em culturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco, cujo custo de produção se reduz consideravelmente em unidades maiores, o dono de escravos, com a produção em grande escala e turmas de trabalho organizadas, consegue ter um uso mais rentável da terra do que o camponês proprietário ou o pequeno agricultor. Para esses produtos agrícolas, os grandes lucros podem compensar os custos mais altos da mão de obra escrava ineficiente.

Na perspectiva genuinamente capitalista, o escravo seria uma mão de obra ineficiente, dada a ausência de interesses em desenvolver a produção, pois inexistia o incentivo a sua ampliação. O escravo tinha plena consciência de que nada ganhava com o aumento da produtividade, pois não trabalhava para si, mas para o seu senhor. Já o senhor dedicava uma parte do tempo de trabalho do escravo para o seu sustento e para retirar aquela parte adiantada no momento da compra. No entanto, para a empresa mercantil o trabalho escravo foi a forma mais eficiente de geração de lucros, quer para o senhor de escravos, quer para o comerciante ou traficante. O trabalho escravo foi a única forma viável ao sucesso da empresa colonizadora na etapa da acumulação primitiva de capital.

Nos três séculos que marcam a colonização portuguesa do Brasil, migrou para o território nacional aproximadamente 1 milhão de portugueses; nesse mesmo período foram transportados para o Brasil mais de 5,5 milhões de africanos. Tal fluxo migratório foi operacionalizado pelas potências mercantilistas da Europa, que transformaram o continente africano num espaço deliberado de caça de seres humanos: dos 5.532.118 transportados (1540-1850), 667.696 faleceram nos miseráveis porões dos navios negreiros. E quando estes atracavam nos portos brasileiros, os africanos eram vendidos como mercadorias. Os senhores escolhiam os mais habilitados e capazes de se submeter ao empreendimento lucrativo de seus algozes. Mais de 85% dos africanos serviam como força de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e nas plantações de café do país. E os 15% restantes deveriam servir como escravos domésticos, sendo selecionados entre os mais dóceis e submissos.

Em 1843, o capitão de um navio adquiria nos portos da África o escravo por 40 mil réis e vendia para os armadores negreiros instalados no Brasil pela soma de 140 mil réis, repassando mais tarde esse escravo pelo valor de 700 mil réis (COSTA, 1982). Somente a comercialização do escravo resultava num lucro de aproximadamente 1.500%.

No período seguinte à proibição do tráfico de escravos no Brasil (1850), o negócio podia alcançar taxas de lucro ainda mais acentuadas. E recompensava a compra de escravos pelo colonizador latifundiário, porque o capital investido tinha retorno certo em aproximadamente três anos. Escreve Marin (1999, p. 19):

O uso do trabalho escravo era muito lucrativo. O período de vida útil do escravo no cativo era de aproximadamente 15 anos. Mesmo nos anos próximos à Abolição, em que seu preço subiria muito, os custos relativos à sua compra eram recuperados em, no máximo, três anos de

trabalho.

O escravo trabalhava geralmente 16 horas por dia e recebia o mínimo para reproduzir a sua existência biológica e social. A escravidão permitia aos colonizadores acumular riqueza interna e externamente. Enquanto isso, os escravos “recebiam como pagamento uma porção de farinha e feijão para saciar sua fome, alguns trapos para cobrir a sua nudez e uma senzala para dormir, dividida com dezenas de outros negros, irmãos de pátria e do mesmo destino infeliz, a escravidão” (MARIN, 1999, p. 5).

Por sua vez, a exploração da terra nos termos da pequena ou média propriedade era insustentável, pois não promovia a acumulação que interessava ao processo de reprodução do capital mercantil, mas enredava-se no âmbito da mera reprodução para a subsistência do produtor. A noção fundamental que perpassava o mercado era a necessidade de formação de excedentes. A ideia do pequeno proprietário ou arrendatário exercendo as tarefas de lavrador não tinha cabimento, pois não criava padrões de excedentes que permitissem a acumulação e a expansão do capital. O mercado não estava disposto a esperar que as forças produtivas se desenvolvessem lentamente nos termos da economia de subsistência; fazia-se urgente operacionalizar processos de trabalho que pudessem se converter num processo de produção e realização de valor que se valoriza. A única maneira de atender às demandas impostas pelo capital em toda a América era recorrendo à força de trabalho escrava. Prado Jr. (2012, p. 34) explica como isso aconteceu:

Não somente Portugal não contava com população bastante para abastecer sua colônia de mão de obra suficiente, como também o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas, onde se tentaram a princípio outras formas de trabalho, aliás uma semiescravidão de trabalhadores brancos, os *indentured servants*, a substituição pelo negro não tardou muito.

É devido à necessidade da exploração força de trabalho escrava que emerge a figura do colonizador português como senhor de escravos; o sistema *plantation* se configura na forma de unidades agrícolas (engenhos e fazendas). O latifundiário se apropria da força de trabalho de inúmeros indivíduos tutelados e destituídos de propriedade, inclusive do direito burguês de dispor de sua força de trabalho

como mercadoria para vendê-la como bem quisesse. Ao comprar o escravo, o colonizador passa a dispor da totalidade da existência do trabalhador e não apenas de sua jornada de trabalho, porque bem sabe que essa mercadoria é capaz de produzir mais do que o valor adiantado.

Para a aquisição do escravo, o colonizador contrai empréstimo com os banqueiros europeus, na certeza de que o capital investido na aquisição dessa mercadoria específica pode tanto reproduzir a sua existência como proprietário de escravos e latifundiário como também pode expandir seus negócios. Por sua vez, o banqueiro empresta dinheiro a juros para o latifundiário porque se deixar seu dinheiro entesourado, este não se amplia. Vale a pena correr o risco de emprestar seu dinheiro ao empresário açucareiro, porque subsistem mecanismos que asseguram o pagamento do empréstimo contraído. Nesse caso, o capital comercial prefere que o bem assegurado seja o próprio escravo como mercadoria, dispensando a terra em que a força de trabalho será utilizada.

Os escravos eram os pés e as mãos do sistema colonial e serviram para a constituição de toda a riqueza material da sociedade colonial, em suas distintas etapas ou ciclos produtivos, tais como o ciclo da cana-de-açúcar, do ouro e do café³⁰. Novais considera que o deslocamento da força de trabalho escrava do continente africano para o Brasil foi incentivado não somente pela escassez de força de trabalho nativa, mas devido ao fato de que não servia para intensificar o mercado externo e a acumulação primitiva de capital; daí ficar circunscrita ao âmbito das relações internas. Escreve Novais (1985, p. 105): “ora, o *tráfico negreiro*, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia”.

O colonizador português não veio para o Brasil visando desenvolver o espaço nacional e constituir aqui uma segunda pátria; sua perspectiva é moldada inteiramente pelos propósitos econômicos. O exercício da tarefa de colonizador no território brasileiro passa pela mediação do dinheiro. É ele que permite que o colono português supere a condição de mero camponês para se converter em

³⁰ Escreve Brum (1993, p. 57): “Voltada para o exterior e refletindo os estímulos de fora, após o pouco importante extrativismo do pau-brasil, tivemos sucessivamente os três grandes ciclos: do açúcar, do ouro e do café, que marcam profundamente a vida brasileira, intermeados ou concomitantes com os ciclos menores do algodão, da borracha e do cacau, além dos subciclos do gado e do fumo, que têm função complementar como auxiliares dos ciclos principais”.

latifundiário, de mero povoador à condição do tipo fundamental à agricultura tipo exportação. Esse colonizador se dirige aos trópicos na perspectiva de dirigir e controlar a produção, como destaca Prado Jr. (2011, p. 124): “Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar”.

O senhor de escravos se distingue profundamente do tipo que forma o campesinato, pois seu propósito era fundar um regime agrário assentado na grande propriedade e na atividade agrícola que demandava elevado contingente de força de trabalho. A instauração desse modelo de produção agrícola tem como premissa subjacente o fato de que o capital é força de massa que subsiste mediante a apropriação do trabalho alheio. O engenho desempenhava papel similar ao ocupado pela manufatura na metrópole; a diferença é que inexistem tanto a sua complexa divisão do trabalho como o trabalho assalariado.

O papel crescente do engenho na economia colonial converteu-o numa unidade complexa que envolvia tanto o espaço da produção manufatureira quanto o espaço da propriedade canavieira. Embora nem sempre o plantador de cana se apresentasse também como senhor de engenho, isso não fazia desta classe de homens aliados do campesinato, senão como integrantes dum estrato do senhorio que se situava um pouco abaixo na escala social formada pelos senhores de engenho. O alto custo do processo de aquisição e funcionamento do engenho impedia essa identificação, como explica Prado Jr. (2011, p. 153):

O engenho é uma organização complexa e dispendiosa; [...]. O engenho compreende numerosas construções e instalações: moenda, caldeira, casa de purgar etc.; além da casa-grande, que é a habitação do senhor, a senzala dos escravos e instalações acessórias e suntuárias: oficinas, estrebarias etc. Suas terras, além de canaviais, são reservadas para outros fins: pastagens – o engenho emprega no seu manejo grande número de cavalos e bois –, culturas alimentares para o pessoal numeroso; matas, quando ainda sobram, para lenha e madeiras de construção. O engenho é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade.

Não bastava apenas a existência da casa-grande, de um lado, e da senzala, do outro, para se construir um engenho. Necessitava-se dos meios de produção e de força de trabalho adequados para se erger o engenho como uma unidade produtiva coesa. Esses meios de

produção não eram fabricados ou produzidos pelo próprio senhor de engenho, mas adquiridos no mercado externo mediante empréstimos. Nesse processo o *quantum* produtivo propiciado pelo número de escravos servia para determinar a riqueza. A quantidade de escravos era fundamental para mensurar a dimensão da produtividade estimada.

O senhor de escravos controlava o processo de produção e cuidava para que seu investimento em força de trabalho e meios de produção fosse utilizado de forma racional e equitativa. Para isso recorria ao trabalho livre enquanto intermédio fundamental do exercício do processo de controle do trabalho aos imperativos do capital. É o mercado que regula e controla formalmente o processo de trabalho mediante a determinação da produção como produção de mercadorias.

Antes de a atividade de direção do processo de produção encontrar no capitalismo sua forma mais sofisticada de ser, o trabalho de direção “é necessário em todos os modos de produção baseados sobre a oposição entre o trabalhador – o produtor imediato – e o proprietário dos meios de produção” (MARX, 2008a, p. 509). Antes da divisão social do trabalho encontrar seu coroamento máximo na sociedade capitalista, nota-se sua existência claramente na produção escravista. O reconhecimento da necessidade de constituição da divisão social do trabalho é apontado por Aristóteles na Antiguidade:

Mas nada há de grande ou de sublime nessa ciência. Quando os senhores têm de saber executar, deve aquele saber mandar. Quando os senhores têm necessidade de se sobrecarregar com essa tarefa, delegam essa honra ao feitor e se dedicam à política ou à filosofia (apud MARX, 2008a, p. 509).

Na Antiguidade, o poder de direção e supervisão das relações de produção permitia que o senhor de escravos detivesse o monopólio e o controle das atividades políticas e filosóficas. É no âmbito dos complexos econômicos e culturais que o senhor de escravos emergia como portador das funções de mando no interior da sociedade instituída. No entanto, o controle direto da produção não era considerado pelo filósofo como mais relevante, e por isso devia ser entregue a terceiros. Ainda assim, o ofício de controle e supervisão do trabalho escravo era considerado uma “honra”. De acordo com o advogado O’Conor (apud MARX, 2008a, p. 510):

Afirmo que não constitui injustiça deixar o negro na situação em que

o pôs a natureza, dar-lhe um senhor que o dirija; nenhum direito dele é violado, quando forçado a trabalhar, para compensar, para indenizar o senhor dos trabalhos e talentos que emprega para dirigi-lo e torná-lo um ser útil a si mesmo e à sociedade.

A necessidade de supervisores e dirigentes do trabalho emana da própria oposição existente entre as classes sociais, como acentua Marx (2008a, p. 511): “O trabalho de supervisionar e dirigir, na medida em que decorre do caráter antinômico do capital sobre o trabalho, é comum a todos os modos de produção baseados na oposição entre as classes”. A “honra” pelo exercício da atividade de supervisão e controle do trabalho escravo cabe aos trabalhadores assalariados ou semiassalariados, ou seja, à classe dos homens livres que precisavam vender sua força de trabalho porque se achavam destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência. Geralmente essa classe emergia do colonato empobrecido ou dos antigos escravos (índios e/ou africanos) libertos. A intensificação dessa divisão social do trabalho no complexo açucareiro permitiu que o latifundiário se afastasse das atividades diretamente relacionadas ao controle e à supervisão do trabalho escravo.

O engenho, enquanto unidade complexa, requer uma divisão social do trabalho entre feitores, mestres, purgadores e caixeiros. Segundo Antonil (apud GUIMARÃES, 1981, p. 63), o engenho era um complexo formado por

um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho; e para o espiritual, um sacerdote, seu capelão; e cada qual destes oficiais tem soldada. Os senhores de terras se constituíam como a principal força social de controle do trabalho escravo. Apesar da existência duma fração de classes intermediárias, como caixeiro-viajante, comerciante, profissionais liberais, sacerdote, capelão, soldados etc.

Enquanto unidade produtora de riqueza consubstanciada em mercadorias, o engenho exigira a constituição de um complexo amoldado aos imperativos do capital mercantil; o banqueiro e as empresas comerciais estavam no topo desse empreendimento. O senhor de engenho era a principal personificação do capital mercantil no âmbito da produção de mercadorias, pondo em curso os mecanismos de controle do capital comercial sobre o trabalho, anômalo ao modo clássico de desenvolvimento das relações capitalistas. Para a elucidação do quadro nacional, vale a pena transcrever um trecho

de Marx (2011, p. 422, grifo nosso):

No conceito do capital está contido o capitalista. No entanto, esse erro não é de maneira nenhuma mais sério do que, por exemplo, o erro de todos os filólogos que falam *do capital* na Antiguidade, de capitalistas romanos, gregos. O que é tão somente outra expressão para dizer que o trabalho em Roma e na Grécia era *livre*, o que esses senhores dificilmente pretenderiam afirmar. *Se atualmente não só chamamos os proprietários de plantações na América de capitalistas, mas se eles de fato o são, isso se baseia no fato de que eles existem como anomalia no interior de um mercado mundial fundado no trabalho livre.*

Os proprietários de plantações como capitalistas são uma anomalia no interior “de um mercado mundial fundado no trabalho livre”; entretanto, enquanto as relações genuinamente capitalistas ainda não moldavam de alto a baixo o processo de produção, essa foi a forma e o *modus operandi* de o capital exercer o controle coercitivo sobre o trabalho. Enquanto inexistia o capital industrial, as relações de trabalho capitalistas eram constituídas por formas em que o trabalho assalariado somente existia como mecanismo de controle e força auxiliar ao capital mercantil, mas ainda não consistia na sua práxis predominante. O trabalho escravo somente pode ser considerado uma anomalia quando emerge o capital industrial e quando as forças produtivas são capazes de superar as relações exclusivamente assentadas no capital mercantil. A compreensão dominante que tenta identificar o senhor de escravo como uma figura atrasada e o capitalismo agrário como acéfalo e anômalo é um produto do desenvolvimento do capital industrial, ou seja, de uma época posterior ao primado do capital mercantil no universo da produção.

O capital é uma relação, e “uma relação de produção” (MARX, 2011, p. 423). Essa relação teve dificuldade de efetivar-se imediatamente em sua forma pura na época do capital mercantil porque existiam barreiras naturais e sociais que impediam seu pleno desenvolvimento. O desaparecimento das comunidades de aborígenes e das relações comunais foi fundamental ao processo de acumulação de capitais e ao desenvolvimento da grande indústria; no entanto, a sua reprodução nas colônias não poderá ser operada da mesma maneira porque se necessita preservar os mercados coloniais para os produtos manufaturados e industrializados da metrópole. Isso implica que o colapso do controle português de sua principal colônia não será seguido pela imediata instauração do trabalho assalariado.

A forma de configuração do capital como anômala e desfigurada revela o caráter contraditório do capital. A violência foi a forma que

os mercadores e os senhores de engenho encontraram para assegurar a reprodução dos interesses do capital mercantil até que o capital industrial pudesse vir ao mundo e manifestar-se como uma forma de organização da produção mais sofisticada, porque assentada sobre o trabalho assalariado. A existência das barreiras naturais e sociais impunha que o capital precisava ser violento até a sua medula; e a impossibilidade de submeter a subjetividade do trabalhador aos seus imperativos de apropriação de trabalho excedente colocava a necessidade de o capital inviabilizar qualquer movimento de resistência do lado do trabalho.

Assim, o capital “engendra e reproduz relações não capitalistas de produção” (MARTINS, 2013, p. 22). Apesar de inicialmente figurar como contraposta ao capitalismo, a renda da terra pode ser incorporada pelo capital ao seu processo de reprodução. A renda da terra deixa de ser um entrave ao desenvolvimento do capital na medida em que é transformada em renda territorial capitalizada. Isso parece representar a irracionalidade no desenvolvimento normal do capital, mas aquilo que parece ser uma irracionalidade serve perfeitamente à lógica reprodutiva do capital no âmbito da agricultura. Essa irracionalidade é superada pela repartição da mais-valia absoluta entre o capitalista e o senhor de terras, ou entre o capitalista comercial e o latifundiário. Assim, o capital não destrói a renda da terra, mas a potencializa para que o capital possa se desenvolver e converter-se em capital industrial e/ou agrário. As relações não capitalistas podem emergir em plena consonância com o desenvolvimento do capital e nesse aspecto superar as formas de organização da produção pré-capitalistas e os modos precedentes de organização da produção.

A identificação do senhor de engenho com o senhor feudal é realizada por Guimarães de distintas maneiras. Primeiro, pela afirmação do beneplácito do sistema de benfeitorias como um senhor feudal, que afirmava seu poder sobre os extensos territórios inexplorados pelos elos de consanguinidade. Escreve Guimarães (1981, p. 65): “o engenho era um senhorio familiar, que não poderia ser compatível com a inoportuna presença de sócios endinheirados, intrusos não consanguíneos que disputassem o governo do clã e da propriedade. O poder feudal dava mostras de ser um poder indivisível”. Constata-se uma leitura mecanicista e determinista, que não apanha os movimentos contraditórios do capital e não enxerga como as misérias do atraso nacional estão plenamente subordinadas aos interesses dos denominados “sócios endinheirados”; a existência desses sócios endinheirados configura-se, na verdade, como um poder tanto indivisível quanto invisível.

Guimarães destaca que no período colonial o poder do campo

predominava sobre o espaço urbano: “Como nos tempos medievais, dos senhorios açucareiros emanava o poder exercido pelo campo sobre a cidade” (GUIMARÃES, 1981, p. 65). O referido autor se esquece de considerar que o fundamento da produção açucareira não era o abastecimento do mercado interno, mas atender às demandas do mercado externo, e que em escala mais abrangente, a essência da produção açucareira visava atender às demandas produzidas pelo capital. A necessidade de açúcar e aguardente não brotou espontaneamente dos interesses de seus produtores ou dos interesses oriundos dos estômagos dos trabalhadores, mas consistia numa necessidade abstrata instituída pelo capital. Vale ressaltar que a humanidade durante milênios viveu sem a presença do açúcar em seu cardápio cotidiano. Guimarães esquece que as cidades foram o lócus privilegiado onde o capital instituiu uma série de necessidades artificiais nos seres humanos. Por sua vez, a aguardente sempre foi um instrumento das classes dominantes contra as classes dominadas, para apaziguar revoltas e quebrar as energias dos povos escravizados; além disso, serviu de moeda de troca nos portos africanos.

Guimarães insiste em afirmar que a força do engenho brotava muito mais dos privilégios obtidos da Coroa do que propriamente de sua riqueza econômica: “Sua força residia menos na sua riqueza econômica do que nos privilégios que eram conferidos: as torres, as armas, o monopólio feudal da terra, o domínio sobre as coisas e sobre os homens” (GUIMARÃES, 1981, p. 63). O referido autor desconsidera a unidade que subsiste entre os elementos extraeconômicos e as forças econômicas, entre o complexo ideológico e o complexo econômico. É simplesmente impossível que um complexo que não conta com o poderio econômico determine o complexo militar e político. Guimarães desconsidera a relação dialética que perpassa os distintos complexos e a distinção entre o fundante e o fundado. Insistir nesse tipo de interpretação é desconsiderar o econômico como o momento predominante e querer retornar às perspectivas que interpretam a história nos termos da filosofia da história e profundamente distantes do materialismo histórico e do materialismo dialético.

O empobrecimento da colônia se processava claramente porque uma parte substancial da mais-valia absoluta expropriada pela personificação do capital precisava ser partilhada com o capitalista mercantilista; essa parte do excedente não retornava ao processo de produção na colônia, servindo tão só para impulsionar o desenvolvimento da metrópole. A expropriação de parte substancial da riqueza social produzida impedia o desenvolvimento da colônia e a atrofiava completamente, pois pouco restava para que a personifi-

cação interna do capital pudesse incrementar o desenvolvimento da colônia; geralmente, quase todo o excedente apropriado pela representação do capital no âmbito local acabava sendo consumido na aquisição de produtos importados.

A reserva do mercado interno da colônia para os produtos manufaturados da metrópole impedia o desenvolvimento da economia brasileira. Com isso, a classe dos mercadores obtinha lucros tanto na venda quanto na compra, tanto no mercado externo quanto no mercado interno. O poder do comércio era tão estranho nessa época de desenvolvimento do capital, que “os mercadores da mãe-pátria podiam deprimir na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos de produção” (NOVAIS, 1985, p. 89). Os preços abusivos eram praticados tanto na compra das mercadorias produzidas na colônia e vendidas na metrópole quanto nos produtos manufaturados que eram adquiridos na metrópole e comercializados na colônia. A acumulação capitalista estava pressuposta na dupla transação realizada graças à existência do monopólio.

A riqueza acumulada era investida na metrópole e não na colônia. Essa exclusividade comercial pertencia à classe empresarial da metrópole e não à classe empresarial da colônia, que se mantinha completamente subordinada àquela; os mercadores metropolitanos eram então os principais beneficiados. Isso não significa que não pudessem subsistir alguns indivíduos isolados da colônia que partilhassem dessas atividades lucrativas, como ocorreu com os cristãos-novos instalados no Brasil.

A burguesia portuguesa detinha o exclusivismo do monopólio comercial, mas isso não era feito sem a inclusão das burguesias mais bem situadas economicamente no norte da Europa. O exclusivismo português na exploração da economia brasileira não impediu a fuga da riqueza expropriada para os centros mais desenvolvidos do capitalismo europeu; isso se deveu ao caráter de dependência do pequeno Estado português às grandes potências bélicas e aos acordos comerciais estabelecidos com a Holanda e a Inglaterra, que inviabilizaram tanto o desenvolvimento de seu setor manufatureiro quanto impediu o livre desenvolvimento de sua principal colônia.

No caso português, esse monopólio tende a sofrer interrupções, porque a metrópole não consegue se desenvolver economicamente a ponto de munir-se das condições materiais para abastecer o mercado interno da colônia e dinamizar seu desenvolvimento segundo as exigências do capital; por sua vez, para diminuir as despesas com o processo de reprodução que modula o sistema *plantation*, o coloni-

zador precisa recorrer às formas arcaicas de produção. Neste caso, o senhor de engenho acaba tendo de lançar mão da produção de subsistência como forma de minimizar suas despesas com a reprodução da existência biológica de sua força de trabalho escrava; mas essas saídas não passaram de válvulas de escape que servirão para intensificar ainda mais a crise do velho regime. Voltaremos a essa questão ao final do quinto capítulo.



CAPÍTULO IV

CRISE DO SISTEMA FUNDADO NA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A colonização do Brasil estava fundada na produção voltada às demandas do mercado mundial, ou seja, visava assegurar o processo de acumulação primitiva de capital na metrópole. Isso serviu para dinamizar e desenvolver o capitalismo europeu. Desse modo, o trabalho assalariado nos tempos hodiernos emergiu contraditoriamente pela mediação do trabalho compulsório praticado nas colônias, pois a acumulação de capital propiciado pela forma de trabalho anômala ao capitalismo possibilitou seu salto qualitativo nas economias mais desenvolvidas. O capital mercantil revolucionou o modo de produção feudal e as relações de produção que subsistiam em diferentes espaços habitados do planeta. Ao estabelecer as bases para o desenvolvimento do capital industrial, o capital mercantil passou a ser determinado pelo capital industrial e financeiro. Escreve Marx (2008a, p. 444):

Mas a necessidade imanente ao capitalismo de produzir em escala cada vez maior leva à expansão contínua do mercado mundial, de modo que não é o comércio que revoluciona constantemente a indústria, mas o contrário. E o domínio comercial é agora função da predominância maior ou menor das condições da indústria moderna.

É por isso que as relações que permanecem articuladas aos imperativos do capital mercantil passam a manifestar-se como formas anacrônicas e reacionárias quando comparadas com o desenvolvimento do capital industrial. Assinala Marx (2008a, p. 437): “As condições sociais particulares que se formaram com o desenvolvimento do capital mercantil deixam de ser determinantes; ao revés, onde ele ainda prevalece, reinam condições arcaicas”. A necessidade de superação das relações pautadas pelo capital mercantil passa a nortear o desenvolvimento econômico da sociedade hodierna e, conseqüentemente, o imperativo de ultrapassar as relações de produção fundadas no trabalho escravo.

Enquanto a economia brasileira permaneceu organizada para atender às exigências do capital comercial, predominou a primazia do reino da circulação de mercadorias e o primado do trabalho escravo. Com as mudanças impostas pela indústria, o capital precisava experimentar uma nova metamorfose no interior do desenvolvimento da economia brasileira. O período de ascendência e declínio da economia cafeeira é marcado pela necessidade de superação das relações mercantis no campo e pela paulatina subordinação da agricultura à indústria.

4.1 A crise do capital mercantil

No tempo em que prevaleceu a predominância do capital mercantil, a circulação determinou a produção brasileira. Nesse processo, a economia de subsistência foi uma espécie de criada de quarto da produção agroexportadora, em que este setor predominou sobre os demais setores da economia, erigindo-se como setor primordial; no entanto, dadas as condições do processo de colonização e a dinâmica do capitalismo mercantilista, a produção agroexportadora não deixou de coexistir e estabelecer as bases para a existência da economia de subsistência. Devido ao fato de que a importação dos produtos de primeira necessidade estava circunscrita somente à classe dominante, o valor elevado desses produtos tornava impossível estender seu acesso aos escravos, pois representava uma elevação dos custos com a reprodução do valor da força de trabalho.

No entanto, essa economia de subsistência não era um elemento central do processo de produção, pois não possibilitava diretamente a acumulação primitiva de capital. A sua existência consiste numa forma auxiliar da economia agroexportadora. Ela surge devido ao caráter perdulário da colonização, em que a apropriação do excedente e o não retorno de parte do excedente produzido pelo trabalho escravo ao próprio ciclo da produção faziam com que os senhores de escravos, como personificação do capital mercantil, tivessem de recorrer à economia de subsistência no sistema agroexportador.

Além da concentração da acumulação no âmbito do mercado internacional, por parte dos comerciantes portugueses e estrangeiros, reinava no âmbito interno uma descomunal concentração da riqueza nas mãos dos latifundiários ou senhores de escravos, enquanto empresários dos produtos que interessavam ao mercado externo. A exclusão da força de trabalho escrava do consumo de mercadorias era um entrave ao desenvolvimento das relações essencialmente capitalistas no país. Isso implica afirmar que “a renda global gerada nas economias periféricas só se realiza em última instância nos mercados da economia central, europeia” (NOVAIS, 1985, p. 107).

O excedente produzido pelo trabalho escravo não se realizava plenamente no mercado interno, pois os escravos não tinham condições de participar do mercado como compradores dos seus meios de subsistência. E como grande parte daquilo que o colonizador português ganhava no mercado externo era gasta no consumo das mercadorias, o que ele recebia numa mão entregava com a outra. Observa Florestan Fernandes (2007, p. 265):

Sob o sistema colonial, processava-se uma drenagem extrema e rígida do excedente econômico, que deixava o mercado correspondente sem nenhuma função regulativa no fluxo da expropriação colonial (essa se fixava de fora para dentro, através de mecanicismos administrativos, políticos e legais, que dispensavam a intervenção reguladora do mercado ou a utilizavam como mero elemento mediador).

A expropriação da força de trabalho escravo não dinamizava a vida da colônia, mas tão somente a vida da metrópole. No entanto, não há como desconhecer que a exploração do trabalho escravo era relevante tanto para o mercador quanto para o senhor de escravos. Este constituía a única classe social que, no âmbito interno, gozava do privilégio de consumir os produtos importados de luxo e para a subsistência. No entanto, paulatinamente vai se constituindo uma classe de homens livres dispostos a vender sua força de trabalho, com atuação auxiliar no processo de controle da força de trabalho

escrava e no exercício das atividades subsidiárias do espaço urbano que ia se formando. A única classe que não estava satisfeita com o sistema colonial era o próprio trabalhador escravizado, e por isso surgiram inúmeras revoltas contra a exploração sofrida. Ao mesmo tempo, a economia colonial se achava impossibilitada de desenvolver suas forças produtivas porque “a própria estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas” (NOVAIS, 1985, p. 108).

A estrutura escravista passava a representar um entrave, pois era completamente desfavorável ao desenvolvimento das forças produtivas, o que resultava num baixo nível de sua produtividade quando comparada àquela que adotava o incremento tecnológico. A relação de dependência da colônia em relação à metrópole é reconhecida por David Ricardo (1985, p. 229):

É possível duvidar de que a metrópole não possa eventualmente beneficiar-se dos entraves a que submete suas colônias. Quem duvidaria, por exemplo, de que, se a Inglaterra fosse colônia da França, este último país não seria beneficiado por um elevado prêmio pago pela Inglaterra às exportações de trigo, tecidos ou qualquer outra mercadoria?

E foi exatamente isso que Inglaterra, França, Portugal, Holanda e Espanha fizeram com suas colônias; e assim criaram um sistema que fortaleceu os nexos de dependência e subordinação.

O “pacto colonial” expressa uma contradição porque inexistiu algum acordo tácito entre metrópole e colônia, haja vista que suas relações eram perpassadas pelo exclusivismo colonial. A metrópole exercia seu senhorio absoluto sobre a colônia, e esta se achava completamente impossibilitada de afirmar seus interesses. A subordinação da colônia aos interesses da metrópole buscava assegurar o monopólio do comércio de importação e exportação de mercadorias. O exclusivismo colonial fazia com que o próprio fluxo migrante para as colônias fosse limitado ou proibido, para impedir o despovoamento e a carência de força de trabalho na metrópole. Essa perspectiva somente foi alterada com a Revolução Industrial.

O escravismo acabava se configurando como um sistema com baixo nível de produtividade, quando comparado ao modo de produção genuinamente capitalista. Como não podia aumentar a produção mantendo a mesma dimensão da jornada de trabalho, a inexistência da inserção dos elementos tecnológicos ao processo produtivo obrigava o capitalista agrário a ampliar a jornada de traba-

lho. E na impossibilidade de ampliar o tempo de trabalho excedente mediante a redução do tempo de trabalho necessário, o senhor de escravos tentava ampliar seu lucro com a inserção da economia de subsistência no interior da atividade agroexportadora.

A recorrência à economia de subsistência intensificou ainda mais a crise em que estava enredada a economia colonial. Com a economia de subsistência se insistia na preservação de relações de produção com utilização de baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Isso implicava uma contraposição ao processo de reprodução do capital, porque instituiu relações socioeconômicas que tentavam escapar ao controle do capital comercial, o que desvelava a estreiteza do mercado interno brasileiro no período colonial. A produção agroexportadora, fundada no trabalho escravo, de um lado, e a economia de subsistência, fundamentada no trabalho escravo e no trabalho livre, do outro, não eram capazes de dinamizar o mercado interno. Esse era um dos gargalos da economia escravista. Escreve Novais (1985, p. 110): “Em suma: a economia colonial mercantil escravista tem necessariamente um mercado interno reduzidíssimo”.

A estreiteza do mercado interno tornava a economia brasileira subserviente aos imperativos de comando do capital comercial, pois inexisteriam condições para um desenvolvimento da colônia sob base autônoma, haja vista que todo processo de acumulação de riqueza tinha como destinatário o mercado mundial. Somente o capital comercial instalado na metrópole possuía força de massa capaz de dinamizar a vida interna da colônia na primeira metade do século XIX, mas ele não podia fazer isso sem primeiro dinamizar seu centro de comando.

Evidentemente que houve a etapa de desenvolvimento do comércio interno, especialmente com a crise do setor agroexportador centrado no cultivo da cana-de-açúcar e a emergência do ciclo do ouro. Para tanto, era exigida a formação dos aglomerados urbanos, o que requeria a existência de um corpo coeso de funcionários civis e militares, profissionais liberais, jornalheiros livres e assalariados. Mas esses setores formavam muito mais uma classe intermediária entre as classes fundamentais, não reunindo forças para alterar substancialmente o curso dos acontecimentos. A sua inserção não afetava diretamente o fundamento da economia colonial. É nesse espectro que se manifestam alguns movimentos urbanos de contestação ao processo de colonização, como a Inconfidência Mineira, a Revolta dos Alfaiates (Bahia) e a Confederação do Equador (Pernambuco)³¹.

³¹ Segundo Godechot (apud MAZZEO, 1997, p. 128): “O governo provisório de Pernambuco julgou conveniente declarar que o momento atual não é favorável

No entanto, esses movimentos não questionavam a estrutura socioeconômica centrada na exploração do trabalho escravo.

O sistema mercantilista operou o trânsito do feudalismo para o capitalismo, impondo a passagem da produção manufatureira à produção industrial. Esta revolucionou completamente as relações de produção e estabeleceu uma celeridade inusitada ao processo produtivo. Ao fazer isso, ela tanto libera milhões de trabalhadores dos postos de trabalho galvanizados quanto exige a expansão do mercado internacional. Observa-se que o funcionamento das relações capitalistas pressupunha a constituição de elementos adequados à derrocada da economia colonial, e sua superação pelo capital industrial. Escreve Novais (1985, p. 115):

Noutras palavras, não foi preciso que o capitalismo industrial atingisse seus mais altos graus de desenvolvimento e expansão para que o sistema colonial – colonialismo-escravista – entrasse em crise; bastou o primeiro arranque. Foram suficientes os primeiros passos da revolução industrial.

É o próprio mercado mundial, sob o jugo do capital industrial, que impõe a necessidade de superação da economia colonial de bases mercantilistas e sua inserção na esfera efetivamente capitalista. Uma vez promovida a acumulação primitiva do capital, esta exige que a economia da colônia faça também o trânsito paulatino para a economia capitalista. Esclarece Marx (2008a, p. 437):

Na produção capitalista, o capital mercantil deixa a antiga existência soberana para ser um elemento particular do investimento do capital, e o nivelamento dos lucros reduz sua taxa de lucro à média geral. Passa a funcionar como agente do capital produtivo. As condições sociais particulares que se formaram com o desenvolvimento do capital mercantil deixam de ser determinantes; ao revés, onde ele reina ainda reinam condições arcaicas.

Esse processo não é retilíneo e contínuo, mas perpassado por contradições e conflitos; no entanto, essas contradições nunca implicaram uma ruptura dos representantes do capital nacional com

à emancipação dos homens de cor e dos escravos indistintamente. O governo deseja uma emancipação que destrua para sempre o cancro da escravidão, mas desejou-a, ao mesmo tempo, lenta, regular e legal”. Mazzeo (1997, p. 130) acrescenta: “Os senhores de terras arruinados viam nelas o pretexto para pressionar o governo, no sentido de rearticular o poder econômico perdido”.

o capital internacional, ou seja, a aristocracia rural e a burguesia nacional sempre consideraram a burguesia estrangeira como aliada de seus interesses. Os elementos mais contraditórios sempre emergiram do lado da força de trabalho escrava e assalariada, pois se tratava fundamentalmente de um processo que tinha como núcleo aglutinador a necessidade de expansão e acumulação de capitais. Nesse sentido, as economias centrais sempre souberam estabelecer relações de cordialidade e parceria com as classes dominantes instituídas nacionalmente, de forma que o processo de independência e todas as mudanças políticas buscaram sempre preservar as relações baseadas nos interesses dos grandes centros econômicos.

A independência do Brasil foi moldada aos interesses das classes dominantes. A ruptura do comando colonial lusitano sob o desenvolvimento econômico brasileiro não impôs como condição que as relações fundamentais que perpassavam sua formatação econômica sofressem alguma alteração substancial. A ruptura do controle, que assegurava o controle da produção nacional pela burguesia lusitana, não resultou em “qualquer tipo de mudança em questão como distribuição da propriedade da terra ou a utilização do trabalho escravo” (MARIN, 1999, p. 13). A ruptura serve para confirmar a tese de que “o lançamento de um país nos primeiros estágios da estrada que leva ao capitalismo não é garantia de que ele complete todo o trajeto” (DOBB, 1983, p. 140). E Portugal acabou perdendo completamente o controle sob sua principal colônia no ultramar, retirando-se da cena histórica do Brasil para que nesta adentrasse outra personagem, mais eficaz e dinâmica: o imperialismo britânico.

No entanto, a ruptura propiciada pela independência do Brasil manteve intocável a estrutura fundiária e a produção agrícola para exportação. Todo o desenvolvimento operado, maquinário e transporte, foram possibilitados pelos empréstimos contraídos nos bancos ingleses e consortes. A independência política passou pela mediação do capital inglês, que concedeu empréstimos para que o país pudesse assumir a dívida portuguesa, transferida aos cofres públicos brasileiros, no valor de dois milhões de libras. O desenvolvimento econômico observado após a independência, como a instalação de ferrovias, será inteiramente subordinado ao capital inglês. Não é à toa que nosso desenvolvimento foi tutelado pelos homens de negócios da Inglaterra e descambou na longa história de endividamento do país aos grandes organismos econômicos internacionais.

Embora as leis não tenham força efetiva para acabar com a escravidão, pois as leis são sempre expressão daquilo que subsiste de fato, elas expressam a tendência de uma época histórica. O trabalho escravo precisava ser superado para que a economia brasileira pu-

desse se amoldar plenamente ao capital industrial. Era fundamental extinguir o trabalho escravo e instituir o trabalho assalariado, para que o mercado interno fosse significativamente ampliado.

Após a promulgação da Lei Bill Aberdeen³² pelo Parlamento inglês em 1845, as atividades relacionadas ao tráfico de escravos tornaram-se muito mais complexas, pois os navios ingleses passaram a gozar do direito de caçar os navios negreiros também nas águas do território brasileiro. Escreve Prado Jr. (2012, p. 151): “A soberania brasileira será violada permanentemente, e aos protestos do governo, desprovido de recursos materiais para fazer frente ao poderoso adversário, respondia este ou com o desprezo, ou reafirmando sua inabalável decisão de liquidar o tráfico por que meio fosse”.

Apesar da cerrada repressão exercida pelos ingleses, os navios negreiros ainda conseguiram importar 371.625 braços africanos entre 1845 e 1851 (SILVA, 1985), ou seja, aproximadamente 31 mil por ano. Nesta data, promulgou-se no país a Lei Eusébio de Queirós³³; com ela houve realmente um declínio no tráfico de força de trabalho africana do mercado externo; mesmo assim, entre 1852 e 1856 entraram no país mais de 4 mil escravos africanos. O fim do tráfico de escravo foi fortalecido pela expulsão de um agrupamento expressivo de portugueses que viviam do comércio de carne humana. Isso também foi expressão do declínio da unidade de interesses que existia entre o mercador de escravos e os grandes proprietários rurais. Na primeira metade do século XIX entrou no Brasil quase

³² Explica Caldeira (1995, p. 178): “O Parlamento inglês, pressionado agora também pelos produtores de açúcar do Caribe, aprovou uma lei que levou o nome do novo primeiro-ministro inglês, o conde Aberdeen. Por ela, os navios ingleses ficavam oficialmente autorizados a perseguir, aprisionar e destruir barcos de países estrangeiros em águas internacionais, desde que suspeitassem – bastava a suspeita – de que dedicavam ao tráfico de escravos. [...] Depois do bill, a Inglaterra passou a massacrar a frota mercante brasileira. Só nos últimos três meses do ano, nada menos que 27 barcos acabaram nas mãos da Royal Navy”.

³³ O fim do tráfico de escravos foi decretado por um ministro ultraconservador, demonstrando como as diferenças entre os ministros liberais e conservadores no interior do império não passavam de vacuidades. A habilidade dos conservadores com os fazendeiros garantiu que o tráfico fosse extinto, assegurando, com a Lei de Terras, que o latifúndio permaneceria intacto e ainda que poderia se expandir, haja vista que muitos posseiros e colonos não tinham como legalizar a posse de seus lotes. A aprovação do Código Comercial contou com a participação de figuras ilustres como o barão de Mauá. E para fazer cumprir a extinção do tráfico de escravos no Brasil, a poderosa máquina naval inglesa destruiu aproximadamente 850 navios em quarenta anos. Desde a chegada da família real portuguesa, os ingleses mantinham sempre um par de fragatas na baía da Guanabara, entre as dezenas espalhadas na costa brasileira, como forma de garantir seus negócios no Brasil (CALDEIRA, 1995, p. 111).

um milhão de escravos, numa média de 18,5 mil escravos anuais.

A crise da economia mercantilista apontava para a velha classe produtora brasileira a necessidade de uma nova etapa de acumulação, em que acumulação essencialmente capitalista deveria entrar em cena. Isso implicava que o senhor de escravos deveria se converter realmente num capitalista agrário e que o problema da escassez de força de trabalho na agricultura deveria ser solucionado recorrendo à força de trabalho do imigrante. No entanto, enquanto não se gestavam completamente as novas condições, não se deixou de recorrer ao tráfico interprovincial, com o qual os latifundiários do Nordeste transferiram mais de 300 mil escravos para o Sudeste do país. Essa transferência de força de trabalho foi expressão da transferência do capital no interior do país, mediante a qual o Nordeste perderá sua posição socioeconômica privilegiada para o Sudeste.

4.2 A Revolução Industrial inglesa e a dependência econômica do Brasil

O crescimento da economia inglesa acentuou-se no século XVIII: “Em 1703, o capital em ações das companhias inglesas foi estimado como tendo atingido 8 milhões de libras. Grande parte dele, provavelmente metade, ao menos, representava capital investido no comércio exterior e não na indústria nacional” (DOBB, 1983, p. 137). Este crescimento econômico foi forjado no século anterior; suas companhias comerciais operavam com taxa média de lucro de 100%, e o comércio de escravos, por exemplo, chegou a auferir lucros entre 100% e 300%. Mas nem todos os séquitos remanescentes da burguesia gozavam do privilégio de participar das casas financeiras que detinham o controle do monopólio do comércio exterior; uma parte da burguesia nascente devia se contentar com o comércio interno e a manufatura. No entanto, esta classe conseguiu desenvolver suas atividades no âmbito produtivo graças ao apoio incondicional do capital mercantil obtido na colonização. Anota Dobb (1983, p. 138): “a expansão dos mercados ultramarinos, especialmente os mercados coloniais, no século XVII, em certa medida agiu como alavanca propulsora da rentabilidade da manufatura do país”.

Entretanto, a atividade manufatureira não brotou inicialmente do interesse da burguesia mais poderosa, mas dos extratos mais modestos, que não gozavam de posição privilegiada no mercado externo. Por isso, assinala Dobb (1983, p. 138): “os interesses da indústria, com o desenvolvimento desta, passaram a ser identificados com um assalto aos monopólios e com a emancipação do comércio com re-

lação aos grillhões dos regulamentos”. Ainda segundo Dobb (1983, p. 140): “o crescimento da burguesia em número, bem como em riqueza, foi uma condição importante para o incentivo da indústria, revelando-se uma burguesia média e próspera de maior importância do que a magnificência de alguns príncipes-mercadores”. Essa burguesia soube como forjar as condições para que a prosperidade do comércio exterior servisse como intermédio fundamental no desenvolvimento da indústria. No caso holandês, esse impasse talvez tenha sido mais substancial.

O desenvolvimento das condições essenciais para o revolução das relações de produção e das forças produtivas mostrou-se proeminente na Inglaterra desde que a propriedade privada dos meios de produção passou às mãos da burguesia. O mercado passou a regular a existência humana, conferindo à produção de mercadoria uma condição de primeira grandeza na estrutura da sociedade burguesa.

A acumulação primitiva de capital permitia que o capital se desenvolvesse nessa sociedade de forma muito mais exitosa que em qualquer outra praça europeia. As medidas adotadas na perspectiva de constituição do capital estavam dadas pelas seguintes causas: 1) existência de um poder absolutista aliado da burguesia; 2) limpeza dos campos da presença dos vestígios feudais e completa dissolução do campesinato; 3) desenvolvimento da produtividade agrícola em condições de abastecer toda a população urbana; 4) constituição da força de trabalho capaz de atender às demandas da produção manufatureira; 5) constituição de um mercado interno e externo para os produtos manufaturados.

O século XVIII foi um período profundamente próspero para os homens de negócio da Inglaterra; as últimas barreiras que poderiam entrar a ubiquidade do desenvolvimento do capital foram superadas com a Revolução Industrial. Escrevem Marx e Engels (2007, p. 41):

A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades, que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais e a procura por mercadorias continuava a aumentar. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção mercantil. A grande indústria moderna suplantou a manufatura;

a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas da Idade Média.

A Inglaterra tornou-se a pátria da Revolução Industrial porque se apropriou de maneira objetiva dos avanços produzidos pela humanidade no campo científico e tecnológico e da acumulação primitiva de capital. O capital inglês soube aplicar ao mundo da produção as descobertas científicas e tecnológicas que outros povos e nações haviam realizados, mas que não aplicavam diretamente aos meios de produção porque não havia ainda se difundido o sistema de exploração do trabalho assalariado. A existência dessa forma de organização do trabalho permitia que os capitalistas ingleses desenvolvessem as forças produtivas, pois sua força de trabalho tinha mais possibilidades de conviver com a tecnologia do que a força de trabalho escravo ou a força de trabalho servil. Anota-se que os trabalhadores ainda quebraram máquinas e propiciaram prejuízos aos capitalistas na fase inicial da grande maquinaria; no entanto, isso foi contornado pelas medidas punitivas e repressivas adotadas pelas classes dominantes contra a classe trabalhadora.

É notória a posição pioneira ocupada pela indústria têxtil no desenvolvimento da Revolução Industrial. Esse setor permitiu a expansão do capital sem exigir grandes investimentos – pois suas inovações não impunham elevadas somas de capitais –, e se constituía como uma produção com demanda de massa, abrindo as portas para o desenvolvimento do capitalismo inglês, à proporção que inundou o mercado europeu e americano. Cabe registrar que “a indústria algodoeira britânica, como todas as outras indústrias algodoeiras, tinha originalmente se desenvolvido como um subproduto do comércio ultramarino” (HOBSBAWM, 2009a, p. 67). As colônias ofereceram a matéria-prima necessária para a indústria inglesa pudesse se desenvolver e para que, posteriormente, outras economias europeias pudessem seguir seu itinerário. O crescimento da indústria têxtil foi tanto que o império do mundo mercantil asiático viu-se completamente solapado. Escreve Hobsbawm (2009a, p. 69-70): “A Índia foi sistematicamente desindustrializada e passou de

exportador a mercado para os produtos de algodão da região de Lancashire”.

As vantagens da acumulação primitiva de capital não seriam desperdiçadas após a Revolução Industrial. A recorrência ao trabalho escravo será paulatinamente superada com o advento da Revolução Industrial, mas isso não aconteceu imediatamente, fazendo-se necessárias ainda algumas décadas para que isso pudesse ser amplamente realizado no espaço inglês e nas regiões adjacentes. O trabalho escravo alimentou por um bom tempo a indústria têxtil inglesa. Escreve Hobsbawm (2009a, p. 67): “O comércio colonial tinha criado a indústria algodoeira, e continuava a alimentá-la. No século XVIII ela se desenvolvera perto dos maiores portos: Bristol, Glasgow e, especialmente, Liverpool, o grande centro do comércio de escravos”. Ao invés de separar-se radicalmente, o trabalho escravo serviu episodicamente para alimentar o desenvolvimento da nascente indústria têxtil. Houve uma relação intrínseca entre algodão e escravidão, e as demandas das fábricas de Lancashire impuseram a necessidade de ampliação das plantações escravistas de algodão dos sulistas norte-americanos.

O crescimento das exportações da indústria têxtil inglesa, entre 1750-1769, “aumentou dez vezes” (HOBSBAWM, 2009a, p. 68). A vitória das exportações sobre as importações foi crescente e levou ao sucesso dos homens de negócios pioneiros na aventura tecnológica e mercadológica. A derrota sofrida pelos ingleses na aventura das descobertas da América seria superada largamente pelo sucesso no reino da indústria têxtil; agora o mundo inteiro consumia os tecidos produzidos pelos ingleses, especialmente “os mercados colonial e semicolonial, por muito tempo os maiores pontos de vazão para os produtos britânicos triunfarem” (HOBSBAWM, 2009a, p. 69).

A predominância das exportações têxteis da indústria inglesa para o mundo colonial será crescente. Em 1840, observa-se que a Europa “adquiriu 200 milhões de jardas, enquanto as áreas ‘subdesenvolvidas’ adquiriram 529 milhões”. Evidentemente que o descomunal crescimento da capacidade de consumo das regiões subdesenvolvidas se inscreveu sob o auspício da inusitada política de empréstimo formada pelo próprio capital inglês. Os povos colonizados da América ampliaram sua capacidade de consumo mediante a política de endividamento propiciado aos novos Estados independentes da tutela colonial portuguesa e espanhola. Escreve Tugan-Baranovski (apud LUXEMBURG, 1985, p. 289): “Onde as nações sul-americanas foram buscar os meios para comprar em 1825 o dobro de mercadorias que compravam em 1821? Esses meios lhes foram fornecidos pelos próprios ingleses”. Mas essa política de incentivo ao

consumo dos produtos manufaturados ingleses resultou numa série de crises cíclicas do capital, como as verificadas nos anos de 1825, 1836, 1847, 1857 etc.

O monopólio dos homens de negócios da Inglaterra sobre o mundo colonial foi alcançado mediante guerras e revoluções sociais. No continente asiático, isso foi obtido após a destruição da unidade existente entre a agricultura e a manufatura oriunda da indústria doméstica aldeã. O capital inglês alcançou a sua hegemonia na Ásia através da Guerra do Ópio, e o reino da mercadoria, com suas necessidades artificiais, instaurou o seu primado sobre o reino das necessidades efetivas dos seres humanos.

As guerras napoleônicas constituíram também um fator decisivo da ampliação da interferência inglesa no Brasil e em toda a América Latina. Após tentar impedir inocuamente o processo de independência de suas colônias, a Inglaterra passou a incentivar a independência das colônias espanholas e portuguesas, depois que perdeu sua posição privilegiada no Velho Continente com a ascendência das forças napoleônicas. A presença inglesa no continente latino-americano foi tão expressiva que, em 1820, o tamanho de suas exportações alcançava o percentual de 25%, e em 1840 equivalia a 50% do total. A expansão da indústria algodoeira acabou incidindo sobre o desenvolvimento de toda a economia da Grã-Bretanha. Hobsbawm (2009a, p. 74) aponta isso mediante a exposição dos seguintes dados:

A quantidade de algodão bruto importada pela Grã-Bretanha subiu de 11 milhões de libras-peso em 1785 para 588 milhões em 1850; a produção de tecidos, de 40 milhões para 2.025 bilhões de jardas. Os produtos de algodão constituíam entre 40% e 50% do valor anual declarado de todas as exportações britânicas entre 1816 e 1848.

O crescimento das exportações coloniais resultou na constituição de um excedente fantástico, porque a indústria têxtil não requeria grandes investimentos em meios de produção. Assinala Hobsbawm (2009a, p. 70): “Os novos inventos que o revolucionam – a máquina de fiar, o tear movido a água, a fiadeira automática e, um pouco mais tarde, o tear a motor – eram suficientemente simples e baratos e se pagavam quase que imediatamente em termos de maior produção”.

A instalação de uma indústria têxtil era uma atividade relativamente barata quando comparada à onerosa instalação de um engenho na colônia, que demandava o emprego de maquinário pesado, ou a instalação de empresa siderúrgica. Assim, as despesas em recursos tecnológicos eram reduzidas no referido complexo; enquanto isso, os lucros obtidos com a expropriação da força de trabalho

eram enormes. Basta lembrar que em 1833 a indústria algodoeira empregava aproximadamente um milhão e meio de trabalhadores na Inglaterra; nenhum outro setor economia conseguia aglutinar tantos trabalhadores quanto este, e nenhum outro setor da economia conseguia tamanha produção de mais trabalho gratuito para o capitalista quanto este (HOBBSAWM, 2009a).

O lucro obtido pela mediação da mais-valia emanava da radical alteração das relações de trabalho; mulheres e crianças passaram a ser inseridas no processo produtivo. O valor dos salários pagos era baixo e servia tão somente para reproduzir a existência biológica dos trabalhadores. Assinala Hobsbawm (2009a, p. 77):

Dos 12 mil trabalhadores nas indústrias algodoeiras de Glasgow em 1833, somente 2 mil ganhavam uma média de mais 11 shillings por semana. Em 131 fábricas de Manchester os salários médios eram de menos de 12 shillings, e somente em 21 eram mais altos. E a construção de fábricas era relativamente barata: em 1846, uma fábrica inteira de tecelagem, com 410 máquinas, incluindo o custo do terreno e dos prédios, podia ser construída por aproximadamente 11 mil libras.

Isso tinha implicação sobre diversos setores da economia, servindo para dinamizá-los e desenvolvê-los. A revolução no setor têxtil vai exigir também a transformação da produção agrícola e a revolução dos meios de comunicação e dos meios de transporte. Evidentemente, o lucro com o excedente propiciado pela indústria têxtil precisava ser investido noutros setores, pois a acumulação genuinamente capitalista permitia sua expansão para os demais complexos produtivos, evitando o colapso do sistema pela concorrência que começava a marcar o setor algodoeiro.

Outro setor que se desenvolveu tanto na metrópole quanto nas colônias, profundamente articulado ao desenvolvimento da indústria têxtil, foi o setor ferroviário. Havia um estreito vínculo entre o desenvolvimento das ferrovias e o crescimento de capitais que emergiram do setor têxtil. Diferentemente deste, o setor ferroviário pressupunha altíssimos investimentos de capitais, pois pressupunha uma estruturação formada de minas de carvão e do complexo siderúrgico (produção de ferro e aço). Escreve Hobsbawm (2009a, p. 83): “Tecnologicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra”. Além disso, as ferrovias requeriam uma complexa unidade formada por linhas férreas, pontes, estações, máquinas etc. O novo setor foi altamente promissor para o capital inglês, de maneira que, segundo Hobsbawm (2009a, p. 98):

Nas primeiras décadas das ferrovias (1830-1850), a produção de ferro da Grã-Bretanha subiu de 680 mil para 2.250.000 toneladas, em outras palavras, triplicou. A produção de carvão, entre 1830 e 1850, também triplicou de 15 milhões para 49 milhões. Este crescimento deveu-se prioritariamente à ferrovia, pois em média cada milha de linha exigia 300 toneladas de ferro só para os trilhos.

O capital britânico foi o grande responsável para crescimento das trilhas de ferro no mundo entre 1830 e 1850. Enquanto, em 1830, eram tão somente algumas dezenas de quilômetros ligando Liverpool-Manchester, em 1850 ultrapassavam a casa de 37 mil quilômetros de milhas de ferro, o que implicava um investimento de mais de 240 milhões de libras. A necessidade investimento do capital acumulado no setor têxtil se impunha porque a própria classe dos capitalistas não tinha como consumir todo o excedente num processo de reprodução simples. Na década de 1840, o excedente anual acumulado pelos capitalistas ingleses estava na casa de 60 milhões de libras (HOBSBAWM, 2009a, p. 138).

As ferrovias se ergueram como o setor exemplar com capacidade de absorver o capital. A enorme quantidade de capital excedente produzido pelo trabalhador assalariado da indústria têxtil precisava encontrar outros portos. E nenhum outro setor emerge com tamanha capacidade de absorções das demandas de capitais como o referido complexo, pois todas as outras indústrias existentes eram relativamente baratas. Além do que, as ferrovias serviram aos propósitos de unificar aquelas regiões que permaneciam isoladas do mercado mundial. O apetite do capital coadunou-se perfeitamente com o apetite da humanidade por ferrovias; assim elas foram exportadas para distintas nações. Nesse itinerário, a sociedades por ações serviram de alavancas poderosas para tornar as ferrovias uma experiência cosmopolita. Escreve Marx (1985b, p. 198):

O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos.

A orquestrada política de empréstimos, resultante do excesso de capital existente na Inglaterra, permitiu o rápido florescimento das ferrovias em todo o mundo. Através da construção de ferrovias, o capital inglês se deslocou para os distintos continentes e ergueu

novos laços de dependência e novas formas de acumulação. Escreve Luxemburg (1985, p. 287):

Os empréstimos públicos vinculados à construção de ferrovias e ao equipamento militar acompanham todos os estágios da acumulação de capital: a introdução da economia mercantil, a industrialização dos países e a revolução da agricultura, bem como a emancipação dos novos Estados capitalistas. [...] Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e para criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no raio geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente.

Através do sistema de empréstimos para a constituição do mais moderno meio de transporte, o capital inglês submeteu distintas regiões do planeta aos seus propósitos de acumulação. O desenvolvimento das ferrovias reflete a necessidade de expansão do capital imperialista. Esse movimento cresceu paulatinamente, como aponta Luxemburg (1985, p. 287): “O crescimento da rede ferroviária teve seu auge na Europa nos anos 40, na América nos anos 50, na Ásia durante o sexto decênio, na Austrália durante o sétimo e oitavo, e na África durante os anos 90”.

Os empréstimos externos desempenharam papel de primeira grandeza no desenvolvimento da etapa imperialista do capital. O caráter paradoxal do capital se revela por inteiro na natureza do capital imperialista, servindo tanto ao desenvolvimento das nações recém-capitalistas quanto para a mediação mais segura da tutela desses nascentes estados aos interesses das velhas potências econômicas. Os empréstimos constituem o meio mais seguro de investimento do capital acumulado (LUXEMBURG, 1985).

A sede de investimento do capital inglês encontrou espaço nas colônias da América e ampliou o mercado interno brasileiro. Mas para que o capital pudesse ser bem-sucedido e não exaurisse sua capacidade de dinamização, era crucial construir o seu principal elemento de constituição. Escreve Hobsbawm (2009a, p. 88): “O primeiro e talvez mais crucial fator que tinha de ser mobilizado e transferido era o da mão de obra, pois uma economia industrial significa um brusco declínio proporcional da produção agrícola e um brusco aumento geral da população”.

A construção de ferrovias devia não apenas escoar a produção

interna para seus portos, mas deslocar as massas populacionais de uma região para outra. Um empreendimento tão elevado como as ferrovias impunha a necessidade de administrar racionalmente seus custos de funcionamento, por isso as ferrovias precisavam emergir como instrumento de consumo das massas, na perspectiva de assegurar lucro aos capitalistas. Nesse caso, o capital investido não retornava imediatamente como no setor têxtil, mas demandava mais tempo para fazer seu circuito completo e resultar numa atividade lucrativa para o banqueiro que investia no reino industrial.

A primeira ferrovia brasileira foi inaugurada em 1854³⁴. Elas emergem no cenário nacional completamente subordinado ao capital inglês, em que se observa a interferência de banqueiros judeus aclimatados em suas praças. O banco Rotschild – dirigido pelos acionistas Lionel Nathan Rotschild, Anthony Rotschild e Meyer Karl Rotschild – foi o agente principal não somente pelo processo de concessão de empréstimos para cobrir a dívida pública brasileira contraída na negociação que resultou na denominada independência política do país do controle português (1822) e financiador fundamental da monarquia brasileira, mas também pelo financiamento das ações que resultaram tanto na Guerra do Paraguai quanto no inusitado processo que demandou a construção das ferrovias brasileiras através da São Paulo Railway, como aponta Jorge Caldeira (1995) em sua obra *Mauá: Empresário do Império*. Na listagem dos judeus envolvidos na aquisição das ações desta companhia estão Ansel Mayer, com 348 ações, Isaac Goldsmid, com 100 ações, Henri Louis Bischoffshein, com 200 ações, e Benjamin Cohen, com 1.000 ações. As concessões de empréstimos para propiciar o desenvolvimento das ferrovias brasileiras e para sustentar o arsenal bélico fundamental na Guerra do Paraguai estão em plena consonância com os preceitos da etapa imperialista do capital, como assinala Luxemburg (1985, p. 288):

Os empréstimos públicos vinculados à construção de ferrovias e ao equipamento militar acompanham todos os estágios da acumulação de capital: a introdução da economia mercantil, a industrialização dos países e a revolução capitalista da agricultura, bem como a emancipação dos novos Estados capitalistas.

O desenvolvimento do complexo ferroviário no Brasil está ar-

³⁴ Escreve Prado Jr. (2012, p. 154): “Um pequeno trecho de 18 km nas proximidades do Rio de Janeiro. No ano seguinte inicia-se a construção da estrada de ferro que seria a maior e mais importante do país: a D. Pedro II, hoje Central do Brasil, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo e serve boa parte dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais”.

ticulado à expansão das fazendas de café no Vale do Paraíba, e a partir daí se estende para o sudeste mineiro e o oeste paulista. Com as linhas férreas se encurtam as distâncias que cortavam a dimensão continental do país. Além do fluxo do interior para o litoral, mediante o transporte do café produzido, as ferrovias serviram também como principal meio de transporte de mercadorias do litoral para o interior do país, em que se destacam mercadorias como farinha de trigo, combustíveis e produtos manufaturados. Também serviram como instrumento de fortalecimento do fluxo migratório de uma região para a outra.

Além da companhia inglesa São Paulo Railway Co. Ltda., responsável pela ligação do planalto paulista ao porto santista, outras companhias operavam na região, como a Paulistana, a Mogiana e a Sorocabana. A tabela abaixo oferece um quadro do aporte financeiro das duas primeiras empresas.

Tabela 1

Estado de São Paulo

Movimento financeiro e expansão da Rede Ferroviária da Cia. Mogiana e da Cia. Paulistana

Médias Anuais	Via Férrea Km (a)	Receita	Contos de Réis Despesa	Saldo	Saldo Receita %
1876-1880	431	2589,4	1054,2	1535,2	59,3
1881-1885	611	4179,2	1833,6	2345,6	56,1
1886-1890	1034	4714,1	3287,6	1426,5	30,3
1891-1895	1624	21385,1	12520,4	8864,7	41,5
1896-1900	1726	36657,1	18460,2	18196,9	49,6
1901-1905	2078	38346,0	18086,0	20350,6	53,1
1906-1910	2327	43285,4	19677,4	23608,1	54,5

(Fonte: CANO, 2007, p. 59).

A dinamicidade cafeeira propiciou o desenvolvimento das ferro-

vias no estado de São Paulo, transformando-o num segmento lucrativo especialmente para o capital inglês, que controlava completamente o setor, como aponta Singer (2000, p. 366):

Em 1880, havia 11 companhias ferroviárias inglesas no Brasil, número que subiu a 25 em 1890. Cabe lembrar que os britânicos construíram e exploraram durante longo período a São Paulo Railway, famosa pela sua elevada lucratividade, que escoava o café do interior para Santos, administraram a E. F. Leopoldina e construíram grande número de ferrovias no Nordeste e em outras áreas do país.

As ferrovias paulistas se revelaram lucrativas, como atesta o quadro acima, mas o mesmo não se deu com as instaladas em outras regiões do país, o que obrigou o Estado a constituir-se como principal empreendedor. Escreve Cano (2007, p. 61): “Diferente foi a situação da grande maioria das ferrovias de outras regiões brasileiras: na impossibilidade de saldar seus juros ao governo, terminaram por transferir sua propriedade a ele. Já em 1907, do total de 17.605 km da rede ferroviária brasileira, 45% pertenciam ao governo federal”. O fracasso acumulado na administração das ferrovias nordestinas obrigou as empresas britânicas a estatizá-las. Em 1929, as estradas de ferro no Brasil haviam se expandido para 32 mil km.

A política de empréstimos preparou as bases para a superação das relações mercantis até as relações fundamentalmente capitalistas. O desenvolvimento da economia brasileira implicou a realização de negócios promissores e extraordinários para o aprimoramento das relações fundamentais à reprodução do capital em sua etapa imperialista. Assim como o mercado mundial forjou as condições para o desenvolvimento da economia mercantil no país, o imperialismo inglês vai forjar as condições para a emergência da indústria brasileira, em que as guerras imperialistas, envolvendo as principais potências da Europa, constituem as bases para a predominância do imperialismo norte-americano. A etapa imperialista do capital denotava a necessidade de ampliação do mercado interno e o desenvolvimento das relações de produção essencialmente assentadas sobre a expropriação do trabalho assalariado. O imperialismo norte-americano será mais ousado nesse aspecto no decorrer do século XX.



CAPÍTULO V

A TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO

O Estado absolutista exerceu papel primordial no processo de acumulação primitiva de capital na Europa, assumindo função fundamental no movimento de gestação das condições para a emergência do capitalismo industrial. E embora o processo de instituição das relações capitalistas no Brasil não se inscreva da mesma maneira, ele se acha completamente subordinado aos interesses da metrópole; pois todo o desenvolvimento da economia colonial esteve voltado para atender às demandas do capital mercantil. No entanto, as relações capitalistas acabam se contrapondo às relações assentadas nas relações essencialmente mercantis. Desse modo, a inserção da economia brasileira no reino das relações capitalistas presume a introdução de relações de produção baseadas no trabalho assalariado.

A superação da intervenção do Estado absolutista português, pela configuração de uma monarquia assentada em solo nacional, não alterou sua essência de classe; ela se configurou como uma personificação importante no movimento de preservação da unidade de interesses entre capital nacional e capital internacional, na medida

em que dispôs as bases para a constituição do exército industrial de reserva e seu inexorável poder coercitivo sobre as massas destituídas dos meios de produção e de subsistência.

O processo de constituição das relações propriamente capitalistas tem seus fundamentos em relações não genuinamente capitalistas, como vimos no primeiro capítulo, em que o sistema de produção escravista serve para alimentar a empresa mercantilista. No entanto, o capital nacional era extremamente débil e acomodado para ser capaz de romper as amarras que o prendiam ao regime produtivo centrado no trabalho escravo. A crise do sistema colonial se intensificou no decorrer do século XIX, encontrando sua expressão máxima nas restrições impostas pelo capitalismo inglês ao trabalho escravo, pelo absolutismo da metrópole e pelo sistema mercantilista.

A crise do sistema colonial revela a necessidade de instauração duma nova forma de reconfiguração do trabalho segundo os preceitos essencialmente capitalistas. Além do Estado, o capital carecia do trabalho assalariado para poder se autorreproduzir em larga escala. Evidentemente que sem expropriação de mais-trabalho inexistente o capital. Para poder operar o processo de acumulação capitalista nos termos da reprodução ampliada, era preciso que as forças produtivas estivessem suficientemente desenvolvidas, de maneira que o Estado não precisasse constantemente intervir nas relações econômicas em benefício do capital.

O estabelecimento da família real portuguesa no Brasil e o aprofundamento das relações comerciais com a economia mais desenvolvida da Europa aceleraram a crise do sistema colonial mercantilista e a necessidade de superação do trabalho escravo. Isso porque o trabalho escravo, no decorrer do século XIX, passava a ser mais oneroso e menos produtivo do que o trabalho assalariado. Adam Smith vaticinava, no final do século XVIII, a superioridade do trabalho assalariado sobre o trabalho escravo, pois a mão de obra escrava trabalha de maneira relutante, sendo carente de qualidade e versatilidade. Numa situação de aparente identidade de posições, é sempre preferível o homem livre ao trabalho escravo (SMITH, 2003). O problema é que, na gênese do capitalismo, as colônias não apresentam as mesmas condições socioeconômicas que a metrópole. Por isso foi imprescindível a recorrência ao trabalho escravo.

Apesar de não se constituir como a forma predominante de organização da produção, o trabalho assalariado já existia no interior do sistema colonial mercantilista. Segundo Martins (2013, p. 29):

É verdade que o trabalhador livre já era conhecido amplamente na sociedade brasileira, sobretudo porque, por diferentes meios e motivos, negros já haviam sido libertados por seus senhores. E também porque o cativo indígena, o do índio administrado, já havia sido alcançado por diferentes supressões, desde o século XVII, a mais importante das quais foi a determinada pelo Diretório que se Deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, de 3 de maio de 1757, cujos efeitos foram estendidos a todo o Brasil pelo alvará de 17 de agosto de 1758, aquela porção do território brasileiro do Piauí para o sul.

É nas lavouras de café do oeste paulista que essas relações vão se apresentar de maneira mais acentuada, graças à presença de relativa população remanescente indígena. No entanto, essa forma estava completamente subordinada ao modelo de trabalho centrado na exploração do trabalho escravo; por isso, essa espécie de trabalhador também teve dificuldade de se adaptar à forma de trabalho característica do modo de produção genuinamente capitalista. Assinala Martins (2013, p. 30):

O trabalho livre gestado pela crise da escravidão negra diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio a substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário de terra.

O fim da dominação portuguesa não implicou a completa superação do sistema colonial; ele continuou persistindo sob uma nova roupagem, na qual o poderio econômico mostrou efetivamente seu papel predominante perante todas as outras esferas da vida cotidiana brasileira. O esgotamento da urdidura imposta pela Coroa portuguesa não resultou na superação das relações de dominação e dependência no âmbito da produção.

5.1 O capitalismo na época do Segundo Império

A independência da colônia se fez necessária porque a velha metrópole portuguesa não acompanhara o nível de desenvolvimento econômico das grandes potências europeias, haja vista que sua imersão pioneira no processo colonizador não foi seguida pela dinamiza-

ção interna de seu sistema de produção³⁵. A libertação da economia brasileira das imposições lusitanas é expressão de um quadro internacional perpassado “pela Revolução Industrial, pela ‘decadência’ do capital mercantil, pela ascensão das potências industriais, como a Inglaterra, e em particular pela crise do antigo sistema colonial português” (SILVA, 1985, p. 39).

A incapacidade de desenvolvimento de suas forças produtivas conduziu a uma posição de subordinação nas relações estabelecidas com as principais potências europeias e culminou na ruptura dos laços com sua principal colônia. A transferência da corte portuguesa para o Brasil fragilizou ainda mais a economia lusitana, porquanto predominava a política que interessava ao desenvolvimento do capitalismo inglês e o paulatino afastamento dos interesses lusitanos, que resulta na independência política do Brasil. Escreve Prado Jr. (2012, p. 129):

A situação ainda se agrava com o tratado de comércio firmado com a Inglaterra em 1810. No decreto de abertura dos portos fixara-se um direito geral de importação para todas as nações de 24% *ad valorem*. As mercadorias portuguesas seriam beneficiadas pouco depois com uma taxa reduzida de 16%. Pelo tratado de 1810, a Inglaterra obterá uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável, portanto, que a própria outorgada a Portugal. [...] O comércio e a navegação portugueses serão praticamente excluídos do Brasil.

A crescente perda do monopólio português não implicou a superação das relações de dependência e a subordinação da economia nacional aos propósitos das grandes potências econômicas europeias, pois as alterações visavam atender às novas demandas externas, especialmente aos interesses do capital mais desenvolvido da Europa.

Com o fim do monopólio português sobre a economia brasileira, o controle nacional passa às mãos inglesas, que farão todos os esforços na perspectiva de assegurar o sistema de produção voltado para atender às demandas externas e a ampliação do mercado interno

³⁵ Acerca da Independência do Brasil, Mazzeo (1997, p. 125) afirma: “a Independência possui o caráter de ‘arranjo político’, o que nos permite dizer, na direção de Rodrigues (1975), que a Independência assemelha-se mais à contrarrevolução do que à revolução; à conciliação com o velho, relegando ao novo uma exterioridade vazia de significado concreto”. Acrescenta ainda Mazzeo (1997, p. 128): “Além disso, ficava claro, para a ‘aristocracia’ burguesa brasileira, a enorme possibilidade do fracionamento do território nacional, caso se desencadeasse, no Brasil, algo semelhante às lutas intestinas que desintegraram a Hispano-América”.

para os produtos industrializados. O fato de o país contar com um sistema político aparentemente autônomo em relação ao modelo anteriormente vigente visava à efetivação de sua soberania ou autodeterminação financeira. Assim, a colonização ganha corolários neocoloniais, em que persiste o centro decisório (metrópole), de um lado, e a periferia controlada e subordinada, do outro. O capitalismo em sua etapa imperialista apresentará um revestimento da neocolonização e a economia brasileira será amoldada aos interesses dos mercadores e empresários ingleses.

O capital produtivo estava subordinado ao capital financeiro e à política de empréstimos dos bancos ingleses. A relação de senhorio e servidão que requeria a existência do trabalho escravo caracteriza a relação financeira entre metrópole e colônia. Como o escravo que subsiste em função do seu senhor, a colônia existe também em função do seu senhor que é a metrópole. Como o escravo, a colônia também é uma consciência inessencial, não emergindo como portadora de nenhuma autonomia ou poder de decisão. A metrópole é tudo e a colônia é nada; da mesma forma, o senhor é tudo e o escravo é considerado como nada. No âmbito externo, a colônia mimetiza uma situação parecida com a do escravo; tem uma existência que não lhe pertence, mas pertence a outro, que o explora e lhe refrata o tempo todo (HEGEL, 1992). No entanto, a superação das condições de dominação e subordinação nunca se revelou efetivamente.

A forma primeira da colonização foi tão perdulária quanto a maneira de configuração do trabalho que lhe dava sustentação, e o desenvolvimento das relações socioeconômicas acarretou a imploração do sistema colonial na forma como se apresentava inicialmente. Assim como emergiram inúmeras lutas contra o fim da escravidão, também eclodiram inúmeras revoltas contra a colonização imposta pela metrópole. A ruína do sistema fundado no trabalho escravo não implicou a ruína da exploração do trabalho. A *debacle* do sistema colonial, imposto pela colonização portuguesa, não representou nem o colapso do jugo de uma nação sobre o outra, nem a superação das relações fundadas sobre a dominação do trabalho. A colonização soube perfeitamente resguardar sua natureza fundamental. O fim do jugo português resultou somente na mudança do senhorio externo e no fato de que esse senhor podia agora se manifestar na forma de um *gentleman*, ao invés de um senhor de escravos; mas a velha colonização portuguesa precisou ser superada porque, no contexto dos quadros políticos e administrativos coloniais, “ela não encontraria horizontes para utilizar-se das facilidades que o mundo do século XIX lhe proporcionava” (PRADO JR., 2012, p. 140).

O fato de alcançar as condições para a existência nos moldes

capitalistas, em que, de um lado, se acha a burguesia nacional, e do outro, o trabalhador destituído dos meios de produção e subsistência, não leva à superação das relações de dependência orquestrada pela urdidura colonial. A roupagem foi alterada, mas a urdidura do sistema continuou intacta na sua essencialidade. Ela não apenas assegura a existência da reprodução do capital em grande escala, mas preserva os preceitos que interessam à metrópole econômica: primeiro, a Inglaterra; segundo, os EUA. As algemas continuaram sendo algemas. Evidentemente que deixamos de ser uma colônia regida pelas formas atrofiadas de manifestação do capital mercantil para sermos controlados pela arquitetura verdadeiramente imperialista do capitalismo inglês. Mas essa distinção não retira a natureza de subordinação e de dependência da burguesia brasileira aos interesses do capital internacional.

A presença da família real portuguesa resultou num crescimento das exportações de 4 mil para 22,5 mil contos de réis, e das importações de 2,5 mil para 19,7 mil contos de réis. Esse crescimento sofrerá uma interrupção após o processo de independência nacional. A balança comercial brasileira teve taxas negativas de exportações após sua independência, pois “perdemos parte considerável do mercado português, seguro escoadouro de nossos produtos nordestinos. Somente depois de 1832 é que a nossa exportação voltou a atingir e a sobrepujar as cifras dos últimos anos da era colonial” (SIMONSEN, 1937, p. 29). Sodré discorda do representante do empresariado paulista e afirma que o crescimento econômico propiciado pelas exportações não acompanhava as demandas internas por produtos manufaturados, por isso o déficit na balança comercial vai ultrapassar a data mencionada, além do que, a dívida externa consumia todo o excedente acumulado internamente pelo Estado. Escreve Sodré (1990, p. 93-94):

Na primeira metade do século, o Brasil só tivera saldo comercial com o exterior umas poucas vezes e o déficit era coberto com empréstimos; nela, o saldo orçamentário só ocorreu também sete vezes, até 1860. O Brasil contratou no exterior mais de dez empréstimos, no valor de 11,5 milhões de libras esterlinas.

O Brasil Império foi um cliente fiel da City de Londres, representada pelo Banco dos Rothschild. Entre 1825 e 1889, foram realizados 17 empréstimos. O primeiro serviu como instrumento do reconhecimento da independência política do país; dez serviram para a liquidação de dívidas anteriores, um para o financiamento da Guerra do Paraguai e dois para subsidiar a construção de ferrovias

(SODRÉ, 1990).

Através desses empréstimos a Inglaterra controlava o governo e a economia brasileira; o Estado servia como um dos elementos de dinamização do país, já que era o maior consumidor privado no contexto do restrito mercado interno. Através dele, mobilizaram-se os créditos necessários para “a construção de numerosas estradas de ferro, para a implantação de vários outros serviços públicos e industriais, tais como a eletricidade, o gás, os transportes urbanos etc., sem falar na própria construção e consolidação do Estado” (SILVA, 1985, p. 34).

É nesse contexto histórico que emerge a figura do barão de Mauá como empresário do império. Irineu Evangelista de Sousa (o barão de Mauá) vem ao mundo econômico na condição de simples vendedor de sua força de trabalho. E não foi como simples caixeiro de escritório – na empresa comercial do maior traficante de escravos do Rio de Janeiro, João Rodrigues Pereira de Almeida³⁶ – que alcançou posição de destaque no Segundo Império. Irineu não era latifundiário nem pertencia à aristocracia rural; era somente um jovem letrado que paulatinamente desvela as sutilezas e artimanhas do capital – primeiro na casa de Pereira Almeida e, posteriormente, na casa comercial Carruthers & Cia. Não foi pela habilidade de manejar a esgrima das ciências contábeis e das garantias creditícias que ascendeu ao posto de homem mais rico do Brasil, mas graças ao auxílio de Carruthers, que ao retornar ao seu país de origem (Escócia) deixou os seus negócios sob os cuidados administrativos do jovem Irineu (1835). Este demonstrava conhecimento dos teóricos da economia política (Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jeremy Bentham etc.) e habilidade para os negócios administrativos e financeiros da empresa. Depois de visitar a Inglaterra, em 1840, Irineu Evangelista consegue se transformar em sócio da empresa *Carruthers, De Castro & Cia.* (os proprietários eram Carruthers e Reynell de Castro), que captava recursos no mercado inglês com juros baixos (CALDEIRA, 1995).

³⁶ Além de possuidor da maior frota de navios negreiros na região carioca, a empresa de Pereira de Almeida situava-se no topo da pirâmide das empresas atacadas. Ela mesclava a venda de escravos com a venda de produtos alimentícios (carne humana com a carne animal, ou seja, venda de escravos com venda de charque gaúcho, oriundo do Rio Grande do Sul), investindo ainda parte de seu capital em imóveis urbanos. Mas o processo de independência do país exigiu que sacrificasse seus cinquenta anos dedicados ao tráfico de seres humanos e passasse à condição de plantador de café em 1828. Essa saída foi viabilizada pela administração do processo de falência realizada pelo jovem Irineu Evangelista (CALDEIRA, 1995, p. 107).

A decisão do governo brasileiro de suspender as taxas de importação de produtos industriais, em 1845, beneficiou singularmente o representante do consórcio inglês – Irineu Evangelista de Sousa. A crise propiciada pela limitação do tráfico de escravos não afetou os negócios das empresas de Carruthers nos anos seguintes porque seu capital migrou para o setor industrial, mediante a compra do Estabelecimento de Fundição e Estaleiros da Ponta de Areia, em 11 de agosto de 1846. Caldeira descreve o tamanho da empresa adquirida nos seguintes termos:

O pacote da compra incluía um grande terreno à beira-mar, os telhados que serviam de oficina, máquinas, ferramentas, utensílios e 28 escravos que ali trabalhavam. [...] Com esse investimento, Irineu Evangelista de Sousa dava adeus à vida de grande comerciante e entrava em outra esfera de negócios. Dali para frente ele seria industrial (CALDEIRA, 1995, p. 180).

Os escravos – carpinteiros, fundidores, calafates, modeladores e maquinistas – não foram descartados do processo produtivo, mas lentamente ocuparão um papel secundário, pois os percentuais da força qualificada do imigrante europeu serão crescentes. Além de importar força de trabalho, a empresa de Irineu precisou importar maquinário e matéria-prima como ferro e carvão. Essa fábrica começou produzindo canos de ferro, cadinhos, tornos, guindastes, molinetes, peças para os engenhos, sinos para igrejas, máquinas de serrar, pregos, ferramentas etc. (CALDEIRA, 1995).

Além dos 60 contos de réis gastos na compra da empresa, Irineu obteve um empréstimo do governo na ordem de 300 contos de réis, que serviu para drenar o processo produtivo e tornar Ponta de Areia uma empresa sólida por mais de uma década. Esta foi a maior indústria existente no Brasil numa época em que somente existiam “unidades de processamento de produtos agrícolas, como charqueadas ou engenhos de açúcar, sempre encravadas em plantações” (CALDEIRA, 1995, p. 181). O governo tanto emprestava dinheiro como comprava a produção de Ponta de Areia, e em pouco tempo já possuía trezentos operários organizados segundo o sistema de divisão social do trabalho: um quarto era ainda formado de escravos, um terço de trabalhadores nativos e o restante de operários imigrantes.

A empresa produzia manufaturados para abastecer os engenhos de açúcar movidos a vapor e ponte de ferro, “que podiam ser montadas em pouco tempo mesmo em rios mais largos; canhões de bronze para os navios de guerra; navios a vapor completos; fornos siderúrgicos e bombas de sucção” (CALDEIRA, 1995, p. 192). No

entanto, a empresa conhecerá também o movimento descendente decorrente da ausência de um mercado interno dinâmico e da crescente concorrência com a produção inglesa. A primeira crise ocorre em 1857, quando um incêndio encomendado pelos ingleses devorou o coração da fábrica; o segundo, quando o governo, em 7 de janeiro de 1861, alterou as taxas de importações e isentou de impostos os produtos de ferro e os navios importados da Inglaterra. O maior estaleiro brasileiro não tinha a menor condição de concorrer com os estaleiros ingleses (CALDEIRA, 1995).

O império econômico constituído pelo barão de Mauá, entre 1846-1861, seria impossível sem o apoio de Carruthers, dos sócios ingleses e do governo brasileiro. Ele foi bem-sucedido graças ao crédito fácil obtido na Inglaterra pela mediação de seus principais acionistas. Sem o inusitado apoio interno e externo, Mauá jamais teria alcançado o posto de empresário mais rico do Brasil; além de expressiva riqueza acumulada ao longo de duas décadas no país, foi dono do maior banco do Uruguai e credor de todas as suas dívidas (o Banco Mauá do Uruguai constituiu-se como o centro de toda a vida econômica uruguaia). Além disso, possuía grandes quantidades de terras e outro banco privado na Argentina. A obtenção de posto privilegiado no rio da Prata decorreu da política subimperialista do Brasil perante as economias do Uruguai, Argentina e Paraguai. O empresário também serviu aos interesses do Brasil na região fronteira com Peru e Nova Granada (hoje Colômbia). Através dele o governo brasileiro pôde promover a intervenção belicista no continente.

O crescimento da fábrica Ponta de Areia esteve articulado aos propósitos intervencionistas do governo brasileiro no conflito entre Argentina e Uruguai, em que o consórcio dirigido por Irineu subsidiou o governo uruguaio os recursos bélicos e financeiros. No contrato firmado com Montevidéu, Irineu tinha de “fornecer dinheiro e armas para os uruguaios, supervisionar a contratação de mercenários na Europa, saldar algumas dívidas antigas do governo de Montevidéu, conseguir peças de artilharia e navios para a guerra” (CALDEIRA, 1995, p. 217). Além de financiar a guerra do Uruguai, a fábrica acumulou divisas, fornecendo ao governo brasileiro novos navios de guerra, adaptando os vapores civis para uso militar e fabricando canhões.

A vitória do Uruguai alavancou as atividades industriais e financeiras de Irineu; os empréstimos realizados foram transformados em dívida pública e o Banco Mauá do Uruguai se tornou “legalmente o maior credor do governo uruguaio, e quase dono da economia pública local” (CALDEIRA, 1995, p. 234). A guerra revelou-se

como uma atividade extremamente lucrativa. Terminada a guerra, o Brasil conseguiu um tratado em que controlava a navegação no rio da Prata. A aliança entre o governo e Mauá se observou também no norte do Brasil, como instrumento de defesa dos interesses brasileiros contra os interesses norte-americanos na região amazônica e na região fronteira com Peru, Bolívia, Venezuela, Equador e Nova Granada (Colômbia). Para assegurar os interesses brasileiros na região, Irineu funda a Companhia de Navegação do Amazonas.

Em oito anos (1846-1853), ele dirigia cinco das seis maiores empresas que existiam no Brasil e administrava um capital que chegava a 15.750 contos de réis, assim distribuído: “10 mil contos do Banco do Brasil; 1,25 mil contos da Ponta de Areia; 1,2 mil da Companhia de Iluminação a Gás; 1,3 mil da Estrada de Ferro de Petrópolis; e 2 mil da Navegação do Amazonas” (CALDEIRA, 1995, p. 252). Além destas quatro, criou sua quinta empresa (1852): o estaleiro de Niterói.

Irineu cumpre função pioneira na produção de ferrovias, estaleiros, companhias de navegação, sistema de iluminação pública etc. O sucesso no mundo da produção esteve sempre articulado ao sucesso no sistema financeiro, pois soube investir no desenvolvimento do capital industrial mediante os ganhos obtidos no sistema financeiro, à proporção que fez de seus bancos elementos de captação dos recursos internos e externos. O seu primeiro banco (Banco do Brasil)³⁷ captou grande parte dos recursos que antes eram destina-

³⁷ “O Banco de Irineu (o novo Banco do Brasil) foi criado em março de 1851, com um capital inicial de 10 mil contos de réis. O volume do capital equivalia a um terço do orçamento do Império e a um capital “cinco vezes maior que seu único concorrente na praça, o Banco Comercial, fundado por um grupo de comerciantes alguns anos depois da extinção do Banco do Brasil” (CALDEIRA, 1995, p. 226). Segundo o próprio Irineu Evangelista de Sousa (apud CALDEIRA, 1995, p. 243), o novo banco tinha como propósito: “Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio [de africanos] e fazê-los convergir a um centro onde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que me surgiu à mente”. A ideia era transformar o banco numa instituição de captação de recursos para dinamizar o setor industrial com juros mais convidativos. Sobre o sucesso financeiro do Banco de Irineu, Caldeira (1995, p. 272) explica: “Seu banco crescia porque era muito mais eficiente na alocação de recursos que os velhos traficantes: captava grandes massas de dinheiro, fornecia crédito com agilidade, e contribuía para o bem comum porque diminuía enormemente o custo de sua atividade específica, a intermediação financeira”. Ao ser estatizado um ano depois, o Banco do Brasil adotou uma política de juros altos que subsidiou a classe remanescente do tráfico e impediu o pleno desenvolvimento do setor produtivo. O fato de perder o Banco do Brasil não diminuiu a capacidade financeira e especulativa de Irineu, que resolve abrir um novo banco com sede em Londres e filial no Brasil.

dos ao tráfico de escravos, apresentando taxas de juros inferiores às alcançadas no lucrativo comércio de seres humanos. Escreve Caldeira (1995, p. 303): “Derrubados os traficantes, sobrou uma gorda fatia para ser tomada, e o barão de Mauá se serviu dela para montar seu império – que funcionava segundo uma lógica desvinculada do mundo escravista”.

Os bancos serviam para reciclar os capitais oriundos do tráfico de escravos e abrir caminho às alterações econômicas que deveriam culminar na implantação do trabalho assalariado como a melhor forma de expansão e acumulação do capital. A crise do comércio de escravos, decorrente da perseguição orquestrada pela Inglaterra e pela Lei Eusébio de Queiroz na década de 1850, foi o elemento que alavancou a capacidade econômica do consórcio empresarial dirigido por Irineu; já a acumulação primitiva de capital, oriunda do comércio de escravos, serviu para instituir as primeiras indústrias no país.

Como tinha esmerado conhecimento da articulação existente entre produção industrial e sistema financeiro, tratou de fundar outro banco depois de haver perdido seu primeiro banco para o governo brasileiro. Para superar as barreiras impostas pelo governo, abriu um banco internacional com sede em Londres e filial no Brasil, em que se propunha a captar recursos financeiros no exterior para investir na industrialização. O banco foi formado com 182 investidores ingleses e sua direção foi dividida entre Alexandre Donald Mac Gregor, Mauá e João Inácio Tavares. A atuação pioneira no mercado cambial e no complexo industrial trouxe dividendos expressivos para os negócios do barão e de seus associados. No entanto, as restrições do governo brasileiro fizeram com que seu banco atuasse aqui sob a forma de uma sociedade comercial limitada, cujo nome era *Mauá, Mac Gregor & Cia*. Mas as agências do Banco do Brasil que continuaram sob o seu controle funcionaram como satélites da sua nova organização, que tinha atuação em quase todo o território nacional (CALDEIRA, 1995).

O banco supera em muito a atividade comercial dos traficantes de escravos e as velhas casas comerciais enquanto elementos que financiavam os senhores de escravos e fazendeiros. O fim do tráfico representou o fim do poderio do capital mercantil e a emergência de um sistema financeiro mais complexo e mais poderoso. Para atrair os fazendeiros, os bancos baixavam as taxas de juros e quebravam os antigos comerciantes de escravos que ainda tentavam sobreviver do capital usurário, acelerando o colapso da classe dos comissários³⁸.

³⁸ Esclarece Caldeira (1995, p. 302): “Desde o fim do tráfico, os comissários subs-

Findava-se assim aquela espécie de homem que cuidava dos negócios dos fazendeiros na cidade desde o fim do tráfico e que acabava ficando com um percentual expressivo do lucro obtido no processo de expropriação da força de trabalho. Para Joaquim Nabuco, “o agricultor [fazendeiro] não passa de um empregado agrícola que o comissário ou o acionista do banco tem no interior para fazer seu dinheiro render acima de 12%” (apud CALDEIRA, 1995, p. 302-303).

Em 17 anos o barão de Mauá havia se transformado no maior empresário e no maior banqueiro brasileiro, operando no sistema financeiro internacional, além de proprietário de empresas de porte multinacional. Acerca de tão vertiginoso crescimento econômico, Caldeira oferece a seguinte descrição:

De sua mesa saíam ordens para os diretores de dezessete empresas instaladas em seis países e informações para um complexo grupo de sócios, no qual despontavam milionários ingleses, nobres franceses, especuladores norte-americanos, comerciantes do Pará, fazendeiros do Rio Grande do Sul. Por meio da correspondência com esses sócios e colaboradores, o barão geria bancos no Brasil, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e França, estaleiros no Brasil e no Uruguai; três estradas de ferro no interior do Brasil; a maior fábrica do país, uma fundição que ocupava setecentos operários; uma grande companhia de navegação; empresas de comércio exterior; mineradoras; usinas de gás; fazendas de criação de gado; fábricas variadas. Todas as noites, além de administrar esse império, ele ainda movimentava sua fortuna pessoal, aplicada nos melhores títulos financeiros do planeta. [...] Quando o barão resolveu, em 1867, reunir a maior parte das empresas num único conglomerado, o valor total dos ativos chegou aos 115 mil contos de réis. Só havia um número no país comparável a este: o orçamento do Império, que consignava todos os gastos do governo dirigido por seu vizinho, dom Pedro II, com 97 mil contos de réis naquele mesmo ano (CALDEIRA, 1995, p. 17).

Mas a época do movimento ascendente que propiciou a constituição do império econômico de Mauá estava com seus dias contados, pois o capital não é somente processo de produção de mais-valia, mas também processo de realização de mais-valia. Existe sempre a possibilidade de a mais-valia produzida não se realizar. E a crise do capital acontece quando emergem os entraves para a realização da mais-valia. O império econômico de Mauá será afetado pela crise econômica mundial. Segundo Sodré (1990, p. 94):

tituíram o comerciante de grosso como fornecedores de créditos misturados com mercadorias”.

Todas as suas empresas, entretanto, como a concessão para a construção da ferrovia ligando o porto de Santos ao planalto, foram tragadas pelos efeitos das crises cíclicas do capitalismo e passaram à propriedade de ingleses e americanos. [...]. Mauá foi vítima do atraso do capitalismo brasileiro. A sua aventura pioneira assinala a debilidade desse capitalismo na infância: as crises cíclicas de 1857 e de 1864 liquidaram com ela.

O empresário começa efetivamente a sentir o efeito da crise econômica internacional em 1861, quando estoura a Guerra de Secessão nos EUA. Como os norte-americanos eram os clientes preferenciais da produção cafeeira brasileira, a guerra resultou numa diminuição substancial das taxas de exportação de nosso principal produto, pois os EUA absorviam mais de 50% desta produção (PRADO JR., 2012). Segundo Caldeira (1995, p. 390), “a guerra civil nos Estados Unidos provocou uma redução de 25% nas receitas das exportações de café em 1862, e a queda continuou em 1863”. Pelo fato de representar o maior complexo financeiro privado existente no país, a casa bancária de Mauá sofrerá as consequências dessa crise da mesma maneira que a casa bancária Souto, apesar das inúmeras garantias que procurava estabelecer quando emprestava dinheiro aos fazendeiros brasileiros.

A crise econômica internacional conduz, paulatinamente, as empresas (bancária, industrial e de serviços) de Mauá à bancarrota ao longo da década de 1860, porque os capitais investidos nos EUA passam a procurar outras praças e o Brasil desponta como área do grande interesse do capital paralisado na Europa. Esclarece Caldeira (1995, p. 413):

A Guerra de Secessão afetou o mercado em nível global, fazendo diminuir o consumo dos produtos brasileiros; dirigiu parte das grandes inversões inglesas nos Estados Unidos para outras regiões do planeta (entre as quais a América do Sul), e interrompeu o fluxo migratório para a América do Norte.

Grupos econômicos, como os Rothschild, passaram a ver o Brasil com outros olhos. Mesmo assim eles preferiam os lucros fáceis provenientes das transações comerciais e dos empréstimos bancários. O restrito mercado interno fazia com que os grandes grupos econômicos ingleses agissem com parcimônia no território brasileiro. Evidentemente estes grandes grupos econômicos não estavam dispostos a entregar a administração de seus negócios a um agente brasileiro, mesmo que ele fosse um empresário bem-sucedido como

Irineu. E como o referido empresário tinha larga experiência no processo de transformar dinheiro em mais dinheiro pela mediação da expropriação do trabalho alheio, trataram imediatamente de fazer alianças com ele. Assim diversas empresas foram formadas com a presença de acionistas poderosos que faziam da aliança um instrumento para derrotar Mauá por dentro. Dada a inevitabilidade do desenvolvimento industrial do Brasil, o capital inglês passou a investir no processo de industrialização depois da crise econômica de 1857 e da Guerra de Secessão norte-americana. Com isso ele transcendeu a função de principal exportador de café e importador dos produtos manufaturados, para operar uma inversão moderada de capitais.

O principal aliado de Mauá na construção da ferrovia Santos-Jundiaí era simplesmente o maior capitalista do mercado mundial. O banco dos Rothschild, que havia emprestado dinheiro para o Brasil comprar sua independência política de Portugal, tinha um volume de capital e uma influência sobre as diversas economias do planeta que somente poderiam ser comparados com o Baring Brothers. Os Rothschild possuíam empresas espalhadas na Inglaterra, França, Áustria e Hungria; haviam financiado a construção de ferrovias em várias partes do mundo, alimentado a Guerra da Crimeia, controlavam o canal de Suez e vários governos na Europa e na América Latina (CALDEIRA, 1995). Eles eram agentes dos tesouros do Brasil e da Inglaterra; não existia política econômica que não passasse pela orientação e determinação dos Rothschild. O Brasil estava sob a completa órbita de influência deles.

Os Rothschild dirigiram sua atenção para Mauá em 1858. O banqueiro brasileiro havia sido o responsável pelo prejuízo da maior casa bancária inglesa na operação cambial para a liberação do empréstimo destinado à construção da ferrovia D. Pedro II (CALDEIRA, 1995). Mas o grupo Rothschild soube perfeitamente como cuidar de seus interesses perante o neófito banqueiro dos trópicos. E começou suas relações com Mauá apoiando sua iniciativa na formação da *San Paulo Brazilian Railway*, como forma de captação de recursos na Europa, para a construção da ferrovia Santos-Jundiaí. Além de Lionel Rothschild, aproximadamente 480 nomes figuravam como acionistas da nova empresa; entre eles aparecem: Richard Carruthers, John Henrique Reynell de Castro, Alexander Donald Mac Gregor, Ansell Mayer, *sir* Isaac Goldmid, Henri Louis Bischoffsheim, Benjamin Coher, George Peabody, William Gladstone.

A construção da ferrovia Santos-Jundiaí, pela mediação da *Brazilian Railway*, seria uma fonte de problemas para Mauá, pois seus principais acionistas fariam de tudo para derrotá-lo e a relação culminou

com a sua retirada do grupo em 1864³⁹, contabilizando somente prejuízos; já o seu maior concorrente trilhava o caminho do lucro. Os Rothschild haviam começado com poucas ações, passaram à condição de segundo maior acionista e depois detiveram o controle exclusivo da empresa. A ferrovia Santos-Jundiaí – com o apoio do *London and Brazilian Bank*, isenção das taxas de importação de derivados de ferro e a absorção de tecnologia desenvolvida com baixo custo pelos Rothschild – tornou-se uma realidade em 1867.

O interesse concentrado de grandes grupos econômicos ingleses no Brasil e na região da Prata levou ao desmoronamento das empresas de Mauá. A crise propiciada pela concorrência com o capital inglês no Brasil será reproduzida no Uruguai e na Argentina. Na região da Prata, a época do senhorio absoluto será superada com a criação do banco *The London and River Plate Bank*, em 1861, com filiais em Montevideu e Buenos Aires. O período histórico em que reinava como uma espécie de Rothschild no Uruguai – em que financiava as guerras, fazia empréstimos ao governo, determinava a política econômica do país, decidia o destino político da vida nacional, subornava políticos, levava à falência regiões inteiras, substituiu diplomatas, determinava o valor da moeda, emitia papéis como bem quisesse – chegara ao fim. Na Guerra do Paraguai, Mauá teve uma participação meramente coadjuvante – apesar de possuir o maior número de agências bancárias no rio da Prata –, pois o papel de primeira grandeza cabia aos Rothschild. Caldeira esclarece (1995, p. 425):

Em 1863 o Brasil fez um empréstimo de trinta anos com os Rothschild, nas seguintes condições: juro de 4%; 1,5% de comissão. O país recebia 98 libras líquidas para cada cem emprestadas. Dois anos depois, começada a guerra, foi levantado outro empréstimo, de 5 milhões de libras a serem pagas em 37 anos, em condições diversas: juros de 5%; comissão de 2,5%; 74 libras líquidas para cada cem emprestadas.

³⁹ Caldeira (1995, p. 440) considera que Mauá foi o grande responsável pela construção da ferrovia Santos-Jundiaí, pois: “Tudo nela era fruto de seu trabalho: ele anteviu um grande crescimento numa região secundária da economia brasileira, duas décadas antes de o primeiro trem correr nos trilhos; conseguiu a concessão; estudou cada detalhe do traçado, pagando de seu próprio bolso o trabalho dos engenheiros que assentaram o traçado; lançou a companhia em Londres; sustentou o lançamento com seu estoque de ações; foi o banqueiro da obra, o homem das soluções, o guia dos engenheiros ingleses assustados com a natureza tropical; [...] No dia da inauguração da obra de 2 milhões de libras, a companhia tinha com ele uma dívida de 497 mil libras – um quarto do custo total do projeto foi financiado pelo banqueiro em dificuldades”.

A Guerra do Paraguai deslocou parte do capital que antes era dirigido aos EUA. Com ela se consolidou o poder dos bancos ingleses em todo o Cone Sul, especialmente na região da Prata, impondo limites à ação financeira de grupos semelhantes ao de Mauá. A duplicidade de atitudes do governo brasileiro em relação ao processo de constituição de bancos privados no Brasil exprime sua completa subserviência aos Rothschild. Enquanto Mauá foi impedido de abrir um banco nacional e filiais de dois bancos internacionais – o governo brasileiro também impediu o registro do The London Brasileira na Mauá Bank⁴⁰ –, o London and Brazilian Bank estabeleceu seus negócios no Brasil, em 1859, sem nenhuma restrição governamental, pois o governo brasileiro não passava de uma correia de transmissão dos interesses do imperialismo inglês. O que Mauá perdia, de um lado, os ingleses ganhavam, do outro. Eles ganharam a navegação de cabotagem, o financiamento e a construção de ferrovias, os negócios bancários e interbancários, as companhias de seguro, os fretes e transportes, a comercialização de produtos siderúrgicos, a produção de estaleiros, a isenção fiscal de seus produtos etc.

Ao terminar a guerra contra o Paraguai, o papel de primeira grandeza do barão de Mauá no Uruguai tinha ficado para trás. A interferência dos bancos ingleses na economia uruguaia levou o governo diversas vezes a mudar a moeda para o padrão ouro; com isso o Banco Mauá experimentou uma situação bastante crítica. A crise atingiu as empresas de Mauá e o obrigou a vender empresas como Ponta de Areia, Montes Áureos, Fluminense de Transportes, Companhia de Diques Flutuantes, Companhia Ferroviária de Pernambuco, Companhia de Caminhos de Ferro da Tijuca, Companhia de Navegação de Belém; e empresas lucrativas, como a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro (1865), Companhia de Navegação do Amazonas (1871), Companhia de Gás de Montevidéu

⁴⁰ O banco surgiria, em 1865, da fusão do London and Brazilian Bank, com 1,2 milhão de libras, com o National Westminster Bank, com 4,3 milhões de libras. O grupo de Mauá (Mauá, Mac Gregor & Cia) entraria com 1 milhão de libras. Ele imaginava que a uma instituição inglesa, o governo brasileiro não iria criar entraves a sua operação no mercado interno. Mero engano, pois seus inimigos não estavam inseridos apenas nos ministérios do Segundo Império; tanto não era verdade que, posteriormente, ele obteve do barão de Rio Branco, quando assumiu o governo interinamente, a autorização para instalar no Brasil um sistema de telégrafo intercontinental. O London and Brazilian Bank operou no Brasil tão somente como uma casa comercial, e como uma grande instituição financeira somente no mercado internacional; mas este banco não conseguiu escapar da crise econômica internacional e Mauá acabou sendo obrigado a afastar-se do controle da instituição em 1866. Depois disso, chegaria o momento de fechar a própria Mauá, Mac Gregor & Cia.

(1872), no mercado externo. Sobrou somente a Mauá & Cia. para administrar os processos de falências de suas empresas. A situação vai se arrastar pela década de 1870, restando de seu império econômico apenas a Companhia Agrícola Pastoril (1874), com “250 mil hectares de terras, quase o mesmo número de cabeças, uma charqueada e a fábrica de carnes em conserva. Ao todo, 3 milhões de pesos em ativos, ou cerca de 600 mil libras esterlinas” (CALDEIRA, 1995, p. 494). Ainda segundo Caldeira (1995), a partir de 1867 o capitalista dos trópicos preferiu desistir das tentativas de alianças com as grandes corporações financeiras e concentrar sua atenção na tentativa de salvar os seus sócios.

A falência do projeto empresarial de Mauá explicita o caráter subordinado do desenvolvimento capitalista brasileiro. O capitalismo dos monopólios emergia como expressão do aguçamento da concorrência entre os capitalistas, e Mauá era um nanico para concorrer com empresários como Rothschild. Por não ter vindo ao mundo de maneira autônoma, senão pela mediação do processo de apropriação da acumulação originária de capital do tráfico de escravos e do excedente de capitais na Inglaterra, Mauá revela a impossibilidade de o Brasil acompanhar de maneira autônoma o desenvolvimento do capitalismo inglês; restava-lhe tão só um papel subordinado e dependente. A subordinação de seu capital às oscilações do capital internacional acabou abalando completamente seus negócios. O curto prazo estabelecido pelo governo brasileiro para saldar suas dívidas aprofundou ainda mais o processo de desvalorização de suas empresas e seus papéis; mas o problema não era dos governos do Brasil, da Uruguai ou da Argentina, pois estes não passavam de correias de transmissão de grandes grupos econômicos mundiais como os Rothschild.

Mauá tentou acelerar o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e no rio da Prata; não há como negar que foi bem-sucedido em muitos de seus projetos empresariais, mas a composição do capitalismo nessa região do mundo estava delimitada pelo mercado mundial, e não seria um indivíduo que iria mudar seu processo de composição. O fracasso de Mauá não é a falência de uma perspectiva distinta daquela que caracterizava o modelo inglês; ele emergiu completamente tutelado pelo imperialismo inglês e desenvolveu-se sob as bases do subimperialismo brasileiro na América Latina. Antes de ser um satélite dos interesses norte-americanos na região, o Brasil foi um satélite dos interesses do imperialismo britânico.

O processo de desenvolvimento industrial posto em curso no Brasil e no Uruguai pelo empresário e banqueiro brasileiro esteve sempre colado aos interesses do capital inglês; sua falência não im-

plica uma ruptura com esse modelo, pois ele sempre considerou o capital inglês como uma espécie de modelo a ser seguido. Isso significa que inexistia contraposição substancial entre Mauá e o imperialismo inglês, pois todas as suas grandes iniciativas passaram pela constituição de associações e empresas no coração do capitalismo do século XIX. A sua posição na Guerra do Paraguai (1864-1870), em que coloca suas agências bancárias a serviço do exército brasileiro, revela como estava envolvido até a medula no desenvolvimento do capitalismo inglês e como colaborou sistematicamente na destruição de uma economia que emergia como essencialmente contraposta ao imperialismo inglês no Cone Sul. Como empresário do Segundo Império, buscou instrumentalizar e subsidiar as tropas brasileiras no genocídio de um povo que havia resistido ao processo de colonização que demarcou toda a América Latina, pois o Paraguai “foi a única área da América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento dos brancos de forma efetiva, em larga medida graças à organização jesuíta anterior” (MOTA, 1995, p. 245). O Paraguai pagou caro pelo fato de haver tentado resistir à intervenção imperialista inglesa no Cone Sul, contrapondo-se aos associados dos ingleses (Argentina, Brasil e Uruguai).

No governo de Gaspar Rodriguez de Francia, o Paraguai operou uma reforma agrária desapropriando as terras da Igreja Católica e dos grandes latifundiários. Nesse contexto, o Paraguai conseguiu ainda na primeira metade do século XIX erradicar o analfabetismo, a escravidão e grande parte da pobreza. As terras do Estado eram arrendadas aos camponeses e aos indígenas, que além de terra recebiam “implementos agrícolas, sementes e cabeças de gado” (MILANESI, 2004, p. 2).

O desenvolvimento agrícola esteve articulado ao desenvolvimento industrial, na construção de ferrovias, estaleiros, indústrias bélicas, metalúrgicas, indústria têxtil, telégrafos, instrumentos agrícolas etc. O Paraguai era simplesmente a economia mais desenvolvida da América Latina, e sua população gozava de um excelente padrão de vida. E conseguiu alcançar este nível elevado de desenvolvimento isento de qualquer endividamento externo. Para isso tanto mandou sua juventude estudar na Europa quanto importou engenheiros, técnicos e mão de obra qualificada estrangeira. A autonomia econômica do Paraguai representava um problema para os interesses do imperialismo inglês na região, pois a república guarani não apenas se autodesenvolvia como passava a abastecer a América Latina de muitos dos produtos manufaturados (MILANESI, 2004; MOTA, 1995).

A guerra foi um genocídio; nela simplesmente se exterminou

quase toda a população masculina paraguaia. Escreve Mota (1995, p. 254, nota 9):

Em conjunto, embora variem muito as estimativas, pode-se dizer que o Paraguai tinha no início da Guerra quase 800 mil habitantes. Morreram cerca de 600 mil, restando uma população de menos de 200 mil pessoas, das quais apenas cerca de 15.000 era do sexo masculino e, destes, cerca de 2/3 tinham menos de 10 anos de idade.

Mauá serviu como elemento fundamental para sustentar a pesada e onerosa máquina de guerra brasileira que enfrentou um exército paraguaio formado principalmente de crianças. Ao final do conflito, a economia paraguaia foi completamente destruída e suas terras e indústrias entregues ao capital inglês, passando o país à condição de satélite dos interesses imperialistas pela mediação do subimperialismo brasileiro. Desde então, o país jamais se libertou da colonização e do processo de endividamento crescente de sua economia, iniciada com a tributação imposta pela pesada dívida de guerra. A Tríplice Aliança não passou de uma jogada política para encobrir o verdadeiro sujeito de todo o processo: o imperialismo inglês.

A hegemonia inglesa na América do Sul pode ser notada no volume de capital investido entre 1880 e 1890 na Argentina e no Brasil. Em 1880 foram investidos 60,2 milhões de libras esterlinas, e em 1890, 225,7 milhões de libras esterlinas; e isso mais que duplicou em 1913, quando alcançou o volume de 581,7 milhões de libras esterlinas, sendo 357,8 milhões na Argentina e 223,9 milhões no Brasil. Mais da metade (117,4 milhões) na forma de empréstimos, e o restante para a constituição da malha ferroviária⁴¹. Já entre 1913 e 1928 o capital britânico sofrerá um refluxo, devido à concorrência com o capital estadunidense, aumentando somente 28%: limitou seu investimento em 285,7 milhões de libras (SINGER, 2000). A hegemonia inglesa sofreria um revés a partir da Primeira Guerra Mundial, abrindo o caminho para que a economia norte-americana

⁴¹ Segundo Singer (2000, p. 365), “após 1890, os empréstimos públicos levantados no exterior mudam de caráter: eles se destinam em maior proporção a obras públicas, em geral à construção de portos ou ferrovias, ou à sustentação das cotações externas de nosso principal produto de exportação, o café”. Entre 1890 e 1927, “o Brasil efetuou pagamentos no valor de L 344,8 milhões e recebeu novos empréstimos no valor de L 325 milhões. Como se vê, o Brasil assumiu novas dívidas principalmente para pagar os juros anteriores. Apesar de termos pago mais que o valor dos novos empréstimos, o saldo de nossa dívida externa cresceu de L 31,1 milhões no fim do Império para L 267,2 milhões no fim da República Velha” (SINGER, 2000, p. 266).

transformasse toda a América Latina em sua área de influência.

5.2 A força do trabalho imigrante e o exército industrial de reserva no Brasil

A superação das relações de produção e circulação do capital mercantilista para as relações econômicas efetivamente capitalistas presume a existência da força de trabalho livre. O trabalhador destituído dos meios de produção e meios de subsistência é *conditio sine qua non* para a reprodução do capital, pois somente assim o indivíduo se sente obrigado a vender a sua força de trabalho. Além disso, o capital somente pode controlar a força de trabalho e subordiná-la completamente quando o número de trabalhadores é maior do que o número de postos de trabalhos ofertados.

A mera libertação dos escravos de seus antigos postos de trabalho não resolvia o problema, pois a quantidade de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho não estava assegurada. O escravo livre poderia continuar apresentando resistência ao mundo do trabalho e não adaptar-se imediatamente à nova forma instituída. Além disso, esclarece Silva (1985, p. 42): “Onde a produção não estava apoiada no trabalho escravo, predominava um sistema que retinha o trabalhador à terra”. Os trabalhadores livres existentes no Brasil, remanescentes do período colonial, estavam presos ao latifúndio, que lhes assegurava o desenvolvimento de uma economia de subsistência. Ainda segundo Silva (1985, p. 42), “esses trabalhadores, apesar de não disporem de terras e não contarem senão com a sua força de trabalho para viver, não constituíam um verdadeiro mercado de trabalho para as plantações de café”. O problema da escassez de força de trabalho somente poderia ser solucionado com o auxílio externo.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa resultou no crescimento de seu contingente populacional. O período mercantil levou à evolução do quadro populacional da Europa de 95 milhões de habitantes em 1600, para 187 milhões em 1800 (NOVAIS, 1985). Na época posterior à Revolução Industrial, entre 1800-1900, a população europeia vivencia um movimento ascendente populacional nunca antes experimentado: um crescimento de 220%.

Tabela 2

Evolução da população europeia em milhões e taxas de crescimento entre 1800 e 2000 para os seguintes países

Ano Região/País	1800	1900	1999 ou 2000	Cresci. 1800 1900	Cresci. 1900 2000	Cresci. 1800 2000
Europa	187	420	726.8	2.2	1.7	3.9
França	27.3	38.9	59.2	1.4	1.5	2.2
Grã-Bretanha	15	39	59.4	2.6	1.5	4
Irlanda	5.1	4.4	3.8	0.8	0.7	0.8
Alemanha	23	56.3	82	2.4	1.5	3.6
Itália	18.1	32.4	57.5	1.8	1.8	3.2
Espanha	10.5	18.6	39.9	1.8	2.1	3.8
Portugal	2.9	5.4	10.4	1.9	1.9	3.6

Fonte: (CANDEIAS, 2010, p. 151).

Ao mesmo tempo, a Revolução Industrial proporciona a liberação de milhões de trabalhadores de seus antigos postos de trabalho. Somado a isso, a subversão do campo, operacionalizada pelas economias industrializadas da Europa, criava um exército industrial de reserva disposto a enfrentar o deságio migratório para a América. Isso significava que a população ativa europeia podia resolver o problema da necessidade de força de trabalho nas outras partes do mundo. Andreani (2005, p. 421) assinala que: “A incapacidade das indústrias emergentes de absorver a totalidade desta mão-de-obra força um grande número de ingleses a expatriarem-se para a América do Norte, para a Índia, para África e para a Oceania. De 1825 a 1920, 17 milhões de ingleses deixam seu país”. Esse movimento migratório também se verifica na Alemanha, segundo a mencionada autora: “A Alemanha conhece um fenômeno idêntico: entre 1820 e 1933, seis milhões de alemães emigram para os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina” (ANDREANI, 2005, p. 421). Especificamente para o Brasil, serão 239.367, entre 1820 e 1963; gozando os portugueses (destituídos de meios de produção e subsistência) dos maiores percentuais, com 1.767.334, seguidos dos italianos, com 1.624.722.

O fluxo migratório italiano está relacionado ao processo de uni-

ficação nacional, um aspecto fundamental de seu desenvolvimento capitalista tardio. O total de migrantes, entre 1820-1963, chegou próximo ao número dos escravos traficados para o Brasil no período colonial, ou seja, cinco milhões e meio de pessoas (conforme tabela abaixo).

Tabela 3

Entrada de estrangeiros no Brasil segundo as principais nacionalidades, entre 1820-1963

PERÍODO	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japão	Outras nacionalidades	Total de imigrantes
1820-1876	160.119	16.562	2.901	45.419	-	125.116	350.117
1877-1903	389.580	1.127.773	209.322	43.731	-	157.586	1.927.992
1904-1930	792.227	346.029	117.852	100.653	100.653	419.088	2.142.781
1931-1963	425.408	134.358	133.802	49564	141.518	221.754	1.106.404
TOTAL	1.767.334	1.624.722	463.877	239.367	242.171	923.544	5.527.294

Fonte: (INFOJOVEM, 2014).

Em termos gerais, as bases para o maior fluxo migratório da história da humanidade foram estabelecidas pela grande indústria. Essa era a maneira formidável de que o capital dispunha para alcançar o *status* de abrangência e ubiquidade ainda não possibilitado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. O nível de acumulação permitia que o capital submetesse o crescimento demográfico aos seus propósitos. E o poder hegemônico do capital sobre o trabalho determinou o movimento migratório das massas operárias em todo o mundo.

No Brasil, a presença da força de trabalho imigrante libertou aquela parte do capital destinada à compra de escravos para o próprio processo produtivo, viabilizando um processo de acumulação de capital que antes inexistia. Escreve Sodré (1990, p. 92): “os investimentos no tráfico negreiro começam a ser transferidos para a expansão das lavouras, mas também para as indústrias nascentes – é a época em que homens como Vergueiro e principalmente como Mauá destacam-se pelos seus empreendimentos”.

Ávidos por um pedaço de terra para cultivar seus meios de subsistência, os trabalhadores destituídos de terra tornaram-se alvos fá-

ceis das políticas sociais fundadas na necessidade de constituir um exército industrial de reserva na América. O imigrante emerge como uma espécie de trabalhador que almeja acima de tudo um pedaço de terra para tocar sua vida sem as imposições do patrão. Com a promessa de um lote ou diante da possibilidade de fazer dinheiro e em seguida adquirir sua propriedade privada, muitos trabalhadores europeus aceitaram integrar o contingente populacional que povoará a América no final do século XIX e no começo do século XX. Destaca Eric Hobsbawm (2009b, p. 184):

O que a maioria deles almejava, ao emigrar, decerto não era terminar sua vida como trabalhadores. Eles queriam ‘fazer a América’ (ou o país para onde fossem), na esperança de ganhar o suficiente, após alguns anos, para comprar uma propriedade ou uma casa e, como pessoa de posses, adquirir o respeito dos vizinhos, em alguma aldeia siciliana, polonesa ou grega.

O declínio do controle dos mercadores lusitanos e a acentuada presença dos interesses ingleses no Brasil fizeram crescer a necessidade de superação da força de trabalho escrava. Apesar de não alterar imediatamente as relações fundamentais que perpassavam a estrutura da sociedade brasileira, a transição lenta e gradual será posta em curso no sentido de constituir o trabalho assalariado. O movimento na perspectiva de formatação de um exército de homens livres, leves e soltos como os pássaros vai sendo lentamente consolidado. A população dos homens destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência pode ser mensurada nos dados apresentados por Costa (1982, p. 156): “Na época da Independência, a população escrava correspondia aproximadamente à metade da população do País. Em 1872 os escravos representavam 16% do total da população e, às vésperas da abolição, eles constituíam apenas 5% do total”.

O trabalho escravo, que durante quatro séculos serviu como fundamento da acumulação primitiva de capital, passa a representar um entrave ao processo de expansão e acumulação ampliada do capital. A necessidade de superação das condições impostas pelo capital mercantil pressupunha uma forma mais desenvolvida de organização do trabalho. Para isso era imprescindível a existência de um exército industrial de reserva, pois o crescimento vegetativo da população escrava brasileira estava aquém do necessário para operar seu trânsito para o trabalho assalariado. Escreve Prado Jr. (2012, p. 144): “o crescimento vegetativo da população escrava sempre foi diminuto, sobretudo porque a importação de mulheres era menor que a de homens, naturalmente preferidos para o fim a que se des-

tinavam os escravos”. Além de a relação de produção assentada no capital mercantil criar obstáculos ao processo de reprodução, pois os membros de uma mesma família eram separados visando coibir possíveis revoltas, as mulheres escravas preferiam a prática do aborto a verem seus filhos crescer em condições desumanas e adversas. Nesse contexto, o tráfico de escravos se fazia sempre necessário, pois o crescimento vegetativo de sua população era baixíssimo. Por isso a proibição do tráfico de escravos em 1850 acarretou uma crise profunda na oferta de força de trabalho, gerando a necessidade de recorrer a outra forma de captação de força de trabalho no mercado internacional.

A constituição de um monumental exército industrial de reserva na metrópole, viabilizada pela Revolução Industrial, colocou o capital numa situação insólita perante o trabalho; finalmente, o capital poderia fazer aquilo que parecia impossível de ser realizado na auro-ra da colonização da América: o capital agora dispunha de força de trabalho excedente suficiente para efetivar as mudanças necessárias no reino da produção. A Revolução Industrial permitia que milhões de seres humanos pudessem emigrar de suas terras, em bandos e grupos, para trabalhar nas lavouras de café instaladas no Brasil.

O capitalismo no Brasil estava condenado a existir de uma maneira completamente distinta da metrópole porque, entre outras coisas, faltava a condição básica para vir ao mundo, ou seja, inexistia força de trabalho disposta a ser vendida como mercadoria da mesma maneira que na metrópole. Aqui, a coerção passiva não bastava para submeter a força de trabalho aos imperativos de comando do capital. E a incerteza de que a força de trabalho escrava, liberta dos grilhões da escravidão, iria submeter-se aos imperativos da reprodução ampliada fez com que o capital preferisse também os imigrantes estrangeiros como nova força motriz da economia nacional.

Assim, os escravos alcançaram a liberdade para viver como animais destituídos da posse de qualquer riqueza. Após 400 anos de escravidão, os escravos saem da condição de escravos, mas não superam a condição de párias e desertados, e enquanto tal formarão o exército industrial de reserva. Os escravos libertos servirão de instrumentos para que o capital exerça o controle absoluto sobre o exército formado pelos trabalhadores ativos ou pelos imigrantes estrangeiros, admitidos tanto nas lavouras de café quanto nas indústrias instaladas posteriormente. Dotado de poucas habilidades e desqualificado para exercer as atividades laborativas que requerem alguma formação intelectual ou algum tipo de letramento, restou ao ex-escravo liberto, quando muito, a condição de burro de carga no mundo do trabalho manual. Por sua vez, a política de imigração

brasileira, desenvolvida no final do século XIX e no começo do século XX, incentivava somente a imigração europeia e restringia a imigração de africanos e asiáticos, pois considerava a força de trabalho europeia como mais adequada aos propósitos de expansão e reprodução ampliada do capital.

A relação predatória com a natureza fez com que se esgotassem as potencialidades produtivas no Vale do Paraíba e evidenciou a necessidade de sua transferência para o oeste paulista. Neste novo espaço, o trabalho migrante vai paulatinamente substituir o trabalho escravo. As condições para o seu desenvolvimento são estabelecidas e aprofundadas, fazendo com que seu espaço social se torne o novo lastro do desenvolvimento nacional. Anota Prado Jr. (2012, p. 167): “O grande papel de São Paulo na conquista do cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café”.

A produção cafeeira desponta ao longo do século XIX como principal produto de exportação, singelamente agraciada pelo afluxo expressivo de “capitais estrangeiros, que montaram a mais de 600 milhões de libras” (SIMONSEN, 1937, p. 30) na década de 1820. O movimento ascendente desse setor econômico pode ser observado no quadro (Tabela 4) comparativo abaixo, em que a produção cafeeira supera todos os setores da produção nacional.

Tabela 4

Exportação brasileira entre 1820-1930					
Decênio	Café	Algodão	Cacau	Borracha	Açúcar
1821-1830	18,6%	19,9%	0,4%	0,1%	32,2%
1861-1870	45,2%	18,3%	0,9%	3,1%	12,0%
1891-1900	63,8%	2,4%	1,5%	15,8%	5,6%
1901-1910	51,8%	2,1%	2,8%	27,9%	1,2%
1921-1930	69,5%	2,4%	3,1%	2,5%	1,4%

Fonte: BUESCU-TAPAJOS, 1958, p. 24-25.

O quadro acima permite uma visão geral da economia brasileira no período que medeia a Independência e a crise financeira de 1929 e, conseqüentemente, a eclosão do Estado Novo; no final deste ciclo, os produtos alimentícios industrializados (carnes congeladas) também foram inseridos ao processo de exportação. Nota-se que o café comparece como o produto mais dinâmico e ascendente, enquanto o açúcar e o algodão sofrem acentuada queda.

No final da segunda metade do século XIX, o senhor de esca-

vos das lavouras de café do interior de São Paulo “deixou de ser um amassador de gente para se tornar um administrador da riqueza produzida pelo trabalho” (MARTINS, 2013, p. 12). Perante a necessidade de se adaptar às novas condições impostas pelo capital internacional, os antigos senhores de cana-de-açúcar do Nordeste transferiram seus recursos para São Paulo. Seguindo as pegadas dos “avançados” e modernos senhores paulistas do café, aprenderam a diversificar seus recursos financeiros, investindo seu capital “na construção de ferrovias, na fundação de bancos, de indústrias e de empresas comerciais” (MARTINS, 2013, p. 12). A concentração de riqueza da aristocracia agrária brasileira na região paulistana permitiu formar associações financeiras, como casas comerciais e casas bancárias, com um sistema de funcionamento bem superior àquele que era controlado pelo traficante de escravos.

Evidentemente que o desenvolvimento da Revolução Industrial minimizava a fome de força de trabalho da monocultura agroexportadora brasileira. É que a introdução do capital inglês permitia a construção ferrovias, máquinas a vapor, máquinas de processamento dos produtos (torrefação e moagem de café) e inovações tecnológicas no processo de ensacamento, o que implicava uma diminuição significativa de força de trabalho. Mas tudo isso impunha a existência de um trabalhador mais habilitado e de uma força de trabalho capaz de estabelecer uma relação mais cuidadosa com a máquina e dotada de certa escolaridade.

Parecia claro que a tecnologia não combinava com o trabalho escravo. Por isso foi difundida a ideologia que acentuava a incapacidade do ex-escravo para os novos ofícios e ressaltava a superioridade do imigrante perante o nativo. Por sua vez, o espírito da época – alimentado pelos ideais liberais da Revolução Francesa – passava a admitir a resistência dos escravos à escravidão e a luta pela sua libertação. A Revolta dos Malês em Salvador é um testemunho exemplar disso. E não foram poucas as revoltas dos escravos na época de difusão dos ideais abolicionistas na região com maior concentração de força de trabalho. A pressão do capital inglês, a ampliação do valor dos escravos e a insegurança dos senhores de escravos serviram como forças motivadoras da necessidade de recorrência ao trabalho imigrante.

O problema que atormentava os latifundiários em parte foi solucionado pela Revolução Industrial, à proporção que liberou parte da força de trabalho da Europa para o Brasil. Autores como Marin (1999) e Franco (1983) chamam atenção para o fato de que existia força de trabalho livre no país em condições de atender às demandas do mercado interno; no entanto, é preciso destacar que a relação

não se apresentava como confortável ao pleno estabelecimento das relações genuinamente capitalistas no Brasil. Para isso era fundamental que a oferta de força de trabalho fosse consideravelmente superior ao exigido naquele momento; por isso o Estado entrou novamente em cena, estabelecendo uma política de imigração após o fracasso da iniciativa empresarial nesse âmbito.

O senador Nicolau de Campos Vergueiro foi precursor na recorrência ao trabalho imigrante nas plantações de café paulista (Cordeirópolis). Mas essa e outras iniciativas fracassaram porque o latifundiário tratava o colono de maneira idêntica ao escravo. Como relata Marin (1999, p. 34):

Os colonos que chegavam, cheios de esperança de enriquecer, recebiam um tratamento semelhante ao dispensado aos escravos. Suas dívidas com o fazendeiro – desde o financiamento da passagem até o abastecimento no armazém das fazendas – cresciam rapidamente sem que eles conseguissem saldá-las.

Apesar do fracasso das primeiras iniciativas, a recorrência à força de trabalho vai garantir o sucesso das plantações de café no oeste paulista no final da segunda metade do século XIX. O crescimento das exportações de café está paulatinamente articulado à importação de força de trabalho. A decisão assumiu corolários oficiais em 1878, quando os fazendeiros do café defenderam a relevância da força de trabalho imigrante para alavancar a sua produtividade. Para isso, o Estado comparece como força auxiliar, flexibilizando ou alterando as leis existentes. Escreve Marin (1999, p. 39):

A nova legislação que passou a regular os contratos de trabalho livre – a Lei de 1879 –, dada a situação emergencial do mercado de trabalho, buscou amenizar o tratamento dado aos colonos, amortizando-lhes as dívidas, garantindo-lhes liberdade de culto, registros de nascimento, casamento e óbito. As despesas de viagem e assentamento nas lavouras passaram a ser subsidiadas, primeiro em parte, e depois totalmente, pelos governos dos estados.

A impossibilidade de alcançar o excedente fundamental ao processo de reprodução da força de trabalho mediante o crescimento vegetativo da população e a transformação imediata do trabalhador livre em trabalhador assalariado levou à contratação da força de trabalho imigrante. A entrada em cena da figura do Estado permitiu um expressivo crescimento das taxas de importações da força de trabalho. Entre 1880 e 1889, chegaram ao Brasil 453.788 imigrantes;

desses, 183.349 foram destinados a atender tão só às demandas dos fazendeiros paulistas (MARIN, 1999).

A imigração subvencionada pelo governo cresceu paulatinamente, alcançando em 1891 o percentual de 98,9 da totalidade do movimento migratório realizado. Os empresários foram deixando de investir seu capital na aquisição de força de trabalho escrava tanto porque imobilizava seu capital quanto porque implicava a constituição de relações anacrônicas de trabalho. No entanto, os senhores das plantações de café insistiam em manter uma relação anacrônica com a força de trabalho imigrante. Apesar de não ser escravo, o imigrante pobre que chegava ao país tinha de pagar pelas despesas de custo de seu traslado, hospedagem, alimentação etc. O fazendeiro que investia no custeio do imigrante se achava no direito de restringir a liberdade de movimento da força de trabalho e tendia a reproduzir relações contrapostas à liberdade inerente ao sistema de trabalho assalariado. A subvenção do Estado na instauração de uma política de financiamento da imigração resultou na instituição da autonomia da força de trabalho segundo os preceitos do trabalho livre e assalariado.

Desse modo, quando a abolição da escravatura foi decretada em 1888, os campos já estavam suficientemente abastecidos de novos braços para que os fazendeiros pudessem assegurar seus privilégios sobre a escravidão assalariada, pois o reino para o pleno desenvolvimento do capital estava estabelecido. No entanto, aquilo que parecia ser uma época nova para os escravos emancipados das correntes acabou sendo a constituição de um sistema muito bem articulado em que os trabalhadores estavam livres agora tão só para vender sua força de trabalho ou morrer de fome. E poucos foram aqueles plenamente inseridos no trabalho assalariado.

É preciso frisar que nem todos os imigrantes eram destinados às lavouras de café. Uma parte foi destinada aos núcleos coloniais oficiais e outra foi dirigida ao mercado de trabalho da indústria nascente. Os núcleos das colônias oficiais serviam como isca para atrair os colonos, porquanto alimentavam suas ilusões de pequenos proprietários rurais e colaboravam no processo de transformação da terra em mercadoria, já que eles tinham de pagar pelo lote recebido num espaço de no mínimo dez anos. Muitos desses núcleos oficiais pertenciam aos próprios fazendeiros e serviram aos propósitos da acumulação de capitais para financiar a industrialização do país.

A superação do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, no âmbito da produção fundada na monocultura exportadora, careceu de um período de transição em que o sistema de colonato preparas-

se o terreno para que as relações de produção paulatinamente se caracterizassem como relações genuinamente capitalistas. Isso denota como as relações mercantis persistiram no interior da economia brasileira, especialmente no tempo histórico em que se forjavam as condições para que a indústria determinasse a agricultura e a cidade determinasse o campo, em escala mundial. O processo de inserção das relações capitalistas no Brasil ocorreu mediante a união de interesses entre o setor agrícola e o setor industrial, à proporção que o capitalista agrário se convertia em capitalista industrial.

O fazendeiro das plantações de café desenvolvia suas atividades em plena consonância com o banqueiro e o capitalista do universo da circulação de mercadorias (comissário)⁴² advindas do setor agroexportador. O século XIX ainda seria marcado pela presença dos vestígios das relações mercantilistas, uma vez que a indústria levaria algum tempo para se constituir como o setor predominante da economia nacional. O capital cafeeiro evidenciava-se como de natureza híbrida, pois não conseguia se configurar em termos efetivamente capitalistas. Esclarece Silva (1985, p. 60):

O capital cafeeiro tinha, portanto, diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. [...] Na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos diretamente) frações de classe relativamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções.

⁴² Comissário é a figura intermediária entre os grandes banqueiros da Europa e o fazendeiro das plantações de café paulista; no entanto, ele desempenhava funções que transcendiam o papel de mero agente funcional do fazendeiro. Segundo Franco (1983, p. 164): “o comissário ultrapassou a sua área específica e se integrou, uma vez mais, à do fazendeiro: assim como foi seu representante no final de cada período de atividade – a venda das mercadorias –, também o substituiu na etapa inicial dos ciclos, influenciando decisivamente nas inversões por ele realizadas. Vê-se, assim, que o comissário, embora de modo explícito manipulasse o seu capital no circuito do comércio ou das finanças, de fato o empregou também de maneira direta no processo de produção. Essa afirmativa torna-se clara quando nos lembramos de que os adiantamentos eram concedidos mediante o compromisso de consignação das safras e que das quantias obtidas com suas vendas deveriam ser abatidas as amortizações e juros dos empréstimos, deduzidas as despesas realizadas pelo fazendeiro no correr do ano, e extraída a comissão pelos serviços prestados”. No entanto, o alargamento da produção cafeeira conduziu ao colapso do comissário ou a transformação deste em fazendeiro, estreitando o vínculo do capitalista agrário brasileiro com os representantes do sistema financeiro internacional.

O capital cafeeiro ainda mantinha vestígios das relações mercantis, pois era predominantemente comercial. A confusão de papéis é expressão do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, já que estas não conseguem se emancipar completamente dos resquícios mercantis. Essa dificuldade emana da posição de subordinação da economia brasileira, já que o país deve continuar servindo como elemento exportador de matéria-prima para as potências capitalistas da Europa. A relação com o mercado internacional é repleta de contradições, pois ao tempo que exige uma alteração do desenvolvimento de suas forças produtivas, também representa um freio, porquanto esse desenvolvimento não pode ser realizado de maneira livre. É por isso que o capital internacional reforça e financia o desenvolvimento do complexo cafeeiro.

Ao tempo que preserva as relações mercantis, o capital cafeeiro não deixa de estabelecer os elementos para a dinamização da economia brasileira; ele propicia uma nova forma de acumulação de excedentes, e uma parte dele servirá para dinamizar a economia interna. A figura do comerciante intermediário português será gradativamente substituída pela burguesia agrária brasileira.

É a predominância do capital mercantil que obstaculiza o desenvolvimento das relações de produção e a imediata substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado na produção cafeeira. A inserção do imigrante no processo de produção no lugar da força de trabalho escrava não representou a instauração imediata da forma assalariada, pois o fazendeiro encontrou uma forma intermediária de exploração da força de trabalho imigrante que não era completamente capitalista. O fazendeiro capitalista buscou ainda preservar relações não capitalistas para expropriar a força de trabalho instituída, e as experiências assalariadas acabavam circunscritas àqueles segmentos que requeriam uma maior envergadura científica e tecnológica.

Observa-se novamente o penoso esforço no sentido de libertar as forças produtivas dos vestígios das formas mercantis que possibilitavam a inusitada acumulação primitiva de capital. O fazendeiro capitalista estabelecia relações com os colonos que tendiam a transformar o trabalhador numa espécie desfigurada de arrendatário, na tentativa de escapar da condição de empregador direto, porque havia uma resistência enorme dos imigrantes ao trabalho assalariado. Os imigrantes não estavam interessados em vender a sua força de trabalho, mas em adquirir meios de produção e meios de subsistência.

Segundo Marx (2008), na transição do feudalismo para o capi-

talismo na Europa, uma classe de camponeses mais bem situados economicamente exploraram o trabalho dos servos e se converteram em capitalistas que arrendam a terra e colocam jornaleiros para trabalhar em seu lugar. O pagamento da renda da terra procede da expropriação do tempo de trabalho do jornaleiro e de uma parte de seus próprios salários, quando também estão dedicados ao processo de produção. No entanto, quando a terra passa a ser arrendada diretamente ao capitalista, o produto gerado passa a ser uma mercadoria e um meio de extorquir mais-valia.

A transição acontece quando o produtor imediato deixa de entregar “o produto ao proprietário da terra, que pode ser o Estado ou um particular, para pagar-lhe o correspondente preço” (MARX, 2008b, p. 1.053). O produto excedente deixa a sua forma natural para se consubstanciar na forma dinheiro. O produtor direto deve converter uma parte de seus produtos em mercadorias; para isso deve produzir para a venda. Isso implica que a sua produção deve sair do isolamento em que se achava circunscrita no modo de produção feudal e ganhar uma natureza mais dinâmica e social. Nesse caso, a renda em produtos é seu ponto de inflexão, pois o produtor direto deve fornecer ao senhor da terra trabalho excedente “na forma de produto excedente convertido em dinheiro” (MARX, 2008b, p. 1.053). A transformação da renda da terra em dinheiro pressupõe um considerável desenvolvimento das relações mercantilistas e da circulação monetária; sem isso o produtor direto não poderia converter seu excedente em dinheiro.

O pequeno camponês arrendatário não passava de uma forma intermediária de subversão da propriedade camponesa livre para a dominação capitalista. O arrendatário das terras é a personagem histórica que representava o movimento progressivo de despojamento das relações de produção em que os camponeses possuidores podiam cultivar furtivamente suas terras à proporção que entregavam seu excedente como renda em produtos. A universalização da renda dinheiro pelo pagamento do direito de uso da terra exigia a presença do arrendatário capitalista no mundo agrário.

O arrendatário capitalista serviu de esteio ao processo de formação de uma classe de homens desprovida dos meios essenciais para a reprodução de sua existência objetiva. A classe dos jornaleiros tem sua gênese no hábito de os camponeses bem-situados “explorarem por conta própria jornaleiros rurais, do mesmo modo que na época feudal os servos camponeses mais bem aquinhoados dispunham de outros servos” (MARX, 2008b, p. 1.055). A reiteração dessa prática permitiu que determinada espécie de arrendatário acumulasse e se convertesse, posteriormente, em arrendatário capitalista, que vivia

exclusivamente da exploração do trabalho dos jornaleiros. Marx destaca (2008b) que, no século XVI, circunstâncias especiais aceleraram esse processo na Inglaterra, e milhares de camponeses foram expulsos do campo para dar lugar à pecuária, especificamente, a produção de lã para abastecer a nascente indústria têxtil.

A interferência de capitalistas, estranhos ao universo agrário, torna o arrendatário comandante supremo dos trabalhadores agrícolas e efetivo expropriador do tempo de trabalho dos jornaleiros do campo. Além do processo de acumulação resultante da apropriação de mais-valia do trabalhador do campo, o arrendatário capitalista se beneficiava dos longos contratos estabelecidos com os latifundiários.

A inserção do capital na agricultura vai representar uma alteração substancial na natureza da renda da terra, que “deixa de ser a forma normal da mais-valia e do trabalho excedente para reduzir-se à sobra desse trabalho excedente, a qual aparece depois de deduzida a parte de que se apropria o explorador capitalista sob a forma de lucro” (MARX, 2008b, p. 1.056). O arrendatário capitalista se apropria diretamente do trabalho excedente e o transforma em dinheiro. A renda que ele entrega ao proprietário de terra é somente uma fração do excedente expropriado dos trabalhadores agrícolas. É um processo de pagamento pela utilização da terra bem diverso do existente na época do feudalismo; nesse novo processo, o arrendatário capitalista é a figura intermediária da relação e cobra um preço significativo pelo exercício de suas atividades de controle e comando do trabalho. Evidentemente, a produção de mais-valia vai se operar num processo de reprodução que é ampliada, ou seja, o arrendatário capitalista consegue extrair mais produtos no mesmo espaço de tempo.

Nesse contexto, a renda da terra é limitada pelo lucro médio dos diversos setores da produção capitalista. A renda não é mais a forma privilegiada da mais-valia absoluta, mas um simples remanescente do lucro obtido. Nessa nova forma de produção, o lucro assume a forma típica da produção de mais-valia e a renda da terra é somente uma variável do lucro. Escreve Marx: “Não é a terra, e sim o capital que diretamente submete a si à sua produtividade até mesmo o trabalho agrícola” (2008b, p. 1.057). Marx esclarece que a renda em dinheiro absorve as formas da renda em produto e renda em trabalho; ela passa a se constituir “como a forma normal da mais-valia e do trabalho excedente não pago devido ao proprietário das condições de produção” (2008b, p. 1.051).

No Brasil, a classe dos capitalistas no campo não operou desta maneira, não houve inserção de uma nova classe de homens, pois

a produção de mercadorias já submetia o campo aos propósitos do mercado mundial. O arrendamento de terras aos colonos não passava de um ardil para vencer sua resistência ao processo de subordinação do trabalho. O antigo senhor de escravos se converte no capitalista agrário e introduz uma espécie desfigurada de arrendamento, visando ampliar a produção de excedente. Em vez de vender sua força de trabalho ao fazendeiro, os colonos cultivavam a terra de terceiros e possuíam o direito de cultivar um roçado para si nos interstícios das plantações de café. Escreve Martins (2013, p. 71): “No interior da fazenda, apenas uma parcela da população trabalhadora, aquela que se dedicava ao benefício do café, da secagem ao ensacamento, tinha suas relações com o fazendeiro estabelecidas com base no pagamento de salário”.

As formas adotadas pelos fazendeiros, e que encontravam anteparo na mentalidade pequeno-empresarial dos colonos, dificultavam o processo de apropriação de excedente e encobriam o movimento de extração da mais-valia, pois o lucro do capitalista aparecia na forma do capital comercial, e não do capital produtivo. Esclarece Martins (2013, p. 70): “A mais-valia expressava todo o trabalho pretérito não pago desde a formação do cafezal, oculto numa relação comercial, surgia somente na transação do fazendeiro com o intermediário”.

Como o capitalista entregava o processo da produção ao próprio colono, haja vista que este recebia pela quantidade dos produtos colhidos apenas no momento da colheita, o trabalho comparecia já travestido na forma de mercadoria. A troca somente aparece quando o produto estava objetivado na forma de grãos a ser ensacados. Segundo Martins (2013), o capitalista agrário entregava sua plantação ao colono, que recebia (dinheiro) pela quantidade de pés de café tratados e colhidos. Esse trabalho era realizado coletivamente pela família do imigrante.

O dinheiro recebido pelo trabalho realizado para o fazendeiro era trocado pelos produtos manufaturados, que não eram produzidos nas fazendas. E os elementos indispensáveis à sobrevivência deles achavam-se na agricultura de subsistência, que continuava coexistindo no interior do latifúndio. Isso implica o reconhecimento da alteração da forma do trabalho, mas a cultura de subsistência continuava a garantir a reprodução da força de trabalho no interior do latifúndio agroexportador. No entanto, isso se processava sob uma vertente ideológica muito distinta, porque o colono era atraído pelo ideário de ascendência social. A noção de que trabalhava para si e que o tempo de trabalho que dedicava ao fazendeiro era o trânsito necessário para processar a acumulação fundamental para adquirir

seu próprio lote obliterava a essência de todo o processo produtivo.

O colono trabalhava tanto para si quanto para o fazendeiro. A sua jornada de trabalho era permeada pelo tempo de trabalho necessário e pelo tempo de trabalho excedente. No afã de realizar uma acumulação para adquirir seu lote de terra, ele constantemente ampliava tanto sua jornada de trabalho quanto a jornada de trabalho de seus familiares. Isso permitia uma superação da produtividade assentada na exploração da força de trabalho escrava, porque agora os trabalhadores estavam plenamente inclinados a alavancar o processo produtivo, já que recebiam pela quantidade de pés de café e pela produtividade, semelhantemente ao trabalhador da indústria que trabalhava por peças produzidas.

O trabalho no sistema de colonato se revela superior ao processo de acumulação fundado no trabalho escravo, mas ele está aquém do regime de trabalho assalariado. Quanto mais o colono imaginava trabalhar para si, mais ele trabalhava para o fazendeiro capitalista. Ele fazia consigo aquilo que o trabalhador escravo jamais faria, ou seja, ampliar cada vez mais, voluntariamente, a produção de excedente.

O colono tinha consciência de que produzia para o capitalista; no entanto, muitas vezes isso era obscurecido pela existência de mecanismos de apropriação criados pelo capitalista, como taxas pela utilização de suas terras para erguer seus roçados ou pela utilização de seus equipamentos e galpões. A clareza de que era expropriado emergia somente no momento em que se dedicava especificamente ao cultivo e à colheita dos cafezais do senhor. Segundo Martins (2013, p. 75, grifo do autor): “É certo que o índice de exploração da força de trabalho na economia cafeeira, sob o regime do trabalho livre, foi sempre estabelecido mediante o controle do tempo do trabalhador, na sua distribuição entre a *cultura do fazendeiro e a cultura do colono*”.

O fazendeiro capitalista obtinha a ampliação do tempo de trabalho excedente do colono através da ampliação das áreas cultivadas e do número de pés colhidos em cada safra, fazendo com que diminuísse o tempo de trabalho necessário ao cultivo de seus roçados, ou seja, a parte relacionada à cultura de subsistência. Para o capitalista latifundiário, o colono deveria primeiro produzir trabalho excedente e, posteriormente, trabalho necessário. O trabalho dedicado ao cultivo e à colheita dos cafezais do patrão precedia ao trabalho dedicado à cultura de subsistência.

Enquanto na cultura de subsistência a troca se processava somente na periferia da produtividade, na produção agroexportadora a troca constituía sua quintessência. No entanto, isso era incapaz de

alterar a natureza da produção de subsistência como uma produção voltada para atender às demandas da produção agroexportadora. A modalidade da extração de mais-valia absoluta não se processava de maneira claramente capitalista, porque a força de trabalho ainda resistia ao processo de subsunção completa aos imperativos de controle do capital; entretanto, a sua resistência em nada se contrapunha à lógica do mercado. Decorre disso a raridade dos movimentos sociais de protesto dos colonos contra o sistema do capital mercantil ou financeiro.

O colono é contra a exploração capitalista personificada no fazendeiro, mas não é contra o mercado e a lógica do capital. O seu ideário é também se tornar um proprietário de terra e adentrar no mercado para vender suas mercadorias. Trata-se de um trabalhador abnegado que veio ao Brasil para fazer fortuna e depois retornar à sua pátria. Por isso que se dedicava bem mais a ampliar parte de sua jornada de trabalho relacionada à cultura de subsistência do que a majorar o valor de sua força de trabalho. Daí serem escassas as reivindicações em torno da elevação do valor do salário. Este era expressivamente inferior ao estritamente necessário ao processo de reprodução de sua existência biológica e social. A resistência do trabalho assalariado e a perspectiva de tornar-se um pequeno proprietário faziam que o colono abdicasse do interesse da “melhor remuneração em dinheiro por seu trabalho” em nome das “vantagens relativas às culturas próprias” (MARTINS, 2013, p. 79).

O caráter secundário do salário no regime de colonato levava o trabalhador a negar sua condição de trabalhador e a agir como se fosse um indivíduo portador de identidade semelhante ao fazendeiro, pois ambos atuam como proprietários de mercadorias e como indivíduos que trocam mercadorias entre si. Em vez da relação entre patrão e empregado, parecia haver uma relação entre rentista e fazendeiro capitalista, entre possuidores de mercadorias. O colono intentava negar que a mercadoria vendida era a sua própria força de trabalho. De acordo com Martins (2013, p. 80):

No colonato, o café surgia como produto da propriedade, na medida em que a renda territorial era a condição da sujeição do trabalho, em que o capitalista se propunha, a maior parte do tempo, como rentista, e o trabalhador, também a maior parte do tempo, como rendeiro. A relação entre o colono e o fazendeiro tinha muita semelhança formal com a relação entre o arrendatário e o proprietário, não obstante de modo algum o fosse. Era nesse disfarce, socialmente necessário à legitimação da relação laboral, naquela circunstância histórica, que o capital se valorizava, isto é, se multiplicava e se acumulava, se reproduzia e se propunha como a determinação fundamental do processo de produção.

O rendimento recebido pela mercadoria “vendida” pelo colono estava aquém da possibilidade de garantir a reprodução de sua existência material. O valor do tempo de trabalho necessário se achava bem abaixo do necessário à reprodução da existência biológica e social do trabalhador e de sua família, envolvidos na produção de excedentes para o fazendeiro. Como o valor da força de trabalho estava abaixo do necessário, o fazendeiro dispunha de outros mecanismos que asseguravam a reprodução de sua força de trabalho.

O colono recusava-se a dirigir sua atenção à luta pela elevação do valor de sua jornada de trabalho. Em vez de atacar a exploração sofrida pelo fazendeiro, ele priorizava a possibilidade de constituir-se como pequeno proprietário de terras; em vez de desfrutar de uma posição superior em relação ao trabalhador assalariado, o colono estava sempre aquém do operário. Quando comparado com o *quantum* salarial recebido pelo operário urbano, a diferença era substancial. Como destaca Martins (2013, p. 74): “O que um operário ganhava em um mês era geralmente o que o colono recebia em um ano para cuidar de mil pés de café”. Ao invés de elevar o trabalhador do campo à condição superior ao trabalho assalariado, o trabalho em sistema do colonato consistia numa forma de superexploração da força de trabalho. Foram poucos os colonos que conseguiram adquirir terras pela mediação de seus rendimentos salariais ou pela comercialização de seus produtos advindos da agricultura de subsistência. As condições miseráveis dos trabalhadores agrícolas da região paulista e nordestina podem ser observadas no quadro abaixo, quando comparados com os trabalhadores agrícolas de outras regiões do país.

Tabela 5

**Salários médios na zona rural (réis por dia, sem sustento)
– 1919**

Estados	Arados	Cortador de cana
Pernambuco	2860	2321
Minas Gerais	3945	2842
Rio de Janeiro	3960	3500
São Paulo	5391	4049
Paraná	8868	4685
Rio G. do Sul	4583	4250
Brasil	4662	2988

Fonte: (CANO, 2007, p. 288).

O baixo nível de vida dos colonos dedicados às lavouras de café no oeste paulista impedia a possibilidade de acumulação na perspectiva de ascenderem à condição de pequenos proprietários; embora superior aos de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, não era a remuneração mais elevada no cenário nacional. A baixa remuneração da cultura de sobrevivência e dos rendimentos salariais indicava que seriam necessários 12 anos de trabalho familiar para que o colono pudesse se tornar um pequeno proprietário de terra. Apesar da entrada de mais de 1,2 milhão de imigrantes no Estado de São Paulo, no começo século XX, somente 8.392 se transformaram em proprietários de terra. A ideologia de ascendência social de maneira alguma foi verificada nas lavouras de café paulistas (MARTINS, 2013).

Na segunda metade do século XIX, a subordinação do imigrante às relações de trabalho do tipo colonato permitiu a acumulação de capital que gestou a industrialização do país. O imigrante legitimava a permanência de relações não capitalistas no campo, na esperança de converter-se em pequeno proprietário. Obcecado pelo desejo de elevar-se à condição de pequeno proprietário, o colono oscilava entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado. O seu caráter híbrido constituía as relações fetichizadas que nortearam a nova forma de acumulação primitiva de capital.

A reprodução não capitalista de relações de trabalho na economia cafeeira desvelou o processo que marca o trânsito do capital mercantil para o capital industrial no país. As relações genuinamente capitalistas foram paulatinamente sendo impostas no campo, fornecendo as condições econômicas para a eclosão do setor industrial como aquele fundado no trabalho assalariado. Somente pela mediação das relações efetivamente capitalistas da grande indústria é que o campo será amoldado à cidade e finalmente a produção agrícola poderá adotar a forma trabalho assalariada com maior intensidade. O trabalhador imigrante foi fundamental nesse processo, possibilitando que o capital pudesse converter o ex-escravo em integrante do exército industrial de reserva.

5.3 Os limites do campesinato e da pequena propriedade

Já vimos que a empresa colonizadora europeia estava impedida de instaurar o trabalho assalariado por questões objetivas e não pela falta de interesse da burguesia nascente, pois inexistiam as condições materiais para se instaurar o trabalho como uma mercadoria dotada de suas qualidades específicas. Além disso, a empresa colo-

nizadora se achava impossibilitada de transformar imediatamente a terra numa propriedade privada. Não foi pela falta de interesse da plêiade formada pelos sicofantas defensores da mercadoria que ela não se estabeleceu, mas devido à ausência das condições objetivas. A transformação da terra em propriedade privada carecia do desenvolvimento das forças produtivas e das condições de produção.

O baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e a ausência de força de trabalho suficiente disposta a levá-la ao mercado impuseram ao capital a adoção de medidas repressivas e anacrônicas do ponto de vista do desenvolvimento clássico do capitalismo. No entanto, observa-se que a recorrência ao trabalho escravo consiste na única forma de o capital ganhar corporeidade e vir ao mundo. É preciso sempre lembrar que não existe nada de idílico e de belo no surgimento do capital, afinal esse ser social “nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (MARX, 1985a, p. 292).

A impossibilidade de instituir, de um lado, a forma do trabalho assalariado, e do outro, a forma da propriedade privada da terra de forma abrangente e unívoca, resultou na leitura apressada de que o nosso modo de produção seria feudal ou escravista. Uma análise mais atenta aponta que o capital adotou formas de produção pré-teritas, subvertendo completamente seu caráter originário, uma vez que o capital não é uma entidade que nasce pronta e acabada; ele precede ao capitalismo e pode continuar existindo até mesmo após o colapso do capitalismo e da burguesia.

A ascendência de uma forma superior de organização da produção, na qual seus sujeitos são livres, associados e universais, pressupõe algo mais do que a simples expropriação dos expropriadores. Embora essa atitude radical seja fundamental no processo de subversão do estado de coisas existentes, lançando abaixo as classes dominantes, é preciso que as mudanças sejam substanciais e não meramente políticas; é preciso que a revolução política tenha uma alma social capaz de mudar radicalmente o edifício social existente. É por isso que o proletariado na leitura de Marx é o sujeito desse processo histórico, aquele que catalisará o conjunto de forças sociais para uma subversão completa da ordem do capital. O inimigo da classe operária e da emancipação humana não é somente o capitalista, mas, acima de tudo, o capital.

Os camponeses vêm à cena na história nacional tanto pelo caráter infantil do capital quanto devido ao fato de que o capital se move por contradições. Dada a impossibilidade de desenvolver-se plenamente no território brasileiro nos termos em que se constituiu

na Europa, o capital não conseguiu impedir a aparição de figuras que se contrapunham à sua forma típica de ser. O dinheiro investido na produção somente podia se converter em capital em escala internacional; em escala meramente nacional esse processo não tinha a amplitude e a ubiquidade com que contava na metrópole.

Enquanto na metrópole os camponeses eram expropriados de suas terras pelo Estado monárquico, aliado fundamental no processo de acumulação de capital, nas colônias os trabalhadores importados, que conseguiam se sobrepor às imposições estabelecidas pelo sistema colonial, podiam inicialmente desenvolver uma economia de subsistência como apêndice do latifúndio agroexportador. Os indígenas e elementos livres que conseguiam escapar episodicamente das condições impostas pelo sistema e adentravam nas matas infindas do país podiam sobreviver inicialmente sob condições distintas das que irão permear de alto a baixo o sistema colonial. Entretanto, aos poucos essas economias vão se amoldando à necessidade de abastecer o mercado interno.

O trabalho livre do campesinato não se contrapunha à escravidão, porém fornecia ao mercado interno aqueles ingredientes fundamentais ao processo de reprodução do sistema. O melhor exemplo de confirmação desse estreito vínculo se manifesta no âmbito do desenvolvimento da pecuária no Brasil. As fazendas de gado para a produção da carne, do couro, do leite e seus derivados acham-se em plena consonância com o sistema colonial. A emergência desse setor, com os propósitos de abastecimento do mercado interno, não extinguiu a forma de trabalho escravista, existindo como apêndice aos interesses que perpassavam as principais personificações do capital no campo.

A extinção do regime agrário fundado nas sesmarias implicava que estavam postas as condições para a transformação da terra em propriedade privada. Não é à toa que emergem no país duas faculdades de direito, uma em Recife e outra em São Paulo. Os polos do desenvolvimento mais efetivo da economia açucareira e da economia cafeeira necessitavam dum aparato jurídico bem instituído para operar a transformação da terra em mercadoria. A Lei de Terras, de 1850, representou a consolidação daquilo que já existia de fato, pois o direito não é a categoria determinante do complexo econômico, porém um complexo completamente amoldado aos imperativos socioeconômicos.

A passagem do sistema de sesmarias (o Estado dividia a terra segundo os interesses da empresa colonizadora) para o sistema da propriedade privada, com a Lei de Terras, requeria que o capital

amadurecesse suas bases para instaurar o modo de produção capitalista na esfera interna. Isso significa recusar a tese postulada por Guimarães de que a falência do sistema de sesmarias estava relacionada à presença dos elementos que constituíam o campesinato no espaço nacional:

Foram esses contingentes de posseiros ou intrusos, como passavam a ser chamados, que apressaram a decadência da instituição das sesmarias, obrigando as autoridades do Brasil colonial a tomarem outro caminho para acautelar e defender os privilégios da propriedade latifundiária (GUIMARÃES, 1981, p. 59).

A falência foi, em verdade, determinada pela forte presença do capital inglês na colônia, primeiramente devido ao controle dos mercados europeus pelos franceses, e posteriormente, pela necessidade de exportar tanto produtos manufaturados quanto parte do volume de capitais oriundos da intensa acumulação decorrente do desenvolvimento do capital industrial. A transição de um modo de produção determinado pelo capital mercantil, fundamentado na exploração da força de trabalho escrava, para o modo de produção genuinamente capitalista se inscreve na segunda metade do século XIX de forma germinal. Não se deve esquecer o papel fundamental que exerceu o capital mercantil e usurário na constituição do modo de produção genuinamente capitalista, como afirma Marx (2008a, p. 790):

A usura, na Antiguidade e na era feudal, solapa e destrói a riqueza e a propriedade. Além disso, corrói e arruína a pequena produção camponesa e pequeno-burguesa, em suma, todas as formas em que o produtor aparece como proprietário dos meios de produção. [...]. O modo de produção não permite mais aquela dispersão dos instrumentos de produção ligada à pequena propriedade, nem o isolamento entre os trabalhadores. Na produção capitalista, a usura não pode mais dissociar do produtor as condições de produção, porque essa dissociação já existe.

A completa superação do capital comercial pelo capital industrial e a entrada em cena da etapa imperialista do capitalismo impunham o colapso das velhas relações de produção fundadas tanto no trabalho escravo quanto no sistema de colonato e no campesinato. Era preciso superar completamente as relações que permitiam que os trabalhadores pudessem se assenhorear dos meios de produção e dos meios de subsistência. Assim, as relações assentadas na pequena propriedade serão solapadas paulatinamente pelo capital industrial.





CAPÍTULO VI

O CAPITAL INDUSTRIAL NO BRASIL

A história da colonização portuguesa é perpassada pela ausência da produção manufatureira no país. Nela, tudo servia para intensificar a produção agroexportadora fundada no superexploração do trabalho escravo. A subordinação da economia brasileira aos interesses das potências econômicas da Europa inviabilizava a constituição de uma produção manufatureira capaz de transcender os estreitos limites da produção de subsistência. O capital mercantil admitia que a manufatura existisse em seus interstícios destinados especificamente ao atendimento das demandas internas, que não passava de oficinas destinadas ao atendimento das necessidades imediatas de seus produtores. Essa política beneficiava os centros mais desenvolvidos do capital mundial, pois todos os produtos manufaturados emanavam do exterior. Escreve Prado Jr. (2012, p. 135): “Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defunto, refere-se um contemporâneo, chegar-nos-ão da Inglaterra já estofados e prontos para serem utilizados”. A chegada da família real portuguesa não conseguiu reverter esse quadro geral, apesar da promulgação de algumas medidas de fomento ao desenvolvimento da produção manufatureira. É somente na segunda metade do século XIX que se

observa a presença de relações genuinamente capitalistas no Brasil.

Com o desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas, opera-se uma alteração substancial na forma de compreensão da natureza do trabalho, pois enquanto os escravos amaldiçoavam o trabalho, o trabalhador assalariado adota uma perspectiva distinta em relação ao trabalho. Antes o trabalhador execrava o patrão e sua estrutura de domínio, agora o trabalhador deve adular o patrão e compactuar com sua fome de apropriação de mais-trabalho. O tempo novo que se abre é formidável para o capital, porque as estratégias de dominação da força de trabalho são bem mais sofisticadas. Agora o trabalhador não mais perceberá imediata e diretamente o quanto comparece como objeto e mera mercadoria no processo de produção.

A instauração das relações genuinamente capitalistas, pela mediação do capital industrial, aprofundará a necessidade da subordinação direta da consciência operária ao processo de produção. Isso não implica desconhecer a possibilidade de o proletariado avançar no desenvolvimento de sua consciência de classe, nem que o processo de intensificação das contradições do sistema do capital abre precedente para a constituição tanto da crise cíclica do sistema quanto da crise estrutural do sistema do capital. Na história nacional, o capital encontrou suas bases fortuitas de desenvolvimento com a inserção do trabalhador imigrante, que se ergueu como a terra pátria para o pleno desenvolvimento do capital.

O nascimento e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro estão articulados ao processo de acumulação primitiva de capital, propiciada pela exploração do trabalho escravo e imigrante europeu. No entanto, tende-se a mistificar seu nascedouro quando se afirma que essa indústria brotou no espírito laborioso de determinados homens que souberam administrar seus recursos com parcimônia. Assim, empresários bem-sucedidos como Mauá e o imigrante Francisco Matarazzo ascenderam socialmente graças ao espírito abnegado de grande empreendedor. Matarazzo, por exemplo, gostava de alimentar a ficção de que sua família havia chegado ao país na condição de mero vendedor de sua força de trabalho. Como destaca Martins (2013, p. 263):

Sempre que se referia aos trabalhadores, falando de si mesmo, constituía uma autobiografia da qual eram cuidadosamente omitidas referências às condições reais de sua vinda para o Brasil, de modo que os ouvintes alimentassem a suposição de que ele havia sido um trabalhador que se tornara patrão.

Desse modo, Matarazzo representava o sonho do imigrante italiano, a imaginar que iria acumular fortuna pela mediação de seu trabalho. Na verdade, este empresário procedia da classe intermediária que chegou ao país com recursos suficientes para abrir seu próprio negócio no âmbito comercial. As suas atividades industriais provêm do desenvolvimento da atividade comercial especificamente relacionada ao setor de importação e exportação de mercadorias e capitais, em que administrava recursos financeiros de terceiros, sobretudo “de seus patrícios pobres, que os depositavam em suas mãos para fossem remetidos à Itália” (MARTINS, 2013, p. 262). As atividades de remessas de dinheiro dos imigrantes para seus parentes no exterior serviram de esteio das atividades bancárias de empresários como Briccola, Puglisi Carbone e Martinelli. Dean (2000, p. 270) destaca que:

Quase todos os industriais imigrantes apareceram antes da Primeira Guerra Mundial – Matarazzo, Gamba, Cresbi, Diederichsen, Lundregren, os Jafet, os Weissflog, os Klabin – e levaram anos, e até décadas, nos negócios de importação antes de se aventurarem à indústria.

A articulação desses primeiros industriais com as atividades comerciais de importação de produtos e capitais permaneceu mesmo depois que passaram a se envolver diretamente no desenvolvimento do complexo industrial brasileiro; com isso eles garantiam para si mesmos os fornecimentos de equipamentos, peças sobressalentes e combustíveis. Matarazzo, na década de 1920, “além de fabricar tecidos, farinha de trigo, alimentos enlatados e açúcar refinado, tinha agências de venda de automóveis e de filmes de cinema” (DEAN, 2000, p. 270). Matarazzo e Pugliese Carbone estiveram envolvidos, em 1900, na formação do Banco Francese ed Italiano. Com a infusão de novos capitais provenientes do Banco Commerciale Italiano, Pugliesi adquiriu empresas como: moinho de farinha, fábricas de meias, refinarias de açúcar etc. Nos anos seguintes aglutinaria *boldings* locais provenientes do Banco de Paris et des Pays-Bas.

A ideologia difundida de que a classe industrial paulistana brotou do trabalhador que soube administrar bem suas finanças não passava de mecanismo ideológico para amortecer a luta de classes. Isso em parte brota do fato de que a grande indústria no país também passou pela mediação da manufatura e das pequenas oficinas, ou seja, a existência de pequenos setores de manufatura, em que os produtos vinham ao mundo pela mediação do envolvimento de toda a

família no processo produtivo. Isso servia para difundir a ideologia de que o patrão era também um operário.

A oficina era a base para a manufatura, mas esta se constituiu de uma maneira completamente distinta, pois a produção não é mais individualizada, mas se manifesta como produção coletiva ou cooperativa. O sonho do imigrante de transformar sua pequena oficina numa grandiosa empresa não passava de uma ilusão. Na verdade, a indústria não brotou do laborioso esforço pessoal do trabalhador, mas da acumulação de capital realizada num outro setor da produção. Assinala Dean (2000, p. 252):

Foi muito significativo para a criação da indústria nacional que grande parte desse lucro permanecesse na área do café. Os cafeicultores de São Paulo, quase todos nativos, investiram em estradas de ferro e docas, bancos e sociedades comerciais, necessários a expansão de seus negócios. Tais empresas geraram novos lucros, que puderam ser empregados na compra de maquinismos.

A exploração do trabalho escravo e do colono possibilitou a acumulação que transformou o fazendeiro no industrial e o banqueiro estrangeiro em principal agente da industrialização. Assim, tanto o fazendeiro escravista quanto o fazendeiro que recorre ao trabalho do colonato não representavam um entrave ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil; pelo contrário, eles serviram como molas propulsoras do desenvolvimento inicial do capitalismo industrial brasileiro, em que a acumulação primitiva de capital, propiciada na exploração do trabalho na agricultura, irá financiar a gênese da indústria brasileira.

A acumulação originada no complexo agrícola agroexportador manifesta-se como fundamento do desenvolvimento do complexo industrial brasileiro. O capital industrial emerge como uma extensão do capital cafeeiro, e uma fração da classe dos empresários do café passa a investir uma parte do capital excedente emanado deste setor juntamente com representantes da burguesia europeia que se deslocam para essas praças. Na condição de representante da Federação das Indústrias de São Paulo e da Confederação Industrial do Brasil, Roberto Simonsen defende a unidade entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. No seu entendimento, inexistente contradição entre os grandes fazendeiros e a burguesia industrial, pois um completava o outro⁴³. Escreve Simonsen: “Essas e outras considerações

⁴³ Segundo Dean (2000, p. 274): “O aparecimento de extenso setor industrial, com capacidade para atender à maior parte da procura dos consumidores do mercado

mostram como são improcedentes as preocupações daqueles que consideram antagonísticos os interesses da nossa indústria e da nossa lavoura. [...] A indústria, por sua vez, necessita de uma lavoura rica, para lhe fornecer capitais e consumidores”. Além disso, aponta para uma unidade essencial entre a economia nacional e o capital estrangeiro:

Mostra em seguida a Federação paulista que não há, tão pouco, nenhum antagonismo entre a indústria e o comércio internacional, pois que necessitando o Brasil de reservar o seu poder aquisitivo no exterior para a compra de instrumentos de defesa e de artigos necessários ao nosso aparelhamento econômico, existe um vasto campo que pode ser reservado para o desenvolvimento industrial do país, e ainda um outro largo espaço, livre às importações de que carecemos, para os fins acima colimados (SIMONSEN, 1937, p. 33).

A unidade de interesses perpassa tanto a relação da burguesia industrial com a burguesia agrária quanto a relação da burguesia nacional com a burguesia internacional, como defende o ideólogo das classes dominantes: “Existe uma política comercial que pode conciliar perfeitamente a necessidade de nossa expansão econômica agropecuária e industrial com o comércio internacional” (SIMONSEN, 1937, p. 62). Toda a burguesia nacional estava articulada aos interesses do capital estrangeiro, e esta não demonstrava nenhum interesse em romper com o circuito da dependência. Assim, passa-se da dependência econômica inglesa para a dependência econômica norte-americana. Essa dependência, no entanto, é vista positivamente por Simonsen (1937, p. 44-45):

Os Estados Unidos, por exemplo, como os maiores compradores de nossos produtos, poderiam ter uma preferência absoluta a respeito de

brasileiro, não significava a emergência de uma burguesia industrial distinta da classe proprietária e disposta a opor-se a ela por amor da própria expansão. [...] Na realidade, os industriais contentavam-se com o papel de parceiros secundários dentro do Partido Republicano, preferindo apresentar individualmente as suas reivindicações como favores ‘clientelísticos’. A principal razão dessa acomodação era a favorável disposição dos fazendeiros em relação a eles. As fábricas proporcionavam a estes últimos mercados mercadorias que não eram geralmente muito competitivas no mercado mundial – algodão, açúcar e couros –, e a sua maneira de manipular os assuntos do governo central lhes garantia uma tarifa tão elevada que era protecionista de fato, se não fosse na intenção. [...] Nenhum episódio ilustra melhor essa percepção de simbiose do que o fato de ter sido o plano de valorização do café em 1906 originalmente proposto por Alexandre Siciliano, dono da maior fundição e da maior oficina mecânica de São Paulo”.

determinados artigos de sua produção, de que tanto carecemos para o nosso aparelhamento econômico.

A relação entre indústria e imigrante forja o exército industrial de reserva enquanto figura elementar para que o capital possa controlar ubiquamente a força de trabalho. Além disso, a indústria podia usufruir das benesses da existência da força de trabalho livre que não podia ser inserida plenamente na economia agrária escravista. Um exército de reserva já estava sendo forjado pela própria dinâmica do capital mercantil, como precursor do capital industrial. Pela sua mediação, observa-se a presença de uma força de trabalho nativa que se caracteriza pela acusação de vadiagem e mendicância. A unidade da rudimentar força de trabalho nativa com a força de trabalho imigrante fornecia as bases essenciais para o advento do trabalho assalariado.

Nesse contexto, o sujeito com condições para abrir uma indústria não é o imigrante pobre, mas somente o imigrante representante ou possuidor de capital financeiro. O imigrante não é uma abstração. Existe imigrante pobre e imigrante rico, existe imigrante operário e imigrante capitalista. Na gênese da indústria brasileira, a presença do capitalista industrial com a mesma nacionalidade do imigrante amorteceu a luta de classe e exaltou o imigrante como um indivíduo muito mais produtivo do que o trabalhador nacional. O imigrante passa a ser o símbolo do progresso e do sucesso da indústria nacional.

É preciso não esquecer que o imigrante disposto a vender sua força de trabalho no Brasil chegou aqui pela mediação da burguesia agrária e comercial, enquanto forças sociais aliadas ao capital internacional. Os interesses do capital determinaram a presença dessa força de trabalho e da ideologia fundamental ao seu processo de reprodução social. Foi a velha burguesia agrária e comercial, constituída pela exploração do trabalho escravo, que instituiu tanto o sistema do colonato quanto o trabalho assalariado.

Há uma subordinação dos interesses da burguesia nacional aos propósitos da burguesia internacional. Essa relação é perpassada pelas contradições que brotam da dependência do capital industrial ao capital agrícola, e da dependência crônica do capital cafeeiro em relação ao capital internacional. Escreve Suzigan (2000, p. 37):

O capital industrial depende do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens de salário para a reprodução da força

de trabalho, e a fim de criar um mercado para produtos industrializados. O capital cafeeiro, por sua vez, dependia da demanda externa por café. Embora a rápida acumulação de capital cafeeiro estimulasse a acumulação de capital industrial, esta era contraditória à acumulação de capital cafeeiro (o qual é predominantemente mercantil) e à posição subordinada da economia brasileira na economia mundial. Esta posição implicava a especialização da economia brasileira na produção de produtos primários para a exportação, na divisão internacional do trabalho.

O caráter dependente e subserviente da economia nacional ao capital internacional impedia que o processo de industrialização pudesse ser autônomo e abrangente; o seu desenvolvimento estava delimitado a algumas áreas específicas, respeitando a divisão internacional do trabalho e a composição geral do capital⁴⁴. O desenvolvimento em alguns segmentos seriam retardado e somente alavançado na fase posterior à crise de 1929. Esclarece Suzigan (2000, p. 39):

Foi efetivamente nos períodos de expansão das exportações que ocorreu a expansão do capital industrial. É também correto que o capital industrial originou-se de atividades direta ou indiretamente relacionadas com o setor exportador (porém, não apenas café); e a crise do café e da Grande Depressão da década de 1930 constituiu-se, de fato, num ponto de inflexão no desenvolvimento industrial brasileiro.

Além de articulada ao desenvolvimento do capital cafeeiro, a industrialização do Brasil está organicamente vinculada ao novo processo de imigração. A inserção do imigrante implicou a expressiva superação da produção manufatureira centrada nas oficinas, que eram bastante numerosas em 1873, para uma manufatura assentada em relações genuinamente capitalistas. Existiam nesta época aproximadamente 778 estabelecimentos industriais, e aproximadamente 3 mil estabelecimentos de artesões de metais, madeiras, tecidos e outros (MARTINS, 2013).

A preferência pelo trabalho do imigrante europeu se impôs devido à necessidade de especialização do trabalho da manufatura e da indústria, diferentemente do trabalho escravo. Se esta forma de

⁴⁴ Escreve Silva (1985, p. 26): “A dominação das relações capitalistas mundiais e as relações de subordinação-dominação correspondentes se impõem através de uma divisão internacional do trabalho desfavorável ao desenvolvimento dos países dominados. Ao nível da prática capitalista, essa divisão do trabalho se manifesta no mercado, mais precisamente como diferenças entre os preços do capital (considerado aqui enquanto mercadoria) e da força de trabalho nos países ‘avançados’ e nos países ‘atrasados’.”

trabalho estava basicamente centrada na força física e no mínimo de especialidade, o trabalho na manufatura e na indústria pressupunha uma habilidade que inexistia na constituição da economia agroexportadora centrada no trabalho escravo; nesta, o trabalho especializado apenas se revelava em determinados setores. A especialização e o letramento eram habilidades que inexistiam na composição da rude força de trabalho escravo.

A existência de um exército industrial de reserva na Europa atendia à necessidade do nascente processo de industrialização do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, haja vista que o capital não estava disposto a contrair despesas no processo de formação e qualificação da força de trabalho; bastava apenas importar a força de trabalho disponível na Europa. Segundo Dean (2000, p. 252), “os imigrantes, frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil”.

O segmento que primeiro alcançou o *status* da grande indústria foi o relacionado à produção têxtil, pelo fato de ser de custo mais rebaixado, como assinalamos acima. O processo foi tão expressivo que em 1886 o Estado de São Paulo já possuía 1.200 teares e empregava mais de 1.600 operários, produzindo aproximadamente 12 milhões de metros de tecido (MARTINS, 2013). Na década de 80 daquele século, o capital investido no setor industrial estava distribuído do seguinte modo: “60% na indústria, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3,5% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia” (PRADO JR., 2012, p. 259). Nos cinco primeiros anos da década de 1890 “serão fundadas 425 fábricas, com inversão de mais de 200 mil contos, isto é, 50% do total investido no começo do período (1890)” (PRADO JR., 2012, p. 260).

Os capitalistas italianos preferiam se dedicar ao setor têxtil, pelo seu reduzido custo dos meios de produção e pela elevada lucratividade decorrente da expropriação do trabalho não pago, enquanto os capitalistas alemães dedicavam-se ao setor mecânico e metalúrgico. Nesse processo, os bancos estrangeiros foram os principais agentes propiciadores do desenvolvimento da indústria nacional. Escreve Brum (1993, p. 101):

Assim, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o capital estrangeiro (com predominância inglesa) se dirigiu com quase exclusividade para o comércio de exportação e importação e para o setor de serviços públicos, através de concessões do Estado brasileiro às empresas estrangeiras, em áreas como: a geração e distribuição de energia

elétrica, a telefonia, as ferrovias no transporte de carga e de passageiros, o serviço de bondes no transporte coletivo urbano, etc., além da mineração (concessão para exploração de jazidas minerais).

O caráter autoritário do Estado brasileiro ofereceu ao capital estrangeiro a segurança e o controle que ele precisava não apenas para conceder empréstimos, mas para financiar os negócios relativos ao universo agroexportador, dedicando atenção especial ao controle do processo de exportação da produção cafeeira. Nos anos seguintes à proclamação da Independência, o capital estrangeiro “controlou e passou a controlar largamente a exportação do café e os serviços de utilidade pública, e a possuir parte considerável da rede ferroviária, dos estabelecimentos bancários e seguros” (DEAN, 2000, p. 273).

6.1 A gênese do proletariado brasileiro e as primeiras colisões operárias

Evidentemente que os interesses capitalistas não poderiam se consolidar sem explorar ao máximo a classe trabalhadora. Todo o processo de deslocamento de capital financeiro para o mercado interno brasileiro se inscrevia sob a insígnia do baixo valor da força de trabalho e da máxima exploração tanto do trabalho escravo quanto do trabalho assalariado. Nesse contexto, as condições de vida do trabalhador da indústria, imigrante ou nativo, eram péssimas. As empresas da época, a exemplo das dirigidas pelo empresário Matarazzo, recorriam à prática da superexploração do trabalho feminino e infantil. Escreve Martins (2013, p. 260): “A indústria de São Paulo nessa época notabilizou-se pela exploração do trabalho infantil e pela exploração do trabalho da mulher”. Estes recebiam salários bem inferiores aos do adulto do sexo masculino, como destaca Martins (2013, p. 260):

Pode-se dizer que a mulher recebia um salário de aproximadamente 2/3 do salário do adulto, enquanto os menores tinham salários que variavam entre metade do salário do adulto e 1/3 do salário da mulher. Matarazzo chegou a ter máquinas mais baixas, adaptadas unicamente ao trabalho infantil...

No começo do século XX, as crianças com menos de 18 anos constituíam “metade do número total dos operários industriais” (BOSI, 2006, p. 156), em que se encontrava um número expressivo de crianças entre 5 e 11 anos trabalhando noite e dia nas fábricas.

As crianças eram utilizadas em todo o parque da nascente indústria nacional.

Ao contrário da metalurgia e da mecânica, na indústria têxtil predominava o trabalho feminino, em que os operários do sexo masculino apenas exerciam as funções mais especializadas ou as funções de mestres e contramestres. Escreve Dias (1962, p. 46):

Na indústria metalúrgica ou mecânica, o número de menores também era predominante [...]. Os menores [...] eram empregados em serviços pesados, alguns incompatíveis com sua idade e sua constituição física, e mal chegavam a adultos. Quando chegavam era para formar filas nas clínicas gratuitas da Santa Casa de Misericórdia, como indigentes.

As condições adversas de trabalho já colaboravam para a formação do peso morto do exército industrial de reserva, como elemento inexorável da reprodução do capital. Apesar de as estatísticas oficiais encobrirem os percentuais efetivos das crianças e das mulheres utilizadas pela indústria, o quadro abaixo demonstra que a presença desses dois segmentos não podia ser negada pelos órgãos oficiais.

Tabela 6
TRABALHADORES NA INDÚSTRIA em 1920
(contingentes segundo sexo e idade)

Mulheres	Homens menores (crianças)	Mulheres menores (crianças)	B+C	A+B	Pop. Ind. Total
A	B	C			
(Brasil) 429.752	183.876 12%	106.209 7%	290.085 19,3%	613.628 40,8%	1.501.322
(Cidade de São Paulo) 30.042 26%	19.630 17%	14.263 12%	33.893 29,4%	49.672 43,1%	115.190
(Distrito Federal) 42.489 21,2%	28.047 14%	12.102 6%	40.149 20%	70.536 35%	119.756

FONTE: Recenseamento de 1920 (demográfico). As percentagens são expressas em relação à população industrial total.

A superexploração do trabalho operário corta como uma diagonal a infância do capitalismo industrial brasileiro, como assinala Dias (1962, p. 45): “O exíguo grupo capitalista aglutinado em oligarquia patronal, que se havia abalançado à criação de fábricas geralmente de tecelagem e metalurgia, estabeleceu seus cálculos sobre uma base salarial baixíssima, salário de escravo”. Os salários operários eram determinados por fatores como: a necessidade de elevação das taxas de acumulação do complexo cafeeiro, a crise do capital em escala internacional provocada pela Primeira Guerra⁴⁵ e a necessidade do capital industrial em ampliar o processo de expropriação de mais-valia. O rebaixamento dos níveis salariais na zona rural colaborava para que os capitalistas industriais rebaixassem os salários ao máximo, dado o fato de que havia um maior deslocamento da força de trabalho do campo para a cidade; além disso, a inexistência de sólidas organizações operárias permitia que os capitalistas rebaixassem os salários e impusessem leis draconianas contra os trabalhadores, como multas por atraso nos horários de chegada à fábrica, erros cometidos no processo de produção, quebra de máquinas etc. Além disso, a introdução das mulheres e das crianças no processo produtivo possibilitava uma relevante diferenciação salarial: as mulheres recebiam entre 58% e 80% dos salários masculinos.

O valor reduzido estava no limite do estritamente necessário à reprodução da existência operária; os salários baixos eram seguidos por longas jornadas de trabalho. Neste quesito a indústria nacional passa a ocupar papel de proa no âmbito internacional, enquanto espaço de aplicabilidade das mais extensas jornadas de trabalho no mundo. Alguns dos traços da herança escravista perpassavam as relações de trabalho assalariado, em que tanto os adultos quanto as crianças eram submetidos à intensa jornada de trabalho, como assinala o *Jornal Paulista* da época:

Assistimos ontem à entrada de cerca de 60 pequenos, às 19 horas, na sua fábrica da Moóca. Essas crianças, entrando àquela hora, saem às 6 horas. Trabalham, pois, 11 horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos à meia-noite. O pior é que elas se queixam de que são espancadas pelo mestre de fição. Muitos nos

⁴⁵ A ampliação da demanda externa por produtos alimentícios resultante da Primeira Guerra Mundial serviu para ampliar o valor dos gêneros de primeira necessidade e rebaixar o valor dos salários. Escreve Bosi (2006, p. 158): “O descompasso entre o salário e o custo de vida se acentua no período posterior à guerra: entre 1914 e 1919 o custo de vida sobe 48%, enquanto os salários sofrem um aumento de 23% [...]. Em 1917, quando os operários têxteis obtêm, depois de uma greve, um aumento de 10%, esse era o primeiro que ocorria em 10 anos”.

mostraram equimoses nos braços e nas costas. Alguns apresentam mesmo ferimentos produzidos com uma manivela. Uma há com as orelhas feridas por continuados puxões. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos (apud GRAZIA, 2007, p. 155).

Como se não bastasse a jornada de trabalho acima das oito horas diárias, a exploração do trabalho infantil ainda era praticada recorrendo aos instrumentos coercitivos da época da escravidão. O baixo nível de desenvolvimento da indústria intensificava a prática da mais-valia absoluta em detrimento da mais-valia relativa. Nesse contexto, os trabalhadores organizados passaram a reivindicar a redução da jornada de trabalho semanal.

Além dos baixos salários e das longas jornadas de trabalho, os operários viviam em habitações (cortiços) extremamente nocivas à sua saúde, em que inexistiam saneamento básico e água potável. O nível de vida degradante dos operários ampliava-se com o crescimento do desemprego propiciado pela ampliação do capital constante em relação ao capital variável. A inserção e o aprimoramento do processo de mecanização alimentaram as primeiras greves nas indústrias paulistas. Em 1904, na indústria têxtil Dell'Acqua; em 1905, na fábrica de calçados Rocha; em 1906, na Cia. Paulista de Estradas de Ferro (DIAS, 1962).

Os trabalhadores assalariados do Brasil começavam a perceber por que a grande indústria se configura como a forma exemplar da subordinação do trabalho aos interesses do capital. E passaram a formar colisões na perspectiva de se contrapor à exploração capitalista. O capital encontrava espaço para superar as formas anacrônicas e anômalas de ser do trabalho, como trabalho escravo ou sistema de trabalho colonato; no entanto, os operários imigrantes não demorariam muito para descobrir que o trabalho assalariado não passava de uma forma velada de escravidão assalariada, ou seja, mudaram-se as correntes, mas as algemas continuavam existindo, pouco importando se elas eram de ouro. A intensificação da exploração da força de trabalho foi assegurada pelo fato de que o volume de imigrantes que entraram no país superou a demanda existente no complexo cafeeiro, permitindo tanto lançar o valor dos salários reduzidos como exercer práticas coercitivas próprias da época da escravidão.

Os operários de procedência estrangeira apresentavam uma consciência mais desenvolvida acerca da anatomia da sociedade capitalista e da natureza expropriadora do sistema capitalista em relação ao trabalhador nativo. A vanguarda do movimento possuía um acúmulo teórico e uma inserção no bloco denominado anarcossin-

dicalista⁴⁶; postulava a necessidade da melhoria das condições de vida operária e a luta pela emancipação humana. Enquanto áduos defensores da causa operária em escala internacional e da revolução mundial, se erguiam contra o Estado, as associações mutualistas, o assistencialismo sindical, o reformismo amarelo e as cooperativas burguesas. Iniciaram suas atividades sindicais no Brasil pela mediação da constituição das sociedades de resistência operária, que paulatinamente foram ganhando espaço no interior do movimento sindical. Eram defensores da ação direta e da autogestão e se contrapunham à burocracia sindical e ao cretinismo parlamentar (BOSI, 2006).

Os elementos mais conscientes do movimento operário apresentavam-se tanto entre os trabalhadores mais qualificados das oficinas e dos estabelecimentos fabris quanto entre os trabalhadores autônomos, que desempenhavam funções artesanais (artesãos, barbeiros, sapateiros, pintores, pedreiros). Estes possuíam uma liberdade maior de organização, no entanto, também precisavam “agir com muita precaução e prudência para não incorrer em perseguições policiais e prisões” (DIAS, 1962, p. 47). Paulatinamente, os anarcossindicalistas vão se irradiando no interior do movimento de massa mediante sua forte atuação nos movimentos paredistas, e nas colisões operárias, especialmente no setor na construção civil e dos transportes terrestres e marítimos. Mesmo assim, o número dos trabalhadores sindicalizados era bem restrito⁴⁷.

A repressão e a criminalização integram a gênese da história do movimento sindical brasileiro, em que inúmeros quadros operários foram presos, deportados e assassinados. Everardo Dias (1962, p. 48) assinala que nas vésperas do 1º de maio de 1893, a polícia prendeu as lideranças sindicais anarquistas em São Paulo e os transferiram para o Rio de Janeiro, “onde penaram nove meses na Detenção, e os nacionais, além de presos, foram espancados e advertidos...”.

⁴⁶ A história do movimento anarquista na Europa está articulada à da Primeira Internacional, da qual também participarão Marx e Engels. Entre 1880 e 1920, o anarcossindicalismo constituiu-se como principal corrente no interior do movimento operário, sendo responsável pela condução das diferentes movimentos paredistas e pela constituição de distintos periódicos; entre eles se destacam: *L’Avenir*, *Il Risveglio*, *Il Diritto*, *L’Asino Umano*, *L’Operario*.

⁴⁷ Segundo Bosi (2006, p. 163): “Ao se tentar determinar a força do sindicalismo revolucionário nesse período, deve ser levado em conta que os sindicatos raramente publicavam os números totais de seus membros e, por causa da repressão, não conservavam arquivos. [...] Poder-se-ia calcular que, em meados de 1919, os sindicatos organizados no Rio de Janeiro deveriam totalizar cerca de 100.000 membros”.

Para dobrar a repressão, as lideranças combativas recorriam às reuniões clandestinas e às festinhas operárias. Enquanto os grupos de sindicalistas, articulados aos anarquistas e socialistas, eram duramente reprimidos, os sindicalistas patronais eram privilegiados. No Rio de Janeiro, esse agrupamento dedicado ao amortecimento da luta de classes é denominado de “amarelos”. O Estado procurou sempre intervir para preservar os interesses das classes dominantes. Anota Dean (2000, p. 277):

Os sindicatos eram sistematicamente reprimidos pelo governo, que, negando-lhes o direito de existência, não se julgava na obrigação de moderar os conflitos, limitando-se a proporcionar proteção policial aos donos de propriedades. Dispersavam-se os piquetes de grevistas com porretes e cavalaria, empastelavam-se as sedes e os jornais dos sindicatos, prendiam-se e deportavam-se os líderes.

Além de colocar seu complexo militar a serviço da repressão sindical, tratando as reivindicações salariais como caso de polícia, ergueu-se um conjunto de leis que impedia a organização e as associações operárias. Entre elas, destacam-se as leis Adolfo Gordo⁴⁸ e a Aníbal de Toledo. Segundo Dias (1962, p. 55): “A lei Adolfo Gordo, por exemplo, era uma adaptação de leis criadas nos períodos terroristas por governos retrógrados da França, Áustria, Prússia, Itália, Espanha”. Essa lei dedicava atenção especial aos elementos mais conscientes do proletariado de procedência estrangeira. Isso denota a unidade internacional dos capitalistas na repressão às organizações dos trabalhadores brasileiros no final do século XIX e começo do século XX.

O capitalista industrial estava plenamente identificado com o capitalista agrário, pois ambos se achavam irmanados no processo de expropriação da força de trabalho. O temor da proliferação das organizações operárias perpassava as mentes de todos os capitalistas

⁴⁸ A lei Adolfo Golfo é promulgada em 5 de janeiro de 1907, em seu artigo 1º afirma: “O estrangeiro que comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo território nacional” (apud BOSI, 2006, p. 170). Segundo Bosi (2006, p. 169): “Nesse mesmo ano de 1907, 132 estrangeiros foram expulsos do Brasil (47 portugueses, 27 espanhóis e 25 italianos); alguns tiveram suas sentenças sustadas por habeas corpus”. Entre os deportados se encontrava Vincenzo Vacirca, que “foi expulso do território nacional somente porque servia em um jornal socialista e porque tentou fazer um comício, no qual pretendia pedir aos donos de fábricas que tivessem mais cuidado para evitar desastres operários” (BOSI, 2006, p. 169-170). Além de criminalizar o movimento operário, a Lei Adolfo Gordo “exigia que os sindicatos registrassem seus estatutos e seus diretores” (BOSI, 2006, p. 170).

desde os primórdios do complexo industrial nacional. Essa temeridade também se achava na aristocracia agrária do oeste paulista. Martins (2013, p. 55) destaca que o Senador Vergueiro “via por trás da manifestação dos colonos a ação de clubes comunistas, supostamente sediados no Rio de Janeiro”. Isso revela que os capitalistas brasileiros estavam plenamente conscientes do que se passava na Europa, demonstrando consciência da história do movimento operário europeu; contra isso, criaram mecanismos para resguardar seus interesses através da ação draconiana do Estado.

Embora não tenha existido unidade de ação entre a força de trabalho que servia às plantações de café e os operários da indústria, havia uma unidade de ação da burguesia nascente. A repressão se destinava tanto ao imigrante do campo quanto ao imigrante da cidade. E a repressão aberta da força de trabalho imigrante no Brasil foi tão elevada, que suscitou um clamor internacional, pois as condições de trabalho imigrante acabavam se aproximando das do trabalho escravo. Na Itália, o movimento contra o processo de imigração de sua força de trabalho para o Brasil ganhou acento graças à ação enérgica de colonos que haviam sido expulsos do território nacional:

Vincenzo Vacirca, diretor do *Avanti!*, expulso e logo eleito deputado pelo Partido Socialista italiano, fez na câmara campanha contra políticos e fazendeiros; Oreste Ristori, diretor de *La Battaglia*, também expulso, escreve um folheto que é divulgado; Edmondo Rossani, sindicalista da escola de Enrico Leone (o sindicalismo bastava-se a si mesmo), expulso também, dá entrevistas e faz conferências, mostrando como são tratados os estrangeiros no Brasil (DIAS, 1962, p. 57).

A história do movimento operário combativo revela o estado de exceção em que viviam os elementos anarquistas no país; a liberdade de organização e expressão existia somente para o capital e inexistia para o trabalho. No entanto, a intensificação da repressão e a expulsão do país de seus elementos mais conscientes não impediram as associações operárias. Desse modo, ocorreram jornadas paredistas em 1904, 1906, 1910, 1914, 1917, 1919, 1922, 1924 e 1930.

As greves no século XIX foram escassas e isoladas, e não conseguiram envolver o complexo industrial como um todo. A primeira greve que contou com a adesão mais ampla da classe operária foi deflagrada pela União Interamericana dos Operários contra a Cia. Docas de Santos em 1904, logrando o apoio de setores como os gráficos paulistas e os marítimos cariocas, sendo duramente reprimida pelo aparato coercitivo do Estado. A greve de 1906 envolveu

os operários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, da Mac Hardy, da Lidgewood e da Mogiana. Ante a possibilidade de o movimento paredista dominar o porto de Santos, a São Paulo Railway e a Central do Brasil, o governo federal desloca um cruzador do Rio para São Paulo, e um contingente de 5 mil soldados ocupa toda a extensão da linha férrea de Jundiaí até Rio Claro. Assim, a greve iniciada em 15 de maio é encerrada em 30 de maio com demissões sumárias, deportações e inúmeras prisões, sem que nenhuma das reivindicações operárias fosse considerada. A repressão também pauta a greve desencadeada em 1º de maio de 1907 nos setores da construção civil, metalúrgica e da alimentação, conseguindo a adesão dos gráficos, sapateiros, têxteis e limpeza pública. A greve começa em São Paulo e acaba atingindo Santos, Ribeirão Preto e Campinas. Nessa greve a repressão somente não bastou; a burguesia teve de atender a algumas das reivindicações dos setores da construção civil, dos gráficos e têxteis, exceto os metalúrgicos (BOSI, 2006).

Entre 1907-1913, o movimento paredista sofre um refluxo devido à intensificação da repressão e às deportações em massa das principais lideranças estrangeiras. A exceção mais expressiva localiza-se em Santos, devido à composição do proletariado, em que a maioria era formada por adultos e atua na construção e nos transportes marítimos e ferroviários.

A nova ascensão do movimento operário acontece em 1917, sob o influxo da Revolução Russa. Em São Paulo, a greve começa no setor têxtil, na fábrica Cotonifício Crespi, e os operários protestam contra a ampliação da jornada de trabalho e as multas aplicadas, bem como pela necessidade de regulamentação do trabalho feminino e infantil. A greve contamina os trabalhadores da Estamparia Ipiranga e da Mariângela, irradiando-se ainda para a fábrica de bebida Antarctica, com aproximadamente mil operários. Na tentativa de interceptar o movimento, o aparato repressivo do Estado entra em cena realizando prisões, dispersando manifestações e invadindo as sedes sindicais. Nesse contexto, acontece a morte de um sapateiro de 21 anos, o que leva ao acirramento dos ânimos operários e a fazer com que o movimento se espalhe em 35 empresas, envolvendo mais de 15 mil operários (BOSI, 2006).

No Rio de Janeiro, o movimento paredista começa no dia 2 de maio, com a participação de 20 mil operários reivindicando jornada de trabalho de oito horas, proibição do trabalho infantil e do trabalho noturno para as mulheres, reajuste salarial etc.; no dia 4, já alcança 40 mil operários. No dia 10 de maio são 50 mil os grevistas, incluindo setores como “têxteis, padeiros, gráficos, costureiras, metalúrgicos e operários em frigoríficos” (BOSI, 2006, p. 174). A greve

se arrastou durante os meses de maio e junho e somente terminou no final de julho. Apesar da repressão, o movimento se estende para outras unidades da federação. Segundo Bosi (2006, p. 174):

Apesar da limitação dos objetivos atingidos, as greves, tanto do Rio como de São Paulo, incentivaram a organização operária em diversos setores da indústria. Vários sindicatos foram formados durante as greves ou logo depois delas; os membros de antigos sindicatos aumentaram intensamente. Em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária se dedicou a reconstruir a Federação Operária, que recebeu a adesão de 16 sindicatos de ofícios e de fábricas e de oito ligas operárias.

No entanto, o ponto mais elevado da luta de classes se inscreve em 1919: somente na capital paulista aconteceram 64 greves operárias. O comício realizado na praça Mauá, no Rio de Janeiro, contou com a presença de mais de 60 mil operários. Bosi (2006, p. 175) considera que esta foi “uma das mais longas e penosas greves na história do movimento operário carioca”. Mas foi penosa especialmente para o anarcossindicalismo, enquanto segmento mais reprimido no interior de um movimento marcado pela presença de socialistas e reformistas.

As greves de 1920 serão as últimas que contam ainda com a presença e a orientação dos elementos anarcossindicalistas. A greve que eclodiu na Companhia Mogiana, em março de 1920, pode ser considerada como

uma das mais sérias na história do movimento operário paulista, por seu caráter francamente revolucionário e anarquista. A Polícia chegou a disparar contra mais de 200 grevistas: quatro operários foram mortos. Por volta de 5 de abril de 1920, a greve estava terminada e os Delegados se preparavam para deportar inúmeros ‘estrangeiros’.

Nesse ano ainda eclodiu uma grande greve nas docas de Santos e outras 37 greves de menor proporção. Mas a história do movimento sindical sofreria um duro revés nos anos seguintes, pois o governo, a serviço dos patrões, resolveu atuar por dentro e por fora do movimento sindical. Entre 1922 e 1927 foi instituído o estado de sítio no território nacional, em que a repressão policial e as leis draconianas intimidavam os trabalhadores que eram inseridos no processo de crescimento da indústria brasileira nessa década. O pleno desenvolvimento do processo de industrialização do Brasil será inscrito sob o signo da repressão e da ausência do direito de organização aberta da classe operária. É nesse contexto que emerge na cena histórica

brasileira o Partido Comunista do Brasil (PCB). Lançado na ilegalidade quatro meses depois de constituído, o PCB tenta ocupar o espaço deixado aberto pela ausência do movimento anarquista⁴⁹ e disputar espaço com os “amarelos”, enquanto principal organização operária que marcará a referida década.

Assim, enquanto crescia o número dos trabalhadores na indústria, os anarquistas eram esmagados e perdiam sua capacidade de influenciar a nova massa operária que estava sendo forjada. Enquanto os elementos mais revolucionários eram afastados pelo aparato repressivo, os comunistas se viam obrigados a adentrar no movimento sindical devido à impossibilidade de exercer abertamente suas atividades políticas.

A intensificação da organização operária impôs a necessidade de uma atuação mediada pelo próprio comitê dos interesses da burguesia (Estado) no decorrer da década de trinta, que deixou de tratar “a questão social como um caso de polícia”, como fizera Washington Luís. Para cooptar os operários, o Estado edita diversos decretos que culminam com o reconhecimento da jornada de oito horas para os trabalhadores do comércio, da indústria, dos serviços públicos etc. e ainda a jornada de seis horas para os trabalhadores dos bancos e da telegrafia. Mas foi graças à organização e as coalizões operárias que a jornada de trabalho de oito horas foi implantada em alguns setores da indústria brasileira. Segundo GRAZIA (2007, p. 157),

entre 1900 e 1930 a jornada anual dos trabalhadores que conseguiram reduções de jornada passou de 3.600 para 3 mil horas, fornecendo uma argumentação favorável à generalização da redução, uma vez que os inúmeros exemplos mostravam que a adoção das 8 horas, além de não necessariamente provocar falências, ainda possibilitava aumentar a produtividade.

A redução da jornada se inscreveu sobre uma intensa oposição do empresariado brasileiro, em que o aparato repressivo do Estado tentou inúmeras vezes debelar o movimento paredista dos operá-

⁴⁹ Segundo Ricardo Antunes (1990, p.): “A orientação anarcossindicalista sofreu, já no início da década de 1920, um descenso gradativo, que culminou nos primeiros anos da década seguinte, como o seu desaparecimento enquanto orientação hegemônica no seio da classe operária. A criação do PCB em 1922 foi, na verdade, uma opção de ex-militantes anarquistas que, percebendo a inviabilidade do projeto libertário, optaram por uma nova concepção de mundo, cuja implementação carecia da constituição de uma organização político-partidária que, [...], visava à luta pelo controle do Estado, dando uma dimensão política à luta operária, rompendo com o viés economicista dado pela ação direta”.

rios⁵⁰.

O período que precede ao Estado Novo, especialmente os trinta anos de existência do movimento anarcossindicalista, foi palco de muitas lutas e exprimiu a existência de um movimento operário autônomo e não subordinado aos preceitos do capital. O movimento paredista de 1919 serviu para que o governo colocasse em ação sua camarilha de plantão, pois não bastava tratar as reivindicações operárias como caso de polícia, era preciso criar uma constelação de leis (algumas somente no papel) para subordinar o trabalho ao capital. Entre 1919 e 1930, o Estado brasileiro instituiu uma série de medidas para amortecer a luta de classes; essa constelação é formada pelas seguintes leis: “a Lei de Acidentes de Trabalho (1919), a estabilidade no emprego, pensão e aposentadoria dos ferroviários (1923) e dos portuários (1926), regime de férias restrito aos comerciários (1925), regulamentação do trabalho de menores (1927)” (BOSI, 2006, p. 184). A formação do Conselho Nacional do Trabalho (1923) tinha como propósito fundamental quebrar a espinha dorsal do movimento operário de orientação anarcossindicalista. O Governo de Artur Bernardes serve de prelúdio às políticas trabalhistas que serão postas em curso por Getúlio Vargas.

O Estado Novo tenta debelar essa autonomia sindical interferindo de forma mais sofisticada no movimento obreiro, conseguindo subordinar a consciência operária aos propósitos do capital. O populismo varguista conseguiu moldar o operariado aos preceitos que interessavam ao grande capital e quebrar, paulatinamente, seus elementos mais dinâmicos. A história *a posteriori* do movimento operário brasileiro será marcada pela adequação ao pacto fordista-taylorista, em que as entidades sindicais atuam como cúmplices na atividade inócua de administrar o capital e usufruir das concessões realizadas pelo capital no período histórico que marca sua ascendência em escala mundial. Ao passar este período histórico de euforia, os direitos alcançados serão atacados e a política defensiva dos trabalhadores se apresentará como incapaz de frear as perdas acumula-

⁵⁰ A Constituinte de 1934 estendeu a jornada de trabalho de oito horas para todos os trabalhadores brasileiros e o repouso semanal, preferencialmente, aos domingos. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a burguesia consegue criar mecanismos que permitiram o prolongamento da jornada de trabalho além do regulamentado anteriormente. Na prática, acabou prevalecendo, até a Constituinte de 1988, a média de 11 horas e 36 minutos para a maioria dos trabalhadores brasileiros. No fundo, pouca coisa foi alterada no decorrer do século XX acerca do tamanho da jornada de trabalho no Brasil, exceto para alguns segmentos que conquistaram a jornada especial de seis horas diárias, tais como bancários, aeroviários, telefonistas, ascensoristas etc. (GRAZIA, 2007).

das. Nesse aspecto, a intervenção comunista no movimento sindical acabou também se inscrevendo no interior da hegemonia da política orquestrada pelo Estado Novo.

O governo Vargas soube combinar clientelismo com repressão ao movimento sindical e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); já o governo Dutra mostrou-se intolerante com o movimento sindical. Ambos foram bem-sucedidos quanto a submeter o movimento operário aos interesses do capital, apesar da elevação dos gêneros alimentícios e da política de achatamento salarial. Escreve Sandoval (1994, p. 72): “O governo de Getúlio Vargas obteve um êxito considerável na manutenção dos salários abaixo do nível alcançado em 1950, ao mesmo tempo que mantinha sob controle o descontentamento da classe trabalhadora”. E as greves encontraram seu ponto mais elevado em 1954, quando Vargas foi obrigado a dobrar o valor do salário mínimo. Isso acabou colaborando na intensificação da crise política que culminou com o suicídio do referido político.

Por sua vez, o desenvolvimento econômico da época de J. Kubitschek permitirá uma elevação no valor dos salários entre 1956 e 1959. A partir daí, os salários dos trabalhadores brasileiros não param de cair, sobretudo quando comparados às taxas de desenvolvimento econômico do período. E como a luta do movimento sindical acaba sempre gravitando em torno da recomposição salarial, a única coisa a se observar é um crescente acúmulo de derrotas.

6.2 O desenvolvimento do capitalismo brasileiro

Os setores da burguesia que passaram a investir no processo de industrialização são, de um lado, expressivamente remanescentes do capitalismo agrário e daquilo que se configurava como os senhores de terras, e do outro, a representação do capital internacional. Isso indica a necessidade de superar as afirmações que não se cansam de ressaltar a existência de uma burguesia revolucionária na economia nacional. A história do capital e a história de sua principal personificação no país estão completamente amoldadas aos interesses das metrópoles e aos interesses dos grandes impérios econômicos; essa burguesia nunca conseguiu fazer outra coisa a não ser obedecer cegamente às determinações econômicas e políticas externas. Nunca foi capaz de fazer outra coisa que não fosse servir de correia de transmissão à tirania do capital sobre o trabalho.

A história das distintas personificações do capital no Brasil aponta que num belo dia o senhor de escravos foi dormir senhor de escravos e acordou capitalista agrário e industrial; o que existiu foi apenas

uma mudança de pele: o lobo devorador de força de trabalho deixou de devorar trabalho escravo para devorar trabalho assalariado; a classe que exerce comando sobre o trabalho continua sendo a mesma, mudou somente a pele e o fez por uma imposição do mercado externo, que deixou de ser pautado pelo capital comercial para ser pautado pelo capital industrial e, finalmente, pelo capital financeiro. Nesse aspecto, é salutar observar que o processo de transição do capital mercantil para o capital industrial se opera num contexto em que o capital já domina; trata-se “de uma passagem a novas formas de dominação do capital. A especificidade desta passagem consiste na necessidade da destruição das relações de produção escravistas, em lugar da sua simples subordinação” (SILVA, 1985, p. 46).

Isso de maneira alguma implica desconsiderar que esse processo foi caracterizado por contradições e lutas de classes, bem como pela existência de movimento de resistência interna contra a espoliação de sua força de trabalho. A unidade de interesses entre a burguesia nacional e a burguesia internacional não resultou na completa subordinação da força de trabalho aos interesses do capital. As dificuldades foram superadas no interior da própria dinâmica do capital, e os capitalistas recorreram ao aparato jurídico constituído para impedir o avanço do movimento paredista. Mesmo assim ele existiu ao longo do processo de constituição do capitalismo moderno no país; evidentemente que muito mais no complexo industrial do que no complexo agroexportador.

Florestan Fernandes, em sua obra *A revolução burguesa no Brasil*, apresenta uma caracterização geral do processo de emergência e expansão do capitalismo no âmbito nacional, nos seguintes termos:

Consideradas de uma perspectiva global, as três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista. A fase de eclosão do mercado capitalista moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, *grasso modo*, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tomando-se, como ponto de referências, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, *grasso modo*, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX. A fase de

irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominante estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964” (FERNANDES, 2005, p. 263-264).

Apesar de não apanhar a totalidade das contradições que perpassam o movimento e a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, esta caracterização oferece uma visão geral das etapas que inscreveram o movimento da indústria nacional e sua relação orgânica com o capital industrial e financeiro; nela resta claro o caráter dependente e subordinado da burguesia nacional.

O desenvolvimento da economia brasileira é completamente destituído de aspectos que atestem a mínima possibilidade de gestação de uma força econômica interna realmente autônoma. A forma de composição do capital tornava a burguesia nacional mera coadjuvante dos interesses do capital estrangeiro. Isso implica afirmar que a constituição do mercado interno não cresce à margem dos interesses do capital estrangeiro, mas se revela subordinada aos interesses de expansão do capital internacional. A constituição do parque industrial arrasta consigo uma multidão de homens e mulheres destituídos de meios de subsistência e de meios de produção, que precisam vender sua força de trabalho para adquirir os ingredientes fundamentais à reprodução de sua existência imediata.

O crescimento do espaço urbano e o processo de industrialização pressupõem um exército de trabalhadores ativos e inativos carentes dos gêneros de primeira necessidade e dos produtos manufaturados. Subsiste uma unidade de propósitos entre o complexo agrário e o complexo industrial, em que tanto o trabalho escravo quanto o trabalho do imigrante produzem o excedente necessário para que os senhores de terra possam investir no processo de industrialização desde o final do século XIX. Ao mesmo tempo, o amplo excedente constituído pelo capital internacional, favorecido pela Revolução Industrial, podia transferir recursos na perspectiva de transformar a economia nacional numa espécie de satélite das economias hegemônicas.

O processo de constituição da denominada burguesia nacional começa na segunda metade do século XIX e encontra sua máxima expressividade no contexto da Segunda Guerra Mundial. A primeira grande fábrica têxtil brasileira, Fábrica Brasil Industrial, foi instalada em 1872 no Rio de Janeiro, “equipada com 24.000 fusos e quatro-

centos teares, empregando quatrocentas pessoas e movida por 350 H.P. de energia hidráulica” (SUZIGAN, 2000, p. 142). O papel pioneiro ocupado pelos cariocas deveu-se exclusivamente à expansão da plantação cafeeira no Vale do Paraíba e na Zona da Mata de Minas Gerais, entre 1840-1883; toda a produção era levada para o porto do Rio de Janeiro. Enquanto espaço central de importação, o capital acumulado na produção cafeeira subsidiou seu complexo industrial, e outras fábricas têxteis foram instaladas na região, tais como: Fábrica São Pedro Alcântara e Fábrica Petropolitana (Petrópolis); Fábrica Pau Grande ou Companhia América Fabril, Fábrica Aliança e Fábrica Santo Aleixo (SUZIGAN, 2000).

Embora a primeira fábrica têxtil paulistana tenha sido constituída em 1780, o seu complexo industrial dinamizou-se somente com o desenvolvimento das plantações de café. As primeiras fábricas eram de porte mediano e operavam no máximo com quatrocentos teares. Entre 1860 e 1880, estavam circunscritas somente a oito unidades. É nas décadas seguintes que elas marcam presença no cenário nacional. No âmbito geral, entre 1885-1895 o processo de constituição de novas unidades fabris apontava que “22 se localizavam nas regiões Norte e Nordeste, dez em Minas Gerais, duas em São Paulo, uma no Rio Grande do Sul, e doze na província do Rio de Janeiro” (SUZIGAN, 2000, p. 147).

Apesar de São Paulo contar somente com a criação de duas fábricas no referido período, é mister notar que uma delas era a Votorantim, “fundada em 1892 por um banco controlado por fazendeiros de café. Inicialmente, ela operou para tingir e estampar, mas subsequentemente foi equipada com 14.000 fusos e 624 teares” (SUZIGAN, 2000, p. 149). No entanto, o Rio de Janeiro continuou gozando posição privilegiada, operando com mais de 8.500 teares. Até 1895, suas empresas figuram entre as mais importantes do país; entre elas se destacam: Brasil Industrial Petropolitana, Aliança, Confiança Industrial, Progresso Industrial do Brasil, Carioca, Corcovado, Dona Isabel, América Fabril. Em 1905, subsistiam no país 110 fábricas têxteis, impulsionando 26.420 teares e 734.928 fusos, com 31.718 H.P. de potência. Em 1915, 77% das fábricas paulistas e cariocas operavam com energia elétrica e não mais com energia a vapor⁵¹. As 240 fábricas têxteis operando nessa época possuíam

⁵¹ A energia elétrica cumpriu no desenvolvimento da indústria brasileira papel similar ao ocupado pelo carvão mineral na Inglaterra. A sua utilização na indústria esteve articulada à sua utilização para fins públicos e domésticos. Segundo Dean (2000, p. 254): “As primeiras cidades do Brasil a instalar geradores elétricos acionados por água foram Campos, no Estado do Rio, e Rio Claro, no Estado de São Paulo, em 1883 e em 1884. A energia empregada na iluminação das ruas e dos

“1.512.626 fusos e 51.134 teares em operação, e empregavam 82.257 pessoas na indústria” (SUZIGAN, 2000, p. 149).

Além do setor têxtil, os investimentos na indústria de transformação, no começo do século XX, acentuaram o desenvolvimento da indústria metalmeccânica e colaboraram na modernização e expansão da fabricação de calçados, cerveja, tecido de lã, fósforos, moagem de trigo, fabricantes de papel e do complexo açucareiro. Foram “feitos investimentos para o desenvolvimento inicial de novas indústrias, tais como as de óleo de caroço e de industrialização de carnes, e para as primeiras tentativas de desenvolver a indústria da seda” (SUZIGAN, 2000, p. 89). O sistema financeiro subsidiou diretamente o desenvolvimento industrial. Articulada à instalação das indústrias se estabeleceram, no começo do século XX, as agências bancárias, como as filiais no Brasil de “Bunge and Born, J. and P. Costs, Clark Shoes, United Shoe Machinery Company, Lidgerwood, The Rio Flour Mills and Granaries Ltd., a Société des Sucreries Brésiliennes e a Fiat Lux” (DEAN, 2000, p. 273). Além do capital inglês, observa-se a presença de capitais norte-americanos, alemães, franceses, italianos etc.

Na década de 1930, o setor têxtil continuou crescendo sob o influxo da exploração desmedida do trabalho; a intensificação da jornada de trabalho será assegurada pela legislação trabalhista instituída. A modernização do complexo têxtil foi possibilitada pela importação de teares automáticos e pela exportação de grande parte do maquinário necessário ao seu desenvolvimento industrial. A necessidade de instituição do ensino público (fundamental e universitário) nesse período é expressão da necessidade de desenvolvimento da produção científica nacional para acompanhar o desenvolvimento tecnológico das potências mais desenvolvidas; além disso, havia a necessidade de habilitar o operariado ao mundo fabril, e o letramento é um mecanismo fundamental para operacionalizar o sistema de máquinas. Nesta etapa histórica, nota-se uma significativa busca de importação de máquinas, a fim de que o país pudesse reverter

prédios à noite poderia ser aproveitada pelas máquinas durante o dia. Os primeiros bondes a usarem energia elétrica foram instalados na capital logo após a sua invenção, em 1895. A capacidade elétrica instalada no Brasil atingia um megawatt por volta de 1890, dez por volta de 1900 e cem por volta de 1908. (Chegou a mil por volta de 1938)”. Segundo Arruda (2012, p. 142): “Caio Prado Jr. conta que, no final da década de 1920, o maior truste mundial de produção e distribuição de energia elétrica, Eletric Bond & Share (através de sua filial American & Power, Amforp), iniciou suas atividades em território brasileiro, depois de obter concessões para explorar o fornecimento de energia em diversos Estados do Brasil, do Rio Grande do Sul até Nordeste”.

sua condição de mero consumidor dos produtos manufaturados e fomentar seu desenvolvimento industrial. O caráter dependente e subordinado do desenvolvimento industrial pode ser observado no quadro abaixo, sobre as exportações de maquinaria têxtil para o Brasil, entre 1893 e a eclosão do segundo conflito mundial.

Tabela 7

Exportação de maquinaria têxtil para o Brasil, 1893-1939 – médias anuais

Períodos	Preços em contos	Períodos	Preços em contos
1893-1895	349.094	1924-1926	771.091
1896-1901	140.880	1927-1929	491.029
1902-1906	186.209	1930-1932	223.540
1907-1910	409.757	1933-1934	395.241
1911-1913	582.847	1935-1936	570.997
1914-1920	126.345	1935-1939	676.311
1921-1923	469.517		

(Fonte: SUZIGAN, 2000, p. 159).

O quadro acima é uma simples amostragem do que aconteceu nos demais complexos da economia nacional. Evidentemente, a presença do capital estadunidense no país vai reduzir o número dessas importações, à proporção que ocorre a implementação de subsidiárias de grandes empresas norte-americanas, como Purlmann Standard Car Export Corporation, General Motors e Ford Motor Company, Wilson & Company, Armour Swift, Continental, Anglo etc. Essas empresas estavam envolvidas em setores os mais diversos: “veículos motores, produtos farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentos (farinhas, conservas etc.)” (PRADO JR., 2012, p. 267).

Suzigan (2000) oferece uma descrição detalhada do desenvolvimento das indústrias de transformação voltadas à fabricação de máquinas leves e pesadas no âmbito nacional⁵². Antes da Primeira Guerra Mundial, a presença destas empresas no Brasil não passava

⁵² Escreve Antunes (1990, p. 50): “É relevante lembrar que, até a década de 20, inexistia um departamento produtor de meios de produção, o que limitou efetivamente a reprodução simples e ampliada do capital e garantiu a hegemonia do capital mercantil oriundo da economia agro-exportadora cafeeira. Apesar disso, o setor de bens de consumo assalariado viveu, já nos anos 20, um processo de intensa modernização”.

de nove; no contexto da guerra, subiram para 14; na década de 1920, são criadas 27, e na década de 1930, totalizam 83 empresas. As fábricas que precederam aos anos do primeiro conflito mundial estavam voltadas ao atendimento das necessidades do setor agrário, produzindo máquinas, implementos agrícolas e pequenos tornos. As mais recentes, como a Bardella Indústrias, já produziam “bombas hidráulicas, pontes rolantes, pequenas turbinas etc.” (SUZIGAN, 2000, p. 295). Na época da guerra, algumas empresas se dedicam à produção de elevadores e de máquinas para indústria de bebidas. No entanto, é somente na década de 1920 que a produção de máquinas leves e pesadas se intensifica. Escreve Suzigan (2000, p. 296):

A produção de teares, por exemplo, foi iniciada por duas empresas, Indústria de Máquinas Têxteis Ribeiro S. A. (1920) e Estabelecimentos Mecânicos Paulo Andrighetti (1922); outras empresas também se estabeleceram para a fabricação de peças e equipamento auxiliar têxtil. Aparelhos e lâmpadas elétricas começam a ser produzidos por uma subsidiária da General Eletric Co., no Rio de Janeiro. Uma nova firma começou a produzir, em 1923, estruturas de ferro, guindastes, macacos etc. (Companhia Brasileira de Construção Ficht & Schwartz).

É nesse contexto que se irradia a produção de forjas, tornos, máquinas-ferramentas, bombas (hidráulicas, centrífugas e rotativas), termômetros, maçaricos e máquinas para a indústria têxtil, agrícola, carpintaria, óleo, lavanderias, construção civil, siderurgia etc. Entre as empresas estrangeiras que atuaram nesse complexo, destacam-se: Máquinas Agrícolas Romi, General Eletric S.A., International Harvester Máquinas, Fichet & Schwartz, S.A. White Martins, Estamparia Caravelas, Equipamentos Wayne do Brasil, Funtimod S.A., Adressograph-Multigraph do Brasil S.A. Em pequena escala, algumas empresas se aventuraram a produzir locomotivas, vagões e carros ferroviários, bem como pequenas embarcações, automóveis e ônibus. Entretanto, a produção de automóveis e caminhões era basicamente importada e montada no país pelas subsidiárias da General Motors, Ford e Chrysler⁵³.

Na década de 1920, nota-se um movimento decrescente da presença do capital inglês, devido à ascendência do capital advindo de outras praças. Isso pode ser observado pela procedência das empresas que marcaram sua presença no território brasileiro. Dean (2000,

⁵³ Segundo Dean (2000, p. 265), “a montagem de automóveis começou em várias fábricas de São Paulo por volta de 1919, possibilitada, em grande parte, pela maior capacidade elétrica, resultante das melhorias introduzidas na produção hidrelétrica e na sua transmissão”.

p. 273) oferece uma listagem em que aparecem as seguintes empresas estrangeiras:

“ARSED, Amour, Swift, Anderson-Clayton, Corn Products Refining, Usines Chimiques Rhône-Poulenc, General Electric, Ford, Union Carbide, General Motors, Pirelli, IBM e Bayer começaram suas operações antes da crise, e outras – Bunge and Born, Standard Oil of New Jersey, British American Tobacco e Bryant and May – aumentaram consideravelmente suas empresas”.

O caráter subordinado e dependente da industrialização brasileira é fartamente observado no quadro abaixo, em que as indústrias de máquinas leves e pesadas somente puderam se instalar importando seu maquinário.

Tabela 8

Exportação de maquinaria para indústrias metalmeccânicas para o Brasil, 1900-1939. Médias anuais (preços de 1913)

Períodos	Preços em contos	Períodos	Preços em contos
1900-1905	7.000	1919-1920	61.804
1906-1907	37.676	1921-1924	108.111
1908-1909	91.998	1925-1930	175.024
1910-1911	142.267	1931-1932	43.225
1912-1913	250.286	1933-1935	151.390
1915-1918	24.154	1936-1939	357.797

(Fonte: SUZIGAN, 2000, p. 299).

A presença do capital estrangeiro no complexo industrial acentuou-se nas décadas de 1920 e 1930. Praticamente nenhuma indústria conseguiu se instaurar sem a participação do capital estrangeiro, sendo mais expressivo na produção de cimento, ferro, aço, artigos de borracha, produtos químicos e farmacêuticos, moagem de trigo, produção têxtil, processamento de carnes, cervejaria etc. Mas esta era ainda a infância do capitalismo brasileiro, e o modelo de “substituições de importações”, implementado como alternativa à crise da produção cafeeira, encontrará na década de 1950 sua verdadeira essencialidade: a economia nacional deveria estar subordinada inteiramente aos propósitos das multinacionais e do imperialismo norte-americano.

O capital transnacional (Inglaterra, França, Alemanha e EUA),

presente sobretudo na grande indústria têxtil, atesta, no decorrer do século XIX, a relevância do mercado interno brasileiro para a expansão de seus negócios e fortalece seus nexos com a economia agroexportadora. As potências mais industrializadas do planeta montam, então, um novo empreendimento no país, em muito superior ao modelo colonial português. O desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no Brasil, no decorrer do século XX, constituíram-se como atividades totalmente subordinadas aos interesses das grandes potências mundiais. A etapa do controle indireto da economia inglesa precisava ser superada; passava a ser imprescindível a inserção de mecanismos de controle “que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial exigisse” (FERNANDES, 2005, p. 273).

O desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no Brasil se configuravam como um empreendimento muito mais complexo que o do modelo colonial, revelando a necessidade de mecanismos de controle que superassem a esfera das relações comerciais externas e internas; isso requeria a determinação de maneira mais precisa de todo o processo produtivo no mais importante mercado do Cone Sul. O aporte de capitais existentes na metrópole permitia que a intervenção do capital estrangeiro se fizesse irradiar por todos os poros da sociedade brasileira, e o capital financeiro espalharia seus tentáculos sobre todas as camadas da sociedade. A política de empréstimos adotada no Brasil confirma seu caráter dependente e determina seu desenvolvimento atrofiado. Isso pode ser observado fartamente no quadro abaixo, em que a dívida tanto serve para dinamizar a economia quanto serve como freio. O serviço da dívida, entre 1851-1900, consome 121,8 milhões de mil-réis, enquanto os empréstimos contraídos orçam 124,9 milhões; os empréstimos servem tão somente para cobrir os serviços das dívidas.

Tabela 9

Serviço da dívida externa e novos empréstimos, 1851-1900 (em milhões de mil-réis ou 1.000 contos)

Anos	Serviço das dívidas	Novos empréstimos
1851-1860	5,3	4,1
1861-1870	12,0	10,1
1871-1880	16,7	9,3
1881-1890	30,5	38,1

1891-1900	57,3	63,3
-----------	------	------

Fonte: (SODRÉ, 1963, p. 262).

A balança comercial brasileira somente passa a experimentar superávit na etapa posterior à década de 1860; antes disso, a balança comercial brasileira sempre foi deficitária. No entanto, quando a balança comercial brasileira supera os percentuais negativos, o serviço da dívida se amplia de maneira descomunal, passando de 12,0 milhões de mil-réis em 1861 para 57,3 em 1900. A evolução da economia nacional implica a constituição de uma relação de subordinação às economias independentes para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

A posição hegemônica do imperialismo inglês no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro se efetuará mediante a constituição de mecanismos de dominação muito mais eficazes e sofisticados em relação ao processo colonizador pretérito. Todo o seu processo deveria ser tutelado na perspectiva de assegurar o máximo de excedentes para os agentes econômicos envolvidos. No entanto, num primeiro instante, entendeu-se que o processo de controle e dominação deveria ser realizado de forma sutil, em que a aparente autodeterminação do país fosse assegurada. Para isso, o capital estrangeiro transformou as empresas nacionais em satélites de seus interesses, como aponta Fernandes (2005, p. 276): “A natureza de todo esse processo era pouco visível. A empresa privada (no nível do comércio, dos bancos, das manufaturas, dos serviços e da agricultura) centralizava as operações. Ela não operava de fora para dentro, mas a partir de dentro”.

A pressão dos grupos econômicos estrangeiros apresentava-se de maneira dissimulada pela mediação dos grupos nacionais, e a fusão do capital nacional com o capital estrangeiro impedia revelar o segredo dos grandes grupos econômicos envolvidos. Assim, a hegemonia política do setor agrário exportador, difundido tanto no período monárquico quanto na política café-com-leite, fazia dissipar como névoa os efetivos interesses dos agentes econômicos estrangeiros. O capitalismo brasileiro apresentava-se como se fosse “um desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas” (FERNANDES, 2005, p. 276).

A incorporação das empresas de capital estrangeiro às empresas nacionais servia na armação duma fictícia autonomia da burguesia e da aristocracia agrária nacional, em que todo o processo deveria emergir como se fosse realmente produto dum amálgama genuinamente nacional, e não expressão das determinações e imposições do

capital estrangeiro. E assim como todo o processo de implementação da econômica mercantilista colonial, o processo de constituição do capitalismo no Brasil resultou de processos estranhos ao desenvolvimento espontâneo. Todo o seu movimento se inscreveu sob o influxo e a tutela dos interesses do grande capital estrangeiro, sobretudo o inglês e norte-americano. O quadro abaixo permite uma visualização do papel hegemônico ocupado pelo capital britânico no desenvolvimento da economia nacional.

Tabela 10

América Latina – Brasil

Investimentos britânicos, 1825-1913 (em milhões de libras)

Ano	América Latina	Brasil
1825	24,6	4,0
1840	30,8	6,9
1865	80,9	20,3
1875	174,6	30,9
1885	246,6	47,6
1895	552,5	93
1905	688,3	122,9
1913	1.177,5	254,8

Fonte: (SILVA, 1985, p. 36).

O desenvolvimento subserviente e tutelado servia muito mais ao processo de reprodução do capital assentado nas economias centrais do que ao processo de constituição duma espécie de capitalismo nacional. Esse capitalismo tutelado e induzido era insuficiente para superar a complexidade da dominação instaurada, e incapaz de alcançar um estágio de superioridade, à altura da concorrência com os grandes grupos econômicos mundiais. O movimento perdulário de apropriação do excedente produzido no Brasil pelo capital estrangeiro inviabilizava qualquer processo autônomo de desenvolvimento do capitalismo nacional. O caráter servil da personificação do capital na economia nacional esterilizava qualquer potencialidade revolucionária e a reduzia à condição de mera correia de transmissão dos interesses do grande capital transnacional. No âmbito nacional, os preceitos liberais de autonomia do mercado interno e de autodeterminação de seus interesses econômicos não passavam de afirmações ideológicas que colaboravam veladamente para intensificar a subordinação dos interesses nacionais aos interesses internacionais; seu núcleo irradiador se fixava na superexploração da força de tra-

balho livre, tanto do imigrante quanto do nativo.

Num primeiro instante, o capital estrangeiro não se revelou como interessado na aceleração da modernização do processo de produção nacional, pois pouco importava para ele se o setor agrário continuava sendo anacrônico e arcaico nas relações de produção ou nas relações políticas e interpessoais. A questão decisiva era a apropriação e a acumulação de excedentes. O processo de modernização da economia somente poderia ser inscrito preservando os interesses do capital. Na competição pela apropriação de excedente produzido pela força de trabalho, a modernização do setor agroexportador deveria ser realizada de maneira comedida, para não alterar a distribuição do excedente produzido e, conseqüentemente, diminuir a fração de mais-valia que era apropriada pelo capital internacional.

A ampliação do raio de liberdade do complexo industrial na década de 1920 somente confirma o caráter subordinado da economia nacional, em que o capital inglês perde sua posição privilegiada para o capital norte-americano. A pequena margem de liberdade do capital nacional não implicou a superação de seu caráter de dependência, mas somente a migração do controle econômico de uma mão para a outra. A disputa das grandes potências mundiais na partilha do mundo conduzirá a economia nacional à condição de satélite do capital norte-americano, e não ao seu processo de emancipação e autodeterminação.

Esse processo de industrialização opera-se num contexto em que a divisão do trabalho aparece atrelada aos imperativos internacionais e a economia nacional era mero agente consumidor da tecnologia produzida nos grandes centros econômicos. Inexistia a presença das condições para o florescimento de uma indústria de bases autônomas, porque faltavam as condições para o fomento de ciência e de tecnologia à altura do mercado internacional. Não é à toa que grande parte da industrialização brasileira se processa com a importação de maquinário que não interessava mais à metrópole e que colocava seu desenvolvimento numa situação inferior no processo de concorrência com as empresas estrangeiras.

Suzigan (2000, p. 59) afirma que o desenvolvimento da indústria nacional não foi mais amplo no período da guerra devido ao seu caráter de subordinação e dependência de tecnologia, maquinaria e insumos importados:

A indústria têxtil, por exemplo, foi afetada pela falta de soda cáustica e corantes de anilina e, no caso específico de tecido de lã e de seda, também pela falta de fios importados. As indústrias de chapéus e calçados

também foram afetadas pela falta de corantes e outros insumos importados. Os moinhos de trigo e as cervejarias tiveram a produção limitada pela falta de matérias-primas básicas (trigo, malte e cevada). A falta de produtos químicos importados dificultou a produção de fósforo, e a produção de papel foi limitada pela falta de produtos químicos e pasta de madeira. Finalmente, a redução das importações de ferro e aço certamente restringiu o crescimento das indústrias metalmeccânicas.

Os obstáculos apresentados no contexto da guerra revelaram a necessidade de aprimorar a produção nacional. Já a indústria de transformação manteve índices elevados durante toda a década de 1920. Escreve Suzigan (2000, p. 91):

O investimento aumentou em praticamente todos os setores da indústria de transformação na década de 1920. [...] Estabeleceram-se novas fábricas de tecidos de algodão, bem como de tecidos de lã e de seda, e da primeira fábrica de fios de seda artificial (raiom). [...] A primeira fábrica de cimento bem-sucedida foi construída em 1924-1926. Foram também construídas cinco usinas siderúrgicas. [...] Nas indústrias metalmeccânicas, o investimento aumentou substancialmente (embora menos do que no período anterior à guerra), com o início da fabricação de máquinas agrícolas pesadas, algumas máquinas e equipamentos industriais mais simples, equipamento de construção, aparelhos elétricos etc.

A *debacle* do setor cafeeiro com a crise de 1929 intensificou a necessidade do desenvolvimento da indústria nacional e da ampliação do mercado interno. A crise requer que o complexo agroexportador desloque parte substancial de seu capital para o complexo industrial. No entanto, a política econômica externa continua sendo o polo regente do complexo agroexportador. A ampliação do mercado interno aprofunda a aliança do setor agrário com o setor industrial, em que a produção industrial moderna alia-se à produção agrícola. Este setor vai demorar um pouco mais para modernizar completamente todo o seu parque produtivo. Como vimos, a paulatina modernização deste segmento foi posta em curso desde a introdução do sistema de colonato e do trabalho assalariado nas lavouras de café do oeste paulista. A crise de 1929 aponta a necessidade de o Estado interferir mais acentuadamente na economia, na perspectiva de dirimir os aspectos deletérios propiciados pela anarquia do mercado. Somente em 1956 é que a renda do complexo industrial consegue superar aquela proveniente do complexo agrícola.

Na década de 1920, “os investimentos britânicos e norte-americanos na indústria orçavam por 250 milhões de libras esterlinas,

igualmente divididas entre eles” (DEAN, 2000, p. 273). O declínio do império britânico começa a ser sentido depois da Primeira Guerra Mundial. Apesar de o monopólio do comércio externo brasileiro se achar nas mãos das empresas inglesas, esse controle tende a diminuir pelo fato de a Grã-Bretanha não ser o principal consumidor do café brasileiro; este era consumido especialmente pelos EUA, Alemanha e França. No século XX cresce a presença dos capitais oriundos dessas novas praças, devido ao fato de que os principais consumidores dos produtos brasileiros passam a ser também os principais fornecedores dos produtos manufaturados. Escreve Singer (2000, p. 270): “Como fornecedor de produtos, a maior parte manufaturados, os Estados Unidos superam a Grã-Bretanha a partir do período entreguerras, que marca o declínio definitivo da influência britânica no Brasil”.

O refluxo é resultante também do fato de o capital inglês sempre haver investido no país com moderação, aproveitando o processo de industrialização muito mais para vender equipamentos do que para investir pesadamente na industrialização, como fez o capital norte-americano. Esse movimento pode ser observado no número de companhias autorizadas a funcionar no país entre 1861 e 1920. Conforme Singer (2000, p. 370):

Das companhias estrangeiras autorizadas a operar no Brasil, eram britânicas 76% em 1861/75, 59% em 1876/1890, 44% em 1891/1905 e apenas 31% em 1906/1920. Neste último período, as companhias americanas já representavam 25%, as francesas 11% e as alemãs 7% do total.

No período de 1905-1920 se instalaram 138 empresas norte-americanas no Brasil, com atuação que ia da constituição de frigoríficos à montagem de automóveis. E entre os empresários que marcam a presença do capital norte-americano em território brasileiro no começo do século XX, merece referência o nome de Percival Farquhar. Após assegurar sua hegemonia na América Central, Farquhar buscou dominar alguns setores econômicos na América do Sul a partir de 1905⁵⁴. Observa-se a relevância das empresas dirigidas por

⁵⁴ Os planos para dominar a América do Sul se intensificam a partir de 1910, quando “Farquhar adquiriu a ferrovia Paraguay Central, assim como a Asunción Tramway, Light & Power Co. Farquhar completou a construção da estrada de ferro e, em 1913, inaugurou o serviço entre Buenos Aires e Assunção. Em 1912 ele comprou a Compañía Industrial Paraguaya, a qual possuía 2.000.000 ha, cerca de um quinto do Chaco paraguaio. Ali sua Paraguay land & Cattle Co. possuía 1.687.000 ha e criava 45.000 cabeças de gado. Em 1912 ainda, Farquhar adquiriu

Percival Farquhar no volume de capital que começa a operar no Brasil: a Brazil Railway Co. inicia com 50 milhões de dólares, a Madeira-Mamoré Railway Co. com um capital de 11 milhões de dólares. A concessão da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande custou 1 milhão de dólares. Além disso, pagou pela estrada de ferro Sorocabana 2 milhões de dólares. Criou a Companhia do Port de Rio Grande do Sul com 100 milhões de francos-ouro, responsável pela construção do porto do Rio Grande do Sul. Em 1908, Farquhar controlava quase todo o sistema ferroviário de São Paulo, possuindo a Sorocabana, a Mogiana e a Paulista. Formou, na Amazônia, a Companhia de Navegação do Amazonas, que encomendou “12 novas embarcações de 1.000 toneladas em estaleiros holandeses, além de 14 embarcações menores de 40 a 160 toneladas” (SINGER, 2000, p. 383). Criou ainda a Amazon Development Co. e a Amazon Land & Colonization Co., responsável pela mediação da compra de 70% das ações que pertenciam à Companhia Auxiliare des Chemins de Fer du Brésil, com 2.100 km de estradas no Rio Grande do Sul. Adquiriu em 1911 a Companhia do port de Rio de Janeiro. Entre 1912-1913, o império de Farquhar no Brasil era formado pelo controle dos “sistemas de transporte da Amazônia (porto de Belém, navegação no Amazonas e E. F. Madeira-Mamoré) e do Centro-Sul do país (os portos do Rio, Paranaguá e Rio Grande, as estradas de ferro Paulista, Mogiana, Sorocabana, SP-RG e Auxiliaire), serrarias, fazendas de gado, frigorífico e hotel” (SINGER, 2000, p. 385).

Farquhar constituiu seu império recorrendo tanto ao capital norte-americano quanto ao capital europeu. No entanto, seus negócios entraram em crise a partir de 1913 no Brasil, devido ao fato de que ele fazia investimentos que somente poderiam dar retorno em longo prazo, enquanto tinha de pagar seus empréstimos em curto prazo. Aliado a isso havia a redução da demanda de borracha no mercado externo, que afetou profundamente a saúde de suas empresas na Amazônia, e o não recebimento dos 10 milhões de dólares que o governo brasileiro lhe devia. A incapacidade de recuperação das empresas de Farquhar revela que as atividades provenientes da concessão dos serviços públicos não eram tão lucrativas como se imaginava e que “os interesses da nova burguesia industrial em ascensão requeriam serviços chamados de ‘infra-estrutura’ – transporte, energia, comunicações etc. – baratos” (SINGER, 2000, p. 387). É por isso que a maioria do sistema de transporte ferroviário, do sistema

ações da Antofagasta & Bolivia Railway, em Londres, tendo em vista construir uma linha transcontinental de Antofagasta do Chile a São Francisco (SC) no Brasil” (SINGER, 2000, p. 384).

de energia elétrica e do sistema de telefonia será estatizada no fim da Segunda Guerra Mundial. O custo elevado desses serviços inviabilizava a industrialização do país como sinônimo de lucro fácil.

É possível afirmar que 1930 representa o ponto de inflexão fundamental para a inserção do complexo industrial e a predominância das relações essencialmente capitalistas no Brasil. O seu desenvolvimento se inscreve de modo hipertardio⁵⁵, pois o processo de industrialização instituiu-se no bojo das guerras imperialistas, somente depois daqueles países que tiveram seu desenvolvimento industrial tardio (Alemanha, Itália e Japão), após entrarem em conflito com as potências mundiais que controlavam o mundo. É no contexto das guerras imperialistas, orquestradas pela necessidade de reconfiguração da partilha do mundo em novas colônias, que emerge a predominância das relações genuinamente capitalistas no Brasil.

A crise de superprodução no setor cafeeiro atesta a relevância da interferência do Estado no tocante ao planejamento estratégico das atividades econômicas. Em plena adequação com o espírito da época, perpassado pelo modelo keynesiano, o Estado Novo ergue-se como ferramenta auxiliar no processo de industrialização do país, mediante o investimento no modelo denominado de “substituição de importações”.⁵⁶ Desse modo, a política intervencionista do Esta-

⁵⁵ Partindo das análises apresentadas por Engels, Lenin e Lukács para entender a particularidade do capitalismo alemão, J. Chasin afirma que o modo de produção capitalista no Brasil se aproxima – provisoriamente – da via prussiana, enquanto “um caminho histórico concreto que produziu especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproximam de algumas que foram geradas no caso brasileiro” (CHASIN, 1999, p. 573). Guardadas as devidas distinções que marcam o desenvolvimento da economia nacional e o desenvolvimento econômico do capitalismo na Alemanha, os elementos de identidade se revelam tanto no caráter contrarrevolucionário de sua burguesia quanto no papel desempenhado pela grande propriedade rural; evidentemente que esta tem característica distinta, pois, no caso alemão, “se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu”; já no caso brasileiro, “se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial” (CHASIN, 1999, p. 574). Para Chasin, subsiste mais de uma forma não clássica de constituição do capitalismo; além da via prussiana, é possível assinalar a via colonial, e é esta que pautava a história da economia nacional. Escreve Chasin (1999, p. 574): “Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o caminho prussiano; a seu lado, sem que confrimamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de via ou caminho colonial”.

⁵⁶ Segundo Dean (2000, p. 265-267), “a tendência da economia brasileira de substituir as importações por manufaturas locais sempre existiu. [...] Em todas as décadas, depois de 1880, observamos o desaparecimento de meia dúzia, ou mais,

do na economia será fundamental para instaurar as bases ao desenvolvimento do parque industrial no sudeste do país, haja vista que o capital privado não estava disposto a assumir o ônus pela constituição da indústria de base⁵⁷. A substituição de importações é expressão da necessidade de alterar a forma de reprodução do capital no território nacional, pois a redução da capacidade de exportação do complexo cafeeiro e agroexportador implicava a redução da captação de recursos estrangeiros e a aquisição de produtos exportados.

A priorização do mercado interno devido à crise de superprodução alavancou o processo de industrialização. A taxa de crescimento da indústria na década de 1930 foi de 10%, e os setores que representaram maiores percentuais “foram as indústrias de borracha (53%), de cimento (25%), de mobiliário (23%), de papel (22%) e siderúrgica (20%). Notam-se os germes para a instituição da indústria de base. No entanto, é o setor têxtil que contabiliza o maior percentual de crescimento, com 22%, ou seja, mais do dobro da média do crescimento obtido no complexo industrial (SINGER, 2007).

O intervencionismo estatal subvencionou o desenvolvimento do capitalismo industrial, mediante a recorrência a empréstimos bancários no exterior, especialmente ao capital norte-americano. Escreve Arruda (2012, p. 137):

Estados Unidos e Alemanha iniciaram timidamente suas operações financeiras no Brasil. Em 1906, diante da recusa dos tradicionais credores ingleses da Casa Rothschild em apoiar o plano de valorização do café, um consórcio de banqueiros alemães, ligados a uma poderosa firma exportadora da mesma nacionalidade (Theodor Wille & Co.), concedeu um empréstimo de quase um milhão de libras esterlinas ao governo do Estado de São Paulo. Como a quantia era insuficiente, outros grupos de diferentes países – França, Inglaterra e Estados Unidos – decidiram fazer o mesmo. Esta, a propósito, foi a primeira vez que um banco estadunidense (The First National Bank of New York) participou de uma operação financeira no Brasil.

de produtos importantes da lista de importação. [...] O processo de substituição da importação tem de ser considerado uma constante dentro do processo mais amplo de industrialização. A fase da importação de determinado produto começa quando a economia se diversifica a ponto de exigi-lo, e termina quando o seu mercado cresce tanto que lhe assegura a produção nacional”.

⁵⁷ Afirma Marini (2000, p. 85): “Durante o período da guerra, o governo brasileiro consegue obter ajuda financeira pública norte-americana para projetos industriais de importância, como a siderúrgica de Volta Redonda, que permitiu a afirmação efetiva de uma indústria de base no país”.

A dependência econômica brasileira dos grandes bancos estadunidense consolida-se entre 1921 e 1927, em que foram realizados quatro grandes empréstimos, representando um montante de 176,5 milhões dólares. O First National Bank of New York abriu caminho para outras instituições financeiras estadunidenses como: Mercantile Bank of the Americas e a American and Foreign Banking Corporation. Na década de 1920, operam na América Latina aproximadamente 99 filiais do imperialismo financeiro norte-americano. A subordinação da economia brasileira aos propósitos dos grandes banqueiros mundiais pode ser observada no seu contínuo endividamento. Assinala Singer (2000, p. 365-366): “Assim, entre 1890 e 1927, o Brasil efetuou pagamentos no valor de L 344,8 milhões e recebeu novos empréstimos no valor de L 325 milhões”.

Um ponto expressivo deste processo foi a constituição da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A CVRD foi estatizada pelo governo de Getúlio Vargas em 1942 e a CSN foi inaugurada em 1946, graças às negociações estabelecidas por Vargas, em 1942, conseguindo do governo norte-americano autorização para que o Eximbank liberasse um empréstimo no valor de 20 milhões de dólares. Aliadas ao processo de construção da Petrobras (1953), essas empresas representaram um marco na autonomia do país em relação ao mercado exterior no âmbito do ferro, aço (produtora de minérios como carvão, cobalto, manganês etc.) e petróleo. Mas o movimento nacionalista que marcou as décadas de 1930 e 1940 sofrerá um duro revés no decorrer da década de 1950, sobremodo em 1964.

A necessidade imposta pela economia de guerra colaborou para o desenvolvimento desse complexo no âmbito nacional. Uma vez instituídas as bases para o desenvolvimento industrial, o país tornava-se um espaço privilegiado para os interesses dos grandes grupos e das grandes empresas transnacionais. Entretanto, o momento histórico marcado pelo conflito bélico mundial não implicou que a burguesia nacional conseguisse forjar seu processo de superação dos interesses do mercado internacional e das grandes potências capitalistas. Apesar de a economia brasileira, depois de cessado o segundo conflito bélico mundial, desfrutar pela primeira vez em sua história de uma posição mais confortável, isso em nada altera sua condição de subserviência econômica no cenário internacional. Como afirma Brum (1993, p. 88):

O Brasil desperdiça extraordinária oportunidade histórica para dar um salto industrial quantitativo e qualitativo nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, por força do conflito

bélico, o país precisou reduzir suas importações, já que a produção industrial dos países europeus e dos Estados Unidos estava voltada ao atendimento das necessidades militares e as ações de guerra no Atlântico dificultavam o intercâmbio comercial, ao mesmo tempo que participou do abastecimento dos aliados com volume significativo de exportações que proporcionavam constantes saldos positivos na balança comercial. Em consequência, ao término do conflito mundial, em 1945, o Brasil é grande credor internacional, com saldo positivo acumulado acima de US\$ 700 milhões – uma quantia respeitável na época.

No período da II Guerra Mundial o processo de industrialização do Brasil, beneficiado momentaneamente pela crise mundial, não transcorreu de forma autônoma, pois o capital transnacional continuou a manipular o seu desenvolvimento. Nota-se a presença ascendente do capital norte-americano entre 1929 e 1952, que passa de 46 milhões de dólares em 1929 para 70 milhões em 1940, e de 126 milhões em 1946 para 513 milhões em 1952. E no âmbito geral, os investimentos saltaram de 194 milhões em 1929 para 1.013 milhões de dólares em 1952 (MARINI, 2000).

No entanto, nenhum setor cumpriu papel tão decisivo na superação da presença inglesa no território brasileiro como o setor automobilístico. Este serviu aos propósitos da ascendência do imperialismo norte-americano da mesma maneira que o setor ferroviário auxiliou estrategicamente os propósitos do imperialismo inglês; já a malha ferroviária colaborava no fluxo de exportação dos produtos agrícolas e à importação dos produtos manufaturados, dinamizando muito pouco o mercado interno. Assinala Singer (2000, p. 371):

Assim, enquanto as grandes companhias automobilísticas americanas, como a General Motors e a Ford se instalavam no Brasil, ‘abrindo’ um mercado que iria se expandir rapidamente, o capital inglês continuaria investindo nas ferrovias, que com o tempo se tornariam deficitárias e acabariam sendo encampadas pelo governo, a maior parte na década dos quarenta.

A era do automóvel servirá tanto à preservação da tradição exportadora de produtos agrícolas quanto à ampliação do mercado interno para os produtos manufaturados constituídos segundo o modelo da “substituição de importações”, evidentemente com tecnologia toda ela importada. Nos primórdios quase tudo era importado, até que na década de 1950 se estabelecesse uma imensa indústria de base em que quase tudo passava a ser produzido no Brasil, desde as peças e a montagem dos veículos até o combustível. Isso

foi resultante da diminuição da capacidade de exportação do país depois da crise de 1929; a produção agrícola cafeeira não consegue mais assegurar a importação dos produtos manufaturados como nas etapas precedentes.

A crise de 1929 lançou abaixo a resistência alimentada pelos consumidores da classe dos cafeicultores e dos setores intermediários contra o processo de substituição de importações, sob o argumento de que a produção industrial brasileira estava aquém da produção estrangeira em termos de qualidade. A expansão da rede ferroviária marcou o movimento neocolonial inglês, e as ferrovias drenavam a produção agrícola para o mercado externo e para o mercado interno de produtos manufaturados. Todas as ferrovias tinham como destino último os portos instalados em cidades como Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Salvador, Recife etc.

A década de 1950 representa um marco fundamental na consolidação de um processo iniciado na década de 1920. Após um longo périplo se completa o ciclo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O setor automobilístico consegue superar completamente o sistema de transporte ferroviário, à proporção que o automóvel consegue servir de intermédio fundamental no processo de desenvolvimento do mercado interno mediante a superação das barreiras naturais instituídas. Pela mediação do automóvel⁵⁸, uma malha rodoviária ligará o interior do país entre si e com o litoral; as rodovias passam de 113.570 km em 1928 para 459.714 km em 1955. Entre os veículos mais utilizados, o caminhão ganha papel de destaque pela sua capacidade de realizar o transporte de mercadorias no circuito inter-regional. Singer destaca o crescimento do número de caminhões, “que sobe de 54.842 em 1937 para 109.210 em 1947 e para 210.244 em 1951. Ele dobra nos primeiros dez anos, crescendo em média 7% ao ano, taxa que se eleva a 17,9% a.a. entre 1947 e 1951” (SINGER, 2007, p. 272).

Quando comparado com o sistema ferroviário, o sistema rodoviário é relativamente mais barato, pois os investimentos iniciais se limitam à construção de pontes sobre os rios e córregos, enquanto poucos trechos eram pavimentados ou asfaltados. É possível afirmar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está articulado

⁵⁸ Esclarece Gounet (1999, p. 13): “Um automóvel tem no mínimo 20 mil peças. É um produto de tecnologia e organização complexas, cuja fabricação não se limita ao conjunto de seus componentes. Há todo um sistema dedicado a produzir o automóvel. Caso se considere o conjunto do sistema e os serviços ligados a ele (seguros, créditos, garagens...), essa indústria representa, nos principais países do mundo, cerca de 10% do emprego, 10% do Produto Nacional Bruto (PNB) e 15% do comércio externo”.

tanto ao sistema de ferrovias quanto ao sistema automobilístico; este integrou as regiões e marcou a etapa de consolidação do capital no âmbito interno. A época do automóvel pode ser assinalada pelo movimento ascendente de importação de automóveis e combustíveis.

Diante da impossibilidade de crescimento da exportação brasileira na perspectiva de assegurar uma balança comercial favorável, o Estado financiou o processo de constituição da indústria de base, para que as indústrias automobilísticas pudessem se fixar no país na década de 1950⁵⁹. A constituição da plataforma necessária à constituição do império do automóvel pode ser percebida no movimento ascendente da indústria brasileira. Anota Singer (2007, p. 276):

Entre 1939 e 1952, a produção industrial brasileira cresceu a uma taxa média de 8,3% ao ano. Os ramos que mais se desenvolveram neste período foram a indústria de borracha (18,4% a.a.), de material de transporte (16,1% a.a.), metalúrgica (15, 2% a.a.), de minerais não metálicos (12,1% a.a.) e química e farmacêutica (10,5% a.a.).

A produção automobilística estava mais amoldada ao propósito da acumulação e expansão capitalista porque maximizava e potencializava a capacidade de consumo das massas. Isso era difícil de ser realizado pelo setor ferroviário, haja vista que este era um complexo que demandava enorme soma de capitais para ser instaurado e tão só era acessível a determinados clientes. Além disso, o capital investido demorava muito para ser recuperado. Por isso as ferrovias acabam, quase todas, estatizadas. Já o automóvel era uma produção eminentemente de massa. Basta lembrar a produção em série instituída pelo modelo fordista nos EUA e difundida em todos os cantos do planeta⁶⁰.

⁵⁹ A substituição de importações se colocava como uma necessidade para o desenvolvimento capitalista do país porque o complexo agrícola continuava a ser o principal elemento de exportação e de criação de divisa para a aquisição dos produtos manufaturados no mercado externo. Escreve Singer (2007, p. 277): “Em 1952, por exemplo, o café respondia por 73,7% da receita de exportações, vindo a seguir o cacau com 2,9%, o algodão com 2,5%, o pinho com 2,3%, o arroz com 1,9% etc.”. A indústria brasileira não tinha ainda a menor possibilidade de ingressar no mercado internacional.

⁶⁰ Escreve Gounet (1999, p. 18): “Não é necessário, pois o automóvel é uma invenção de fins do século passado. A data básica é 1913, quando Henry Ford, à frente de uma empresa que leva seu nome, formada dez anos, cria aquilo que se denominou fordismo. É uma nova organização na produção e no trabalho destinada a fabricar veículo, o modelo T, por um preço relativamente baixo, de forma que fosse comprado em massa”.

Para que o automóvel fosse inteiramente produzido no país, o governo constituiu uma constelação de incentivos. O crescimento da produção de caminhões e ônibus, por exemplo, “passou de 19.855 unidades em 1957 para 51.325 unidades em 1960” (SINGER, 2007, p. 280). Entre 1957 e 1962, a produção industrial brasileira chegou ao ponto mais elevado de seu desenvolvimento, acumulando uma taxa anual de 11,9%, em que desempenharam papel de destaque “os ramos de Material de Transporte e de Material Elétrico, ambos com 27% a.a., Química com 16,7% a.a., Mecânica com 16,5% a.a., Metalúrgica com 15,6% a.a. e o de Borracha com 15% a.a.” (SINGER, 2007, p. 280). Os outros setores industriais acumularam crescimento sempre acima de 7,5%.

No entanto, não há como desconsiderar que todo esse crescimento se plasmou sob a presença do capital estrangeiro e que as multinacionais cumpriram o principal papel. Nota-se a presença destacada do capital estrangeiro, especialmente na produção de veículos a motor (100%), pneus (100%), vidro (90%), produtos farmacêuticos (86%), autopeças (62%) e alumínio (48%). Quando se analisa a presença do capital nacional em determinados setores, esta se manifesta através do Estado mediante a locação de recursos captados no exterior. Desse modo, o financiamento da indústria de base nas décadas anteriores servia essencialmente aos interesses do imperialismo norte-americano e às multinacionais.

No contexto da Guerra Fria, o controle da economia nacional pela economia norte-americana se intensificou não apenas pela necessidade de abastecer seus mercados internos com as distintas matérias-primas brasileiras, mas especialmente pelo que o Brasil representava para a expansão do capitalismo mundial. Por isso será tecida uma teia complexa de acordos diplomáticos e empresariais, na perspectiva de assegurar o desenvolvimento capitalista, dirimindo os elementos de resistência que poderiam brotar do proletariado do campo e da cidade, enquanto única classe capaz de representar uma alternativa ao capital.

O terreno para o desenvolvimento do capitalismo dos monopólios foi aplainado e encontrou seu coroamento na década de 1950, quando se observa o maior fluxo de capital norte-americano para o desenvolvimento da indústria brasileira (em 1956 foram investidos mais de 2,5 bilhões de dólares). Embora o capitalismo dos monopólios perpassasse todos os momentos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ele alcança seu apogeu na mencionada década. No entanto, o fato de o capitalismo dos monopólios se tornar a forma hegemônica de condução dos rumos da economia nacional não implica que haja desaparecido o capitalismo concorrencial; ao invés de

oposição, existe uma articulação dialética entre eles, servindo o capitalismo concorrencial de esteio para a emergência do capitalismo monopolista. O capitalismo monopolista é imanente ao capitalismo concorrencial; ele existe em potência ao longo de todo o desenvolvimento da forma precedente de ser do capital.

A presença das grandes multinacionais em território brasileiro resultou na superação da interferência do capital estrangeiro de maneira mais mediada. Fica para trás o tempo histórico em que o capital estrangeiro se exprimia de maneira velada e indireta, através do sistema de fusão com as empresas brasileiras e da constituição de empresas mistas, como aponta Fernandes (2005, p. 290): “através de empresas privadas individuais, esconderam a realidade da dominação imperialista, que se estabeleceu mediante a irrupção e a expansão do capitalismo competitivo”. O sucesso do desenvolvimento industrial fundado na aliança de interesses com o capital estrangeiro conduziu a burguesia nacional a desconsiderar a relevância do principal sujeito desse processo econômico.

Por sua vez, o pacto estabelecido entre o capital estrangeiro e o capital nacional mascarava o caráter da dominação imperialista, na medida em que o processo econômico não se pautava por uma intervenção diretamente belicista ou política. Esclarece Fernandes (2005, p. 295):

Para atingir seus objetivos comerciais, financeiros ou políticos, elas não precisavam interferir, extensa e profundamente, na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva das economias hospedeiras; ao contrário, essas estruturas lhes eram altamente vantajosas, já que economias desse tipo não dispunham de mecanicismos econômicos reativos de autodefesa.

A colonização portuguesa gesta as bases para o capitalismo subordinado e dependente, e também para a emergência duma burguesia completamente destituída dos pressupostos que norteavam seus valores nas economias centrais. Ao invés de uma ruptura com a estrutura colonial, o capitalismo concorrencial e monopolista encontrava nela os pressupostos fundamentais para se desenvolver livremente. A aliança da aristocracia agrária com o capital mercantil servia de fundação para a continuidade da unidade de interesses entre a burguesia nacional e o grande capital transnacional na etapa histórica da industrialização. Ao invés de descontinuidade ou ruptura, o desenvolvimento do capitalismo hodierno se inscreveu sob o influxo da unidade de interesses. Não é à toa que a burguesia industrial era formada por elementos provenientes da velha aristo-

cracia agrária e da aliança desta com o capital mercantilista. E assim como o capital industrial emanou do capital mercantil, a indústria brasileira emanou da aristocracia agrária.

Assim, a evolução do capitalismo brasileiro amoldou-se aos interesses do capital internacional, e a posição de subordinação da burguesia nacional a impedia de operar qualquer processo autônomo ou revolucionário. Escreve Marini (2000, p. 100):

A noção de uma 'burguesia nacional' de pouco alcance, capaz de realizar as tarefas que a burguesia monopolista levou a cabo, não resiste, por sua vez, à menor análise. [...] Trata-se, principalmente, de ver que a atuação política da chamada "burguesia nacional" expressa seu atraso econômico e tecnológico e corresponde a uma posição reacionária, mesmo em relação ao desenvolvimento capitalista.

A burguesia nacional emergiu e desenvolveu-se como aliada dos interesses da burguesia internacional e dos grandes grupos econômicos na etapa imperialista do capitalismo. Por sua vez, as economias centrais sabiam que podiam contar com o auxílio e o apoio político da burguesia nacional. Assim, ao invés de tentar desestabilizar seu poder internamente, procuraram sempre fortalecê-la. Os governos de Getúlio Vargas (sobretudo no último mandato) e de João Goulart foram exceções à regra.

O capitalismo concorrencial avançou para capitalismo monopolista sem que houvesse alguma autonomia da burguesia nacional em relação aos interesses estrangeiros; seu caráter subordinado ao mercado mundial manifesta-se como sua substancialidade, e a oposição existente no interior da burguesia à dominação estrangeira não passou de manobra política ou discurso para iludir as massas e os setores intermediários organizados, como os integralistas, comunistas, anarquistas, liberais e nacionalistas. A burguesia nacional, assinala Marini (2000, p. 100), não passa de uma "demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade para fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico".

Aliás, a burguesia nacional sempre foi transnacional, sempre teve posição de indiferença perante os efetivos interesses nacionais; o nacionalismo não passou de um ardid para manipular as massas e serviu tão somente para ampliar o mercado interno segundo os preceitos muito bem estabelecidos pelas grandes potências mundiais, enquanto instrumento dos interesses do grande capital financeiro e industrial. O golpe de 1964 representa o dobre de finados no discurso nacionalista e da afirmação da existência de uma burguesia

nacional; ele implica a sacralização do poder das multinacionais e do capitalismo monopolista no território brasileiro e representa o processo de subordinação da força de trabalho aos imperativos de comando do capital duma maneira muito mais elevada.

Na época da hegemonia britânica, o capitalismo dos monopólios se revelava muito mais no complexo ferroviário e no controle de setores como bondes, telégrafos, telefonia etc. Na etapa norte-americana, o capitalismo dos monopólios se revela em todos os setores, dedicando atenção especial ao setor automobilístico⁶¹. Nesse contexto, o imperialismo norte-americano submete completamente a economia nacional à posição de satélite de seus interesses. Escreve Fernandes (2005, p. 320):

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um instrumento total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: ‘o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil’.

A derrota do reformismo “populista” revela que o Estado se configura como o comitê dos interesses da burguesia internacional e nacional. A tentativa de resistir à ofensiva imperialista não poderia ser operada pelo aparato institucional, porquanto não expressava os interesses das classes dominantes e esta não podia constituir nenhum mecanicismo de resistência aos interesses do imperialismo norte-americano. A burguesia nacional foi gestada nas entranhas do colonialismo português e não passava de uma transfiguração do capital mais desenvolvido. O proletariado nacional era ainda muito débil para ser capaz de apresentar uma ofensiva contra o capital.

A unidade de interesses no processo de apropriação de mais trabalho estava muito bem delimitada para a burguesia nacional contrapor-se aos interesses do imperialismo norte-americano; mesmo que houvesse essa possibilidade, seria tão somente na perspectiva de ampliar a taxa de mais-valia expropriada do trabalho assalariado. A burguesia nacional havia sido forjada na aliança de interesses com o mercado mundial, e toda a sua existência havia sido constituída

⁶¹ Esclarece Singer (2007, p. 283): “Pode-se dizer que o capitalismo monopolista, que antes de 1930 só existia nos serviços de infra-estrutura, lança raízes no Brasil entre 1933 e 1955. O capital monopolista continua sendo, em sua maior parte, multinacional ou estatal, mas alguns grupos privados brasileiros, em ramos como o da fabricação de máquinas, papel e metalurgia, começam a se transformar também em capitais monopolistas por essa época”.

sob o primado da subordinação e da dependência das economias capitalistas centrais. Esta subordinação garantia uma posição muito confortável ao seu processo de controle da força de trabalho e à organização da divisão social do trabalho existente.

A burguesia nacional pouco se importava com a condição nacional de subordinação ou dependência, porque para ela a nacionalidade jamais constituiu um valor fundamental. A nacionalidade somente tinha importância quando assegurava a ampliação do mercado consumidor para operar o processo de realização da mais-valia. A burguesia nacional foi sempre sócia fiel da burguesia internacional, e como em todas as partes do planeta ela somente poderia se manifestar como acumuladora de mais-trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil desvela o verdadeiro substrato da dominação burguesa, em que o Estado comparece como instrumento fundamental para assegurar o poder do capital contra o trabalho e o poder da burguesia contra o proletariado. A quintessência do modo de produção capitalista é a apropriação de mais-valia. É isso que unifica a burguesia nacional à burguesia internacional. A acumulação de excedente da expropriação do trabalho garante a unidade de interesses das distintas personificações do capital. Na etapa imperialista do capitalismo, o Estado precisava sofisticar suas formas de controle da força de trabalho, na perspectiva de assegurar a elevação das taxas de excedentes apropriados. Para isso deveria obstar qualquer movimento de resistência operária.

6.3 O golpe militar-empresarial de 1964 e a subordinação do proletariado

O golpe militar-empresarial de 1964 é produto de uma soma de elementos que apontavam para a preservação dos interesses das multinacionais. Muito mais do que uma crise política, ela é expressão da necessidade de constituir novos mecanismos de controle da classe operária no Brasil, haja vista que a política econômica de concessões e conciliações deveria ser substituída pela intensificação da expropriação da força de trabalho.

O golpe se fazia necessário porque o movimento ascendente da economia brasileira foi interceptado. As taxas de crescimento, de 10,2% em 1956-1962, passaram para 2,9% em 1962-1963. O período de crescimento econômico possibilitava a realização de concessões aos trabalhadores, ao contrário do período de crise econômica. Já o capital estava muito mais interessado em rebaixar os salários do que em elevá-los. Na impossibilidade da recorrência às configura-

ções mediadoras como nos governos de Getúlio Vargas e Goulart, os militares constituem-se como uma mediação extraeconômica para assegurar o pleno interesse do capital transnacional ante os entraves erigidos pelo ideário “nacionalista”.

Nesse espectro se configura a ideologia da segurança nacional, difundida na Escola Superior de Guerra, para a efetivação dos interesses das multinacionais. A palavra de ordem passa a ser a necessidade da constituição de um Estado para além dos preceitos da inócua tentativa de conciliação de classe, ou seja, um Estado forte para debelar as reivindicações operárias e sindicais e plenamente amoldado aos interesses das empresas multinacionais.

Havia então a necessidade de reformulação do aparato institucional criado pela própria burguesia na época do Estado Novo. O direito burguês e a Constituinte de 1946 passam a representar um entrave ao processo de apropriação de mais-trabalho posto em curso pelas multinacionais. Assinala Brum (1993, p. 91):

O desenvolvimento autônomo com forte base industrial, que constituía o cerne da ideologia da Revolução de 1930, vai ser bastante abafado pelas concessões que os novos detentores do poder político-administrativo nacional têm de fazer, quer aos tradicionais interesses do latifúndio rural [...], quer aos interesses estrangeiros, principalmente norte-americanos, e, ainda, pela presença crescente de subsidiárias dos grandes grupos econômicos que se estabelecem no país, mas cujo controle e comando está no exterior.

O capital estrangeiro não estava satisfeito nem tranquilo com as manifestações de massa apoiadas pelos “populistas” e precisava subordinar completamente os interesses do país aos interesses das multinacionais e dos grupos associados. Era preciso um Estado forte para esmagar as reivindicações operárias e fechar o círculo das concessões populares oferecidas.

Como o poder político instituído não garantia uma imediata subordinação de toda a economia nacional aos propósitos das multinacionais, o complexo militar é convocado para exercer funções extramilitares. O golpe de 1964 torna evidente que a burguesia recorre, sempre que necessário, ao poder armado quando o jogo democrático pode resultar numa subversão do estado de coisas vigente. Assim, os militares são interpelados a exercer funções intervencionistas no reino da política quando a democracia burguesa se revela incapaz de assegurar os interesses econômicos imediatos das multinacionais. Desse modo, a democracia deve ser entendida como democracia para o capital poder subordinar o trabalho aos seus im-

perativos. Nesse contexto, a maioria dos governos “populistas” na América Latina é considerada inimiga do imperialismo norte-americano. A operação Condor exigia que a política norte-americana de boa vizinhança na América Latina fosse substituída pela política de intervenção permanente nos governos “democraticamente” instaurados, a espalhar um cenário de violência no continente, em que mais de 400 mil pessoas foram torturadas e 100 mil pessoas, assassinadas.

Os golpistas pegaram desprevenidas as principais lideranças dos partidos de esquerda, dos sindicatos e dos movimentos sociais brasileiros – entidades como PCB, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE e Ligas Camponesas –, que acabaram naquele momento histórico não apresentando nenhum movimento expressivo de resistência nacional. E nesse processo, o Comitê Central do PCB deu amplos sinais de inequívoca capitulação. Em distintos momentos, Carlos Prestes serviu para desmobilizar os setores mais radicais, defendendo equivocadamente uma aliança com a burguesia e entregando “a direção da revolução a Jango”, que não passava dum mero estadista burguês destituído de qualquer articulação com sua classe social⁶². Os equívocos de avaliação do Comitê Central do PCB são um reflexo da debilidade “de um movimento social iludido com a possibilidade das reformas decretadas pelo alto” (REIS FILHO e SÁ, 2007, p. 25). Os equívocos do PCB não poderiam isentar de responsabilidade a Nova Esquerda, composta pelo brizolismo, ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), PCdoB e Ação Popular, amalgamada nas ilusões da possibilidade de reforma do capital segundo o receituário constitucional instituído pela burguesia nacional⁶³. Mesmo assim, a resistência ao golpe

⁶² Na maré de atos conciliadores de Carlos Prestes em 1964, merece destaque sua posição perante a convocatória da CGT de greve geral para o dia seguinte ao golpe militar. Ele telefonou “para a sede da CNTI e propôs a retirada da convocação grevista, sob o argumento de que daria margem para provocações e era desnecessária, uma vez que o Governo dispunha de força militar suficiente para sufocar o levante” (GORENDER, 1990, p. 65). Alguns dias antes, enquanto a burguesia nacional e o imperialismo organizavam movimentos de massa para consolidar o golpe, Prestes procurava desarmar os trabalhadores com seus discursos conciliatórios: “Em conferência comemorativa no dia 27, no auditório da ABI, afirmou que não havia condições favoráveis a um golpe reacionário, mas, se viesse, ‘[...] os golpistas teriam as cabeças cortadas’. No dia 29, por ocasião da festa que reuniu milhares de pessoas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, repetiu a afirmação” (GORENDER, 1990, p. 64).

⁶³ Segundo Gorender (1990, p. 66): “No dia 31 de março, a situação não era ainda favorável aos golpistas do ponto de vista estritamente militar. Teria sido possível paralisar o golpe se, ao menos, alguma ação viável de contra-ofensiva imediata

poderia ter sido menos vergonhosa, porém Jango e consortes não estavam dispostos a trair sua classe.

Como inexistia um indivíduo com expressividade política suficiente para superar os “populistas”, o golpe foi posto em andamento. Na ausência de um tipo semelhante a Bismarck ou Luís Bonaparte para cumprir as funções recomendadas, o complexo militar assumiu o caráter aventureiro e oportunista do modelo bonapartista. A burguesia internacional foi obrigada a fazer uma intervenção cirúrgica para assegurar seus interesses no interior das lutas de classes. Para Rago Filho (2001, p. 171):

Aliás, é precisamente isto que caracteriza as *obrigações* do bonapartismo, este exercício autônomo de um executivo forte, a *verdadeira religião*, com a violência sistemática desferida aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando a controlar todos os poros da sociedade e propiciar altos voos para a acumulação capitalista. A sua tônica será a de se apresentar como portadora dos *ideais revolucionários*, que se põe na defesa da interdependência com o mundo ocidental, com a propulsão de um desenvolvimento associado aos capitais externos, satisfazendo a ambição dos governadores conservadores que apoiaram a escolha de Castello Branco, também com a sinalização da *restauração do regime democrático*, num prazo determinado; e na defesa de uma segurança nacional institucionalizando-se basicamente a repressão interna para a manutenção da ordem social e política, a fim de promover a rápida erradicação dos subversivos.

No fundo, não se tratava da existência de uma ameaça aos interesses do capital, mas da urgência que o sistema possuía em assegurar o processo de apropriação do excedente produzido pelo trabalho, dada a impossibilidade de fazer concessões aos trabalhadores em qualquer escala. Parecia claro para o grande capital que o “populismo” chegava ao seu esgotamento com o mandato de Jânio Quadros, pois este político acabou dando as costas aos interesses do setor mais importante que havia financiado sua campanha, as multinacionais. O capital precisava de aliados políticos mais consistentes, e os partidos tradicionais estavam enredados numa ideologia nacionalista que precisava ser reciclada.

fosse empreendida. Sabe-se que Lacerda só contava com defesa muito precária no Palácio Guanabara. A tomada do Palácio pelos fuzileiros navais seria operação relativamente rápida e de enorme repercussão moral. O mesmo efeito de paralisia teria a dispersão dos recrutas, que desciam de Minas, por uma esquadrilha de aviões de bombardeio. A força-tarefa naval dos Estados Unidos, mobilizada no Caribe pela operação chamada Brother Sam, não alcançaria Santos antes do dia 11 de abril”.

O grande capital considerava as medidas anunciadas pelo governo de João Goulart como descabidas e extemporâneas. Os postulados liberalizantes defendidos pelos ideólogos do IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), como Roberto Campos, julgavam fundamental barrar o processo de estatização e a presença de sindicalistas no poder, bem como o nacionalismo exacerbado e a ameaça “comunista”. Para Rago Filho (2001, p. 159), “as propaladas Reformas de Base, mesmo sem sair dos marcos da sociabilidade do capital, feriam os interesses do capital financeiro internacional e do próprio capital nacional atrofado e subordinado”.

Os interesses dos grandes empresários internacionais se viam ameaçados pelo “populismo” e pela possibilidade de ascensão de outro modelo político que pudesse propiciar um clima de instabilidade ao desenvolvimento do sistema do capital. O referido complexo não estava disposto a correr qualquer espécie de risco, mesmo que todas as reformas anunciadas se achassem inscritas nos marcos da reprodução do sistema do capital. O estatuto político defendido pelo nacionalismo “populista” e pelos sindicalistas reformistas representava uma anarquia e desordem social ao pleno desenvolvimento do capital transnacional, porquanto acentuavam a contraposição e a aversão ao capital estrangeiro e aos interesses das multinacionais.

A ausência de partidos consistentes para defender os interesses do sistema do capital fundamenta a necessidade de constituição do IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), da ADEP (Ação Democrática Parlamentar) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática); e ainda, da ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas), do MAC (Movimento Anticomunista) e do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), organizações de oficiais militares formadas segundo os preceitos da ideologia da segurança nacional e da Escola Superior de Guerra.

A renúncia de Jânio Quadro reforçou essa necessidade. Para isso foi preciso operar um movimento contrarrevolucionário, em que diversos setores da sociedade foram mobilizados. Destaca Gonçalves (2010, p. 31):

O complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos, formulando seus programas eleitorais em troca de financiamento de campanha. Este patrocínio não foi feito através de vínculos partidários, mas sim pela orientação ideológica dos candidatos. Estes tinham de assinar um compromisso ideológico, prometendo lealdade ao IBAD acima da lealdade a seu partido.

O IPES financiou a campanha de Jânio Quadros. Quando este renunciou em agosto de 1961, o referido Instituto já dispõe de uma estrutura para derrubar o governo popular nacionalista de João Goulart. Embora tenha se intitulado como uma entidade apartidária, ele era o verdadeiro partido dos grandes grupos econômicos estrangeiros, que careciam da limpeza do terreno para o seu pleno desenvolvimento no país. Ao contrário do que anunciava, o Instituto desenvolveu uma sofisticada articulação política, ideológica e militar. Buscou reunir em torno dos imperativos do grande capital inúmeros indivíduos e organizações.

Adotando uma forma especializada de atuação política, completamente distinta das velhas organizações existentes, o IPES lançaria mão de um repertório de ações bem mais plásticas para interceptar a ameaça do espectro “comunista” ou da república sindicalista, acentuando a necessidade de uma maior homogeneidade ideológica entre seus associados. Lançando mão de vultosos recursos financeiros, demonstrou cabalmente como o reino da moral nada vale perante os interesses do capital. Para isso, agregou uma plêiade de indivíduos competentes e amoldados às necessidades de reprodução em grande escala dos interesses do capital no complexo ideológico. Desse modo, inúmeros jornalistas, escritores (como Raquel de Queiroz e Rubem Braga), políticos e juristas passaram para o lado dos golpistas, atraídos pela persuasão financeira. Os críticos do fantasma do “comunismo” no Brasil apresentaram discurso articulado e com ares de cientificidade. A finalidade do IPES não era formar e qualificar os quadros a ser inseridos em suas fileiras, mas somente recrutar seus membros no setor empresarial, intelectual, burocrático e militar.

O IPES constituiu-se como o efetivo intelectual orgânico dos empresários, que culminou na derrubada do regime que se configurou no país entre 1946 e 1964. Para destruir a estrutura política que gestou o “populismo”, o Instituto consistia num “grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes” (DREIFUSS, 2006, p. 201). A área de Estudo e Ação do referido Instituto era composta pelos grupos: Levantamento de Conjuntura, Assessoria Parlamentar, Opinião Pública, Publicações, Estudo e Doutrina. O grupo de Levantamento de Conjuntura era presidido pelo General Golbery de Couto Silva.

Entre os empresários que participaram do processo de construção do Instituto, encontra-se Henning Boilesen, presidente da Ultragás, que concedeu auxílio financeiro valioso tanto ao golpe

de 1964 quanto à Operação Bandeirantes (OBAN), em 1968. A Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Tiradentes acertaram suas contas com o famigerado representante empresariado fascista em abril de 1971. Além de Boilesen, outros empresários fizeram parte do Instituto, como Paulo Ayres Filho⁶⁴ (Diretor do Banco Mercantil e empresário da indústria farmacêutica), Aldo Franco (Diretor da Metal Leve), Gilberto Huber (diretor-presidente das Listas Telefônicas Brasileiras S.A.), Charles Edgar Moritz (presidente da Confederação Nacional do Comércio), Gerald Polland (banqueiro). O presidente do Instituto, Paulo Ayres Filho, era amigo do embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, que contava com um especializado grupo de informação e uma rede de influência poderosa no interior do empresariado brasileiro. Segundo Rodeghero (*apud* SPOHR, 2012, p. 60):

empresários norte-americanos com mais de um milhão de dólares investidos no Brasil estavam infelizes com a presidência de Goulart, e os empresários brasileiros ligados ao meio empresarial multinacional pensavam da mesma forma. Alguns deles faziam parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado para agitar, e mais tarde, conspirar contra o governo. Ainda antes de assumir seu posto no Brasil, informa o mesmo autor, Gordon tinha um amigo próximo entre as lideranças do IPES. Com o tempo, ele teria se aproximado de outros líderes.

Para expandir seus tentáculos no interior do movimento de massa, o IPES manteve relações com múltiplas organizações do campo e da cidade e buscou apoio de todos os tipos de agremiações sociais e movimentos da sociedade: entidades religiosas, movimento estudantil, organizações empresarias (FIESP). Manteve, também, uma rede bem articulada com os principais meios de comunicação de massa existentes no país (televisão, rádio, jornais etc.), para combater a ameaça “comunista” e as concessões trabalhistas; além disso, produziu filmes, documentários e milhões de folhetos e livros.

⁶⁴ A participação de Paulo Ayres Filho e sua relação com Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil entre 1961 e 1966, é confirmada através de entrevista realizada por Langguth (1978): “Quando solicitaram que sugerisse um delegado brasileiro para uma conferência transnacional, Gordon lembrou-se do amigo [Paulo Ayres Filho], e ele e Ayres tiveram uma agradável reunião em Washington. Agora, de volta ao Brasil como embaixador, Gordon procurou Ayres e veio travar relações com os seus amigos do mundo dos negócios de São Paulo. Em breve, Ayres descreveu para Gordon uma organização política que estava patrocinando, com o nome canhestro, mas inócuo, de Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) (LANGGUTH, 1978, p. 83-84).

A melhor maneira de combater a possibilidade de ascendência do “comunismo” e dos ideais nacionalistas, exacerbados pelo “populismo”, era colocar em movimento a consolidação do capitalismo transnacional no Brasil. Já a ideologia da necessidade de trânsito do capitalismo subdesenvolvido para o capitalismo desenvolvido constituiu-se como arma teórica utilizada para interceptar a “república operária”.

As atividades contrarrevolucionárias dos partidos do grande capital (IBAD e ADEP) foram objeto duma CPI, em agosto de 1963, e tiveram suas atividades suspensas pela Justiça. Entretanto, o IPES de Golbery, que recebeu apoio financeiro de 297 corporações americanas, permaneceu imune. Entre as empresas que fizeram esta movimentação financeira acham-se:

a siderúrgica Mannesmann, Bayer, Mercedes Benz, Siemens, AEG (Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft), uma das mais importantes empresas eletrotécnicas da Alemanha. A CPI do IBAD tomou centenas de depoimentos e apurou denúncias de doações ilegais. Mesmo com boa parte da documentação da entidade sendo queimada pouco antes do início da investigação, pôde-se constatar que o financiamento do IBAD provinha principalmente de empresas multinacionais estadunidenses, como Texaco, Esso, Coca-Cola e IBM. Mas também de multinacionais alemãs, como a Bayer AG (PSTU, 2013).

De acordo com o livro de René Armand Dreyfus, “1964: A Conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe”, as seguintes multinacionais petroleiras depositaram dinheiro nas contas destes institutos: Exxon/Mobil, Royal-Dutch Shell, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil Co, Gulf Oil Bayer – parceira de grandes bancos imperialistas, entre eles, o alemão Deutsche Bank, proprietário de parte das grandes multinacionais do petróleo.

O complexo industrial instituído pelas multinacionais passou de 17,6% em 1950 para 40,7% em 1980. O apoio dos governos civil e militar proporcionou o crescimento do complexo industrial moderno (siderúrgico e maquinário) e um refluxo da indústria têxtil. A presença das multinacionais e do capital estrangeiro implicou a expansão do contingente operário no país, que passou de 1,5 milhão em 1960 para 4,7 milhões em 1980. Segundo Sandoval (1994, p. 59): “A força de trabalho empregada no setor têxtil cresceu em 29% entre 1960 e 1980, enquanto a indústria metalúrgica expandiu sua força de trabalho em 477%”.

Octávio Ianni soube decifrar a significação histórica da ditadura do grande capital expresso no golpe de 1964. Escreve Ianni (1981,

p. 44):

No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Ao dinamizar as forças produtivas e as relações de produção, favorece a produção de mais-valia, a dinamização dos processos envolvidos na produção de capital. Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva.

Entre os elementos que constituíram o golpe de 1964 encontram-se multinacionais norte-americanas, alemãs, britânicas, francesas, belgas e suíças. A necessidade de intensificação da presença norte-americana no país, pela mediação dos empresários, fazia-se fundamental, pois Jânio Quadros adotou uma política externa independente; João Goulart a aprofundou com o estabelecimento de limites às remessas das taxas de lucros para o exterior. Havia fortes desavenças entre Washington e Brasília, entre Goulart e Kennedy. Nesse contexto, fazia-se necessário intensificar as ações da Aliança para o Progresso e o processo de formação dos militares brasileiros segundo a ideologia da segurança nacional, pela mediação da Escola Superior de Guerra. A presença de membros do IPES no regime militar se configura claramente. Como atesta Ramirez (2009, p. 227):

Com o golpe de 1964 deu-se uma verdadeira colonização dos cargos estatais por parte de membros do Instituto. Eles estiveram presentes durante toda a ditadura militar à frente da Casa Civil e da Casa Militar, do SNI, e dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Órgãos Regionais e esporadicamente no Ministério da Justiça e do Trabalho e Previdência Social, assim como em inúmeros órgãos, bancos e empresas estatais, e também chegaram à Presidência do país dois generais vinculados ao IPES, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Esse último tinha desempenhando tarefas no Instituto, assim como possuía laços familiares com seu presidente, João Baptista Leopoldo Figueiredo, de quem era sobrinho; enquanto Geisel esteve vinculado de forma mais difusa.

Para submeter o processo econômico e político nacional aos imperativos de comando do capital internacional, os métodos adotados não foram nada românticos ou humanitários; lançou-se mão do

velho método da violência aberta e indiscriminada contra todos os opositores. Como ressalta Rago (2001, p. 198-199):

O método empregado foi o método da violência, da subjugação, da manipulação. No desenrolar de sua própria história, o capital atrofico tornou-se inteiramente subordinado aos desígnios do capital concluso. A coexistência pacífica entre as classes sociais foi tentada com a militarização nas fábricas, no campo, nas escolas, nos diversos locais de trabalho. A violência como meio de potencialização das forças produtivas materiais. [...] O terrorismo oficial comprovava precisamente as suas intenções ‘humanitárias’: a exclusão física do outro. O assassinato político. Se a humanidade assistiu à morte dos cataros em nome de Deus, aqui, em nome do *bem comum* se fez a ‘violência edificante’, a barbárie. Na guerra do capital atrofico todas as armas são válidas.

Quando os métodos civilizados fracassam para que se possam operar os processos mais aviltantes de apropriação do trabalho, recorre-se então à coerção aberta, e não mais velada. A recorrência aos militares pelo verdadeiro partido da ordem apontou qual o verdadeiro papel do Brasil no panorama das relações determinadas pelos interesses do mercado internacional. O país não passa de um satélite dos interesses do grande capital, que submete os governos aos seus interesses. Se os métodos tradicionais de convencimento falham, colocam-se em curso os métodos mais radicais de subordinação e controle. O aparato repressivo é invocado para garantir a ordem que interessa ao capital.

O fato de não existir uma resistência sistemática – e não simplesmente episódica, como o caso do almirante nacionalista Cândido Aragão no Rio de Janeiro e do restrito grupo de militares no Rio Grande do Sul – facilitou a efetivação do novo projeto econômico nacional. Este se fundamentava numa política restritiva aos direitos dos trabalhadores, como lei antigreve, lei de arrocho salarial, revogação da lei de estabilidade de emprego, alterações na legislação da Justiça do Trabalho e da Previdência Social e consolidação de uma nova Constituição (1967).

Nesse contexto, as manifestações iniciais de massa em apoio ao novo regime, que marcaram os primeiros dias do golpe, serão seguidas pelo aprofundamento da repressão, incluídos até mesmo setores que a princípio eram favoráveis aos golpistas. Observa-se que segmentos da Igreja, dos partidos liberais e da própria imprensa burguesa passaram, num segundo momento, a ser também afligidos pelas medidas draconianas do novo regime. No entanto, para surpresa dos militares, o ano de 1968 constitui-se como período de

intensa manifestação popular, a exemplo do que acontecia em escala internacional. Entre os movimentos de massa merecem destaque as marchas e passeatas estudantis, que chegaram a reunir, somente no Rio de Janeiro, mais de 100 mil pessoas em repúdio à morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado por policiais da PM carioca no restaurante Calabouço. A queda do valor do salário real em 2,7%, entre 1964 e 1967, alimentou as greves operárias em Contagem (Minas Gerais), em que 16 mil operários paralisaram suas atividades e obtiveram um reajuste salarial de 10%; e as greves dos metalúrgicos em São Paulo, nas cidades de Osasco e do ABC, que agruparam mais 10 mil grevistas em manifestações públicas. O movimento paredista se encerrou com mais de 500 prisões operárias, e suas lideranças, como Zequinha (líder operário da Cobrasma), foram encarceradas e torturadas pelos aparatos repressivos.

A resposta dos militares à intensificação do movimento de massa dá-se mediante leis e decretos como o AI-5, os 12 atos institucionais, os mais de quarenta atos complementares, seus dois decretos-leis e uma sequência de ações abusivas do poder. Como exemplo destas, o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais. A prisão de mais de 800 estudantes no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, torna irreversível, para determinados setores que faziam oposição ao governo militar, o caminho da luta armada. Parece evidenciado que a estratégia de convivência pacífica com os aparatos repressivos dos militares, defendida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), torna-se cada vez mais inócua, haja vista que as medidas do aparato militar lançavam parte expressiva dos militantes na clandestinidade.

A perseguição política e a repressão avassaladora dos militares, com seus aparatos de informação e repressão como o SNI (Serviço Nacional de Informações), DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), ENIMAR (Centro de Informações da Marinha), DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), constituem o pano de fundo dos movimentos que desencadearam a luta armada no Brasil. É nesse contexto que se fortalece a necessidade da resistência ativa por parte de organizações políticas que precediam ao regime militar, como PCdoB, POLOC e AP (Ação Popular)⁶⁵, e das organizações que

⁶⁵ A Ação Popular brotou em 1962 da JUC (Juventude Universitária Católica) e passou por um processo de aproximação do marxismo e pelo afastamento da concepção de mundo religiosa. Um marco dessa mudança de posição ocorre em

emergiram no contexto da ditadura militar, como ALN (Aliança Nacional Libertadora), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), POC (Partido Operário Comunista), PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) etc.

Os setores mais radicais da maioria dessas organizações defendiam uma plataforma política e socioeconômica que extrapolava a mera luta pela redemocratização do país. A luta armada deveria ser preâmbulo para o desencadeamento de um processo revolucionário em que a expulsão dos militares do poder deveria ser seguida pela luta contra o imperialismo norte-americano, contra a burguesia (internacional e nacional) e pelo estabelecimento do socialismo como única forma de combate ao capitalismo. Apesar da clara consonância dessas organizações acerca da falência do modelo defendido pelo PCB, elas acabavam preservando a noção de que as experiências socialistas existentes no Leste Europeu e na ex-União Soviética se constituíam como referencial a ser perseguido; a distinção se passava muito mais no âmbito da tática do que dos fundamentos; tratava-se somente da necessidade de deslocamento da aliança com a burguesia para a defesa da aliança com o campesinato. Esta era, na verdade, a mudança substancial entre PCB e PCdoB. No entanto, a luta pelo socialismo deveria ser precedida pela luta contra o imperialismo e pelo estabelecimento da revolução burguesa no Brasil⁶⁶.

Uma vez assegurados seus efetivos interesses no país, o capital estrangeiro traçou o efetivo papel do Brasil no interior da América

1971, quando passa a denominar-se Ação Popular Marxista do Brasil (AP – ML). A aproximação com o marxismo pela mediação do maoísmo acaba por incorporar parte expressiva de seus militantes, em 1972, ao PCdoB.

⁶⁶ Santos (2009, p. 103) oferece um quadro geral da maneira como o PCB compreendia aquele momento histórico: “A esquerda brasileira, representada pelo PCB, também não previu o golpe militar ou não supunha que este poderia se concretizar, senão momentaneamente. Pois o PCB acreditava na possibilidade de que a burguesia nacional constituiria aliança com o proletariado para formar uma frente nacional-democrática; o caráter duplo da burguesia (ora inclinava à direita, ora tendia para a esquerda) era apenas ‘faces de uma mesma moeda’, pois durante o processo revolucionário a burguesia tenderia ao lado do proletariado”. Este equívoco é expressão da política adotada pela Internacional Comunista, em que a revolução era concebida em etapas: “primeiro, uma etapa em que a burguesia nacional exerceria o papel comparável ao de protagonista, ficando o proletariado como um instrumento de ajuda, de apoio; segundo, uma revolução dirigida pelo proletariado. A revolução seria alcançada através de uma ‘via pacífica’ e teria um caráter ‘nacional-democrático-burguês’” (SANTOS, 2009, p. 103). Essa perspectiva será reeditada pelo PT na década de 80.

Latina. Enquanto aliado fundamental dos EUA, o Brasil ocuparia uma espécie de “satélite privilegiado”, segundo a doutrina Nixon-Kissinger. De acordo com Henry Kissinger (secretário de Estado) e Richard Nixon (presidente), quatro países ocupariam papel privilegiado na política norte-americana: “o Japão, no Extremo Oriente; o Irã, no Oriente Médio; a República Federal da Alemanha, na Europa Ocidental; e o Brasil, na América Latina. Assim, havia, de um lado, o intervencionismo norte-americano na região, que se somava à geopolítica de expansão ideológica do Brasil” (FERNANDES, 2010, p. 173).

O papel do Brasil no Cone Sul ficou claro durante os anos de chumbo da ditadura; obedecendo às determinações estadunidenses, “apoiou os golpes de Estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile, mas também porque estavam de acordo com seus próprios interesses e objetivos e porque aspirava ao *status* de potência hegemônica na América do Sul” (FERNANDES, 2010, p. 173). Assim, o desenvolvimento econômico do Brasil serviu para enredá-lo completamente ao imperialismo norte-americano e transformá-lo numa economia subimperialista. Sua dominação externa não serve para dinamizar sua vida interna, mas somente para “proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano” (MARINI, 2000, p. 99).

Entre os setores internos contemplados pelo regime empresarial-militar de 1964, o complexo sucroalcooleiro ocupa papel destacado, recebendo significativo aporte de recursos públicos para o processo de modernização de sua produção e, desse modo, consegue inviabilizar a possibilidade de reforma agrária no país. É desse período histórico a constituição de programas e financiamentos estatais para expandir e consolidar o poder do latifúndio e do agronegócio no Brasil. Entre eles merece destaque o Fundo de Recursos da Agroindústria Canavieira, o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste, o Fundo Especial de Exportação (1965), o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (1971) e o Programa Nacional do Alcool (1975). Somente pela mediação destes últimos programas (1971-1975), o governo federal investiu mais de 3 bilhões de dólares na modernização e ampliação do complexo açucareiro brasileiro. A justificativa para o descomunal investimento foi propiciada pela triplicação do valor do açúcar e do álcool no mercado internacional, resultante da crise do petróleo que afetou o desenvolvimento do capitalismo mundial. A elevação do valor do barril do ouro negro, de 3 dólares para 28,7 dólares em menos de uma década, serviu de estímulo para a constituição do Proálcool (Programa Nacional do Alcool); neste, somente em Alagoas

foram subsidiadas 19 destilarias, anexas às trinta usinas existentes, bem como foram construídas nove destilarias autônomas.

Isso representou o estabelecimento de um processo de industrialização da produção agrícola que implicou a proletarização definitiva dos trabalhadores do campo e o colapso da produção rural, ainda caracterizada pela presença das arcaicas relações mercantis. Nesse processo, o Estado constituiu-se como mediação fundamental de integração da agricultura à subordinação do capital financeiro e ao sistema global de acumulação de mais-trabalho, e o capital transnacional funcionou como o principal agente de organização dos mercados rurais (*commodities*) e de acumulação de capitais na agricultura (LIMA, 2001).

O desenvolvimento dos complexos agroindustriais esteve na base de fundamentação da propagação ideológica do denominado “milagre brasileiro”, que não passou de um crescimento econômico propiciado pelo endividamento do Estado mediante o desenvolvimento da política de recorrência a empréstimos no exterior. Na verdade, o crescimento artificial deste complexo está plenamente conectado à crise estrutural do capital e à necessidade de expansão do mercado para o capital transnacional. A saída posta em curso achava-se plenamente moldada à financeirização da economia mundial, em que o processo de concessões de empréstimos vultosos aos países do terceiro mundo endividaria completamente a classe trabalhadora, que efetivamente financia o Estado burguês.

O golpe de 1964 consolidou a aliança de interesses entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, modernizando o complexo agroindustrial, ainda perpassado pela presença de traços mercantis e oligárquicos. Além do financiamento das usinas, o regime empresarial-militar beneficiou expressivamente o processo de acumulação de capitais deste setor produtivo mediante sua constelação de medidas repressivas que impediam o livre florescimento das organizações trabalhistas e a melhoria das condições de trabalho. Dessa maneira, criou-se na região agrária uma cultura avessa a qualquer possibilidade de organização autônoma dos trabalhadores; quando muito as organizações sindicais gozavam tão somente das políticas assistencialistas complementares à atuação do Estado. Nesse contexto, houve o desmantelamento dos sindicatos combativos e atuantes pelo instrumento repressivo do Estado burguês e pelas milícias constituídas pela iniciativa dos próprios agentes econômicos em discussão.

O interesse das multinacionais no Brasil estava relacionado ao baixo custo da força de trabalho e à riqueza natural existente. O

capital investido tinha como propósito explorar a força de trabalho. Dotadas das habilidades científicas e tecnologias, além dos incentivos fiscais e creditícios dos governos federal e estaduais, as multinacionais reúnem as condições ideais para inserir o Brasil na exportação também de produtos manufaturados. Graças à presença das multinacionais a produção industrial brasileira tem uma alteração significativa e começa a concorrer no mercado internacional. Entre em 1964 e 1980, o volume das exportações brasileiras passou de 9,3% para 45,5%, passando a dividir um percentual expressivo com o setor agroexportador. As exportações inicialmente estavam fixadas em bens de consumo não duráveis, como tecido, vestuário e calçados, para nos últimos anos deste ciclo se apresentar também no setor de bens duráveis, como material de transporte, aparelhos elétricos, máquinas, caldeiras etc.

Mas a capacidade expansiva das multinacionais estava intrinsecamente articulada com a capacidade de exploração da classe operária. Observa Singer (2007, p. 288): “O reduzido valor da força de trabalho é condição indispensável para tornar competitivos, no mercado mundial, os manufaturados brasileiros. O que requer uma política de contenção salarial permanente”. O valor da força de trabalho do operariado tem de se achar no mesmo nível de rebaixamento das economias asiáticas⁶⁷ e africanas. De maneira que a média salarial do operariado brasileiro fica abaixo de países como Colômbia, México e Panamá (SINGER, 2007).

⁶⁷ Recorrendo aos dados divulgados pelo Departamento do Trabalho dos EUA e publicados pelo Jornal do Brasil em 10 de abril de 1988, Ricardo Antunes (1995, p. 23) esclarece que: “Em 1975, quando se iniciou o estudo comparativo, um operário brasileiro custava 86 centavos de dólar por hora, enquanto que o de Cingapura custava 84 centavos e o de Hong Kong apenas 76 centavos. Enquanto os salários dos trabalhadores daqueles dois países asiáticos aumentaram mais significativamente nos últimos 13 anos, o dos brasileiros atingiu 1 dólar e 86 centavos em 1982 – seu nível mais alto – estagnando-se e rebaixando-se posteriormente”. Em 1987, valor de custo de uma hora do operariado brasileiro era de 1 dólar e 49 centavos, enquanto que uma hora do operário norte-americano custava 13 dólares e 46 centavos, quer dizer, o operário brasileiro recebia dez menos que o operário norte-americano (ANTUNES, 1995). Segundo o DIEESE (apud ANTUNES, 1995, p. 76): “enquanto o ferramenteiro dos EUA, ganha 15,76 dólares por hora, o brasileiro ganha 1,95. O ajudante lá ganha 13,20 enquanto que aqui ganha 0,73 por hora”. Acrescenta Antunes (1995, p. 76-77): “O operário-ferramenteiro da Ford do Brasil, qualificado, com anos de experiência, ganha em média menos que 570 dólares por mês. Isso para não falar do salário do peão da produção, com menos nível de qualificação, mais suscetível às oscilações de mercado e, consequentemente, menor remuneração. Com esse salário – que faz proliferar as favelas circundando a indústria automobilística do ABC paulista – muito inferior ao salário calculado pelo DIEESE, o operariado metalúrgico vive uma violência cotidiana”.

O processo de “substituição de importações” operou uma reversão da condição de mero importador de produtos manufaturados para a situação de exportador de manufaturados a partir do final da década de 1960; na década seguinte as exportações brasileiras cresceram numa média de 7% ao ano. O regime de 1964 havia elevado o país a um novo posto na divisão internacional do trabalho e o inscrevia no panteão das economias capitalistas em processo de desenvolvimento. A necessidade de exportação era uma demanda tanto das multinacionais quanto da necessidade de ampliar as divisas do país, na perspectiva de assegurar o ônus de todo o processo representado pela internacionalização da produção industrial brasileira. É que o desenvolvimento foi todo ele inscrito mediante a captação de recursos no exterior e o endividamento externo do país.

Como a única maneira que assegurar as taxas de crescimento de 7% ao ano consistia em aprofundar os ataques à classe operária, chegou um ponto em que o processo se tornou insuportável e a classe operária foi obrigada a recorrer ao expediente da greve. Não é à toa que o palco das grandes greves que marcam o final da década de 1970 foi o ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano), exatamente o espaço geográfico e político onde estavam instaladas as multinacionais. A política de beneficiamento das multinacionais mediante o ataque aos direitos dos trabalhadores e o rebaixamento dos salários é o elemento que gesta o movimento paredista dos metalúrgicos do ABC paulista. A greve serve não somente para revelar a existência de um proletariado na história do Brasil, mas também para assinalar a clara contraposição existente entre o capital e o trabalho.

Ao fazer uma análise do movimento operário paredista entre 1945 e 1990, Sandoval afirma que as greves no setor moderno foram um terço menor que as greves sucedidas no setor tradicional (têxteis, couro, alimentação, minerais não metálicos). Este setor se mostrou permanentemente disposto a entrar em greve para alcançar a melhoria de suas condições de vida. Mesmo durante a intensificação da repressão, entre 1947 e 1949, o setor tradicional foi responsável por 70,5% das greves (SANDOVAL, 1994). No entanto, entre 1961 e 1963, ocorreu a primeira virada: à proporção que “o setor moderno exibiu um índice de greves mais alto que o do setor tradicional, os trabalhadores do setor moderno passaram a ser os mais propensos à greve” (SANDOVAL, 1994, p. 42). Os metalúrgicos exerceram papel predominante na luta contra a corrosão de seus salários pela elevação das taxas inflacionárias e pela crise econômica.

O golpe de 1964 representou um forte declínio no movimento grevista do complexo industrial. Escreve Sandoval (1994, p. 49): “A

partir de 1964-1968, os primeiros anos de governo militar, muitos dos sindicatos pertencentes ao setor tradicional foram colocados sob intervenção federal, seus líderes foram presos ou perseguidos, e os empregadores tiraram partido da situação para expurgar os ativistas sindicais de seus quadros de empregados”. Em 1970, existiam no país aproximadamente 483 sindicatos sob intervenção federal, e ainda 49 federações e quatro confederações (SANDOVAL, 1994, p. 54).

O regime militar-empresarial foi marcado pela presença de atividades paredistas pouco registradas. Escreve Sandoval (1994, p. 44): “As poucas referências esparsas ao conflito industrial durante esse período (1969-1974) sugerem que um grande número de incidentes ocorreu nas indústrias do setor moderno, particularmente entre os trabalhadores da indústria automobilística”. Após um longo período de amordaçamento do controle operário e das organizações sindicais, entre 1978-1979 assistiu-se a um ressurgimento do movimento operário, que perfaz mais do dobro das paralisações que ocorreram entre 1961-1963.

A greve dos metalúrgicos do ABC representava uma contração ao modelo imposto pelo FMI e pelo Banco Mundial para equilibrar as contas do país. Entre as medidas adotadas destaca-se a necessidade de rebaixar os salários. As perdas acumuladas em 1968 eram de 57% quando comparadas com o valor dos salários em 1959. Mesmo no período do denominado “milagre brasileiro”, os trabalhadores não tiveram melhorias substanciais em seus salários; pelo contrário, ampliaram-se os mecanismos de controle dos salários através da intervenção dos tribunais do Trabalho. Esclarece Sandoval (1994, p. 61): “A década de 1970 mostrou um padrão similar de declínio dos salários. Em termos de salários reais, entre 1970 e 1978 o trabalhador brasileiro perdeu aproximadamente 30%. Em geral, esse declínio parece ter afetado toda a classe trabalhadora”. A classe trabalhadora constitui a principal financiadora do crescimento econômico do país. Os ideólogos do sistema afirmavam a necessidade de “primeiro fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”; evidentemente, o bolo cresceu, mas ele jamais poderia ser partilhado com o proletariado. Por isso eclodiram as greves de 1978-1979, contra a intensificação das relações de trabalho, a legislação repressiva e o arrocho salarial. Segundo Antunes (1995, p. 12), “se em 1978 pode-se falar em meio milhão de trabalhadores em greve, no ano seguinte este *quantum* atinge a soma de 3.241.500 trabalhadores”.

Mas o governo e os empresários conseguiram dobrar os operários ao adotarem a política de reajuste semestral dos salários e admitirem o processo de negociação direta entre empresários e patrões,

estabelecendo diferentes formas de remuneração do trabalho.

A década de 1980 será marcada pela presença de greves operárias, até encontrar seu pleno refluxo no decorrer da década de 1990. Escreve Antunes (1995, p. 20): “Vimos também que, na primeira metade da década, até 1986, as greves deflagradas pelo operariado industrial atingiram quase 50% do total, mas que houve uma incorporação crescente dos assalariados médios e dos trabalhadores de serviços”. Assim, as greves do complexo industrial, seja no setor tradicional, seja no setor moderno, serão sumariamente suplantadas pelas greves instituídas no setor de serviços, encontrando sua mais elevada expressão entre os trabalhadores assalariados (bancários e funcionalismo público). Mesmo assim, a continuidade do processo de superexploração do trabalho permaneceu, pois o operário precisava trabalhar em 1981 em torno de 70% a mais do que em 1965. As taxas de crescimento econômico do governo militar-empresarial foram produto direto da exaustiva repressão ao movimento operário e ao processo de superexploração da força de trabalho.

Apesar de suas limitações e contradições, o movimento paredista dos metalúrgicos do ABC constitui-se como um marco fundamental na história da luta de classes na sociedade brasileira; nele, fica mais que patenteado a possibilidade de radicalidade no proletariado e seu papel de vanguarda nas transformações substanciais no interior do sistema do capital. A greve dos metalúrgicos serve como prelúdio do fim do regime do militar e explicita a necessidade de o capital adotar posições coercitivas mais veladas e menos repressoras.

Como o jovem proletariado brasileiro não possuía ainda uma clara consciência histórica da necessidade de uma ofensiva socialista e da relevância de superar o capital e o trabalho assalariado, ele acabou sendo tragado no interior das lutas reformistas da burguesia. No entanto, a sua manifestação serviu para arrastar consigo uma plêiade de organizações e intensificar a luta de classe no campo e na cidade.

A radicalidade do movimento espontâneo das massas operárias acaba sendo submetido à lógica da reprodução da sociabilidade burguesa, na medida em que elege a disputa parlamentar como centro de todo o processo. Neste contexto, o Partido dos Trabalhadores erige-se como mecanismo salutar para enquadrar os trabalhadores no interior da institucionalidade burguesa, conduzindo-os ao paulatino afastamento da luta pelas mudanças substanciais; a subversão da ordem do capital é preterida pela luta por melhores condições de vida no interior da sociabilidade burguesa. O movimento de massa será redimensionado para as lutas inócuas das mudanças no interior da ordem instituída, tais como a campanha das “Diretas Já” (1984)

e a reforma da “Constituinte” (1988). As décadas seguintes servirão como testemunho de que nenhuma dessas lutas toca na essência das contradições que sustentam o sistema do capital, pois são incapazes de proporcionar mudanças substanciais para os destituídos dos meios de produção e de subsistência, mantendo intacto o edifício sociometabólico do sistema instituído.

Ao invés da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, a consolidação do capitalismo no Brasil resultou num permanente ataque aos direitos dos trabalhadores. O regime instaurado em 1964 representa uma inflexão decisiva no processo de aplainamento do caminho para o reinado triunfante das multinacionais, enquanto expressão mais desenvolvida do capital. O regime militar-empresarial representou o amálgama perfeito para que o capitalismo brasileiro se consolidasse como uma formação completamente dependente e subserviente ao capital estrangeiro e ao imperialismo estadunidense.

O regime militar-empresarial assegura ao capital pleno poderio das multinacionais sobre a força de trabalho assalariada, e realiza finalmente o salto da população rural para a população urbana. Isso revela a peculiaridade do capitalismo brasileiro como essencialmente hipertardio, pois a subordinação da agricultura à indústria tem como pressuposto fundamental o apagamento de todos os vestígios da produção de subsistência e das relações de trabalho compulsório. É pela interferência do capital transnacional que o campo será completamente amoldado à cidade e sua população restará completamente destituída dos meios de produção e dos meios de subsistência.

A partir de 1970, o exército industrial de reserva no Brasil será plenamente instituído. Com a sua presença assegurada, o capital poderá então imperar de maneira absoluta sobre a força de trabalho assalariada e determinar o valor da força de trabalho que melhor lhe convier. Como aponta Marini (2000, p. 97):

A política de integração ao imperialismo tem um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso que dá aos investimentos e à racionalização tecnológica e, em virtude desta última, acelerar o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria. Não se trata, como vimos, apenas de reduzir a oferta de empregos para os novos contingentes que chegam anualmente, na proporção de um milhão, ao mercado de trabalho: implica também a redução da participação da mão-de-obra já em atividade, aumentando fortemente a incidência do desemprego.

A expansão das multinacionais presume a constituição de um

exército industrial de reserva; ele será formado pelo desenvolvimento de um movimento migratório interno, em que as regiões atrasadas e não industrializadas do país, como o Nordeste brasileiro, servirão para alimentar, drenar e irrigar com força de trabalho excedente o desenvolvido Sudeste brasileiro. E assim como os imigrantes italianos serviram para constituir a riqueza paulista, os imigrantes nordestinos viabilizarão o desenvolvimento de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Eles serão a força propulsora do sucesso na implantação dos projetos faraônicos da década de 1970, tais como: ponte Rio-Niterói, Transamazônica, Projeto Carajás, diversas hidroelétricas etc. O referido exército alimentará tanto o setor automobilístico quanto o setor da construção civil. O desenvolvimento econômico como segurança orquestrado pelos militares e empresários no poder acentua e eleva as desigualdades regionais, na perspectiva de transformar determinadas regiões em zonas de formação do exército industrial de reserva.

As greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978-1979 indicam que o capitalismo brasileiro havia se instituído como um movimento muito distinto daquele que caracterizou a sua constituição em outras regiões do mundo. O seu caráter subordinado e dependente corta como uma diagonal de alto a abaixo seu processo de gestação, constituição e consolidação; seu périplo de constituição se revela claramente distinto daquele da forma clássica, sendo um percurso complexo, marcado por profundas contradições e paradoxos. Mas a aparição do proletariado em 1978 na cena histórica brasileira serviu para confirmar o caráter crucial do capital em qualquer parte do mundo. O objetivo fundamental do capital tanto nas economias dependentes quanto nas economias centrais é a acumulação de mais-valia (absoluta e relativa). E a greve se revela como a ferramenta mais eficaz para o proletariado poder dizer em elevado e bom tom quem é o responsável pelo conteúdo material da riqueza socialmente produzida. A greve atesta que o proletariado é a única classe que pode fazer mudanças substanciais na sociedade devido ao papel que ocupa na produção e reprodução material da sociedade; por isso os capitalistas trataram de constituir mecanismos para transformar o movimento paredista de 1978-1979 somente num pesadelo das suas imagens oníricas do passado. Por isso o capital não pode incorporar a greve dos metalúrgicos e dos trabalhadores que transformam a natureza ao seu léxico.

A greve precisa ser imediatamente interceptada pelos representantes do capital, porque ela pode fazer eclodir o desenvolvimento da consciência da capacidade operária de controlar a produção e a circulação da riqueza produzida. Pode tornar efetivamente claro que

o trabalho não depende do capital para vir ao mundo, mas que o capital somente pode subsistir mediante a expropriação do trabalho vivo. O desenvolvimento desta consciência pode irromper de uma hora para a outra no curso da sociabilidade constituída; por isso o capital precisa sofisticar cada vez mais as suas formas de controle sobre o trabalho, de maneira que os trabalhadores acabem por incorporar os valores ideológicos que servem à reprodução do capital e não desenvolvam as suas potencialidades para constituir uma alternativa ao sistema metabólico existente.

A década de 1990 será pautada pelo colapso do ímpeto paredista do movimento operário e pela diminuição das greves até mesmo no funcionalismo público. A queda do Muro de Berlim e o malogro das experiências pós-capitalistas na ex-União Soviética, na China e no Leste Europeu colaboraram para a intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores em escala nacional e internacional. As políticas neoliberais encontraram pleno espaço de difusão no interior do país e o cerceamento do ímpeto grevista colaborou para o processo de privatização das empresas estatais e para o fechamento de muitos postos de trabalho. Nessa nova década, a palavra de ordem do movimento sindical era negociar a manutenção e a preservação dos postos de trabalho, para minimizar os efeitos deletérios do desemprego que pairavam sobre a classe trabalhadora. De derrota em derrota, a única coisa que o movimento sindical soube fazer no final do século XX e no começo do século XXI foi administrar o capital e colaborar na aplicação das leis draconianas do capital contra o trabalho. A ascendência do PT ao governo central subordinou completamente a classe operária e os trabalhadores assalariados aos propósitos do sistema do capital e apontou como é inócua a tentativa de reformar o capital.



CAPÍTULO VII

O CAPITAL E SEU INEXORÁVEL EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

Nossa breve análise do desenvolvimento da economia brasileira intenta caracterizar tanto a essência do capital mercantil (simples e complexo) quanto a do capital industrial. A quintessência do capital se chama acumulação de mais-valia. Escreve Marx (1985b, p. 191): “Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção”. No entanto, a constituição da maneira modal de configuração do capitalismo não implica que o capital não possa recorrer às formas anômalas ao seu modo genuíno de ser, ou seja, não impede que ele recorra ao trabalho escravo ou servil para gestar as condições propícias ao seu pleno desenvolvimento.

Observou-se no decorrer deste livro que o trabalho assalariado não poderia vir ao mundo enquanto inexistisse, de um lado, a presença de uma numerosa força de trabalho disponível, e do outro, um processo de acumulação primitiva de capital. A inexistência duma numerosa força de massa disponível na economia brasileira resultou na preservação da formação anacrônica da constituição da força de trabalho escrava. Assim, o imperialismo inglês foi obrigado a operar

de forma cirúrgica no processo de desenvolvimento da economia brasileira, visando criar as condições adequadas ao livre florescimento das relações assentadas no trabalho assalariado.

A superação do capital mercantil pelo capital industrial impunha a necessidade de reconfiguração da relação entre capital e trabalho, impondo a necessidade de aquele exercer controle direto sobre este. Em outras palavras, a subsunção formal consistiria numa clara subordinação real e efetiva. Por sua vez, não se podia fazer sua transferência ou transposição simplesmente porque inexistiam as condições propícias ao livre desenvolvimento do trabalho assalariado na economia brasileira; não se tratava de simples carência de vontade política, mas de ausência das condições materiais para se operar a constituição das relações capitalistas na principal colônia portuguesa. Essa dificuldade não se circunscreveu à economia nacional, pois as colônias inglesas e francesas padeceram do mesmo problema, daí também haverem recorrido ao trabalho escravo. O caráter do capitalismo não expressa somente o baixo nível de desenvolvimento econômico lusitano, pois decorre do fato de que o capital precisa percorrer determinado caminho até se instaurar em sua forma efetivamente capitalista.

Nesta breve incursão histórica, nota-se que o capitalismo somente poderia se instalar plenamente no território brasileiro num contexto em que o trabalho assalariado e a terra como propriedade privada pudessem ser plenamente instituídos. Essas condições não brotaram espontaneamente, mas foram gestadas em meio às contradições que o trabalho escravo cria para a reprodução efetivamente capitalista na metrópole.

A constituição de uma população flutuante é uma condição essencial para a subordinação do trabalho aos propósitos do capital. Escreve Marx (1985, p. 200):

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa.

A existência do exército industrial de reserva torna os trabalhadores simples apêndices do processo de reprodução do capital; sem ele o capital jamais poderia se tornar o senhor inexorável do trabalho. É o controle absoluto sobre o trabalho abstrato que torna

o capital uma entidade que parece *causa sui*, quando na verdade é simplesmente trabalho morto que se ergue contra o trabalho vivo.

Uma observação preliminar de nossa história permite confirmar a tese marxiana de que a lei absoluta do capital é a acumulação de mais-valia e que o capital não pode exercer seu controle absoluto sobre o trabalho sem constituir uma população formada por homens dispostos a vender sua força de trabalho. É preciso atentar para o fato de que cada modo de manifestação do capital pressupõe uma dada forma de conceber a existência do contingente populacional da mesma forma que cada modo de produção pressupõe uma especificidade no trato da população.

O capital mercantil estabelece uma relação peculiar com a massa populacional trabalhadora que é distinta da maneira como o capital industrial se relaciona com o seu contingente populacional. No mercantilismo, a população mundial foi reconfigurada completamente para atender aos propósitos do lucro e do mercado mundial; contingentes enormes populacionais foram deslocados de um canto ao outro do planeta para servir aos propósitos da acumulação primitiva. O fluxo do movimento migratório é essencialmente pautado pela liberdade do capital e pelo processo de transformação dos seres humanos em mercadorias moldadas aos imperativos do capital comercial.

No movimento que culminou com a dizimação e genocídio de 6 milhões de indígenas que existiam no Brasil, o capital mercantil deslocou para este país mais de 5 milhões de pessoas literalmente acorrentadas e algemadas. Não foi um fluxo migratório livre e soberano, mas inscrito sobre o signo da violência. A liberdade foi uma experiência que se circunscreveu tão somente ao capital. As populações nativas da África e da América desconhecera completamente a experiência da liberdade e da emancipação humana. O fluxo migratório se deu pela violência aberta e declarada, em que milhões de pessoas foram sequestradas, capturadas e transportadas para a América. Os seres humanos foram marcados como animais selvagens no traslado para a América; muitos não resistiram ao tratamento bárbaro e faleceram. Foi um movimento migratório perpassado pela experiência dos porões dos navios negreiros e pelos gritos dantescos de terror dos corpos lançados ao mar – expressão que marca o poema, *O navio negreiro*, de Castro Alves.

O povoamento do território brasileiro foi realizado mediante o deslocamento forçado de milhões de africanos procedentes de Guiné (Senegâmbia), Luanda, Benguela, Cabinda, Tanzânia, Moçambique, Malauí, Zâmbia, Nigéria (Golfo do Benin) etc. Dessas regiões,

foram capturados e transportados nos porões imundos dos navios negreiros, adultos e crianças procedentes de povos como manjacas, balantas, bijagós, mandigas, jalofos, dagomés, jejes, haussás, tapas, nagôs etc. (ALBUQUERQUE-FRAGA FILHO, 2006). A migração forçada foi a principal forma de reprodução da força de trabalho no Brasil colonial e monárquico, ao tempo que consiste numa potência econômica vital ao processo de acumulação primitiva de capital. A emigração foi intensificada porque a superexploração dos escravos abreviava seu tempo de vida e impedia o crescimento de suas taxas de natalidade, diferentemente das taxas demográficas da população livre portuguesa fixada no país.

As alterações econômicas que levaram à falência do modelo colonial lusitano e a passagem do Brasil à condição de nova colônia do imperialismo inglês impunham a necessidade de se estabelecer uma relação distinta com sua população. Apesar de não tratar a população com “mero ser falante”, o capital industrial submeteu as massas aos seus propósitos, deslocando seus contingentes populacionais de um lado para o outro do planeta. Ao submeter o campo à cidade, a Revolução Industrial transformou o campo num espaço fortuito para o desenvolvimento agrícola que lhe interessa e os seres humanos foram jogados nas cidades para serem substituídos no campo pela agricultura intensiva e/ou pela criação de bovinos, equinos, suínos, ovinos etc. O fluxo e refluxo populacional da Irlanda servem como testemunho de como o capital plasma o crescimento populacional aos seus propósitos. Conforme Marx (1985, p. 248):

A população da Irlanda havia crescido até atingir, em 1841, 8.222.664 pessoas, mas passou a se contrair depois, contando, em 1851, 6.623.985, em 1861, 5.850.309, em 1866, 5,5 milhões, tendo então regredido mais ou menos a seu nível de 1801. O decréscimo começou no ano da fome de 1846, de modo que a Irlanda, em menos de 20 anos, perdeu mais de 5/16 de sua população. Sua emigração global de maio de 1851 a julho de 1865 foi de 1.591.487 pessoas.

O fenômeno que está por trás deste inusitado fluxo migratório é a concentração de terras e expulsão dos camponeses de seus lotes. O fator que propiciou epidemias e mortes foi a concentração de riqueza e de terras nas mãos dos capitalistas agrários e industriais, e todo um processo de subordinação da economia irlandesa aos propósitos ingleses. A fome assolou o país em 1841 e dizimou mais de 1 milhão de vidas. No entanto, isso não “trouxe o menor prejuízo à riqueza do país”(MARX, 1985b, p. 253). A miséria da população rural irlandesa está plenamente conectada ao crescimento da riqueza

dos capitalistas.

Os ciclos migratórios para o Brasil estão plenamente conectados à necessidade de limpeza dos campos de sua antiga população rural pelos capitalistas agrários e industriais da Inglaterra e consortes europeus. A passagem do capital mercantil para o capital industrial pressupunha o deslocamento de massas de homens e mulheres de um lado do mundo para o outro. O capital industrial precisava varrer as terras da Irlanda da presença dos pobres camponeses e deslocá-los para o espaço urbano ou transferi-los para outros países. O ciclo migratório que orienta o crescimento populacional brasileiro, após o colapso do sistema colonial lusitano, denota a necessidade de ampliar as taxas demográficas do país para tornar a experiência do trabalho assalariado uma realidade nacional.

Após quatro séculos de deslocamento da força de trabalho escrava do continente africano para o Brasil, houve um período histórico de inusitado movimento migratório estrangeiro (europeu, e não mais africano) financiado pelo governo, que substituiu gratuitamente a força de trabalho anteriormente instituída. O fluxo migratório implicou o deslocamento de mais de 4 milhões de trabalhadores imigrantes para o Brasil somente entre 1877-1930, e a inusitada constituição de seu fantástico exército industrial de reserva. Assim, seres humanos foram deslocados da Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Japão etc. para atender às demandas do capital. Essas pessoas vieram para o Brasil porque as condições de vida em seus países de origem eram insuportáveis. Para escapar à ameaça de morte por fome ou inanição, milhões de seres humanos se viram obrigados a entregar sua pele para serem esfolados pelo capitalista agrário nas plantações de café paulista ou pelo capitalista industrial nas unidades empresariais instituídas.

Esses deslocamentos populacionais foram ordenados pelo mercado mundial, pois “grandes massas humanas deveriam estar disponíveis para ser subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas” (MARX, 1985b, p. 201). Esse processo de deslocamento populacional se inscreve de modo bem mais dinâmico do que na época do capital mercantil ou comercial; este precisava superar as barreiras sociais por meios violentos, enquanto o capital industrial conta com mecanismos mais sutis de submissão dos contingentes populacionais aos seus desígnios.

A massa operária livre como os pássaros é condição imprescindível para a reprodução ampliada do capital. No entanto, a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil não

implicou uma mudança substancial em que o trabalho pudesse se emancipar efetivamente das velhas relações em que os trabalhadores eram completamente despojados das riquezas por eles produzidas. A alienação do trabalhador dos meios de produção e de subsistência persistiu na economia brasileira. A passagem para o trabalho assalariado permitiu o pleno florescimento da figura do capitalista enquanto configuração mais desenvolvida do capital, mas não resultou na superação das contradições que geravam a miséria social do lado do trabalho. Assim, da mesma maneira que a personificação do capital comparece de maneira atrofiada, perpassado pela marca do capitalismo hipertardiado, a classe trabalhadora também possui aspectos que expressam o caráter atrofiado da particularidade como o capitalismo se consolidou nos trópicos. Escreve Prado Jr. (2011, p. 129):

O que mantinha a massa da população brasileira naquele grau ínfimo de existência material (e, em consequência, moral) que era o seu não foi somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país. O trabalho escravo não é senão um dos aspectos que, abolido, se substitui por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e, portanto, a massa da população naquele nível ínfimo de existência.

Não foi à toa que o fim da escravidão somente poderia ocorrer num contexto de crescente constituição de um exército industrial de reserva. A superação das relações de produção centradas na exploração do trabalho escravo presumia a presença de um exército industrial de reserva em escala internacional, pois o capital determina o curso do trabalho e da população tanto em escala nacional quanto em escala internacional. A constituição do exército industrial de reserva é indispensável ao processo de subordinação do trabalho aos propósitos do capital. Escreve Marx (1985b, p. 201): “Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semidesempregados”. E acrescenta (1985, p. 202): “Não basta à produção capitalista de modo algum o *quantum* de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército de reserva independente dessa barreira natural”.

Pela mediação da constituição do exército industrial de reserva o capital submete os trabalhadores às condições mais adversas, em que o trabalho assalariado acaba se consubstanciando numa nova espécie de escravidão, pois aquilo que antes era completamente exe-

crado passa a constituir o principal mérito da classe trabalhadora. A ameaça de desemprego transforma os trabalhadores em seres dóceis e submissos à superexploração de capitalistas ávidos por mais-trabalho.

A constituição do exército industrial de reserva revela que o desemprego é parte inerente à anatomia do capital. Nessa perspectiva, as medidas reparadoras adotadas pelos diferentes governos burgueses, no sentido de interceptar o crescimento das taxas de desemprego, são inócuas e inúteis. O capital não pode resolver o solucionar o desemprego, pois ele faz parte da própria essência do capital. O capitalismo jamais poderia vir ao mundo sem a constituição de um exército industrial de reserva, pois sobre ele cresce o poder do capital sobre o trabalho. Por seu intermédio os trabalhadores são impossibilitados de intensificar suas lutas na perspectiva de ampliar sua participação na riqueza da sociedade produzida pelo trabalho. Por isso que o miserável quadro internacional, forjado por bilhões de seres humanos desempregados e sem a mínima possibilidade de encontrarem um emprego (são os desempregados estruturais) é o mundo dos sonhos para os capitalistas. Este foi o mundo projetado e idealizado pelo capital industrial e financeiro como o melhor dos mundos possíveis, afinal o controle do capital sobre o trabalho se manifesta em termos absolutos e não mais relativos. O trabalho assalariado é um espelho que reflete o mundo distorcido constituído pelo capital.

O desemprego é uma arma poderosa do capital contra o trabalho. Através dele o capital determina as condições da existência social do trabalhador, fazendo suas condições tender cada vez mais para o mínimo necessário à reprodução de suas necessidades biológicas e sociais. Por sua vez, o desemprego é um limite estrutural do sistema do capital. Da mesma maneira que não pode abrir mão do processo de apropriação de mais-valia, o capital não pode eliminar o desemprego porque este é *conditio sine qua non* para o efetivo controle da força de trabalho ativa. Por isso as taxas de desemprego cresceram de maneira substancial na economia nacional desde que se operou a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

O antagonismo existente entre capital e trabalho não pode ser atenuado ou reparado, já que cada vez mais se aguçam as contradições do sistema e a necessidade de expansão e acumulação do capital. No entanto, como o processo de produção de valor nem sempre é seguido pelo processo de realização do valor, o sistema entra em crise. Embora a crise seja inerente ao sistema do capital, o referido sistema adentra numa crise estrutural, segundo Mészáros (2006), na década de 1970, quando toda a sua estrutura é afetada.

Não subsiste nenhum complexo do processo de produção, circulação e consumo do sistema que não esteja abalado pela crise. E ela se intensifica porque as possibilidades de expansão e acumulação do capital se exauram. O esgotamento de suas possibilidades aguçá os limites estruturais do sistema.

Esta crise advém também da impossibilidade de o sistema resolver o problema do tempo disponível da humanidade. O desemprego tende cada vez mais a agravar-se e expõe os limites absolutos do sistema do capital. De acordo com Mészáros (2006, p. 332-333):

Assim, quando as contradições crescentes do sistema não puderam mais ser exportadas por meio de uma confrontação militar maciça como a experimentada em duas guerras mundiais, nem puderem ser dissipadas internamente pela mobilização de recursos humanos e materiais da sociedade para se preparar para uma guerra próxima [...], o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital.

O capital se assemelha a um verdadeiro feiticeiro que suscita a criação de forças que ele mesmo não consegue controlar posteriormente. Isso acontece com o movimento constitutivo do exército industrial de reserva: de um lado, serve como instrumento à lógica de apropriação de mais-trabalho, do outro, denota um conjunto de forças que ultrapassa a capacidade de controle do sistema do capital. Desse modo, o desemprego revela-se como complexo essencialmente contraditório à existência do sistema do capital, porque ele pode dinamitar o controle absoluto do capital sobre o trabalho. Anota Mészáros (2006, p. 343):

É importante observar o caráter de dois gumes da contradição do desemprego crônico. Pois ele tende a produzir dinamite social dentro da estrutura do sistema do capital, independentemente das formas de solução procuradas. Neste sentido, considerado em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser 'consequências indesejáveis', depois de muitos anos de negar que as tendências negativas do desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer social do desemprego crônico.

O controle do capital sobre o crescimento das taxas populacionais é insuficiente para debelar o crescimento das taxas de desemprego. Dessa forma, o desemprego manifesta-se como uma pato-

logia que afeta toda a estrutura do sistema, e este se revela como incapaz de solucioná-lo. Escreve Mészáros (2006, p. 333): “Sob essas circunstâncias, ativa-se a ‘explosão populacional’, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital”. Assim, o desemprego não é um fenômeno circunscrito às economias dependentes e atrasadas do planeta, mas uma experiência que unifica as economias centrais às economias periféricas, constituindo um fenômeno universal e abrangente.

Conforme dados apontados por Santos Neto (2014), a experiência do desemprego no Brasil intensificou-se nas últimas décadas e é um fenômeno responsável pelo aguçamento do quadro de violência social que acomete o tecido urbano de nossas cidades. Entre os setores mais afetados pelo desemprego crônico estão os jovens. A ubiquidade do desemprego revela-se no crescente aumento do número de jovens desempregados tanto nos países ricos quanto nos países pobres. No final de 2011, países da zona do euro, como Portugal, ultrapassaram a taxa dos 35%, sendo ainda mais grave a situação na Irlanda, Espanha e Grécia, em que os patamares se aproximam de 50%. A taxa de desemprego juvenil na zona do euro era, em dezembro de 2011, da ordem de 22,1%. No Brasil, o número de jovens desempregados (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no final de 2011, atingiu-se a taxa de 35,4%. Isso significa que um em cada três jovens se encontrava desempregado. Nos Estados Unidos a taxa de desempregados perfaz um total de 22 milhões, ou seja, 14,5% da população, enquanto na China ultrapassa a casa dos 268 milhões, e na Índia se aproxima de 336 milhões de desempregados (MÉSZÁROS, 2006). No Brasil, 55% de sua população ativa está lançada no desemprego estrutural, enquanto somente 45% da população é contemplada com algum tipo de trabalho formal ou informal. O desemprego é um fenômeno que afeta as diferentes economias capitalistas⁶⁸.

O desemprego não é um fenômeno específico dos países de capitalismo hipertardio, mas uma característica inerente ao modo de ser do capital em qualquer parte do planeta. Nenhuma experiência

⁶⁸ Escreve Mészáros (2007, p. 143-144): “Do modo como as coisas se colocam atualmente, mesmo de acordo com os quadros oficiais – grosseiramente atenuados –, existem mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Desse quadro, a Europa responde por mais de 20 milhões, e a Alemanha – uma vez elogiada por produzir o ‘milagre alemão’ – ultrapassou a marca dos 5 milhões. Como já ressaltai anteriormente, a Índia – bastante aplaudida pelos órgãos tradicionais – possui nada menos do que 336 milhões de pessoas em seu registro de desemprego, e muitos outros milhões sem trabalho apropriado, mas que não se encontram nos registros”.

capitalista conseguiu debelar o fenômeno do desemprego; todos os celebrados modelos de gestão do capital – como “modelo sueco”, “capitalismo avançado”, “Estado de bem-estar social” etc. – fracassaram na luta pelo combate ao desemprego. Este fenômeno é soberbamente universal e integra tanto as economias atrasadas e dependentes quanto as economias avançadas e mais desenvolvidas, pois o capital transforma uma parte da população trabalhadora “numa *força de trabalho crescentemente supérflua*”.

O capital não tem a mínima possibilidade de apropriar-se positivamente da totalidade do tempo disponível da sociedade. Na experiência brasileira, isso se observa imediatamente no processo de passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado, em que o ex-escravo é transformado em simples instrumento da contabilidade da força de trabalho existente. A classe dos trabalhadores oriundos da escravidão é transformada imediatamente na legião dos homens que constituem a população supérflua da sociedade neocolonial e subserviente ao imperialismo inglês e norte-americano.

Os ex-escravos foram convertidos no contingente do exército industrial de reserva brasileiro porque se consideravam os migrantes europeus e asiáticos mais aptos ao mundo do trabalho assalariado e mais habilitados ao universo fabril. Todo o processo de constituição do exército industrial de reserva foi moldado para atender aos interesses do capital; no entanto, a ultrapassagem do tempo histórico de pleno crescimento econômico da economia mundial implica a constituição de uma nova etapa histórica; nesta o capital se revela como incapaz de continuar moldando o desemprego aos seus propósitos. O crescimento do exército dos desempregados crônicos intensifica a crise do sistema e aponta seus limites absolutos.

Perante a impossibilidade de construir novas válvulas de escape para a diminuição das taxas de desemprego, coloca-se na ordem do dia uma ofensiva contra o capital. Nesse contexto, impõe-se o imperativo da necessidade de operacionalização de mudanças substanciais e de ultrapassar as simples mudanças formais. Somente o trabalho associado, livre e universal pode romper com o circuito da produção e distribuição assentado na apropriação do tempo de trabalho excedente dos operários e constituir uma forma de sociabilidade fundamentada no tempo livre da sociedade.

Apenas num contexto em que o trabalho seja capaz de controlar completamente o processo produtivo é possível escrever uma nova página na história da humanidade, em que a distribuição passa a ser centrada na necessidade efetiva dos produtores, e não nas necessidades artificiais de reprodução do capital. O desenvolvimento das

forças produtivas propiciadas pela aplicabilidade do conhecimento científico pode certamente libertar a humanidade do trabalho como fardo. Quando todos os homens estiverem realmente envolvidos no processo produtivo para atender às demandas efetivas de seus produtores, e não para produzir mercadorias e valor de troca, haverá mais do que o suficiente para que a humanidade adentre no reino da abundância. Desse modo, em vez de produzir toneladas de ferro e aço para alimentar a indústria da guerra e complexo industrial-militar, a humanidade poderia produzir toneladas de alimentos e produtos para satisfazer as efetivas necessidades de seus produtores associados.

O capital não tem como resolver o problema do desemprego. Isso implica que bilhões de seres humanos continuarão a viver abaixo da linha de pobreza e a não usufruir dos elementos necessários para a reprodução de sua existência biológica e social. Enquanto bilhões de pessoas vivem na extrema miséria, um percentual ínfimo de indivíduos usufrui toda a riqueza produzida pela humanidade. E como se não bastasse, para garantir a reprodução do sistema do capital, essa classe, enquanto personificação do capital, coloca em risco a existência das futuras gerações e o destino do planeta. O caráter senil e perdulário do sistema do capital coloca na ordem do dia a necessidade de uma ofensiva socialista, na perspectiva de superação dessa forma de sociabilidade.



CONCLUSÃO

Na análise do desenvolvimento da economia brasileira e de sua articulação com o mercado mundial se pôde vislumbrar um movimento progressivo que visa à subordinação absoluta do trabalho aos imperativos de comando do capital. A primeira forma de subordinação do capital ao trabalho somente podia se inscrever nos marcos do trabalho escravo, pois o capital comercial tinha profunda dificuldade de efetivação duma outra forma que não fosse a violência aberta e declarada sobre o trabalho. A impossibilidade de constituição de mecanismos coercitivos ideológicos capazes de subordinar a força de trabalho era expressão do baixo nível de desenvolvimento da força de trabalho e da inexistência de um exército industrial de reserva. A inexistência de uma população flutuante ou relativa impedia que a subordinação do trabalho aos imperativos de comando do capital pudesse ser eficaz; imperavam barreiras naturais e sociais que obstruíam a capacidade de o capital amoldar a população completamente aos seus propósitos. Nesse contexto, a relação estabelecida com os contingentes populacionais existentes na África, América e Ásia foi de violência aberta e sem meios-termos.

A contradição declarada entre capital e trabalho escravo somente será atenuada com a constituição do trabalho assalariado; no entanto, ele precisou ainda passar pela mediação do sistema de colono para se consolidar no complexo agroexportador brasileiro. Esta forma revela como o campo se acha amoldado à cidade e como a indústria sempre revelou mais facilidade para se adaptar ao modo do

trabalho assalariado do que a agricultura. As relações efetivamente capitalistas emergiram primeiramente na indústria, porque nela o processo produtivo assume uma configuração claramente humana e independe das interferências estranhas ao movimento ontológico do ser social; na indústria a riqueza da sociedade não brota de uma vontade estranha ao movimento imanente das coisas produzidas pelos homens, diferentemente da natureza, em que subsiste a presença de elementos que fogem ao controle humano e por isso podem ser mistificados e explicados segundo os desígnios transcendentais.

No transcurso deste livro tivemos oportunidade de apontar como o capital avançou paulatinamente seu controle subjetivo e objetivo sobre o trabalho, dos modestos pressupostos ideológicos exercidos sobre a força de trabalho escravo – em que a coerção violenta predomina sobre os imperativos de subordinação ideológica – aos abrangentes poderes ideológicos de subordinação do trabalho assalariado, em que os elementos de coerção são muito mais sofisticados e sutis. O processo de controle direto sobre a força de trabalho não poderia ser estabelecido imediatamente porque o capital ainda possuía a configuração de capital mercantil e o ciclo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil precisa de tempo para se consolidar plenamente. Somente após o célere e inusitado processo de acumulação primitiva de capital é que se disponibilizam as condições propícias para o desenvolvimento das relações efetivamente capitalistas, mediante a aparição dos trabalhadores destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência. Nesse contexto, dispõe-se de um exército de homens dispostos a vender sua força de trabalho no mercado.

A recorrência à força de trabalho do imigrante foi a maneira de o capital constituir seu exército industrial de reserva no Brasil; sem ele os imperativos absolutos de comando do capital sobre o trabalho impossibilitariam a produção e a apropriação do tempo de trabalho excedente que interessava ao processo de reprodução ampliada do capital.

Ainda no decorrer deste livro ressaltamos como a dominação do capital sobre o trabalho somente pôde efetivar-se pela formação de um contingente populacional de trabalhadores acima do estritamente necessário às demandas efetivas do sistema sociometabólico de reprodução. A recorrência ao sistema escravista e ao modelo de colonato é expressão de um tempo histórico não completamente favorável à subordinação real e absoluta do trabalho ao capital. O trabalho assalariado torna-se a forma elementar de organização da produção capitalista, porque somente nela o capital consegue subordinar completamente a força de trabalho aos preceitos do capital.

Este não recorre ao trabalho assalariado porque é mais humano e menos depreciativo de sua força de trabalho, mas porque é mais produtivo de mais-valia e lucro para o capitalista.

Por fim, no decorrer deste livro apontamos como a constituição do exército industrial de reserva constitui elemento imprescindível para a instituição do trabalho assalariado, sendo um dos pilares fundamentais para o sucesso da reprodução ampliada do capital. Tão só com o trabalho assalariado o capital consegue exercer controle absoluto sobre a força de trabalho. Este sucesso não foi alcançado ubiquamente em nenhuma forma precedente de organização da força de trabalho. No entanto, a impossibilidade de oferecer emprego para todos os indivíduos destituídos de meios de produção e dos meios de subsistência transforma a força do capital numa expressão de seus limites absolutos. O capital possui limites e lacunas que ele mesmo não tem como controlar e solucionar. Não é apenas o trabalho abstrato que cria coisas e essas coisas se levantam contra ele; o capital também cria forças que não consegue controlar, na medida em que essas forças ganham vida própria e se autonomizam, podendo se erguer contra o seu criador. É isso que acontece com o desemprego, que constitui um problema estrutural desse sistema.

Entre o conjunto de forças constituídas pelo capital emerge o proletariado como capaz de superar as contradições insolúveis criadas pelo capital. Deste modo, de uma força que se constitui como fundamental ao processo de reprodução do capital, o proletariado pode erguer-se como seu coveiro. É que, se o capital cria o proletariado como classe subordinada aos seus propósitos (classe em si), o capital também constitui uma classe social (classe para si) capaz de superar seu domínio sobre o trabalho. O proletariado é a classe capaz de emancipar a si mesma e toda a humanidade do poder do capital, ou seja, é a classe em si e para si.

A impossibilidade de o capital continuar desenvolvendo as forças produtivas se manifesta em seu caráter perdulário e destrutivo, pois ele somente consegue se autorreproduzir mediante a superexploração da força de trabalho e a destruição da natureza. A impossibilidade de o capital tratar o tempo disponível da sociedade de uma maneira positiva coloca na ordem do dia o imperativo de se ir além dele, pois quase metade da população ativa do planeta integra o exército industrial de reserva, vivendo completamente na miséria e na pobreza crônica. Essa gigantesca parcela da humanidade acha-se destituída das possibilidades de garantir a reprodução de sua existência material, pois não consegue vender a sua força de trabalho como mercadoria. É nesse contexto que o operariado emerge como a única classe dotada de potencialidade revolucionária, capaz de su-

perar o sistema do capital e escrever uma nova página na história da humanidade.

É somente o trabalho que pode apropriar-se positivamente do tempo disponível da sociedade, superando completamente seu caráter de negatividade expresso no interior da sociedade capitalista e do sistema do capital. Apenas a perspectiva do trabalho associado pode transformar o trabalho num instrumento de emancipação da humanidade, ao revolucionar integralmente as relações de produção, em que os trabalhadores associados comparecem como sujeitos do processo de produção, circulação e consumo. Assim, a riqueza da sociedade deixa de ser aferida pelo tempo de trabalho, no qual o tempo é tudo e o trabalhador é nada, à proporção que a riqueza da sociedade é determinada pelo tempo disponível para se dedicar às atividades que permitem o desenvolvimento das mais elevadas potencialidades humanas. Libertar a humanidade das proposições do tempo reificado do capital é tarefa que se põe como singular e fundamental nos tempos hodiernos.

As condições para a constituição de uma nova forma de organização da produção e da existência da humanidade existem; para isso é preciso superar completamente o capital, haja vista que ele impede o livre florescimento da humanidade e de suas efetivas potencialidades. O capital, como vimos no decorrer deste livro, está fundamentado na apropriação do tempo de trabalho excedente dos trabalhadores, e ele não pode de forma alguma abrir mão dessa atividade. Por isso coloca-se na ordem do dia a necessidade de um processo revolucionário, porque o capital representa um entrave tanto ao desenvolvimento das potencialidades humanas quanto um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. É o proletariado é a força motriz fundamental do processo de constituição de uma nova sociabilidade e de uma forma de constituição da produção e da distribuição da riqueza produzida.

O imperativo de ir além do capital é a única forma de romper com o círculo da dominação que perpassa o desenvolvimento da história, como forma de superação das contradições que fazem crescer as taxas de desemprego, violência e barbárie na sociedade brasileira. Por sua vez, o caráter dependente e subordinado do capitalismo brasileiro e do capital nacional denota que o efetivo processo de superação dos elementos que gestam as desigualdades sociais somente pode ser realizado em escala abrangente e internacional. O imperativo de ir além do capital apenas pode ser bem-sucedido no âmbito universal, porque o capital é uma entidade mundial.

No decorrer deste livro evidenciamos o caráter universal e cos-

mopolita do capital mercantil moderno e do capital industrial, e como a economia brasileira foi matizada para atender às demandas externas, e não às demandas dos produtores diretamente envolvidos no processo. O quadro dantesco de violência que pauta a história nacional seria mais do que suficiente para atestar o caráter desumano do sistema do capital e atestar a necessidade de constituição de um novo sistema sociometabólico. Como se isso não bastasse, o sistema do capital intensifica ainda mais os problemas existentes, porque ele se acha assentado no aguçamento dessas contradições. A impossibilidade de superação das contradições no interior do referido sistema aponta para a relevância duma ofensiva socialista, em que impera a necessidade de superar os limites impostos pelas experiências pré-capitalistas, capitalistas e pós-capitalistas que preencheram os anais da história da humanidade.

Tanto as experiências pré-capitalistas quanto as experiências capitalistas e pós-capitalistas asseguram que o capital é uma entidade capaz de se metamorfosear de mil maneiras para assegurar sua sobrevivência. O capital pode dominar o trabalho tanto nas formas de configuração genuinamente capitalistas quanto nas formas anômalas e anacrônicas ao modo de ser efetivamente capitalista; mas tanto numa forma quanto na outra o capital consegue se autorreproduzir expropriando o trabalho. Em todas elas o capital é essencialmente uma força que se baseia na superexploração do trabalho não pago, pois a quintessência do capital é a acumulação de mais-trabalho. A superação do capital é uma tarefa que se coloca para o proletariado em escala internacional; por isso é imprescindível superar as limitações impostas pelo capital que acentuam a fragmentação da classe proletária e a ausência de organização do operariado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Walmyra R. – FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDREANI, Caroline. As migrações nos séculos XIX e XX: contribuição para a história do capitalismo. PERRAULT, Gilles. *O livro negro do capitalismo*. Trad. Ana Maria Duarte et alii. São Paulo: Record, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1990.

ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Trad. Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BOSI, Alfredo. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. Vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BUESCU, Mircea & TAPAJÓS, Vicente. *História do desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1958.

CALDEIRA, Jorge. *Maná: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CANDEIAS, Antônio. Modernidade e cultura escrita nos séculos XIX e XX em Portugal: população, economia, legitimação e educação. *Revista Educação, Sociedade & Cultura*, n. 31, 2010, p. 143-196.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp, 2007.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. Belo Horizonte: UNA Editora; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

CHIAVENATO, Júlio Jose. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

CIPOLLA, Carlo M. *História econômica da Europa pré-industrial*. Trad. Joaquim João Coelho da Rosa. Lisboa: Edições 70, 1974.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Abolição*. São Paulo: Global, 1982.

CONTE, Giuliano. *Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo*. Trad. Ana Falcão Basto e Luís Leitão. Lisboa: Presença, 1976.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In. FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. III. O Brasil republicano: 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. Trad. Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1985.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Edaglit, 1962.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Trad. Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. III. O Brasil republicano: 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERNANDES, Ananda Simões. *A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina*. *História Social*, n. 18, segundo semestre de 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FIGUEIREDO, José Ricardo. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

HEGEL, W. F. *Fenomenologia do espírito*. Vol. I. Trad. Paulo Menezes. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. Trad. Maria Tereza Tei-

- xeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2009a.
- _____. *A era dos impérios*. Trad. Sieni Maria campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009b.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1875-1875*. Rio de Janeiro: 1979.
- HUNT, E. K. – SHERMAN, Howard. *História do pensamento econômico*. Trad. Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GOENDER, Jacobi. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GRAZIA, Giuseppina de. *Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão*. São Paulo: Xamã, 2007.
- LESSA, Sergio. *Cadê os operários?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- LIMA, Araken Alves. *A crise que vem do verde da cana: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-1996*. Maceió: Edufal, 1998.
- _____. *A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA à desregulamentação da década de 1990*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.
- FERREIRA, Olavo Leonel. Guerra do Paraguai. In. FERREIRA, O. L. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1989.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Trad. Marijane Vieira e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAESTRI, Mário. A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In. STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MARIN, Marilú Favarin. *Trabalho escravo, trabalho livre*. São Paulo: FTD, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. Carta à redação da *Otetschestvennyje Sapiski*. In: FERNANDES, Florestan (org.). *K. Marx e F. Engels: História*. Trad. Florestan Fernandes et alii. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. Vol. V. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: LECH, 1982.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão*. São Paulo: Col. Brasiliense, 1943.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANESI, Dálcio Aurélio. Sobre a Guerra do Paraguai. *Revista Urutágua*. No. 05, dez/jan/fev/mar, Maringá-Paraná, 2004. Endereço eletrônico: http://www.urutagua.uem.br/005/06his_milanesi.

htm

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Revista Estudos Avançados*, n. 9, 1995.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1985.

OCTAVIO, I. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PERRAULT, Gilles. *O livro negro do capitalismo*. Trad. Ana Maria Duarte et alii. São Paulo: Record, 2005.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUESNAY, François. *Quadro econômico dos Fisiocratas*. Trad. João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RAGO, FILHO. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Cad. AEL*, v. 8, n. 14/15, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos de 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

RICARDO, S. C. *As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia*. Dissertação de Mestrado, USP, 2006.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores paranaenses: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. Unesp, Marília – São Paulo, *Revista Aurora*, ano III, número 5, dezembro de 2009.

SANTOS NETO, Artur Bispo. *Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. *Universidade, ciência e violência de classe*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Vol. I e II. Trad. Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes,

2003.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

SIMONSEN, Roberto. *A indústria em face da economia nacional*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1937.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo mundial 1889-1930. In. FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. III. O Brasil republicano: 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. IN. FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1963.

_____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SPOHR, Martina. *O empresariado e as relações Brasil – Estados Unidos no caminho do golpe de 1964*. CONFLUENZE Vol. 4, N. 2, 2012, pp. 45-62, Università di Bologna.

SURET-CANALE, Jean. As origens do capitalismo (século XV a XIX). PERRAULT, Gilles. *O livro negro do capitalismo*. Trad. Ana Maria Duarte et alii. São Paulo: Record, 2005.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

SWEEZY, Paul M. (outros). *Do feudalismo ao capitalismo*. Trad. Manuel Vitorino Dias Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

Sites:

PSTU. Multinacionais alemãs se beneficiam do golpe de 1964. Endereço eletrônico: <http://www.pstu.org.br/node/20027>, 2013. Acesso em 6 de setembro de 2014.

INFOJOVEM. Imigrantes no Brasil. Endereço eletrônico: <http://infojovem.org.br/infopedia/tematicas/relacoes-internacionais/imigrantes-no-brasil>. Acesso em 6 de setembro de 2014.